



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CARIRI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUSTENTÁVEL

FRANCISCO WLIRIAN NOBRE

OS EFEITOS DO CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ - CAC NO
DISTRITO DE BAIXIO DAS PALMEIRAS, CRATO -CE

JUAZEIRO DO NORTE
2017

FRANCISCO WLIRIAN NOBRE

**OS EFEITOS DO CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ - CAC NO
DISTRITO DE BAIXIO DAS PALMEIRAS, CRATO -CE**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Regional Sustentável - PRODER, da Universidade Federal do Cariri – UFCA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional Sustentável. Área de Concentração: Sociedade, Estado e Desenvolvimento Regional Sustentável.

Orientador: Prof. Dr. Josier Ferreira da Silva

**JUAZEIRO DO NORTE
2017**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Cariri
Sistema de Bibliotecas

N754e Nobre, Francisco Wlirian.
Os efeitos do Cinturão das Águas do Ceará – CAC no distrito de Baixio das Palmeiras, Crato – CE/
Francisco Wlirian Nobre. – 2017.
203 f.: il.; color.; enc. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Cariri, Mestrado em Desenvolvimento Regional
Sustentável, Juazeiro do Norte, 2017.
Orientação: Prof. Dr. Josier Ferreira da Silva.
Co-orientação: Profª. Dra. Francisca Laudeci Martins Souza.

1. Território. 2. Impactos ambientais. 3. Obras hídricas. 4. Comunidade. 5. Camponês. Título.

CDD 628.1(813.1)

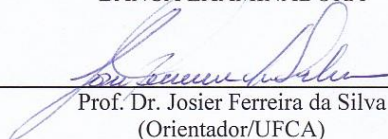
FRANCISCO WLIRIAN NOBRE

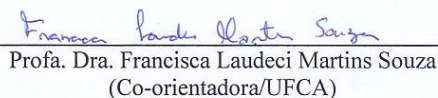
**OS EFEITOS DO CINTURÃO DAS ÁGUAS DO CEARÁ – CAC NO DISTRITO DE BAIXIO
DAS PALMEIRAS, CRATO –CE**

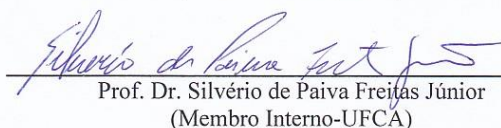
Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em
Desenvolvimento Regional Sustentável, da
Universidade Federal do Cariri – UFCA, como
requisito parcial para obtenção do título de Mestre em
Desenvolvimento Regional Sustentável. Área de
Concentração: Desenvolvimento Regional Sustentável.

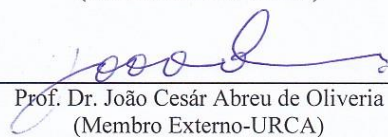
Aprovada em 26/01/2017

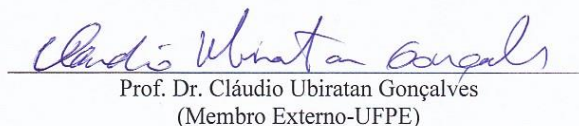
BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Josier Ferreira da Silva
(Orientador/UFCA)


Profa. Dra. Francisca Laudeci Martins Souza
(Co-orientadora/UFCA)


Prof. Dr. Silvério de Paiva Freitas Júnior
(Membro Interno-UFCA)


Prof. Dr. João César Abreu de Oliveria
(Membro Externo-URCA)


Prof. Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves
(Membro Externo-UFPE)

A todos os atingidos por grandes obras hídricas

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo amor e paciência, a companheira Micaelly e meu filho Gabriel, o resultado desse trabalho foi motivado pela compreensão do lar. Amo vocês!

À família de minha esposa, especialmente minha sogra Neide, a todos da família Nobre, meus pais Willian e Ivonete, aos irmãos, irmãs, sobrinhos, todos os parentes próximos com quem sempre pude contar com amor incondicional de cada um e pela enorme contribuição espiritual.

À FUNCAP, pelo apoio financeiro com a manutenção da bolsa de auxílio. Aos professores e toda equipe do PRODER - UFCA, em especial a Josier Ferreira da Silva e Francisca Laudeci Martins Souza pela agradável convivência na construção da pesquisa. Aos professores que gentilmente participaram da banca João César Abreu de Oliveira, Silvério de Paiva Freitas Júnior e Cláudio Ubiratan Gonçalves que em sua passagem pelo Cariri foi solícito ao nosso pedido de composição da banca. Não posso deixar de lembrar as valiosas contribuições do professor José Levi Furtado Sampaio que participou da qualificação e por razões justas não pôde participar da defesa.

Aos membros do GEA – Grupo de Estudo de Agrária do Curso de Geografia da URCA, durante os dois últimos anos tivemos profícuas discussões que muito me ajudaram nessa caminhada, agradecimento especial a Roberta Piancó e ao grande companheiro Anderson Camargo que muito contribui na pesquisa.

Aos companheiros e companheiras da Associação Rural do Baixio das Palmeiras, Fórum Popular das Águas do Cariri, Cáritas Diocesana de Crato, Grupo Nós Mulheres, professores, pesquisadores e militantes que vivem e lutam pelo Baixio das Palmeiras, aos parceiros e parceiras dos movimentos sociais que atuam na região do Cariri e a todos que contribuíram direta e indiretamente para o desenvolvimento desse trabalho.

A todos a minha mais sincera gratidão!

RESUMO

Em regiões com pouca disponibilidade de água, como o Nordeste brasileiro, a proposta de armazenar água através de grandes obras hídricas tem sido intensamente apresentada como uma das soluções para o “combate à seca”. Dos estados nordestinos, o Ceará é o que mais investe na modernização da infraestrutura hídrica com objetivos claros de atrair novas tramas produtivas e mudar a imagem do estado. As mudanças engendradas foram materializadas com o Castanhão, o Canal do Trabalhador, a Transposição do Rio São Francisco e mais recentemente no Cinturão das Águas do Ceará – CAC. Enquanto se sobrepõem no espaço geográfico cearense tais empreendimentos contribuem para a mercadorização da água e da terra num processo que desterritorializa as comunidades tradicionais e simultaneamente territorializa o capital. Embora em contextos espaciais e temporais diferentes essas obras estão marcadas com a violação de direitos das comunidades tradicionais configurando uma situação de injustiça e insustentabilidade ambiental. A intenção dessa pesquisa é compreender as consequências enfrentadas pelas comunidades camponesas da cidade de Crato, no Cariri cearense, mediante a implantação do CAC. Trata-se de quatro comunidades diretamente atingidas do distrito de Baixo das Palmeiras. Essa investigação teve como enfoque teórico o conceito geográfico de território e suas diferentes concepções tendo a água como razão principal para as novas modalidades de ocupação e conflitos no espaço geográfico. Discutir o papel do Estado no aparelhamento do território através da Política de Recursos Hídricos do Estado do Ceará (PERH) e seus desdobramentos foi fundamental para a composição do referencial bibliográfico. Enfatizamos o discurso salvacionista proferido pelo governo cearense em relação ao CAC e nos questionamos quem são os maiores beneficiários do empreendimento e seus reais efeitos. A estratégia etnográfica foi escolhida por entendermos que esse método promove uma interação entre o pesquisador e o seu universo de pesquisa. Entre as técnicas utilizadas a observação participante direcionou os rumos da pesquisa e as entrevistas semiestruturadas, assim como as conversas informais orientaram os nossos questionamentos. Mas foi a vivência no grupo social pesquisado através de uma escuta sensível que conseguimos capturar parte dos efeitos da obra nos atingidos que julgamos como mudanças rápidas nos modos de vida. Esperamos com a pesquisa estimular uma reflexão crítica relacionada às grandes obras hídricas e seu papel na reestruturação territorial observando outros interesses em tais empreendimentos, bem como seus efeitos para a população atingida.

Palavras-chave: território; atingido; comunidade; grandes obras hídricas; camponês.

ABSTRACT

In regions with lack of water, such as the Brazilian Northeast, the proposal to store water through large water works has been intensively presented as one of the solutions for "drought combat". From the Northeastern states, Ceará is the one that invests the most in the modernization of the water infrastructure with clear objectives of attracting new productive plots and changing the image of the state. The changes engendered were materialized with the Castanhão, the Canal do Trabalhador, the Transposition of the São Francisco River and more recently in the Ceará Water Belt (Cinturão das Águas do Ceará- CAC). While overlapping in Ceará's geographic space, such enterprises contribute to the merchandising of water and land in a process that deterritorializes traditional communities and simultaneously territorializes the capital. Although in different spatial and temporal contexts these works are marked with the violation of the rights of the traditional communities configuring a situation of injustice and environmental unsustainability. The intention of this research is to understand the consequences faced by the peasant communities of the city of Crato, in Cariri cearense, through the implementation of the CAC. These are four communities directly affected in the district of Baixio das Palmeiras. This research had as theoretical approach the geographical concept of territory and its different conceptions, with water as the main reason for the new modes of occupation and conflicts in the geographic space. To discuss the role of the State in the territorial apparatus through the Water Resources Policy of the State of Ceará (PERH) and its developments it was fundamental to the composition of the bibliographic reference. We emphasize the Salvationist speech given by the government of Ceará in about the CAC and we questioned ourselves about who are the greatest beneficiaries of the enterprise and its real effects. The ethnographic strategy was chosen because we believe that this method promotes an interaction between the researcher and his / her research universe. Among the used techniques, participant observation guided the research directions and the semi-structured interviews, as informal conversations guided our questions. But it was the experience in the researched social group through a sensitive listening that we managed to capture part of the effects of the work in the affected ones that we judged like rapid changes in the ways of life. We hope the research will stimulate a critical reflection related to the great water works and their role in the territorial restructuring observing other interests in such enterprises, as well as their effects on the affected population.

Keywords: Territory; Reached; Community; Large water works; Peasant.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização do município de Crato	21
Figura 2 - Localização da pesquisa.....	22
Figura 3 - Ilha de Assunção no território Truká em Cabrobó	73
Figura 4 - Ponto de tomada de água para a transposição.....	73
Figura 5 - Localização da Bacia Sedimentar do Araripe.....	103
Figura 6 - Estratigrafia do sistema hídrico da Bacia Sedimentar do Araripe	104
Figura 7 - Esquema de telhas d'água da fonte da batateiras.....	107
Figura 8 - Reservatório Jati	113
Figura 9 - Saída da água para o Eixo Norte da transposição.....	113
Figura 10 - Traçado do CAC	115
Figura 11 - Esboço das Zonas Fisiográficas da parte leste da Bacia do Araripe.....	117
Figura 12 - Comunidade Barro Branco	119
Figura 13 - Canteiro de obras em Barro Branco, Barbalha, Lote 3.....	119
Figura 14 - Túnel Cabeceiras em Barbalha sob a APA Araripe.....	122
Figura 15 - Vista a partir do interior do Túnel Cabeceiras - Lote 3	122
Figura 16 - Área de conservação do Soldadinho do Araripe	124
Figura 17 - Toras de madeira na comunidade Araticum, Barbalha.....	125
Figura 18 - Água acumulada no Túnel Carnaúbas no Assentamento 10 de Abril	127
Figura 19 - Erosão e assoreamento ao lado do sifão Pai Mané, Crato.	127
Figura 20 - Área plantada com hortaliças no Assentamento 10 de Abril.....	130
Figura 21 - Açude do Assentamento 10 de Abril atingido pelo CAC.....	130
Figura 22 - Nova área ocupada pelos atingidos de Barro Branco, Barbalha	131
Figura 23 - Residências atingidas pelo CAC em Barro Branco	132
Figura 24 - Nova área de ocupação em Barro Branco, Barbalha	132
Figura 25 - Residência destruída pelo CAC	133
Figura 26 - Casa dos Anjos na comunidade Taquari, Barbalha	133
Figura 27 - Cerca delimitando o CAC ao lado de uma casa.....	134
Figura 28 - Cisterna destruída para execução do CAC, em Poço Dantas, Crato.....	134
Figura 29 - Reunião do CBH - Salgado.....	136
Figura 30 - Divisão das comunidades no Baixio das Palmeiras.....	139
Figura 31 - Agricultor colhendo milho.....	141
Figura 32 - Quintal produtivo do Senhor José de Teta.....	141

Figura 33 - Conversa entre o Senhor José Gomes e Assis Nicolau.....	142
Figura 34 - Casa de Farinha Mestre Zé Gomes	142
Figura 35 - Irrigação de banana em levada.....	147
Figura 36 - Olho d'água no Baixio das Palmeiras.....	147
Figura 37 - Desgotamento de cacimba	147
Figura 38 - Local de lavar roupa em tanque de pedra no Baixio dos Oitis	155
Figura 39 - Cacimba de Valdir que abastecia a comunidade Chapada do Baixio.....	156
Figura 40 - Cacimba de Dona Mocinha que abastecia a comunidade Palmeiras	156
Figura 41 - Dona Antônia e Valdemar na debulha da fava	163
Figura 42 - Resquícios da casa de Dona Moça.....	166
Figura 43 - Casa do senhor José Teles em 2013.....	169
Figura 44 - Casa do senhor José Teles em 2016.....	169
Figura 45- Desmatamento em novas áreas agrícolas próximo ao Baixio das Palmeiras	172
Figura 46 - Loteamentos no entorno do Baixio das Palmeiras.....	173
Figura 47 - Desmatamento para loteamentos	175
Figura 48 - Aterramento de rio para construção de loteamentos.....	175
Figura 49 - Manifestação realizada na Expocrato	179
Figura 50 - Audiência ocorrida na Câmara municipal de Crato.....	179

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Açudes com capacidade superior a 100 milhões de m ³ no Nordeste	58
Tabela 2 - Instituições e instrumentos da gestão hídrica no Ceará.....	76
Tabela 3 - Principais programas da política hídrica cearense	79
Tabela 4 – Total de famílias envolvidas em conflitos na categoria barragens e açudes.	92
Tabela 5 - Custos de implantação das obras do CAC no Trecho 1	116
Tabela 6 - Estimativa do número de famílias removidas pelo CAC no Trecho 1.....	118
Tabela 7 - Perfil socioeconômico das comunidades pesquisadas.....	143
Tabela 8 - Sistemas hídricos nas comunidades pesquisadas	146

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Agência Nacional de Águas
BIRD	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
BNDS	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAC	Cinturão das Águas do Ceará
CAGECE	Companhia de Água e Esgoto do Ceará
CBH	Comitê de Bacia Hidrográfica
CIPP	Complexo Industrial e Portuário do Pecém
COGERH	Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará
CONERH	Conselho de Recursos Hídricos do Ceará
CPT	Comissão Pastoral da Terra
DNOCS	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FMI	Fundo Monetário Internacional
FUNCEME	Fundação Cearense de Meteorologia e Recursos Hídricos
FUNERH	Fundo Estadual de Recursos Hídricos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFOCS	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
IOCS	Instituto de Obras Contra as Secas
MI	Ministério da Integração
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONG	Organização não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PERH	Política Estadual de Recursos Hídricos
PLANERH	Plano Estadual de Recursos Hídricos
PNRH	Política Nacional de Recursos Hídricos
PROÁGUA	Programa de Desenvolvimento de Recursos Hídricos
PRODHAM	Projeto de Desenvolvimento Hidroambiental
PROGERIRH	Programa de Gerenciamento e Integração de Recursos Hídricos do Estado do Ceará
PROURB	Projeto de Desenvolvimento Urbano e Gestão dos Recursos Hídricos
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza

SEMACE	Superintendência Estadual do Meio Ambiente
SIGERH	Sistema Integrado de Gestão de Recursos Hídricos
SINGREH	Sistema Nacional de Recursos Hídricos
SISAR	Sistema Integrado de Saneamento Rural
SOHIDRA	Superintendência de Obras Hidráulicas
SRH	Secretaria de Recursos Hídricos

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	PERCURSO METODOLÓGICO	19
2.1	Definição do método de pesquisa	19
2.2	Estratégias da pesquisa	24
3	INSTITUCIONALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL DA ÁGUA	27
3.1	Os significados da água e suas consequências	27
3.2	Água: escassez <i>versus</i> abundância	34
3.3	A transformação da água em recurso hídrico	38
3.4	Os novos territórios das águas	46
4	GRANDES OBRAS HÍDRICAS E SEUS EFEITOS	51
4.1	Atingidos por grandes obras hídricas	51
4.2	Histórico do Projeto de Transposição do Rio São Francisco	61
4.3	Viabilidade técnica e econômica da transposição	66
4.4	Implicações e conflitos sociais provocados pela transposição	68
5	O CAMINHO DAS ÁGUAS NO CEARÁ	75
5.1	A Política de Recursos Hídricos (PERH) e os Governos das Mudanças	75
5.2	Grandes obras hídricas no Ceará e seus efeitos	80
5.3	A desigualdade no acesso à água: águas para o agronegócio	85
5.4	Águas para indústria e turismo	88
5.5	Conflitos por água no Ceará	91
5.6	A insustentabilidade da política de oferta hídrica	95
6	A PERCEPÇÃO DO CAC NO CARIRI CEARENSE	102
6.1	Cariri: as águas como fator de convergência	102
6.2	CAC: as águas como fator de divergência	113
6.3	Problematizando o CAC no Cariri	120
6.4	Relacionando o CAC aos aspectos sociais das comunidades atingidas	129
7	BAIXIO DAS PALMEIRAS: MEMÓRIAS, CONFLITOS E RESISTÊNCIAS	138
7.1	O (re)encontro do lugar na configuração da pesquisa	138
7.2	Espaço vivido, territórios simbólicos e modo de vida camponês	148
7.3	Implicações do CAC: “O Baixio preocupado”	159
7.4	Territorialidade e resistência	176
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	188

REFERÊNCIAS	192
APÊNDICES	198
ANEXO	202

1 INTRODUÇÃO

O discurso da escassez hídrica, hoje considerado praticamente como consenso na geopolítica mundial, tem direcionado ações de governança em todo o mundo no sentido de atingir uma gestão de água eficiente com disponibilidade em seus múltiplos usos. A discussão tem se acirrado devido à irregularidade geográfica na disponibilidade da água nos países e nas regiões bem como o seu desigual acesso e suas diferentes formas de utilização e consumo.

Entre as soluções para amenizar os problemas em torno da questão hídrica os países desenvolvidos e os organismos multilaterais apresentaram a proposta de atribuição de um valor econômico à água. A partir daí foi engendrada uma lógica neoliberal que predominaria na formulação das políticas dos países em desenvolvimento influenciando todo encadeamento que envolve a questão.

Em regiões com baixa disponibilidade de água, como o Nordeste brasileiro, a escassez foi apresentada pela elite política e econômica como um fator limitante para o desenvolvimento econômico e razão principal para a pobreza e miséria da região. Nesse contexto, o Ceará se destaca entre os estados do Nordeste por inaugurar ações governamentais de aproveitamento e integração das bacias hidrográficas cujo discurso está centrado na superação desse problema. O estado passa por uma série de medidas na gestão voltadas ao aumento da oferta para determinados setores da economia através de grandes empreendimentos hídricos.

Ocorre uma reestruturação espacial sob o signo de uma modernização econômica com atração de novas atividades produtivas altamente consumidoras de água. Para garantir a operacionalidade das novas tramas produtivas no território cearense o Estado foi implantando complexas engenharias hídricas com grande capacidade de armazenamento.

Resultante desse modelo de gestão o Cinturão das Águas do Ceará - CAC é a mais recente estrutura hídrica do Ceará. A obra constitui-se de um complexo sistema de adução com extensão de 1.252,65 km formado por canais de concreto, túneis e sifões. Através da conexão de todas as bacias hidrográficas e da perenização dos principais rios do estado o governo prevê dotar o Ceará com uma segurança hídrica em todas as regiões do estado através de transferência de água.

Conquanto, a condução do empreendimento vem ocorrendo sem discussão, excluindo o diálogo com a sociedade civil, sobretudo com os habitantes das áreas atingidas pela obra. Nestas condições, provoca danos ambientais e impactos na organização

socioeconômica de várias comunidades tradicionais atingidas. Fato que vem ocorrendo no distrito de Baixio das Palmeiras, situado ao Sul da cidade de Crato - CE.

Esse território trata-se de um distrito do município de Crato constituído de dez comunidades rurais que margeia a Chapada do Araripe. Algumas comunidades vêm sofrendo um redimensionamento espacial desde os primeiros estudos de campo para execução do CAC. Optamos pela escolha de pesquisar quatro comunidades: Baixio das Palmeiras (sede do distrito), Baixio do Muquém, Baixio dos Oitis e Chapada do Baixio. Ambas estão inseridas no Lote 3 do Trecho 1, quilômetro 80 a 115, da primeira etapa do CAC (Jati - Cariús).

O objetivo central da pesquisa é identificar os efeitos do CAC nos sujeitos atingidos no Baixio das Palmeiras, bem como, as mudanças espaciais. Fazendo uma análise crítica do papel do Estado e das políticas de gestão de recursos hídricos do Brasil e do Ceará pretendemos mostrar a relação entre grandes obras hídricas e a concentração de água, terra e poder. Tomamos como recorte empírico o CAC no Baixio das Palmeiras e ainda que a obra não esteja materializada no espaço o Baixio das Palmeiras vem se configurando num território de significativos impactos, conflitos e resistências.

A partir desse itinerário de estudo e dos apontamentos teóricos apontados espera-se que a pesquisa seja uma contribuição no debate em torno dessa complexa intervenção hídrica. Tendo em vista a amplitude das transformações oriundas desse planejamento territorial invocamos a voz dos atingidos por grandes projetos hídricos. No Ceará esses atingidos muitas vezes são os sujeitos sociais “sem água”, aqueles para quem muitas obras foram e são justificadas, mas que precisam lutar e enfrentar muitos obstáculos para ter acesso a essa água.

O aporte metodológico para a construção dessa dissertação, contida no segundo capítulo, apresenta o percurso que trilhamos indicando que as estratégias etnográficas foram priorizadas por entendermos que esse método desvenda os dramas sociais dos sujeitos afetados pelo CAC tendo em vista que os documentos oficiais e a publicidade da obra são insuficientes para compreender os seus efeitos.

Para atingir esses objetivos foi necessária uma aproximação entre pesquisador e o universo pesquisado condicionando um mergulho profundo do investigador no campo a ser investigado como destaca Laplantine (2007) “[...] no campo, tudo deve ser observado, anotado, vivido, mesmo que não diga respeito diretamente ao assunto que pretendemos estudar [...] o menor fenômeno deve ser apreendido na multiplicidade de suas dimensões.” (2007, p.156). As técnicas não se limitaram a observação direta ou entrevistas semiestruturadas foi necessário viver, experimentar e se emocionar.

O terceiro capítulo versa sobre o papel dos países ricos e das instituições como o Banco Mundial e a OMC na formulação de políticas que desencadearam um modelo de gestão hídrica que prioriza uma política de oferta através de grandes estruturas hídricas. Salientamos o papel chave na produção dos discursos como o da crise hídrica e da mercadorização como solução para a falta de água.

Isso nos levou a construir o quarto capítulo que enfoca as questões relacionadas aos impactos das grandes obras hídricas. Apresentamos os inúmeros danos sociais e ambientais que acompanham as grandes barragens construídas para geração de hidroeletricidade assim como o programa de açudagem na região Nordeste. Analisamos o significado da noção de atingido ilustrando com alguns exemplos como estes sujeitos sociais enfrentam o deslocamento compulsório e a destruição de seus espaços de vida.

Há um processo de produção de discursos em que o Ceará assumiu com competência o modelo da política neoliberal tendo a gestão de oferta da água como o meio para suposta superação da pobreza e da desigualdade. Partindo dessa premissa no quinto capítulo consta a discussão sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos (PERH), seus órgãos, suas instituições e seus principais programas. Mostramos como se deu o processo de construção dos grandes projetos hídricos, sua operacionalidade e sua orientação econômica. Fazemos uma relação entre o discurso da seca, da crise hídrica, da disponibilidade de água e dos conflitos destacando que o processo de territorialização do capital ocorre simultaneamente a desterritorialização das comunidades tradicionais.

No capítulo sexto estudamos o processo de formação e organização territorial do Cariri cearense. Detemo-nos a compreensão da recepção do CAC na região especialmente no município de Crato que terá o maior número de atingidos. Analisamos aspectos relacionados à redefinição do espaço territorial e o comprometimento da estabilidade ambiental e cultural das localidades aonde o CAC vai se inserir.

No capítulo sétimo colocamos a experiência dos atingidos no centro de nossa análise e identificamos os efeitos do CAC no distrito de Baixo das Palmeiras em seus aspectos espaciais e subjetivos. Descrevemos como eles se percebem nesse espaço e como resistem à perda dos referenciais simbólicos e culturais de um território que as famílias vivem há séculos. Ao utilizar a voz dos atingidos compreendemos que diante de tantas dúvidas e tensões as comunidades assumem a responsabilidade de dar visibilidade aos efeitos da obra, questionando-a tecnicamente, resistindo aos desmandos do Estado e fomentando uma das mais pertinentes resistências contemporânea aos grandes projetos hídricos.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

2.1 Definição do método de pesquisa

O caminho para o conhecimento científico se dar através do método, não adianta teorias complexas, uso de modernos aparelhos de experimentação ou pesquisa de campo aprofundada, é o conhecimento do método e a aplicação das técnicas adequadas que valida o trabalho científico. Severino (2002) ajuda nessa reflexão, indicando que é o método que unifica e legitima o teórico com o empírico.

No vasto universo da ciência há entre as ciências da natureza e as ciências humanas diferenças no uso do método e cada campo do conhecimento segue seu modo de investigação que considera mais adequado.

[...] além da possível divisão entre Ciências Naturais e Ciências Humanas ocorrem diferenças significativas no modo de se praticar investigação científica, em decorrência da diversidade de perspectivas epistemológicas que se podem adotar e de enfoques diferenciados que se podem assumir no trato com os objetivos pesquisados e eventuais aspectos que se queiram destacar. Por essa razão várias são as modalidades de pesquisa que se podem praticar, o que implica coerência epistemológica, metodológica e técnica, para o seu adequado desenvolvimento (SEVERINO, 2002, p.118).

Diante desses pressupostos consideramos que este estudo direciona para a pesquisa qualitativa na medida em que pretendemos descrever e explorar um fenômeno social provocado pelo impacto de uma grande obra hídrica. Especificamente, objetivamos explorar as narrativas e a percepção dos atingidos pelo Cinturão das Águas do Cariri – CAC nas comunidades rurais do distrito Baixio das Palmeiras, Crato, Ceará, identificando como esses sujeitos são afetados por essa obra.

Por essa razão entendemos que a etnografia, dentre inúmeras metodologias da abordagem qualitativa é o método que apresenta coerência epistemológica, metodológica e técnica para a pesquisa. Privilegiamos o vivido, o cotidiano analisando as preocupações e emoções dos atingidos.

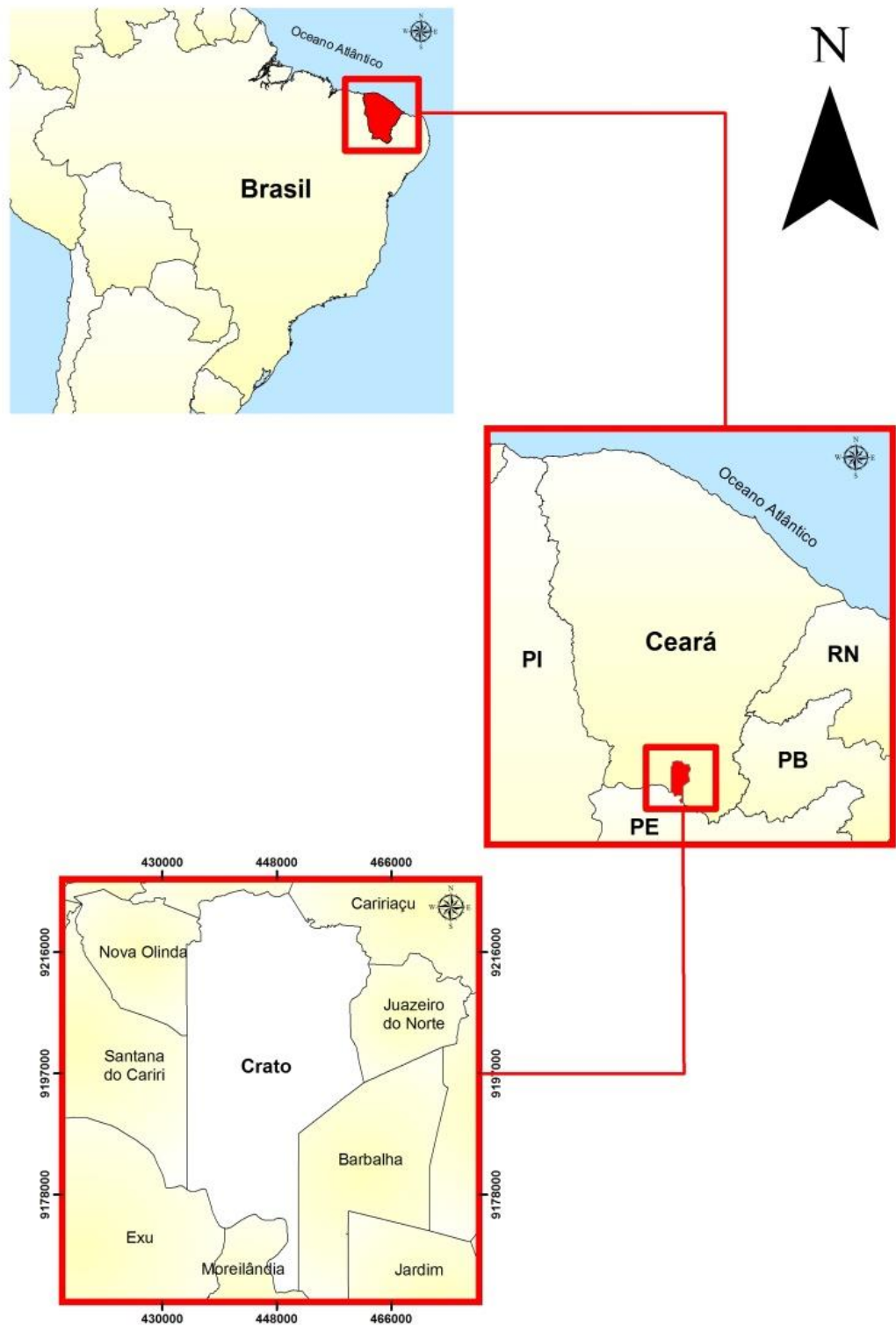
A etnografia visa compreender, na sua cotidianidade, os processos do dia-a-dia. Na concepção de Severino (2002, p.119): “Trata-se de um mergulho no microsocial, olhado com uma lente de aumento. Aplica métodos e técnicas compatíveis com a abordagem qualitativa. Utiliza-se do método etnográfico descritivo por excelência.”

Fazer etnografia é como tentar ler (no sentido de construir uma leitura de) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas com exemplos transitórios de comportamento modelado (GEERTZ, 2012, p.7).

As perguntas que nortearam a pesquisa estão focadas nos atingidos. Quem são estes sujeitos, como manifestam o seu modo de vida neste território? Qual a percepção dos atingidos diante do CAC e como a obra afeta suas vidas? Como se relacionam com a água e qual o significado do canal artificial? Em que medida as águas de suas comunidades se relacionam com as águas do CAC? Como esses atingidos participam ou negociam o processo de execução da obra? Como essas mudanças se processam nos atingidos? As mudanças estão sendo tranquilas ou dolorosas?

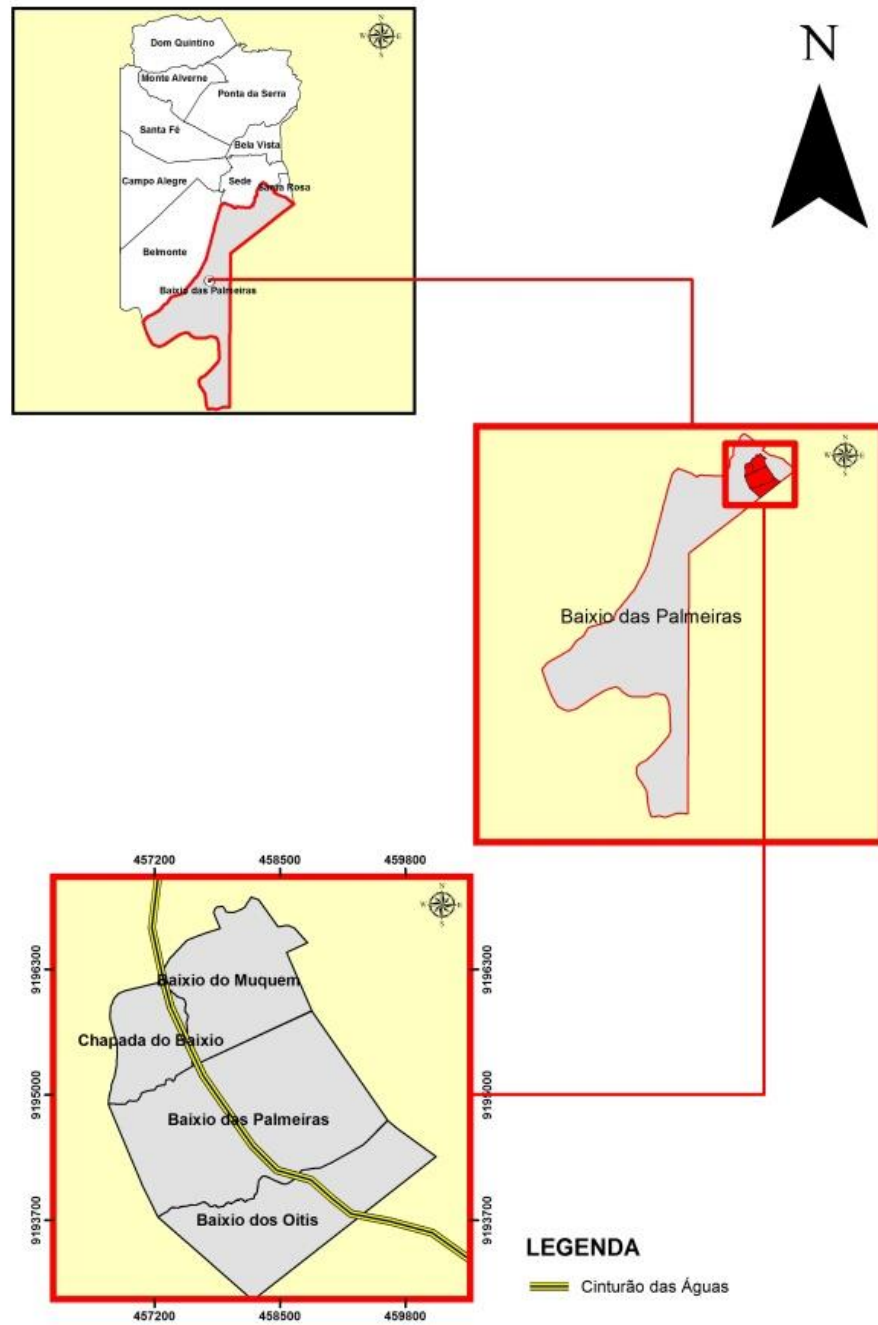
A decisão pela escolha da etnografia foi definida a partir do conhecimento do campo empírico. Fizemos a opção de pesquisar o território que faz parte de nosso dia a dia, trata-se do Baixio das Palmeiras, distrito do município de Crato, localizado no Sul do Ceará, na região do Cariri. Quatro comunidades do distrito foram escolhidas, a sede do distrito (Baixio das Palmeiras), Baixio do Muquém, Chapada do Baixio e Baixio dos Oitis. As figuras 1 e 2 mostram a localização do território pesquisado.

Figura 1 – Localização do município de Crato



Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 2 – Localização da pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor.

A área em questão possui boas condições climáticas e edáficas para a produção agrícola apresentando ainda uma grande riqueza fossilífera nos riachos que brotam da Chapada do Araripe. Há ainda alguns trechos de matas nativas em que já foram identificados

um rico patrimônio arqueológico onde já foram encontrados material lítico, cerâmicas e urnas funerárias.

As comunidades pesquisadas possuem um total de 318 famílias distribuídas da seguinte maneira: Baixio das Palmeiras (sede do distrito) 87 famílias, Baixio dos Oitis 41 famílias, Chapada do Baixio 68 famílias e Baixio do Muquém 122 famílias. São em sua grande maioria agricultores familiares que desde o século XIX ocupam uma área rica em recursos hídricos e biodiversidade.

As comunidades pesquisadas possuem um histórico de engajamento comunitário desde a década de 1960 do século XX quando alguns agricultores estiveram envolvidos diretamente na formação e consolidação do sindicato rural da cidade de Crato. Os moradores estão organizados em associações comunitárias como a Associação Rural do Baixio das Palmeiras, Grupo de Mulheres (Nós Mulheres) e no Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Crato (STTR). Possuem alguns projetos como a Casa de Sementes Crioulas do Baixio das Palmeiras e estão engajados em manifestações culturais como o Grupo de Maneiro Pau do Mestre Chiquim Caboclo. Os agricultores semanalmente se reúnem na capela do Sagrado Coração de Jesus para rezar o “terço dos homens”.

Estava posto, portanto, o desafio para realização da pesquisa etnográfica, como perceber o estranhamento onde aparentemente nada é estranho? O estranhamento é uma condição básica na pesquisa etnográfica. Para o estranho na pesquisa de campo tudo é significativo e relevante, tudo é digno de observação e registro.

O Baixio das Palmeiras é para nós um território familiar, portanto, conhecemos praticamente todos os nossos interlocutores. Nesse caso a nossa percepção frente às comunidades teve um caminho inverso onde o procedimento adotado foi estranhar o familiar superando as nossas representações ingênuas e preconceituosas (ROCHA; ECKERT, 2008).

No percurso da pesquisa nos colocamos na posição de estrangeiro, atentos a ouvirmos as vozes dos atingidos dando possibilidade para que eles próprios pudessem se representar ficando livres para narrar suas experiências, suas memórias, suas histórias de vida e suas tradições. Antes percebíamos esses momentos de maneira racional, mas ao longo da observação e da vivência fomos sendo afetados semelhantes a um estrangeiro.

Coisas que considerávamos comuns, evidentes e que muitas vezes passavam despercebidas foram fundamentais para a pesquisa. Foram essas situações minúsculas que conseguimos resgatar. Percebemos o drama dos atingidos em suas múltiplas e complexas relações sociais. Pesquisamos o modo humano como um processo de construções múltiplas e

efêmeras vividas cotidianamente. É a etnografia que permite pesquisar esses momentos privilegiados que emergem através do fenômeno social (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2008).

Historicamente as vozes das comunidades tradicionais atingidas por grandes obras são silenciadas. Essas comunidades tradicionais são grupos sociais marcados pelo acúmulo de opressões e injustiças. A importância deste estudo, portanto, consiste na possibilidade de contribuir para que o atingido ocupe um lugar privilegiado podendo superar a sua condição de silenciado (CARVALHO, 1999).

2.3 Estratégias da pesquisa

Por considerarmos a participação dos sujeitos como essencial para a pesquisa nos apoiamos em técnicas que ressalta a implicação das pessoas que vão fornecer a informação. Nesse sentido, as observações diretas, observações participantes e entrevistas abertas, ou semiestruturadas, foram instrumentos decisivos para atingir os objetivos da pesquisa (TRIVIÑOS, 2008).

As técnicas utilizadas foram divididas em três etapas. Na primeira delas foi realizada uma criteriosa revisão bibliográfica centrada nos conceitos e categorias de análise em torno do papel do Estado, dos efeitos das grandes obras hídricas e das transformações no modo de vida dos atingidos. Com a teoria conceitual apreendida partimos para a segunda etapa que buscou recuperar informações e dados empíricos através de uma pesquisa documental e fontes primárias.

O conhecimento acumulado dessa pesquisa, fruto do trabalho bibliográfico e da pesquisa documental, serviu como ponto de partida para a construção da terceira etapa, ou propriamente do objeto a ser pesquisado. Iniciamos uma fase de observação que foi fundamental na pesquisa e pode ser resumida em três elementos essenciais: o contexto, a história e a mudança social. Procuramos fazer uma abordagem dos efeitos do CAC no Baixo das Palmeiras enfatizando em conjunto o espaço e o tempo.

Compreendemos que isso foi sendo construído progressivamente no trabalho de campo, a partir da interação dos dados coletados com a análise da literatura disponível. Na pesquisa de campo novas questões foram surgindo à medida que entramos em contato direto com o vivido e com as representações das pessoas.

No campo foi possível conhecer o fenômeno pesquisado de dentro a partir do contato e da vivência que os fatos foram se apresentando. Analisamos a situação de modo aprofundado explorando os aspectos econômicos, culturais, políticos e ideológicos. O objeto

da pesquisa se construiu gradativamente no trabalho de campo a partir da interação da coleta dos dados e das análises. O campo se tornou uma oportunidade para descobrir novas questões (KAYSER, 1985).

Na coleta recorreremos à observação participante e a entrevista. Estas técnicas básicas foram complementadas com a fotografia e observação de espaços públicos, coletivos e roças. As entrevistas foram semiestruturadas e aplicadas aos moradores, atingidos e às organizações governamentais, assim como aos movimentos sociais relacionados à questão hídrica.

Não escolhemos um grupo social específico, conversamos, entrevistamos e convivemos com lideranças, jovens, agricultores e agricultoras mais velhas, agentes de saúde, membros da Associação Rural do Baixio das Palmeiras, Grupo Nós Mulheres, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, dos conselhos das Igrejas e da escola. Ouvimos com atenção as histórias das pessoas que vivem nesse espaço não apenas aquelas que serão diretamente atingidas pelo CAC, pois partimos do pressuposto de que em uma obra dessa envergadura todos são afetados.

Passamos inicialmente cerca de um mês em observação direta. Essa fase nos guiou as lideranças comunitárias que foram os nossos informantes, ainda que essas etapas não fossem superadas iniciamos diálogos com pessoas que conheciam o território pesquisado. Utilizamos um caderno de notas para orientar nomes, pontos, locais, contatos, pequenos lembretes e registro de pequenas anotações e informações importantes para a pesquisa.

Com o caderno de notas iniciamos as entrevistas semiestruturadas que foram separadas em três momentos, a primeira para os moradores mais velhos teve como objetivo conhecer a formação territorial do Baixio das Palmeiras, entrevistamos pelo menos duas pessoas por comunidade; no segundo momento entrevistamos lideranças das associações comunitárias e uma agente de saúde para traçar o perfil socioeconômico das comunidades; e, finalmente, no terceiro momento entrevistamos em média quatro pessoas por comunidade com a finalidade de compreender os efeitos do CAC. Em alguns casos uma mesma pessoa contribuiu mais de uma vez, é o caso de Francisca Eneida, agente de saúde, que sendo diretamente atingida pelo CAC foi solícita a conversar sobre a obra, além de fornecer dados imprescindíveis para traçar um quadro do perfil socioeconômico das comunidades.

Por fim, ouvimos os apoiadores da luta dos atingidos no Baixio das Palmeiras como o Fórum Popular das Águas do Cariri e o MAB. Em seguida ouvimos os representantes do Estado especialmente os membros do Comitê da Sub-bacia do Salgado da Cogerh.

Durante a fase de entrevistas utilizamos um diário de campo. A partir dessa técnica fizemos uma reflexão sobre nós mesmos e sobre a nossa experiência, pois os diários representaram a experiência do pesquisador com suas dúvidas, angústias e preconceitos da população pesquisada.

Considerando o contexto histórico, social e político desencadeado pelo CAC tudo foi levado em conta, nada escapou da observação; as falas, os gestos, as experiências, os saberes, as ações e as emoções dos atingidos foram captadas em suas minúcias procurando perceber aquilo aparentemente secundário. Geertz (2012) fala em descrição microscópica, Laplantine (2007) em estudo do infinitamente pequeno do cotidiano. Para isso foi necessária uma sensibilidade em todos os momentos da pesquisa de campo com uma atenção aberta e concentrada procurando trabalhar outros sentidos além da audição.

O fato de não usar métodos mensuráveis não significa que abrimos mão do rigor científico. Há nesse método uma programação estrita na pesquisa de campo com utilização de protocolos rígidos. A técnica descritiva utilizada não se restringiu a coletar informações estudando homens e mulheres como se fossem objetos estáticos “[...] não consiste apenas em coletar, através de um método estritamente indutivo, uma grande quantidade de informações, mas em impregnar-se dos temas obsessionais de uma sociedade, de seus ideais, de suas angústias.” (LAPLANTINE, 2007, p.149).

Por fim, a terceira etapa foi concluída com a organização, sistematização e análise de dados que teve um caráter interpretativo sendo considerado o contexto histórico, social e político dos efeitos do CAC. Essa técnica é própria da etnografia, pois “[...] ela é interpretativa; o que ela interpreta é o fluxo do discurso social e a interpretação envolvida consiste em tentar salvar o dito num tal discurso da sua possibilidade de extinguir-se e fixá-lo em formas pesquisáveis.” (GEERTZ, 2012, p.15).

A pesquisa não apresentou hipóteses e por pesquisar um fenômeno social a interpretação desse fenômeno foi visto a partir de um contexto. Procuramos não ter uma visão isolada, parcelar e estanque e tivemos atenção especial aos informantes e às anotações de campo. Buscamos dar um sentido para os dados coletados tentando mostrar como eles respondem ao problema. Os dados foram organizados com ajuda de um quadro descritivo e interpretativo bastante amplo (TRIVIÑOS, 2008).

3 INSTITUCIONALIZAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO ESPACIAL DA ÁGUA

*“Meu filho a melhor coisa do mundo foi quando Bastião cavou essa cacimba,
agora tinha água pra todo mundo,
e eu disse - quem quiser pode vir pegar porque ninguém
deve negar água”. (Dona Julieta)*

3.1 Os significados da água e suas consequências

A água é um elemento indispensável à dinâmica social e natural do planeta Terra sendo impossível pensar a vida sem a presença desse elemento. Diferentes civilizações humanas prosperaram tendo a água como um elemento balizador. Os grupos humanos evoluíram atuando sobre os sistemas hídricos construindo obras que foram ficando cada vez maiores e mais complexas.

Podemos analisar a história da humanidade através do convívio e do domínio da água. Ao longo dos séculos fomos aprendendo a procurar água, armazenar, tratar e distribuir esse precioso líquido. Aprendemos a construir pequenos poços que foram evoluindo para canais, represas, aquedutos até complexas obras de engenharia.

Na Pré-história, apesar do nomadismo, os humanos tinham como referência os corpos hídricos. Foi no vale do rio Nilo e dos rios Tigres e Eufrates que floresceram importantes civilizações na Mesopotâmia e no Egito. Há cerca de 5.000 anos essas civilizações dominaram a irrigação construindo canais de drenagens que recuperavam áreas pantanosas no delta desses rios (PINTO-COELHO; HAVENS, 2015).

Há cerca de 4.500 anos surge os primeiros sistemas de distribuição de água, antes disso, já havia registro de armazenamento de água em 7.000 a.C. com o domínio da cerâmica na construção de potes. Entre 5.000 e 4.000 a.C. os sumérios construíram galerias, recalques, cisternas, reservatórios, túneis, aquedutos e poços. Os hindus por volta de 3.200 a.C. já possuíam sistemas de drenagem e redes de esgoto e os astecas eram notadamente conhecidos como a “civilização do regadio” (PINTO-COELHO; HAVENS, 2015).

Os egípcios, em 2.000 a.C. já sabiam que inúmeras doenças podiam ser provocadas através da água e já adicionavam sulfato de alumínio na clarificação. Em 2.900 a.C. a cidade de Memphis era abastecida através de uma represa construída pelo faraó Menes. Muitas outras civilizações como os chineses, os maias e os árabes deixaram enorme tradição sobre as formas de gestão e controle da água (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Na Idade Antiga os japoneses já filtravam a água de beber em vasos de porcelana. Os gregos deixaram enorme legado sobre a forma de organizar e disciplinar o uso da água. Platão (427-347 a.C.) prescreveu meios de penalização aqueles que causassem algum dano aos sistemas hídricos e Hipócrates (460-377 a.C.) identificou a relação entre a saúde humana e a qualidade da água (PINTO-COELHO; HAVENS, 2015).

Os romanos se destacaram na gestão e na construção de grandes infraestruturas hídricas. Em 700 a.C. foi construído o primeiro grande aqueduto por Ezequiel, rei de Judá, que abastecia a cidade de Jerusalém. Além do transporte da água através dos aquedutos que abasteciam as cidades os romanos desenvolveram as termas utilizadas para banhos públicos com controle da temperatura da água. Construíram ainda complexos sistemas de esgoto, captação de água da chuva e dezenas de fontes artificiais (PINTO-COELHO; HAVENS, 2015).

Na Idade Média os rios foram usados como meio de transporte e pequenos povoados floresceram a margem de rios e mares estabelecendo rotas comerciais. A paisagem rural quase sempre destacava a importância dos moinhos hidráulicos (SABOIA, 2015).

No período chamado de Idade Moderna o Renascimento marcou novas relações do homem em relação à água. No apogeu das monarquias europeias grandes expedições de navegação entre os continentes possibilitaram a conquista de vastos territórios na América, Ásia e África. “Foi a força motriz dos engenhos movidos a água aliada ao trabalho escravo dos negros que possibilitou o primeiro grande ciclo econômico das Américas: a produção e exportação da cana-de-açúcar.” (PINTO-COELHO; HAVENS, 2015, p.20).

Com a Revolução Industrial, iniciada na Inglaterra, no século XVIII profundas transformações foram desencadeadas. Foi a partir do vapor da água com o domínio da técnica e da produção do trabalho mecânico que os rumos da mudança na história humana se intensificaram. A partir daí grandes indústrias se espalharam pelo mundo e os meios de transporte foram se desenvolvendo possibilitando um notável crescimento econômico.

A expansão das indústrias promoveram um intenso crescimento urbano sendo necessário obras hídricas que atendessem o aumento da população nas cidades. Em Londres, no ano de 1829, foi construída a primeira estação de tratamento da água. Outros países seguiram o exemplo da Inglaterra e também iniciaram suas reformas sanitárias como França, Alemanha e Estados Unidos (PINTO-COELHO; HAVENS, 2015).

O século XX marca um intenso processo de uso da água para diversos fins. Foi da água dos rios através de grandes barragens que se desenvolveu a hidroeletricidade. Com o uso potencial da energia e com o avanço nas técnicas de captação, armazenamento e distribuição

da água a industrialização antes restrita a Europa e América do Norte se espalha por todos os continentes. No século XX praticamente chegamos ao limite no domínio e controle da água e simultaneamente atingimos uma perspectiva sombria em relação ao futuro da água no planeta.

Em diferentes sociedades as relações sociais desenvolvidas em torno da água se substanciaram em desiguais formas, entre elas como mercadoria, como dádiva e como direito coletivo. É a partir dessas três formas de se relacionar com a água que se forjam as discussões no momento em que a emergência das novas condições ecológicas apresenta um cenário de escassez mundial da água.

Apesar do uso de técnicas avançadas e da mercadorização da água há populações que se relacionam com a água com uso de métodos tradicionais de captação e modelos de gestão autossustentáveis que já são praticados por milênios. Mas com o processo de racionalidade econômica dominante e a aparente definição da água como mercadoria¹ o direito privado parece se sobrepor ao direito comunitário e controle coletivo.

O uso da água como mercadoria foi desenvolvida em sociedades distintas: no Oriente Médio a venda de água foi disseminada no mundo islâmico. Na América a capital do império asteca, Tenochtitlan, a prática já era utilizada. Para Castro (2007), na Europa medieval cidades como Londres, no século XIV, e Lisboa, no século XVI, já se praticava o comércio. Fato também ocorrido nas cidades coloniais da Ibero-América, como Buenos Aires, Cidade do México, Rio de Janeiro e São Paulo.

De outra perspectiva, embora a maior parte das sociedades humanas tenha permitido vender água, formalmente o acesso à água tem sido amplamente regulado por princípios normativos que até hoje dão prioridade ao uso comum ou público mais do que ao privado, mesmo quando formas de direitos de propriedade privada relativos à água estão em pauta. Além disso, a maior parte das sociedades também formalizou, de uma forma ou de outra, o princípio de que a água para usos essenciais – tanto por humanos quanto por animais – não pode ser negada a quem quer que seja, mesmo a quem não possa pagar pelo acesso. (CASTRO, 2013, p.211).

Baseado nesses princípios algumas cidades contemporâneas como Cairo, no Egito, o uso gratuito da água para aqueles que têm sede é um hábito comum. A população costuma deixar seus jarros de barro, chamado de zir, do lado de fora de suas casas para que os transeuntes sedentos possam beber (CASTRO, 2007).

A crença da água como dádiva também foi comum:

[...] para as civilizações aborígenes Pilagás e Wichis, do Chaco Paraguai, gerir a água significava entre outros, proibir mulheres que estivessem em seu ciclo

¹ Lembramos que mercantilização da água ocorre antes mesmo do advento do capitalismo o que ocorre agora é a intensificação desse processo movida pela essência capitalista de transformar tudo e todos em mercadoria.

menstrual de ter contato com qualquer fonte de água, pois se acreditava que esse contato poderia poluir a fonte, não obedecer a tal regra, significava a morte da transgressora. (TORRES, 2007, p.30).

Na Índia todos os rios são manifestações dos deuses. O rio Ganges, por exemplo, na mitologia hindu, teve sua origem nos céus e por isso é considerado uma ponte sagrada com o divino. A passagem para os céus estará garantida nos rituais de morte depois de jogar as cinzas do corpo nas águas do Ganges. Em outras religiões as fontes de água eram consideradas sagradas.

Na França, na cabeceira do rio Sena há um templo dedicado a deusa Sequana. Na Inglaterra o antigo nome do rio Tâmis é Tamesa ou Tamesis, que significa uma deusa fluvial. Com o advento do cristianismo a adoração e devoção espiritual aos rios e fontes foram proibidas. Apesar disso, a água se manteve sagrada na fé cristã em alguns rituais como o batismo (SHIVA, 2006).

Em muitas sociedades a propriedade privada da água foi proibida. Em textos antigos, como o *Código Justiniano*, a água era considerada um bem público, comum à humanidade. Na tradição hindu a água e outros elementos naturais estavam fora da esfera das relações de propriedade. A *Sharia*, segundo a tradição islâmica significava o “caminho para a água” e fornecia a base definitiva para o direito a esse recurso (SHIVA, 2006).

Apesar de grandes mudanças socioculturais até meados do século XX a água ainda era considerada um bem infinito e para a grande maioria da população mundial não era um tema político relevante. Apenas regiões com histórico de falta de água a questão merecia atenção permanente. Mas, com a consolidação de um modo de produção hegemônico e a expansão de novas tecnologias de captação e gestão a hidrosfera foi profundamente alterada. Passamos a consumir e explorar água em escala assustadoramente grande e os Estados passaram a ter um papel central na administração da água (CASTRO, 2013).

Inúmeras experiências de gestão e leis que regulamentassem o seu uso surgiram em todo o mundo. Na França a primeira lei promulgada data de 1898, sendo que em 1964 uma nova lei criou um moderno sistema de gestão. Em 1933 sete estados dos Estados Unidos criaram o Tennessee Valley Authority com objetivo de gerir a bacia hidrográfica do Tennessee e em 1965 é promulgada uma lei que orienta o uso dos recursos hídricos naquele país (SABOIA, 2015).

No Brasil, país detentor de considerável reserva hídrica a institucionalização surge apenas nas primeiras décadas do século XX.

As primeiras iniciativas nacionais para a institucionalização de políticas de gestão da água são da década de 1920. Com finalidades específicas à gestão de águas, o Código das Águas é apontado como o mais antigo texto sobre o tema. Instituído em 1934, o Código das Águas passou a ser um marco como o único instrumento legal abrangente e específico sobre os recursos hídricos no país, assim permanecendo até o final da década de 1990. (MARINHO; MORETTI, 2013, p.128).

Apesar de ter uma concepção centralizadora, reflexo do governo de Getúlio Vargas o Código das Águas foi considerado avançado para época e já instituía o sistema de outorgas, o uso múltiplo da água, necessidade de medidas de recuperação, proteção e conservação da água.

A proposta de uma reformulação na política hídrica nacional foi defendida em 1986 em ocasião de um grupo de trabalho do Ministério de Minas e Energia. No relatório foi proposta a nova organização do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH com recomendação para os planos estaduais de recursos hídricos e implantação dos Comitês de Bacias Hidrográficas – CBHs (SABOIA, 2015).

A Constituição Federal de 1988 proveu condições para o surgimento do atual modelo de gestão de recursos hídricos. A Carta Magna preceitua o uso da água como um bem público trazendo em seu Artigo 21, inciso XIX – *instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seus usos*.

Apesar das regulamentações do uso e das novas formas de gestão a expansão do consumo não parava de crescer devido a crença de que a água era gratuita e infinita. Essa concepção começa a ser questionada no final do século XX com a chamada crise ambiental.

Com a crise ambiental o debate em relação ao tema passou a reconhecer a água como um bem finito, escasso e vulnerável. Essa nova abordagem que reflete em complexas relações sociais e territoriais ficaram mais explícitas a partir da década de 1990, período marcado pelo desmonte do Estado e avanço das políticas neoliberais. Na época várias conferências e fóruns mundiais foram realizados com objetivos de promover ajustes nas políticas de gestão de água, quase sempre orientados por grandes corporações internacionais.

O primeiro passo seria produzir uma visão global com objetivo de criar um discurso e uma política mundial sobre a água. Os Estados acentuaram o seu papel desenvolvimentista com uma lógica territorial de poder em parceria com corporações internacionais. Grandes empresas principalmente da Europa que atuavam no setor com apoio de seus respectivos governos criaram, em 1994, o Conselho Mundial da Água.

O pressuposto político-ideológico é de que o mercado é a melhor forma de alocação dos recursos, o que tornaria a gestão da água mais eficiente [...] A criação do Conselho Mundial da Água em 1994 ocorreu neste quadro. Esta entidade

multilateral é uma influente formadora de opinião, composta por diversos agentes relativos aos recursos hídricos, tais como organizações não governamentais, empresas, universidades, centros de pesquisa e representantes de Estado. (SABOIA, 2015, p.60).

A ONU demonstrava uma preocupação com a gestão hídrica principalmente nos países em desenvolvimento fortalecendo o discurso da incompetência dos Estados nos serviços relacionados à água. Se no passado o Estado possuía um papel mais ativo na gestão e na avaliação de seus próprios recursos hídricos agora entrava em cena uma nova versão da velha colonialidade com participação direta do Banco Mundial no Conselho Mundial da Água contribuindo para a criação da Parceria Mundial pela Água (GWP – Global Water Partnership) com objetivo de aproximar investidores privados aos serviços públicos (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Os novos gestores da água criticavam o papel do Estado ao mesmo tempo que necessitavam de suas ações, tendo em vista seu papel para as alterações das leis, regras e convenções com objetivos de produzir novos sistemas legais e institucionais com objetivos de facilitar o processo de privatização. Propunham que a crescente demanda seria alcançada com eficiência no aproveitamento a partir do controle do ciclo da água com um padrão de racionalidade técnica mediante a construção de mais infraestrutura hídrica e aplicação de regulamentos.

Se há hoje muito investimento e envolvimento de organizações públicas e privadas entorno da questão hídrica é preciso lembrar que nas últimas décadas essas iniciativas orientadas pelas políticas dos países ricos e dos organismos multilaterais foram cada vez ganhando mais espaço.

Em 1977 a Conferência de Mar Del Plata², Argentina, dava os sinais de que as questões relativas à água deveriam ser pautadas na agenda internacional. Nos anos seguintes a ONU projetou seus esforços na década de 1980 chamando de “Década Internacional de Água Potável e Saneamento”. A previsão proposta em Mar Del Plata era um esforço conjunto para que até o ano 2000 todas as pessoas do mundo tivessem acesso à água potável e segura.

Na década de 1990 ocorreu uma intensificação de eventos internacionais relacionados à questão hídrica. Em 1992, no Rio de Janeiro, foi realizada a Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Esse evento trouxe a popularização do conceito de desenvolvimento sustentável lançando as bases de uma política ambiental

² Ribeiro e Villar (2012) lembram que em 1972 a Declaração de Estocolmo, resultado da Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Humano, foi um dos primeiros documentos a reconhecer como direito fundamental a vida em um meio ambiente de qualidade e obrigação de preservar os recursos naturais, incluindo expressamente a água para as gerações presentes e futuras.

mundial, instituindo o dia mundial da água, a ser comemorado, no dia 22 de março (PETRELLA, 2002). No mesmo ano ocorreu a Conferência Internacional de Dublin sobre Água e Meio Ambiente, onde um dos princípios adotados apontava para o reconhecimento da água como bem econômico.

Em 1997 aconteceu o Primeiro Fórum Mundial da Água, em Marrakesh; em 1998 foi realizada a Conferência Internacional da Unesco sobre recursos hídricos mundiais; e em 2000, em Haia ocorreu o Segundo Fórum Mundial da Água. Em todos os eventos os progressos eram pífios e não havia direção clara sobre quais os caminhos a serem seguidos para resolver os problemas. Havia muita informação sobre a situação hídrica, mas pouco se questionava sobre os mercados, as estratégias e o crescimento de corporações no setor.

No século XXI a ONU realizou três grandes Fóruns Mundiais da Água: Kyoto, 2003; Cidade do México, 2006 e Istambul, 2009. Em resumo, dois paradigmas foram travados, um deles apontava para uma crise generalizada ao acesso à água doce onde a mercadorização seria a solução mais adequada, o outro indicava que não há uma crise de disponibilidade da água, mas sim uma crise no desigual acesso, bem como nas diferentes formas de utilização e consumo (BORDALO, 2012).

Notava-se que cada vez mais os países se isentavam de seus compromissos financeiros na execução de serviços básicos para a população deixando que as forças do mercado buscassem as soluções. Isso ficou bem explícito na conclusão da Cúpula de Johannesburgo realizada em 2002 quando havia um compromisso inicial em reduzir pela metade o número de pessoas sem acesso adequado a esgoto e água limpa. Em resultados práticos a Cúpula de Johannesburgo foi decepcionante (SWYNGEDOUW, 2004).

Em geral, afirma-se que os objetivos das convenções internacionais, fóruns e congressos realizados por autoridades públicas e organizações especializadas na área deixaram uma impressão de muita retórica e pouca ação prática. Entretanto, Petrella (2002, p.45) destaca que apesar da superficialidade a maioria desses eventos tiveram importância em “[...] programas de ação, projetos, resoluções e declarações, alguns desses momentos importantes não só em termos de conscientização, mas também para a definição de novos conceitos (tais como o direito à água) e novas soluções.”

3.2 Água: escassez *versus* abundância

No mundo todo o consumo por água vem crescendo a cada ano. As técnicas de extração, armazenamento e distribuição de água avançaram consideravelmente durante o século XX e continuam fazendo progressos captando o bem em locais antes inacessível. Estima-se que o volume de água subterrânea tenha triplicado nos últimos 50 anos levando a exaustão de muitos aquíferos.

A taxa de extração de águas subterrâneas cresce 1% por ano desde 1980. Entre 2011 e 2050, estima-se que a população global cresça 33%, de 7 para 9 bilhões de pessoas, enquanto a demanda por alimentação irá crescer 70% no mesmo período. Além disso, o 5º relatório de avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática (Intergovernmental Panel on Climate Change – IPCC) prevê que para cada grau de aquecimento global, aproximadamente 7% da população global enfrentará quase 20% de diminuição em recursos hídricos renováveis. Essa projeção de escassez de água exigirá recursos hídricos não convencionais, como aproveitamento de águas pluviais, águas residuais recicladas e drenagem urbana. (UNESCO, 2012, p.3).

O cenário atual aponta para uma preocupação quanto ao agravamento da escassez hídrica. O número de pessoas sem acesso a fontes potáveis e saneamento está longe de ser universalizado como propunha a Conferência de Mar Del Plata, em 1977. Embora os índices venham caindo os desafios são enormes, isso ocorre porque o aumento da escassez natural vem sendo agravada por diferentes processos, entre os quais, destacamos as mudanças climáticas.

A urbanização desordenada principalmente nos países em desenvolvimento aumenta a ameaça de escassez. Em 1950 havia 78 cidades com mais de um milhão de habitantes, em 1990 o número chegou a 290 e a projeção para 2025 é de 650 cidades com mais de um milhão de habitantes (PETRELLA, 2002). Com a migração das populações para grandes cidades³ e a consequente mudança nos hábitos de consumo é preciso buscar água cada vez mais longe, com custo maior, que exige mais tecnologia e provoca mais desperdício devido às distâncias. Com os efeitos das mudanças climáticas e o consequente aumento de áreas vulneráveis com secas ou enchentes o número de pessoas em situação de risco devido ao estresse hídrico pode chegar a 1,7 bilhão antes de 2030 (ONU, 2016).

Na África Subsaariana o suprimento da água potável não chega a 60% da população. Na Europa e na América do Norte o problema é a poluição da água por produtos agroquímicos. Na Ásia e Pacífico o rápido crescimento econômico, urbanização e industrialização vêm provocando uma pressão aos ecossistemas comprometendo as

³ Um habitante urbano consome em média três vezes mais água que um habitante rural.

necessidades hídricas de algumas regiões do continente. Embora o acesso à água potável tenha aumentado no continente os desastres naturais comuns nessa região torna os países vulneráveis. Na América Latina e Caribe o modelo econômico predominante faz desses países grandes exportadores de produtos minerais e agrícolas que demandam uso intensivo de água.

Com os mercados globalizados a água passou a circular o mundo inteiro como uma mercadoria tangível embutida nos mais diversos produtos como alimentos, minerais, automóveis, tecidos, entre outros. Para Fernandes (2015) em países como o Brasil, exportadores de produtos primários, os dados provocados pela pegada hídrica são estarrecedores⁴.

Para se produzir um carro gasta-se em média 400.000 mil litros de água. Um quilo de carne bovina consome em média 15.400 litros, um frango pode consumir em média 2.000 litros e um quilo de soja em média 1.800 litros. Certamente quem pagou por essas mercadorias não pagou efetivamente pela água. Ao contrário, essas relações sociais e de poder que determinam a circulação dos recursos naturais revelam um desenvolvimento desigual e combinado acentuando os desequilíbrios ecológicos deixando uma geografia diferente dos proveitos e dos rejeitos (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Em relação à distribuição por setores da economia há diferenças de acordo com o papel que os países assumiram na nova divisão internacional do trabalho.

[...] nos países desenvolvidos, o uso industrial é o mais representativo com 59%, seguido do agrícola com 30%, e o restante 11% destinado ao doméstico. Já nos países em desenvolvimento e subdesenvolvidos, os números mostram que a maior parte do uso da água, 82% é destinada à agricultura, 10% para o uso industrial e somente 8% para o uso doméstico. (BORDALO, 2012, p.70).

Segundo os relatórios da UNESCO (2012) a agricultura precisará aumentar a produção de alimentos em cerca de 60% até 2050 e nos países em desenvolvimento a produção deve ser em 100%. Nesses países à medida que as fronteiras da acumulação capitalista avançam sobre os mais diferentes territórios, quase sempre através de grandes projetos, os recursos naturais e minerais vão sendo apropriados por grandes corporações transnacionais. Em muitos países não há ainda uma regulamentação mais rigorosa que proporcione um uso mais eficiente comprometendo ainda mais os mananciais devido o intenso processo de poluição e contaminação.

⁴ Outro conceito utilizado para mensurar o impacto hídrico na produção é o de água virtual. Esse conceito foi usado por John Anthony Allan e se refere à quantidade de água utilizada nos produtos que são comercializados.

Mas a preocupação se estende para a sustentação de outros setores da economia mundial onde a água é essencial para as mais diversas atividades desde os serviços básicos do comércio em geral, indústria, produção de energia, entre outros.

Aproximadamente 1,5 bilhão de pessoas que representa cerca de metade da força de trabalho em todo mundo está empregada em atividades que funciona exclusivamente com uso da água. Nesse panorama haverá uma pressão muito forte aos países com maior estoque hídrico. Apenas seis países concentram 40% da água doce do planeta; Brasil, Rússia, Canadá, Estados Unidos, China e Índia.

Países com instabilidade política, econômica e social se transformaram em zonas de conflitos motivadas pelo acesso e disputa pela água. Alguns são conflitos adormecidos que podem se resolver por meio da diplomacia, mas podem assumir proporções regionais e internacionais. Petrella (2002) registrou em sua pesquisa 27 rios e lagos que são fontes de conflitos entre países. São aproximadamente 42 nações envolvidas em zonas de conflitos tendo a água como fator desencadeador. Grande parte dessas disputas estão relacionados à construção de grandes barragens e desvios de águas.

Para Tundisi (2008) há uma urgente necessidade de cooperação internacional, especialmente em bacias compartilhadas, pois não existem fronteiras políticas para a água e a estimativa é de que 148 Estados possuam bacias internacionais dentro dos seus territórios.

Parcerias internacionais aumentaram nos últimos anos como forma de buscar soluções conjuntas. Já existem cerca 150 acordos internacionais relacionados com bacias hidrográficas na Europa e nos Estados Unidos.

Na América do Sul, cooperação internacional efetiva tem se desenvolvido na bacia do Prata (compartilhada por Argentina, Brasil, Chile, Paraguai) e na bacia Amazônica (compartilhada por nove países). Ações conjuntas de monitoramento para controle da qualidade da água, estudos conjuntos para avaliar o impacto dos usos do solo na contaminação conjunta de gestores de recursos hídricos são algumas ações e atividades já desenvolvidas e que têm estimulado políticas públicas de longo prazo para a gestão dessas bacias. (TUNDISI, 2008, p.12).

Entretanto, a gestão integrada de águas transfronteiriças na América do Sul são institucionalmente frágeis, é apenas no setor de energia na bacia do Prata que existe uma consolidação de uma gestão efetivamente integrada (PIRES DO RIO; DRUMOND, 2013).

Em relação à gestão compartilhada de águas subterrâneas ainda existem poucos acordos no mundo. A Liga dos Estados Árabes criou um Conselho Ministerial Árabe da Água e uma Estratégia Árabe de Segurança Hídrica que tem como objetivo evitar conflitos e implantar um manejo integrado dos recursos hídricos na região (UNESCO, 2012).

Sem a criação de uma consistente instância internacional que julgue os conflitos desenvolvendo uma governança mundial baseada numa partilha mais equitativa o discurso da escassez continuará sendo brandido impondo uma geografia desigual no acesso à água.

Aproximadamente um bilhão de pessoas no mundo é responsável por 86% do consumo de água do planeta. Um bebê nascido no Ocidente consome em média 40 a 70 vezes mais água que um bebê nascido no hemisfério sul. Um alemão consome em média nove vezes mais água do que um cidadão indiano, entretanto, se ambos devem pagar pela falta de água o mesmo não vale para o seu uso. Isso porque o malthusianismo ainda exerce forte influência no debate ambiental. O pânico e o medo são instrumentos para que as pessoas sejam controladas (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Acreditar no conceito malthusianista revela uma visão reducionista que envolve o problema da escassez hídrica. De 1950 para cá, enquanto a população mundial cresceu três vezes, a demanda por água cresceu seis vezes. Portanto, devemos buscar em outro campo as razões do desequilíbrio hidrológico (ANA, 2015).

De acordo com a ONU uma pessoa necessita de 110 litros de água por dia para atender suas necessidades básicas. A disponibilidade inferior a $1000\text{m}^3/\text{hab}/\text{ano}$ é considerado estresse hídrico. Abaixo de $500\text{m}^3/\text{hab}/\text{ano}$ ocorre à chamada escassez hídrica⁵.

No Brasil, país detentor de 12% das águas superficiais do planeta, não há situação de estresse e/ou escassez hídrica. A rede hidrográfica é suficiente para garantir a disponibilidade hídrica da população. As precipitações apresentam média considerada alta em termos mundiais, algo entre 1.000 e 3.000 mm/ano, a exceção é o semiárido nordestino com precipitação média entre 300 e 800 mm/ano. Considerando todo o território também não há déficit hídrico (precipitação menor que a evapotranspiração) (BRITO, 2013).

Três bacias hidrográficas se destacam quanto ao seu potencial hídrico: a Bacia Amazônica, a bacia do Rio da Prata e a bacia do Rio São Francisco. Em relação aos recursos hídricos subterrâneos o aquífero Guarani no Sul do Brasil tem um papel relevante do ponto de vista de disponibilidade. Cerca de 48% do território brasileiro é formado por aquíferos sedimentares (TUNDISI, 2014).

Apesar das estatísticas o país convive com contrastes hídricos e conflitos por água com possibilidade de escassez em algumas regiões. No Brasil e no mundo há uma tendência no reconhecimento da água como bem econômico, inserindo-a ao grande capital. Nesse

⁵ Nem sempre a escassez é natural, pode ser política, econômica ou tecnológica, ou combinadas.

cenário a disponibilidade da água não será suficiente para a expansão infinita da racionalidade econômico-mercantil.

À medida que a preocupação da água como recurso finito e escasso foi ganhando pauta na agenda ambiental foi também se submetendo a lógica do mercado. Um discurso socialmente construído é fundamental para que as leis do mercado atuem de modo eficiente sobre a água. Essa construção discursiva que é parte fundamental da mercadorização atingiu além do grande público os movimentos ambientalistas.

De fato, o Banco Mundial, a União Européia e companhias privadas celebram essa contínua reciclagem da idéia de “água” como um bem escasso. Isso fornece um maravilhoso instrumento de legitimação para impulsionar as políticas neo-liberais e voltadas para o mercado. De fato, os mercados vibram com a “escassez” real ou imaginada. Muitas organizações ambientalistas, com suas preocupações reais por assuntos ecológicos importantes, encontram-se numa aliança objetiva porém perversa com tais forças políticas e econômicas para as quais a privatização da natureza é uma mera tática para maximizar a acumulação, desregular mercados e buscar novos lucros. Além disso, por este caminho retira-se a atenção da natureza política da “escassez” como “produzida” social e politicamente e foca-se, ao invés disso, nas soluções tecnológicas disponíveis. (SWYNGEDOUW, 2004, p.40).

No próximo tópico vamos mostrar como a mercadorização da água se tornou um dos elementos centrais para as políticas neoliberais operadas por grandes empresas em especial nos serviços de abastecimento e saneamento urbano.

3.3 A transformação da água em recurso hídrico

Com a institucionalização dos recursos hídricos nas últimas décadas corporações multinacionais expandiram seus mercados e produziram uma nova geografia das águas. Setores estratégicos como o controle de fontes hídricas, sistema de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, produção e comercialização de água mineral engarrafada e bebidas gaseificadas passaram ao controle de grandes empresas, algumas delas já concretizadas como oligopólios (SABOIA, 2015).

Entre as empresas que dominam o mercado global da água se destacam a Veolia Environnement, Suez Environnement, Saur Group, ITT Corporation, United Utilities, Severn Trent Plc, Thames Water, American Water, Anglian Water Group, Kelda Group Plc, GE Water & Process Technologies, Kurita Water Industries Ltd. e Ecolab. Empresas francesas que estão entre as mais poderosas do mundo já possuem inúmeras filiais no mundo inteiro e seus investimentos demonstram a lucratividade do setor.

As empresas francesas Vivendi Universal, com faturamento de cerca de 12,5 bilhões de dólares em 2001, e a Suez-Lyonaise des Eaux, com faturamento de 9 bilhões de dólares no mesmo ano, vêm disputando ou se associando, conforme o caso, para ter o controle da água potável das torneiras com a gigante alemã RWE (e sua filial inglesa Thames Water), com a Biwwater, a Saur-Bouygues, a estadunidense Bechtel, Wessex Water (Enrom). (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.437).

São empresas que negociam ações nas bolsas de valores, realizam fusões, compram outras firmas e fazem parcerias. Com um poder praticamente invisível engendram rearranjos econômicos e territoriais com vistas a obtenção de lucro cada mais elevado.

As influências políticas e econômicas para a campanha de privatizações do setor hídrico se intensificou no mundo. Em julho de 2005 documentos confidenciais da União Europeia relativos às negociações do GATS (General Agreement on Trade in Services) vazaram e seu conteúdo revelou que 29 países em desenvolvimento, membros da OMC, incluindo o Brasil, estavam sendo pressionados para “[...] remover ou adaptar as legislações locais de modo a diminuir restrições de acesso a capitais internacionais ao mercado de serviços públicos, especialmente no setor de captação, fornecimento e tratamento de água.” (TORRES, 2007, p.45).

Em pouco tempo o poder econômico dessas transnacionais já não podia ser ignorado. Somente a francesa Lyonnaise des Eaux e sua subsidiária Dégremont, em 1997, forneceram água potável para 65 milhões de pessoas em todo o mundo e atenderam serviços de saneamento para aproximadamente 40 milhões de habitantes. Na época o faturamento foi da ordem de 27 bilhões de francos (4,9 bilhões de dólares) dos quais 44% fora da França (TORRES, 2007).

Petrella (2002) afirma que esses novos “senhores da água” adquirem poder através da propriedade e controle da água utilizando inúmeros instrumentos: estabelecem leis, acusam os mais fracos pelos erros cometidos, não aceitam divisão, utilizam as novas tecnologias de captação e principalmente excitam os conflitos.

Para os novos senhores da água não há problema em revelar o seu posicionamento sobre a mercantilização da água. O presidente da Nestlé, Peter Brabeck, maior engarrafadora de água potável do mundo, revelou categoricamente que a água não deve ser concebida como um direito humano, mas como um alimento com etiqueta de preço podendo ser comercializado como qualquer outra mercadoria (SABOIA, 2015).

A própria Nestlé nos últimos anos vem comprando terras com abundância em água na América Latina e África. Estima-se que 8% do seu capital imobilizado seja relativo a fontes de água. O depoimento desse capitalista revela a transformação de um bem gratuito em mercadoria privada (MITIDIERO JUNIOR, 2016).

As políticas de privatização impostas pelo Banco Mundial e pela OMC favorecem o controle corporativo da água transformando escassez em oportunidade de mercado para grandes empresas. Como determinação da economia global os serviços de água e saneamento se expandem rapidamente por todos os continentes. Mas, diante das especificidades de cada região os serviços ofertados pelas multinacionais geraram insatisfação chegando inclusive a conflitos entre as empresas e a população local como ocorreu na América Latina.

Em 1997, em Tucumán (Argentina), a população iniciou um movimento de desobediência civil contra uma filial da Vivendi, recusando-se a pagar as contas de água por conta da deterioração da qualidade da água e do aumento em mais de 100% das tarifas. A Campanha Geral das Águas tinha obtido o direito de privatizar as concessões dos serviços de água e esgoto da província em 1993. Mas o súbito aumento do preço e dos serviços de água e esgoto, de 104%, em média, provocou o protesto de consumidores da província: os primeiros a se organizarem foram os pequenos vilarejos do interior da província, na região de produção de cana-de-açúcar, onde já existe uma longa tradição de luta. No início, sete cidadezinhas formaram uma Comissão de Coordenação e criaram a Associação de Defesa dos Consumidores de Tucumán. O governo da província começou por apresentar um pedido de sanções contra a empresa após a descoberta de elementos contaminados na água encanada. Diante do boicote de pagamento, primeiramente a *Générale des Eaux* ameaçou os consumidores com a suspensão dos serviços e, em seguida, tentou renegociar o contrato para, finalmente, retirar-se, recusando-se a cumprir as obrigações contratuais. Então, passou a atacar os consumidores de Tucumán junto ao ICSID (International Center for Settlement of Investment Disputes), organismo do Banco Mundial que se pronunciou favoravelmente a província. A partir daí, uma mudança de governo retirou dos consumidores a sustentação legal do boicote aos pagamentos. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.441).

O aumento abusivo das tarifas ocorreu também em Buenos Aires quando a empresa Águas Argentinas aumentou as tarifas 88,2% entre 1993 e 2002. Nesse mesmo período a inflação subiu apenas 7,3% (CASTRO, 2007).

No ano 2000, em Cochabamba na Bolívia, a concessão dos mananciais e o controle do abastecimento para a empresa Águas de Tunari controlada pela Bachtel, empresa norte americana, foi obrigada a romper o contrato de prestação de serviços ao governo boliviano após uma série de manifestações feitas pelos usuários da água que se indignaram com o aumento abusivo das tarifas (TORRES, 2007).

O aumento das tarifas foi de 150% a 180%, cobrando inclusive taxas no meio rural, e as cláusulas no processo de concessão previa entre outras aberrações a proibição da divulgação do processo de concessão. A confidencialidade sobre a exploração e os serviços, antes utilizada como estratégia dos Estados, foi transferida para uma empresa privada constatando que o interesse público seria ignorado perante o direito individual.

Esse episódio conhecido como a Guerra da Água contou com uma ampla mobilização de caráter nacionalista com participação dos camponeses, herdeiros de uma

cultura milenar, e de outros setores da sociedade. O país ficou em estado de guerra civil por uma semana e a reação do governo foi violenta com os manifestantes. Ao final do conflito a população foi vitoriosa com a promulgação da lei das águas.

Com o rompimento do contrato a Bechtel tentou processar o governo boliviano através da criação de uma empresa holandesa criada especificamente para isso. A prerrogativa utilizada se baseou em um acordo bilateral entre Holanda e Bolívia que previa a solução de conflitos entre esses países através de um fórum internacional.

Outras cidades bolivianas passaram por situação semelhante:

Também em La Paz, o bairro mais pobre da cidade, El Alto, que teve papel destacado no movimento que, em outubro de 2003, derrubou o governo de Gonzalo de Lozada, nos dá uma clara demonstração das consequências de se estabelecer uma regra universal de regulação que desconsidera as práticas de gestão comunais, muitas das quais, na Bolívia, originárias da cultura Aymara Quéchua. Com a privatização, retirou-se daquelas populações o controle dos seus recursos, com o consequente aumento dos preços, impedindo-se, assim, o acesso dos mais pobres à água. Desde que a distribuição da água passou a ser administrada pela empresa francesa Lyonnaise des Eaux, através do Consórcio Águas del Illimani, seus preços aumentaram 600% (de 2 bolivianos para 12) e o preço pela instalação que era de 730 bolivianos, antes da privatização passou a 1.100 bolivianos e a água abundante não está acessível para a população. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.441).

Na África e na Ásia as ações políticas, em muitos casos com forte apoio do Banco Mundial, no intuito de estabelecer um processo desumano de mercadorização da água gerou conflitos que sacudiram diversos países. Na África do Sul, por exemplo, no ano de 2000, foi estabelecido no Conselho da Cidade de Johannesburgo uma Parceria Público-Privada (PPP) com a empresa britânica Northumbrian Water subsidiária da francesa, Suez-Lyonnaise des Eaux:

O Banco Mundial tratou a África do Sul pós-apartheid como amostra da maior eficiência que se pode alcançar com a privatização e a liberalização dos mercados. Promoveu, por exemplo, quer a privatização da água, quer a aplicação da “total recuperação de custos” a recursos de propriedade das municipalidades. Em vez de receber água de graça, os consumidores pagavam pelo fornecimento. Com maiores receitas, esses recursos, segundo a teoria, gerariam lucros e financiaram sua própria ampliação. Contudo, não podendo pagar as tarifas, muitas pessoas acabaram ficando sem esses serviços e, com receitas menores, as empresas aumentaram as tarifas e tornaram a água ainda menos acessível às populações de baixa renda. Um dos resultados disso, visto que as pessoas tiveram de recorrer a outras fontes de água, foi uma epidemia de cólera que matou grande número de pessoas. O objetivo declarado (administrar o uso da água para fornecê-la a todos) não pôde ser realizado devido aos métodos nos quais se insistiu. (HARVEY, 2014, p.131).

Em 2000, em Plachimada, no Estado de Kerala, Índia, numa região com abundância de água foi instalada uma fábrica da Coca-Cola com licença condicional de captação de água concedida pelo Estado. A empresa passou a extrair ilegalmente cerca de 1,5

milhão de litros de água por dia. A água subterrânea que era retirada de uma profundidade de cerca de 46 metros passou para mais de 152 metros de profundidade. Os resíduos tóxicos foram despejados no solo do entorno da fábrica e depois nos poços secos no interior da fábrica. O resultado disso foi uma contaminação dos aquíferos, do solo e até do próprio refrigerante. Em 2003 a água fornecida ao povoado foi considerada não potável. No mesmo ano uma grande manifestação liderada pelas mulheres pressionou o governo que ordenou o fechamento da fábrica. Em 2005 a Alta Corte de Kerala anulou a ordem de fechamento da fábrica (SHIVA, 2006).

Conflitos como esses ocorreram em Mali, Filipinas, Senegal, Burkina-Fasso e Gana. Em algumas situações a instabilidade das economias em desenvolvimento motivou a migração das empresas para os países centrais como ocorreu na Argentina durante a crise de 2001. Para a população ficam os danos socioambientais e para os Estados ficam os custos com a infraestrutura, a readaptação administrativa e os processos judiciais das empresas pelo cancelamento dos contratos que se estendiam por décadas (CASTRO, 2007).

Mas até mesmo os países com economias estáveis como Itália, Alemanha e Grã Bretanha tiveram problemas com a mercadorização dos serviços:

Como ejemplo complementario, podemos mencionar el caso de Inglaterra y Gales, que, como dijimos, suele ser citado como un ejemplo de privatización exitosa. Al comienzo de la privatización, entre 1989 y 1999, las empresas aumentaron las tarifas 95%, y en los primeros cinco años el número de intimaciones de pago enviadas a los usuarios morosos aumentó 900%, mientras que casi dos millones de usuarios (alrededor de 9%) dejaron de pagar su factura en 1994 (para un análisis detallado, v. Herbert/Kempson; Bakker; Drakeford). La situación continuó empeorando. Según estimaciones recientes, entre 15% y 20% de los usuarios no paga actualmente su factura. Además, de acuerdo con datos del gobierno, entre dos y cuatro millones de familias están viviendo en «pobreza del agua» dado que la factura excede 3% de su ingreso familiar. (CASTRO, 2007, p.106).

Entre as estratégias encontradas para a abertura dos mercados a privatização dos serviços pode ser total ou parcial com vendas de ações no mercado de capitais. A quebra dos monopólios públicos pode ocorrer até mesmo quando se concede mais autonomia à empresa pública como é o caso da ANA no Brasil. Outro caminho para a desregulamentação são as Parcerias Público Privada – PPP.

Ainda é possível encontrar situações em que empresas públicas trabalhem com princípios mercantis como é o caso da COPASA em Minas Gerais e da Companhia Pública de Saneamento de São Paulo (Sabesp) que possui capital aberto nas bolsas de Nova Iorque, Bovespa e BM&F. A companhia também negocia vendas de fontes de água mineral para grandes corporações como a Nestlé e Coca-Cola.

No Brasil o atendimento público de serviços de abastecimento de água e saneamento vem sendo substituído por serviços privados. Segundo a Associação Brasileira das Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto (ABCON)⁶ dos 5.570 municípios brasileiros, 297 são atendidos por empresas de saneamento através de concessões públicas ou parcerias público-privadas. 70% dos municípios de pequeno porte (até 100 mil habitantes) adotaram os sistemas privados.

O setor de águas engarrafadas também vem sendo apropriado por companhias privadas e o Brasil já desponta como o quarto produtor mundial no setor de água engarrafada.

Este mercado tem crescido a uma média de 10% nos últimos anos, gerando um montante de 6,8 bilhões de litros de água mineral engarrafada no ano de 2008. Apenas 35 empresas controlam 50% da produção nacional, denotando uma situação de oligopólio. Se no ano de 1995 existiam 310 concessões de lavra de água mineral, em 2014, ultrapassaram 800 concessões pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). A principal forma de consumo de água mineral no país tem sido através de galões de dez e vinte litros. (SABOIA, 2015, p.70).

A publicidade usada pelos engarrafadores de água se refere ao caráter puro e saudável do seu produto vindo de fontes naturais ainda não poluídas. A Nestlé, a Danone e a Coca-cola estão entre as maiores empresas engarrafadoras de água do mundo. A fonte de lucro dessas empresas se fortalece com o discurso da escassez hídrica. Somente a Coca-cola já possui produtos em 195 países.

As engarrafadoras de água ilustram as ações de empresas hegemônicas patrocinadas pelo Estado que fincam suas bandeiras em todos os continentes. No território brasileiro são mais de cinco séculos em que os nossos recursos naturais são explorados em detrimento dos interesses das comunidades tradicionais.

No ano de 2000 uma das maiores empresas nos serviços de água do mundo entra no Brasil exatamente na região com maior estoque hídrico de água doce do mundo. Trata-se da Suez (do grupo Lyonnaise) que comprou através de um leilão a empresa de abastecimento Água do Amazonas, que atende na capital amazonense, através de uma concessão de 30 anos. A Suez nos últimos anos teve um aumento de 53% no número de clientes totalizando mais de 100 milhões em todo o mundo (TORRES, 2007).

Países com grande potencial hídrico estão na mira de grandes corporações internacionais que já estudam outras formas de controle da água. Na Argentina, por exemplo,

⁶ A ABCON, fundada em 1996, congrega empresas privadas prestadoras de serviços públicos de água e saneamento básico, bem como outras empresas dos setores da construção civil e infraestrutura. Tem como missão estimular e promover a participação privada nos serviços públicos de água e esgoto, bem como representar e defender os interesses de seus associados. Essas informações estão disponíveis no site da organização: <<http://abconsindcon.com.br/associados/associados-abcon/>>. Acesso em 23/07/16.

em 2008, uma empresa comercial chamada Makhena fez um anúncio na internet colocando a venda grande quantidade de água doce (entre 60.000 e 70.000 toneladas) para embarque e retirada dos rios da Prata e Paraná. O anúncio causou desconforto nas autoridades argentinas e trouxe questionamentos sobre quem deveria se responsabilizar pela regulação da extração comercial da água fluvial e quais seriam os critérios adotados para a tributação ou taxa de extração.

Apesar de encontrar compradores potenciais (Argélia, Israel, Espanha, Tanzânia e algumas ilhas caribenhas chegaram a fazer encomendas) a Makhena informou que não foi possível fazer as transações devido os custos proibitivos da remessa da carga. Mas há indícios de que na província de Santa Fé no Rio Paraná embarcações não controladas estariam retirando água em grandes volumes (CASTRO, 2013).

Apesar da discussão em torno do tema e da falta de acordo a remessa de grande quantidade de água não é algo excepcional e já vem sendo praticada a algum tempo.

A importância do assunto não deveria ser subestimada como sugerido pelo fato de que, em maio de 2010, após uma longa década de debates políticos, a Câmara dos Comuns do Canadá finalmente aprovou o Projeto de Lei C-26, banindo as exportações de quantidade massiva de água doce a granel do país. Embora o principal argumento utilizado para justificar a proibição canadense de exportações de água doce a granel tenha sido tecnicamente baseado em questões de proteção ambiental, preocupações com as implicações da permissão de que volumes de água doce a granel se tornassem uma mercadoria no contexto do Acordo de Livre Mercado Norte-Americano com os Estados Unidos e México aparentemente foram a maior razão da decisão tomada. (CASTRO, 2013, p.193).

Apesar do crescimento na mercadorização da água a crença de que esse seja o melhor caminho para resolver conflitos e universalizar o seu acesso é ainda bastante polêmico. Essa questão não pode ser tratada exclusivamente como a raiz do problema. Isso limitaria a compreensão do amplo contexto social, econômico, cultural e ecológico que envolve a questão.

Identificamos na pesquisa (CASTRO, 2007, 2013; PORTO-GONÇALVES, 2006, 2015; SHIVA, 2006; PETRELLA, 2002) que há um processo de privatização em curso de alguns serviços de abastecimento, saneamento e distribuição. Quanto a mercadorização é preciso destacar que o caráter comercial da água já existe desde tempos remotos e que hoje há um forte discurso nesse sentido. A grande questão abordada é de que maneira regulamentar valor ou atribuir um preço a água em um mercado aberto onde os produtos se valorizam de acordo com a demanda e a oferta. Dessa forma, chegamos ao século XXI sem conseguir responder questões básicas como:

Qual é o valor da água? Qual é a origem de seu valor? Qual é a natureza (econômica, social, política etc.) do valor ou valores que reconhecemos para a água e para bens e serviços baseados na água? De que forma são identificados e medidos ditos valores? É possível medi-los? O que deve ser incluído no “custo” da água e dos bens e serviços baseados na água? O “custo” é um custo para quem, especificamente? Por quê? As múltiplas funções da água como componente fundamental da biosfera impuseram grandes desafios aos processos de valorização e mercantilização a longo prazo em diferentes sociedades. (CASTRO, 2013, p.200).

Desse questionamento decorre um problema em diferentes níveis de escala que vai do Estado às pequenas comunidades tradicionais. Pensando no nível dos Estados se esse recurso for entregue totalmente as leis do mercado a soberania dos países pode ser comprometida. Sobre essas questões transversais Pires do Rio e Drummond (2013, p.224) observam que:

À semelhança dos créditos de carbono, os Estados Unidos defendem a adoção de créditos de água para serem negociados. Há duas considerações a esse respeito. A primeira diz respeito à distribuição dos créditos. No Chile, por exemplo, a tentativa de implementar sistema semelhante conduziu à corrida às “fronteiras” de lençóis e aquíferos pelas companhias de mineração. Como corolário: desnacionalização e elevada concentração de ofertantes de créditos de água. A segunda diz respeito à situação de disponibilidade efetiva de água para a população: as situações de estresse e de escassez passam a ser definidas pela organização oligopólica dos ofertantes tendo, portanto, sua dinâmica regulada não pelo fluxo natural, mas pelo bloqueio do acesso via prática de preços de quase monopólio.

Uma interpretação mais ampla dessa problemática vem sendo abordada como inserção da mercadorização e privatização da água no contexto de crise do capitalismo. Mitidiero Junior (2016) apresenta uma reflexão teórica em que as transformações espaciais têm como objetivo promover o trancafiamiento da água, e de outros elementos da natureza, tendo em vista o aprofundamento da crise da economia global. Para o autor a ampliação de investimentos de capital nos territórios com abundância em recursos naturais, como a água, é resultado da crise de reprodução ampliada do capital. Diferente das crises anteriores, consideradas cíclicas, agora a crise é estrutural:

[...] a privatização da natureza como resultado da crise difere absolutamente de outras emanções das crises do capital, como por exemplo, da crise das indústrias automotivas, da crise do setor financeiro ou até da crise da indústria do petróleo, pelo simples fato de a natureza, no seu sentido universal, ser uma dimensão elementar da reprodução da vida (a exemplo da terra, água e alimentos), característica que os setores supracitados da economia não são. (MITIDIERO JUNIOR, 2016, p.20).

A apropriação da água de forma privada e mercadológica, assim como de outros recursos, pode ser em curto prazo uma garantia de lucro do poder econômico. Como vimos ao longo desse tópico esse processo não é novidade na história da humanidade, mas nas últimas décadas vem tomando força sem precedentes na história da humanidade. Criando uma ideia

de raridade a água será totalmente presa, ignorando o seu aspecto universal e coletivo, e será completamente fatiada por empresas multinacionais que cobrarão pela sua utilização (MITIDIERO JUNIOR, 2016).

É nesse contexto que Harvey (2014) apresenta a ideia de acumulação por espoliação⁷, tendo em vista que a mobilidade do capital cria e recria situações e ajustes espaciais para a reprodução ampliada. Por seu caráter estratégico na organização territorial e no processo de desenvolvimento econômico a disputa pelo controle dos recursos hídricos vai expandindo as fronteiras e incorporando novos territórios. O poder que envolve a água, seja em suas diferentes concepções, cultural, político ou econômico, deve ser pensado enquanto território com todas as suas implicações.

3.4 Os novos territórios das águas

Antes de discutir sobre o processo de territorialização das políticas de água como elemento fundamental para a organização espacial vamos tentar definir o que viria a ser o conceito de território que escolhemos como o conceito balizador dessa pesquisa. Apesar de uma ampla utilização em diferentes campos do conhecimento tomamos como referência a análise conceitual a partir da Geografia pela importância que o conceito nesta ciência vem sendo considerado, inclusive, como um dos conceitos chaves que participou do processo de construção desse campo do conhecimento.

O primeiro grande autor da Geografia a utilizar com frequência o conceito foi o alemão Friedrich Ratzel no século XIX. Representando uma das principais escolas do pensamento geográfico, Ratzel, servindo aos interesses do Estado alemão, concebia o território como espaço concreto em si com uma forte associação ao discurso político e ideológico do Estado/nação.

Sabendo que o processo de transformação é inerente à própria ciência os conceitos vão se metamorfoseando e se renovando ao longo do tempo. Em relação ao conceito de território na segunda metade do século XX surge uma visão mais antropológica tomando-se como referencial de um espaço com múltiplas identidades. Sem desconsiderar a visão clássica vinculada normalmente ao contexto político do Estado/nação Souza (2013) apresenta o conceito de território aplicando em diferentes escalas do tempo e do espaço. Cita como

⁷ A acumulação por espoliação se acentuou na década de 1970 tendo como principais características a financeirização da economia mundial, o surgimento da teoria neoliberal e a política de privatização e abertura de novos territórios para livre expansão do capitalismo (HARVEY, 2014).

exemplo os territórios da prostituição ou do tráfico de drogas das grandes cidades brasileiras. São territórios que estão numa dialética constante de construção e desconstrução.

Numa primeira aproximação todo espaço dotado de relação de poder é estudado sob a ótica do território. Haesbaert (2015) inspirado nas leituras de Deleuze e Guattari apresenta uma noção de território inovadora entendida em sentido mais amplo. Analisando o conceito sob a luz da filosofia a noção de território para esses autores adquire um sentido de identidade, seja de um lugar, de uma pessoa, de um animal ou de qualquer outra coisa. Essa noção de território ajuda a compreender o sentido dado ao espaço vivido, a apropriação e a subjetivação.

O território se define mais estritamente a partir de uma abordagem sobre o espaço que envolve imbricadas manifestações e realizações de poder em suas múltiplas esferas, desde o poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico de ordem cultural (HAESBAERT, 2015).

Para Souza (2013) a aplicação do conceito pode ser feita da seguinte maneira: “[...] quem domina, governa ou influencia e como domina, governa ou influencia esse espaço? (2013, p.86).” No entender do autor, o poder só pode ser exercido com referência a um espaço ou por meio de um espaço mesmo que esse poder seja exercido a grandes distâncias com uso de tecnologias modernas.

O desejo ou a cobiça de exercer poder em um determinado espaço se relaciona com o que esse espaço oferece em termos de recursos naturais. Nesse sentido, água e território se fundem a partir do momento em que compreendemos a água como um elemento considerado imprescindível para a formação territorial. A análise deste conceito é, portanto, fundamental para entender os estratégicos interesses que as questões relacionadas à água, em diferentes escalas e propósitos, se apresentam em forma de disputa e dominação nos territórios.

Assim, essas forças criam, (des)constroem e reproduzem os territórios estabelecendo um embate de potências em muitos casos assimétricas. Com o progresso material ditado pelo avanço do capitalismo os territórios se diferenciam traduzindo-se em um desenvolvimento desigual combinado.

[...] assim, se estabelece uma luta de classe, de forças desiguais: dos que realizam a modernidade do consumo, onde as mercadorias estabelecem as necessidades e o fetiche (o *status* de consumir água associada à posição social do consumidor), respondendo ao anseio de uma melhor condição que a anterior postulada. Por outro lado, há os que são levados a pensar que podem ou não aceitar a transformação no seu *modus vivendi*. Para que o primeiro imponha um novo hábito é preciso que o segundo aceite, quando há rejeição, surgem os conflitos. (BRITO, 2013, p.75).

Os territórios que apresentam recursos naturais que interessam a acumulação capitalista, como a água, se tornam palco de expansão do capital. O controle da água, por exemplo, passa a ser um dispositivo essencial para atender a demanda do desenvolvimento econômico. Configura-se, portanto, um exercício de poder sobre os territórios que detém água garantindo assim a manutenção da produção capitalista (CUNHA; CARVALHAL, 2014).

Torres (2007) e Brito (2013) nos apresentam o conceito de hidroterritório que se define como uma formação/transformação territorial expressando novos territórios da água onde o domínio de grupos econômicos que segregam as populações nativas desencadeiam conflitos eminentemente hídricos. Hidroterritórios são territórios delimitados por questões de poder político ou simbólico com origem na gestão da água.

Grandes corporações internacionais mercantilizam a água e a terra e instrumentalizam os territórios incorporando fluxos e fixos viabilizando a fluidez do espaço territorial⁸ (OLIVEIRA; GONÇALVES; RAMOS FILHO, 2013). Agentes hegemônicos do capital criam novas formas de uso e exploração da terra e desenvolvem novas políticas de gestão da água. Essa dinâmica teia de relações é chamada de agrohidronegócio. Hidrelétricas, projetos de irrigação e canais artificiais são os modelos dessas novas territorialidades do capital (THOMAZ JUNIOR, 2010).

Nesse contexto, o Brasil possui um papel fundamental na produção de *commodities* agrícolas e minerais determinado pela divisão internacional do trabalho. Territórios que até pouco tempo atrás eram improdutivos ou atrasados economicamente se mostram atraentes e seus bens naturais essenciais como a água se tornam alvo para expansão da acumulação capitalista (RIGOTTO; AGUIAR, 2015).

Essa combinação da técnica com a política econômica e o controle dos recursos e dos territórios definida como agrohidronegócio chegou ao Nordeste brasileiro. Especialmente no semiárido, partes das oligarquias regionais, que tiveram monopólio das águas e das terras, vêm realizando ações de modernização, conexão e ampliação da agricultura moderna baseada em modelo que demanda muita água e controle das terras.

Esta porção do país é formada por uma zona de expansão do agrohidronegócio, corporações mineradoras, transnacionais agroquímicas etc. Merecem destaque duas corporações transnacionais que têm negócios nesta área, a Bunge Alimentos e a mineradora Vale. (OLIVEIRA; GONÇALVES; RAMOS FILHO, 2013, p. 295).

⁸ Sobre fixos e fluxos ver Milton Santos, a natureza do espaço.

No Nordeste a falta de água foi o argumento que justificou as limitações econômicas. Agora a promessa de um grande potencial hídrico através de grandes infraestruturas hídricas direcionam os territórios imateriais concretizando-se em territórios materiais ou como explica Fernandes (2005, p.28) “[...] é a mobilidade dos territórios imateriais sobre o espaço geográfico por meio da intencionalidade que determina a construção de territórios concretos.” A água sendo base essencial na sustentação econômica e, portanto, um recurso intrínseco a disputa territorial se constitui em territórios imateriais e a partir de determinada intencionalidade resulta em frações materiais do espaço. Essas intencionalidades são alicerçadas em um discurso ainda muito presente no imaginário nordestino, a seca⁹.

Com uma reestruturação produtiva novos polos de desenvolvimento e grandes infraestruturas são materializadas no Nordeste, aparentemente desconectadas no tempo e no espaço, com objetivos de integração direta e indiretamente com os grandes negócios globais. Além dos programas sociais e da política tributária, agências de crédito e fomento ampliam infraestrutura e bancos como o BNDS e o BNB que financiam investimentos no setor produtivo. Setores industriais com uso de tecnologia de ponta ditam o ritmo do dinamismo econômico na região.

A Transposição do Rio São Francisco¹⁰, o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) e a Transnordestina são equipamentos que ilustram a nova plataforma desenvolvimentista no Nordeste. Entre os portos brasileiros, o Complexo Industrial Portuário de Suape, um dos maiores da América Latina, já concentra hoje um dos maiores volumes de investimentos industriais do país (MEDEIROS; GODOY, 2015).

No espaço agrícola a inserção desse território na racionalização da acumulação capitalista com implantação de pacotes tecnológicos vai ocupando as áreas da Bacia do rio São Francisco. Essa região hidrográfica vem se destacando com grande exportação de frutas principalmente no polo de irrigação Petrolina-Juazeiro e oeste baiano. A previsão é de expansão do setor:

Tal proposta defendida incisivamente pelo governo federal foi fortalecida através da segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2) com o objetivo de expandir os perímetros irrigados principalmente em regiões que historicamente ficaram a margem das políticas agrícolas. “O Plano Plurianual de 2012-2015 prevê recursos na ordem de 6,9 bilhões de reais para ampliar a área irrigada em 193.137

⁹ No próximo capítulo abordaremos com mais profundidade questões que envolvem o discurso da seca.

¹⁰ Optamos por usar a expressão Transposição do Rio São Francisco em vez de Projeto de Integração do Rio São Francisco. A nosso ver “integração” possui um sentido mais suave servindo para amenizar os conflitos que existem entre as bacias receptoras e doadoras. Já transposição remete ao deslocamento do rio denotando um sentido mais agressivo da obra.

hectares e instalar novos perímetros em 200 mil hectares”. (RIGOTTO; AGUIAR, 2015, p.229).

Essa expansão das fronteiras do agronegócio para territórios antes apresentados como vazios improdutivos ou atrasados necessita simultaneamente de investimentos no setor de transportes e de infraestrutura hídrica.

O Plano Nacional de Integração Hidroviária – PNIH – analisou a viabilidade econômica das hidrovias brasileiras prevendo novos investimentos na navegabilidade e na instalação de infraestrutura portuária. No estudo a região hidrográfica de São Francisco foi considerada estratégica. O Ministério dos Transportes através do Plano Hidroviário Estratégico – PHE, integra-se ao PNIH com o objetivo de aumentar a participação do modal hidroviário investindo principalmente no interior do país. A meta do plano é obter investimentos estimados em cerca de R\$ 17 bilhões até 2030. (ANA, 2015, p.47).

Esse esforço político busca comprovar a possibilidade que a região oferece para investimentos em novos setores da economia com vantagens comparativas em relação a outros espaços como disponibilidade de recursos naturais e proximidade aos mercados externos. Com o sonho da Transposição das Águas do Rio São Francisco “quase” realizado o discurso político predominante afirma que o Nordeste passa a ocupar um papel de destaque na produção de *commodities* agrícolas e minerais. Em contrapartida, formas de dominação e disputa, e obviamente os conflitos emergem nesse espaço constituindo um novo território da água ou hidroterritório.

4 GRANDES OBRAS HÍDRICAS E SEUS EFEITOS

“Naquele tempo era um sufoco, água não era muito fácil porque tinha pouca cacimba, aí as mulher que se virava pra carregar água na cabeça. As mulher daqui era lutadera, olhe a cacimba daqui de casa foi até minha mulher que cavou, não foi nem eu.” (Sr. Assis Santos)

4.1 Atingidos por grandes obras hídricas

Conforme exposto, a categoria de território, em qualquer acepção tem haver com poder. Os territórios, portanto, são dotados de forças ambíguas de criação, (des)construção e reprodução. Aqueles mais bem dotados dos signos e dos objetos da modernidade capitalista são justamente os que mais se estabelecem como espaços de conflitos e de forças desiguais onde a disputa do poder concreto ou simbólico se faz sentir com maior evidência.

Ilustra essa ideia os territórios com grandes engenharias hídricas como as barragens para geração de energia ou açudes para usos múltiplos. Nessa luta assimétrica os atingidos são empurrados para fora de seu lugar, são destituídos de subjetividade, coisificados e impossibilitados de serem pensados como sujeitos constituídos de direitos. A engenharia acaba, assim, ocupando o lugar, de modo concreto e simbólico, o território das populações.

No Brasil essa história já se arrasta por mais de meio século. Na visão de Bortoleto (2001) a partir de meados da década de 1950 o Brasil passou por um acelerado processo de industrialização sendo necessários grandes investimentos em infraestrutura básica. O setor de energia passa a ser fundamental para a projeção do capital no território brasileiro. Com a criação da Eletrobrás (Eletricidade Brasileira), em 1962, em plena ditadura militar o Brasil:

[...] consolida uma política nacional de exploração energética de recursos hídricos marcada por duas características principais: absoluto predomínio do Estado como agente empreendedor e afirmação das unidades de grande porte como sustentáculo essencial do planejamento e expansão do sistema de geração de eletricidade. (VAINER; ARAUJO, 1992, p.51).

O discurso de desenvolvimento difundido sobre o prisma da modernização forjou o modelo de grandes projetos hídricos como necessário para o progresso do país. A partir de então, puxados pela questão energética, grandes obras se multiplicaram pelo país sendo apresentadas como essenciais para a sociedade (BORTOLETO, 2001).

O lado mais perverso dessa (re)estruturação do território através de grandes barragens¹¹ é o esforço do Estado em tentar ideologicamente ocultar os profundos impactos negativos que esse modelo potencializa. Vainer (2003) explica que na impactologia oficial¹² os documentos não reconhecem os direitos dos atingidos que são submetidos ao deslocamento compulsório, eufemisticamente chamado pelo Estado de reassentamento involuntário.

O deslocamento compulsório é o primeiro e mais importante efeito social das grandes engenharias hídricas e o reassentamento que deveria ser minimamente um direito do deslocado nem sempre ocorre e quando ocorre é por pressão dos próprios deslocados. A própria noção de atingido por grandes obras hídricas e toda a abrangência que a expressão envolve foi sendo construída por pressão dos próprios movimentos de resistência contra as grandes obras.

Para Vainer (2003) a noção de atingido diz respeito ao fato de reconhecer como legítimo que determinado grupo, família ou indivíduo possui direito a algum tipo de ressarcimento ou indenização, reabilitação ou reparação não pecuniária. O autor argumenta que a noção de atingido é um conceito em disputa¹³, para os documentos oficiais do Estado a ideia de atingido está relacionada às dimensões meramente técnica e estritamente econômica. Para os movimentos sociais a expressão se expande para as populações que não são deslocadas, mas que terão seus modos de vida e seus territórios profundamente alterados.

No início da construção das grandes hidrelétricas os impactos sociais e ambientais não eram reconhecidos e o tratamento dado ao atingido era limitado ao patrimônio fundiário, ou seja, o atingido era somente o proprietário de terra cabendo apenas receber uma indenização. No caso das barragens os documentos oficiais tratavam como atingido apenas o inundado, aqueles que seriam obrigados ao deslocamento forçado, enquanto as populações vizinhas à área inundada que podem sofrer mais severamente os efeitos de uma grande obra não eram contempladas na legislação.

Algumas barragens foram marcantes na dimensão dos impactos negativos e na organização dos movimentos de resistência dos atingidos. A Usina Hidrelétrica de Itaipu, construída em 1978, na fronteira entre Brasil e Paraguai, na época a maior do mundo, possui um reservatório de aproximadamente 1.350 km². Estima-se que houve um deslocamento

¹¹ Considera uma grande barragem aquela que possui mais de 15 metros de altura, um paredão de mais de 500 metros de comprimento e uma capacidade de reserva de pelo menos 1 milhão de m³ de água (FERNANDES, 2008).

¹² Para o autor essa expressão se refere à ciência aplicada cujo fundamento e objetivo é a legitimação dos grandes projetos.

¹³ Assumindo diversas acepções, o atingido, ou inundado, deslocado, reassentado, pode ter diferentes significados, seja nos documentos técnicos das usinas hidrelétricas, nas agências multilaterais e fomento ou nos movimentos sociais.

forçado de 42.444 pessoas. Os atingidos do meio rural, camponeses e ribeirinhos se mobilizaram com apoio da Comissão Pastoral da Terra - CPT, elaboraram um abaixo assinado com uma lista de 23 impactos negativos e encaminharam ao Presidente General Geisel (VAINER, 2003).

A CPT e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB foram os interlocutores dos camponeses e ribeirinhos naqueles anos sombrios de regime militar. Reivindicavam melhores condições de indenização denunciando os inúmeros impactos que a obra provocaria. Aos poucos a luta do movimento dos atingidos por barragens foi se organizando e em 1979 quando as populações do Alto Rio Uruguai ficaram sabendo que seriam construídas 25 usinas hidrelétricas que poderia expulsar 200.000 a 300.000 pessoas nos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina teve início uma organização coletiva antes mesmo das obras começarem.

As reivindicações localizadas foram evoluindo para um movimento em rede e em 1989 foi realizado o Primeiro Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens com representantes de várias regiões. Em 1991 foi realizado o I Congresso dos atingidos reunindo atingidos de todas as regiões do Brasil. Em 1997, em Curitiba, foi realizado o I Encontro Internacional dos Povos Atingidos por Barragens¹⁴ com a participação de representantes de 20 países. Esse congresso além definir o dia 14 de março como o Dia Internacional de Luta Contra as Barragens deu origem a Declaração de Curitiba, documento que estrutura as lutas internacionais (FERNANDES, 2008).

Foram essas reuniões que pressionaram o Banco Mundial, principal promotor das grandes represas, a criar, em 1997, a Comissão Mundial de Barragens (World Commission on Dams). Sem bloquear a construção de grandes barragens o Banco Mundial tenta elaborar projetos envolvendo os diferentes sujeitos desde as populações atingidas, empresas privadas e o Estado aconselhando a tomada de decisões de modo participativo.

[...] o Banco Mundial reconheceu que a dimensão humana teria sido negligenciada nos anteriores ciclos de edificação de barragens pelo que, aconselha, só devem apostar na construção de grandes represas os países que tenham efetivos meios de acautelar as consequências negativas sobre as comunidades (FERNANDES, 2008, p.12).

No Nordeste brasileiro a construção de Usinas Hidroelétricas no Vale do rio São Francisco também ocorreu à custa de muitos impactos ambientais e violação dos direitos das

¹⁴ Por ocasião da pesquisa entrevistamos Suerda Almeida da Coordenação Nacional do MAB. Para a militante um dos grandes desafios da atualidade é organizar a militância em torno das transposições de bacias que se multiplicam principalmente no Nordeste. Esse assunto é tratado nos próximos capítulos.

populações locais. Moxotó e Sobradinho, construídas no início dos anos 70 ilustram a dramática (re)estrututuração socioterritorial que as populações tradicionais foram submetidas.

A Barragem de Sobradinho teve início em 1973, três anos depois o lago começou a encher e em 1979 estava concluída. A obra inundou uma área equivalente a 4.214 km² que antes era utilizada para agricultura e pecuária. O represamento atingiu sete municípios expropriando 26 mil propriedades e desterritorializando aproximadamente 72 mil pessoas. Vainer (2003) observa que no início das obras de Sobradinho o governo não tinha nenhum plano de relocação para os atingidos. Em 1975 a população impactada foi abordada com a seguinte oferta: receberia uma passagem para São Paulo ou seria reassentada numa região seca a cerca de 700 km do local de origem.

A barragem de Luiz Gonzaga, chamada Itaparica, inundou uma área de 834 km² e expulsou cerca de 49.500 pessoas (FERNANDES, 2008). Assim como Sobradinho em Itaparica não houve um movimento de resistência organizado em torno dos atingidos. A CPT, outras entidades e principalmente os sindicatos rurais foram os intermediadores dos atingidos que chegaram a fazer grandes mobilizações, ocupações de canteiros e audiências em Brasília.

Outras barragens provocaram inúmeras transformações no território e expulsaram milhares de famílias como o complexo hidrelétrico de Paulo Afonso com a instalação de quatro usinas, Xingó e Moxotó. Como observa Rocha e Soares (2011, p.5), em todas elas a lógica de construção foi semelhante:

A Barragem Anagé em 1988 também desterritorializou cerca de 1000 pessoas que estavam diretamente e indiretamente ligados com a obra. A atuação do Estado junto aos atingidos pela Barragem Anagé no que refere às negociações, desapropriações, indenizações, projetos de reassentamento e demais solicitações dos atingidos, [...] ocorreu da mesma forma que as barragens de Sobradinho, Luiz Gonzaga (Itaparica), Paulo Afonso, com descaso, desrespeito, negligência social e ambiental e sobretudo sem nenhum compromisso ético e social com as famílias atingidas.

A exemplo do Brasil outros países em desenvolvimento como Índia e China adotaram esse modelo energético de grandes barragens como aposta política e símbolo de progresso. Na China até o final do século XX existiam 22.000 grandes barragens. Impulsionados pela política lançada por Mao Tse Tung (Grande Salto em Frente) é lá que se encontra a maior barragem do mundo. Com 185 metros de altura a barragem de Três Gargantas segundo estimativas vai atingir aproximadamente 4 milhões de pessoas até que todo o processo de enchimento e suas obras complementares sejam concretizadas (FERNANDES, 2008).

Somente na Índia nos últimos cinquenta anos 30 milhões de pessoas foram brutalmente deslocadas para construções de represas. Analisando a questão Harvey (2014) avaliou inúmeros argumentos contra a construção de represas para geração de energia: os custos ambientais são caros e não há esforço para avaliar com precisão seus reais impactos; a energia é cara se comparada com outras formas de geração de energia; muitos recursos financeiros são alocados para construtoras, empresas de engenharia, consultores, produtores de turbinas etc.; as empresas têm garantia de taxa de retorno enquanto todo o risco recai sobre o Estado; centenas de milhares de pessoas são deslocadas de sua terra, de sua história e de seus meios de vida e não recebem compensação ou benefício pelo projeto além de não serem consultadas ou informadas.

No Brasil a política energética brasileira impacta diretamente no uso da água para a população restringindo seu acesso direcionando água para o grande capital internacionalizado. A expansão e sua mercadorização está cada vez mais sob o controle de grandes multinacionais que tem como objetivo principal o lucro (MITIDIERO JUNIOR, 2016).

O Brasil é o terceiro potencial hidroelétrico do mundo (10%), atrás apenas da Rússia (13%) e da China (12%). Desse potencial, 60% está na Amazônia. O Plano Nacional de Energia 2030 quer acrescentar 94.700 MW hidroelétricos. Isso seria algo próximo de quase 30 hidrelétricas semelhantes a Belo Monte, em fase final de implantação no Xingu, com seu lago cheio e previsão de gerar 4.000 MW de energia firme. (FERNANDES, 2015, p.113).

No Nordeste do país as grandes represas estão localizadas ao longo do curso do rio São Francisco. Sobradinho possui a maior capacidade de armazenamento com capacidade de armazenamento de 37,5 bilhões de m³, extensão de 320 km e espelho d'água de 4.214 km² constituindo-se o segundo maior lago artificial do mundo. Em seguida as maiores são: Itaparica, em Pernambuco, com 12 bilhões de m³; Boa Esperança, em Piauí, com 5 bilhões de m³; Xingó, em Alagoas/Sergipe, com 3,5 bilhões de m³ e Moxotó, em Alagoas, com 1,2 bilhão de m³ (BRITO, 2013).

Esse discurso de desenvolvimento fundamentado na política energética do Estado, associada a outras intervenções, almejava integrar todo o território nacional. No Nordeste a visão da elite política e econômica regional via como imprescindível grandes obras de infraestruturas, incluindo as grandes hidrelétricas, para que a região pudesse superar os altos níveis de desigualdade e pobreza podendo reduzir os desequilíbrios econômicos entre as regiões brasileiras.

Mas as especificidades da região nordestina engendrou outro discurso que o poder político e econômico capturou com competência, trata-se do discurso de combate à seca. Assim como as grandes barragens para geração de hidroeletricidade os reservatórios para usos múltiplos foram implantados na região sob o mesmo discurso de desenvolvimento econômico para a região.

Iniciado antes da política energética as intervenções do Estado para construir um amplo programa de açudagem sempre esteve associado a uma natureza hostil onde a seca deveria ser combatida. As intervenções começaram de modo mais incisivo no século XX, a partir de 1904, quando o governo federal designou pelo menos três comissões científicas com objetivo de fazer um diagnóstico para execução de obras de combate à seca: a Comissão de Açudes e Irrigação, a Comissão de Estudos e Obras Contra as Secas e a Comissão de Perfuração de Poços. Ambas não tiveram os resultados esperados (SABOIA, 2015).

Em 1909 foi criado o Instituto de Obras Contra a Seca – IOCS com objetivo de atender as vítimas e coordenar as obras contra as secas. Surge assim um órgão central na política de combate à seca deslocando o assistencialismo para construções de infraestruturas, especialmente de açudagem. Esse período foi denominado de solução hidráulica. Dez anos depois, em 1919, o IOCS foi reformulado passando a se chamar Instituto Federal de Obras Contra a Seca - IFOCS pelo Decreto nº 13.687. Em 1945, mais uma reformulação, durante o governo de Getúlio Vargas o órgão foi federalizado e deslocado do Rio de Janeiro para Fortaleza passando a se chamar Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS, criado pelo Decreto Lei nº 8.846/45.

Os técnicos do DNOCS concluíram que diante das características hidroclimáticas e hidrogeológicas da região a solução para garantir água seria através de açudes e barragens. Com o escudo cristalino em aproximadamente 70% do seu território os solos da região são rasos e a rocha mãe praticamente aflora a superfície. Com as chuvas a água antes de infiltrar escoava superficialmente proporcionando condições favoráveis ao seu barramento na superfície (SUASSUNA, 2015).

Na realidade essa técnica já era utilizada antes do DNOCS através da sabedoria sertaneja que aprendeu a estocar água construindo pequenos barramentos aleatoriamente de acordo com as condições de cada lugar. Sem planejamento os sertanejos foram construindo barreiros, aguadas, algibes e outras obras que acumulava água. Aos poucos foram percebendo que o sol escaldante evaporava a água estocada sendo necessário aprofundar a bacia do açude para amenizar os efeitos da evaporação (RIBEIRO, 2010).

Em 1884 foi iniciado a construção do açude Cedro em Quixadá, no Ceará, era a primeira grande obra hídrica do Nordeste sendo concluída 22 anos depois, em 1906. O açude localizado no rio Sitiá, afluente do Banabuiú do sistema Jaguaribe, acumula 120 milhões de m³ de água. Durante a grande seca de 1915 esse açude salvou milhares de vidas oferecendo água e peixe aos flagelados (RIBEIRO, 2010).

Somente o DNOCS até a década de 1980 já havia construído 263 açudes e barreiros públicos na sua maioria desenvolvendo as principais atividades econômicas da região como o abastecimento humano, piscicultura e irrigação. Na tabela 1 registramos os açudes nordestinos com capacidade superior a 100 milhões de m³.

Tabela 1 – Açudes com capacidade superior a 100 milhões de m³ no Nordeste

Açude	Estado	Capacidade em m³
Castanhão	Ceará	6,7 bilhões de m ³
Orós	Ceará	2,5 bilhões de m ³
Açu (Armando Ribeiro)	Rio Grande do Norte	2,4 bilhões de m ³
Banabuiú	Ceará	1,7 bilhão de m ³
Coremas-Mãe d'água	Paraíba	1,4 bilhão de m ³
Araras	Ceará	1 bilhão de m ³
Santa Cruz	Rio Grande do Norte	600 milhões de m ³
Poço da Cruz	Pernambuco	504 milhões de m ³
Serrinha	Ceará	500 milhões de m ³
Pedra Branca	Ceará	425 milhões de m ³
Epitácio Pessoa	Paraíba	411 milhões de m ³
Pentecostes	Ceará	400 milhões de m ³
Gal. Sampaio	Ceará	320 milhões de m ³
Eng. Ávidos	Paraíba	260 milhões de m ³
Acauã	Paraíba	250 milhões de m ³
Caxitoré	Ceará	202 milhões de m ³
Pompeu Sobrinho	Ceará	143 milhões de m ³
Cedro	Ceará	126 milhões de m ³
Saco II	Pernambuco	124 milhões de m ³
Aires de Souza	Ceará	104 milhões de m ³

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de dados de Brito (2013); Ceará (2008).

Dos 20 grandes açudes com capacidade superior a 100 milhões de metros cúbicos, 12 deles estão no Ceará, isso equivale a mais da metade dos grandes açudes do Nordeste. Enquanto a capacidade nesses corpos hídricos em todos os estados do Nordeste é de 5,949 bilhões de m³ o Ceará atinge 12,42 bilhões de m³.

Em geral o programa de açudagem no Nordeste foi intenso e chegamos ao final do século XX com um impressionante número de açudes. Somente na região semiárida estima-se que existam cerca de 70 mil açudes representando um volume de 37 bilhões de m³ de água. Entre as regiões semiáridas do planeta o Nordeste possui o maior número de água represada (VIANNA, 2015).

Desse total cerca de 60% são intra-anuais, ou seja, dependem de chuvas anuais, portanto, em períodos de estiagem não podem estruturar uma propriedade. São pequenos e geralmente foram construídos com os braços sertanejos em propriedades particulares. Aproximadamente 20% dos açudes são interanuais e normalmente suporta as pequenas estiagens. Os outros 20%, algo em torno de 14.000 a 15.000 açudes são plurianuais e podem

suportar as estiagens mais severas. São os maiores açudes e foram construídos com rigoroso planejamento técnico e acumulam cerca de 30 bilhões de m³, algo em torno de 80% de toda a água do Semiárido (RIBEIRO, 2010).

Mas essa grande quantidade de água estocada é pouco aproveitada, muitos açudes estão ociosos e sem conservação. Ao serem expostos a vulnerabilidade ambiental se transformaram em grandes espelhos evaporativos antes de atender as necessidades básicas da população.

Os índices de evaporação podem atingir patamares superiores a 2.000 mm anuais provocando a exaustão desses corpos de água. Estimativas apontam que 40% das águas são consumidas pelo sol. Brito (2013) indica que para cada metro cúbico de água 3 metros são perdidos por evaporação anualmente. Ou seja, para usar 1 metro cúbico de água é necessário represar 4 metros cúbicos. Partindo desse cálculo um açude com profundidade de 3 metros não suporta um ano. Considerando o ciclo de estiagem que as vezes duram três ou quatro anos um açude para ser considerado confiável precisa ter no mínimo dez metros de profundidade.

A má gestão dos açudes e a ausência de políticas de conservação vêm comprometendo a sua utilização. Estima-se que um terço dos açudes construídos pelo DNOCS esteja com problemas de sais em seus perímetros irrigados “[...] os terrenos à jusante desses açudes vêm apresentando problemas de drenagem, que têm ocasionado, com certa frequência, prejuízos na produtividade das culturas.” (SUASSUNA, 2015, p.38).

Não sangrar ou sangrar em excesso são problemas graves para um açude. Quando a água exposta a forte exposição do sol evapora os sais ficam no solo provocando a salinização. Esse fenômeno seria evitado se os açudes fossem planejados e apresentassem formas geométricas que facilitassem o seu sangramento nos períodos de chuvas intensas.

Um grande açude apesar de suportar por mais tempo o ciclo da seca perde muita água por evaporação, nesses casos os açudes com maior profundidade apresentam menores perdas. O tamanho do açude deveria ser planejado de acordo com a área e a recarga hídrica que receberá.

Os pequenos e médios açudes, quando bem projetados, apresentam algumas vantagens em relação aos grandes ao promover uma distribuição mais democrática principalmente as populações dispersas no semiárido. Outra vantagem apresentada em relação aos grandes açudes é o menor impacto de assoreamento e da retenção de sedimentos além de serem menos vulneráveis a ocorrência de cheias e secas.

Araújo (2015) considera os pequenos e médios açudes essenciais para a manutenção produtiva do semiárido nordestino, entretanto, sugere que esses sistemas sejam

categorizados pela população que utiliza a água. Para isso seria necessário uma política específica que pudesse definir a prioridade do uso da água, para consumo humano, para dessedentação animal ou para pequena produção. Essa proposta equilibraria a diferença entre os açudes ociosos com aqueles que duram apenas alguns meses com água.

Hoje o programa de açudagem não é prioridade nas políticas públicas hídricas. Apesar de ter contribuído para a desigualdade regional os açudes foram usados como motivação eleitoreira e os sucessivos governos insistiram no velho discurso da seca. À medida que foram ficando cada vez maiores o desequilíbrio entre gestão de oferta e demanda foi se ampliando. Grandes açudes são obras que envolvem vultosos investimentos legitimando o controle do Estado no território para os benefícios de escusos interesses econômicos.

Ao longo do século XX esse modelo de política hídrica armazenou muita água, mas, a acumulação ocorreu sem uma associação com políticas sociais, ou seja, houve um primoroso trabalho técnico sem políticas públicas que possibilitassem a manutenção, o gerenciamento e uma distribuição igualitária da água acumulada (BRAZ, 2011).

É fato que tanto as grandes represas para geração de hidroeletricidade como os açudes no Nordeste constituem uma funcionalidade discutível, ambos servem acima de tudo como afirmação de poder e símbolo de progresso da classe dominante. São obras que provocam uma (re)estruturação do território produzindo milhares de atingidos transformando profundamente o modo de vida dessas populações e deslocando outros milhares para as periferias dos grandes centros urbanos.

Na nossa concepção esses atingidos são desterritorializados, submetidos a um processo de desterritorialização violenta e autoritária com expropriação dos elementos vitais para sua existência material e simbólica como a terra e a água.

Atravessamos o século XX com o programa de açudagem e as barragens para geração de energia. Sem que essas políticas que artificializam a paisagem cessem agora os projetos de transposições de bacias ocupam posição de destaque nas pautas de políticas públicas de gestão hídrica.

4.2 Histórico do projeto de Transposição do Rio São Francisco

Com a tecnologia o domínio sob os fluxos de água foram ficando cada vez mais constantes. Hoje as obras de transposições de bacias ganham importância pela possibilidade de deslocar água de áreas com maior disponibilidade para áreas com escassez. De acordo com Assis (2015) existem centenas de projetos de transposições implantados, em implantação ou em discussão em todos os continentes. Estima-se que menos de 40% dos rios (com extensão superior a 1.000 km) em todo o planeta tenham seus fluxos naturais sem nenhuma intervenção de transposição ou desvios.

Entre os projetos de transposição no mundo muitos estão marcados como experiências mal sucedidas. O caso do Mar de Aral, localizado na Ásia Central, é emblemático, o desvio das águas dos rios Amu Daria e Sir Daria para projetos de irrigação, na década de 1960, deflagrou numa das maiores agressões ambientais do século XX.

O mar de Aral foi o quarto maior corpo hídrico do planeta e era considerado um oásis no meio do deserto. Enormes volumes de pesticidas e inseticidas foram jogados nos rios e foram se concentrando até que os peixes começaram a morrer. A salinidade aumentou seis vezes, o húmus do solo desapareceu, as matas ciliares morreram e os níveis da água caíram vinte metros. Na cidade de Aralsk, Cazaquistão, metade da população imigrou e os portos de pesca estão a cerca de 50 km da costa do Aral. Hoje praticamente não se pesca no Aral que já chegou a produzir 25 mil toneladas de peixes por ano (SHIVA, 2006).

No Peru está em andamento o Projeto Chavimochic que retira água do rio Santa através de canais e adutoras numa região nas proximidades da Cordilheira dos Andes. A obra está sendo realizada pela construtora brasileira Odebrecht que também atua nas obras de Transposição do Rio São Francisco.

Na Austrália um grande projeto de transposição foi iniciado em 1949 no rio Snowy. São 16 barragens, sete estações hidrelétricas, 145 km de túneis e 80 km de aquedutos. Essa obra resultou em grandes conflitos entre as regiões doadoras e receptoras e atualmente demanda de novas soluções para o suprimento de água na região (ASSIS, 2015).

Nos Estados Unidos uma transposição no rio Colorado distribui água para 29 cidades e irriga 630 mil acres de terra através de 120 canais menores. As obras do Big Thompson Canal, como é conhecida essa transposição, foi concluída em 1940 depois de uma longa negociação com a população local. Ao contrário do Brasil cada estado nos Estados Unidos possui uma legislação própria em relação ao uso da água e para essa transposição houve intensas negociações com ampla participação da população (ASSIS, 2015).

Na Europa a transposição do rio Tejo – Segura é considerado uma das grandes obras de transposições do mundo. Mas, assim como em outros países essa obra tem provocado intensos debates entre a bacia doadora e receptora. O principal motivo é pela pressão dada ao rio Tejo que é responsável por grande parte do abastecimento da população da Espanha e de Portugal. Outra transposição europeia foi inviabilizada pela incapacidade de uma instância (nesse caso uma instância internacional) capaz de arbitrar e regular os usos múltiplos da água. “A proposta de transposição de águas do Ródano para a Espanha, região da Catalunha, foi bloqueada pela pressão de produtores rurais da França que dependem dessa fonte como principalmente água para irrigação.” (PIRES DO RIO; DRUMMOND, 2013, p.225).

No Brasil, no final da década de 1950, o período desenvolvimentista encabeçado por Juscelino Kubitschek foi construído a usina hidrelétrica de Furnas em Minas Gerais. Para a construção da obra foi necessário transpor as águas do rio Piumhi para o rio São Francisco. Essa transposição que foi pouco divulgada na época gerou inúmeros impactos negativos para o rio São Francisco (ASSIS, 2015).

Outras transposições estão localizadas nos estados de Rio de Janeiro e São Paulo. A primeira se refere ao rio Paraíba do Sul onde são desviados dois terços de suas águas para Barra do Piraí, a segunda diz respeito ao Sistema Cantareira que importa uma vazão de 31 m³/s do rio Piracicaba.

Em 2014, numa crise de abastecimento de água na região metropolitana de São Paulo, o governo de São Paulo cogitou a transposição de águas do rio Paraíba do Sul para o Sistema Cantareira. O governo do Estado do Rio de Janeiro, já em 2014, disse que não admitiria qualquer desvio das águas do Paraíba, seu principal e praticamente único grande manancial de água. (ASSIS, 2015, p.49).

Entre as transposições em território brasileiro a do rio São Francisco, em execução no Nordeste brasileiro, é sem dúvida a de maior magnitude. Alvo de uma acirrada polêmica e polarização de inflamados discursos contrários ou favoráveis a Transposição do Rio São Francisco merece uma permanente análise socioambiental pela capacidade de (re)estruturação territorial.

Antes de destacar os impactos da obra iniciemos com um breve histórico do projeto. Há quase dois séculos (199 anos) a ideia de transpor águas do rio São Francisco vem sendo apontada como a solução para a questão hídrica nordestina. A primeira tentativa foi em 1818, em pleno período monárquico, proposta do Rei D. João VI. Sem conhecimento técnico e geográfico da região a ideia não passava de uma inocente intenção de levar água por gravidade.

Em 1847, período que sucedeu uma grande seca, um cearense da cidade de Crato elaborou um documento manifestando interesse na execução de um projeto de transposição levando água para o riacho dos Porcos, afluente do Salgado, chegando ao rio Jaguaribe no Ceará. O projeto recomendado por Marcos Antônio de Macedo, intendente do Crato, não teve êxito. Na época já havia começado a construção de açudes no Nordeste (RIBEIRO, 2010).

Nove anos depois, em 1856, foi a vez do Barão de Capanema no âmbito da Comissão Científica solicitar a construção de um canal. Os estudos foram realizados e concluídos em 1859, logo em seguida foram arquivados.

No período republicano a partir de 1889 a transposição foi lembrada várias vezes. Sempre que ocorria uma nova seca a história se repetia mas na hora da execução as limitações técnicas, sobretudo energética para bombear água e vencer as formações geológicas, impediam a realização da obra.

No agitado século XX as guerras mundiais, revoluções, crises econômicas e golpes militares deixaram o projeto de transposição em segundo plano. O programa de açudagem foi priorizado após avanços na engenharia e no aprofundamento dos estudos.

Em 1913 o IOCS realizou estudos para a execução da transposição de águas do rio São Francisco, que previa a construção de um túnel de 300 km de extensão. Naquela ocasião o diretor geral da referida Inspetoria, o Dr. Miguel Arrojado Ribeiro Lisboa, em palestra proferida no Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, demonstrou cientificamente que as águas do rio São Francisco não poderiam ser transpostas, pois havia um desnível geográfico de 160 metros a ser superado. Estava assim, encerrada a polêmica e o projeto de transposição não foi executado. Ainda para Lisboa o problema do Nordeste só poderia ser resolvido através da educação. (BRITO, 2013, p.132).

Em 1919 o presidente Epitácio Pessoa levou o projeto de Marcos Antônio de Macêdo para Europa com intuito de que os engenheiros de lá viabilizassem tecnicamente a obra. A proposta apresentada sugeriu a geração de energia hidráulica em Paulo Afonso para bombear água e atravessar o elevado relevo da Chapada do Araripe, no Cariri, até o rio Jaguaribe (BRITO, 2013).

No ano de 1981 o coronel Mário Andreazza, pré-candidato à presidência, propagandeou em sua campanha política a proposta de transpor 15% das águas do Rio São Francisco. Na época o Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS) elaborou um projeto através de um Plano de Ação para irrigação com apoio de um órgão norte-americano, o *United States Bureau of Reclamation* – USBR, que era especializado em agricultura, recursos hídricos, irrigação e solos. O estudo foi concluído em 1984 e não foi executado. Com

base nesses estudos o Ministério da Integração Regional – MIR, em 1993, elaborou um projeto básico de engenharia mas foi arquivado pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

No ano de 1994, o projeto de transposição é novamente colocado em pauta pelo presidente em exercício Itamar Franco, o qual propõe a abertura de processos licitatórios para a execução da obra. Porém, o projeto esbarra no Tribunal de Contas da União que alegava o prejuízo para as hidrelétricas que compõem a bacia do rio. (VIANNA, 2015, p.414).

Em 1995, no Governo de Fernando Henrique Cardoso, o projeto foi novamente colocado em pauta através de um estudo técnico feito pelo Ministério do Planejamento e Orçamento – MPO, através da Secretaria Especial de Políticas Regionais – SEPRE. Na época a proposta da formulação da PNRH que estabelecia a bacia hidrográfica como unidade territorial gerou divergências e o projeto não avançou. Apesar disso, as empresas chegaram a concorrer ao processo de licitação, mas, não houve acordo no resultado do processo que foi inviabilizado por ações jurídicas.

No limiar do século XXI, apesar de quase dois séculos de muitos fracassos, o sonho de construção da transposição parecia estar cada vez mais próximo de ser realizado. O Brasil vivia um período de estabilidade econômica e a engenharia já apresentava um projeto exequível do ponto de vista técnico ganhando pauta na agenda governamental.

Crescia também a mobilização social em torno da obra. Governos, entidades religiosas, lideranças políticas e empresas da construção civil defendiam a obra. Contra o projeto havia manifestação da sociedade civil organizada e movimentos ambientalistas.

Em 2001 o Ministério da Integração Nacional – MIN realiza uma consulta ao BIRD com o objetivo de adquirir empréstimo para a transposição. A resposta do banco foi negativa e a justificativa era de que havia possibilidade de aproveitar a água já existente no semiárido nordestino de modo mais sustentável (RIBEIRO, 2010).

A negação do BIRD não desanimou o Governo Federal continuaram os estudos técnicos e importantes decisões políticas foram tomadas. Em 2003 Luiz Inácio da Silva, Lula, se torna Presidente da República. Nascido no semiárido pernambucano o chefe do executivo que vivenciou o drama da seca e se tornou imigrante ainda jovem prometeu realizar a obra. Em suas ações Lula:

[...] promulgou um decreto (em 11/07/2003) designando à Vice Presidência da República, a coordenar um Grupo Interministerial Integração Nacional, Meio Ambiente, Planejamento, Orçamento e Gestão, Fazenda e Casa Civil, visando analisar propostas e propor medidas para viabilizar a transposição de águas do rio São Francisco para o Nordeste semiárido setentrional. Empenhado na missão, José Alencar Gomes da Silva promoveu audiências públicas nos Estados atinentes aos benefícios do São Francisco, reuniu-se com órgãos financeiros nacionais e

internacionais, discutiu o projeto no Senado e na Câmara Federal. Daí resultou o “Plano São Francisco – Plano de Sustentabilidade Hídrica do Semiárido Brasileiro”, consolidado no “Relatório Técnico Conclusivo” (outubro/2003) que o Vice presidente apresenta e o presidente da República e os ministérios envolvidos aprovam. Através da Resolução nº 47, de 17/01/2005, o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei nº 9.433 de 08/01/1997, resolveu aprovar o Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional – PISF apresentado pelo Ministério da Integração Nacional – MI, considerando os seus benefícios, a carência hídrica da região Nordeste Setentrional, e a existência de disponibilidade hídrica no rio São Francisco (Art. 1º) conforme Nota Técnica nº492/2004/SOC, de 23/09/2004. No Art. 2º, a aprovação de que trata o Art. 1º da citada Resolução, está condicionada à obtenção e cumprimento, pelo empreendedor, dos termos constantes do licenciamento ambiental e da outorga do direito de uso de recursos hídricos, bem como de outras licenças, autorizações e exigências legais. (BRITO, 2013, p.144).

Em 2004 o projeto estava pronto, apesar de ser projetado para uma capacidade de $127\text{m}^3/\text{s}$ (quando Sobradinho estiver com valor superior a 94%), algo equivalente a 2,10 bilhões de m^3/ano , chegou-se ao consenso de que a obra teria uma vazão firme disponível de $26,4\text{m}^3/\text{s}$. Assim, a obra passará maior parte do tempo com 80% de sua infraestrutura ociosa esperando Sobradinho encher.

Em abril de 2005 a Licença Prévia foi emitida pelo Ibama nº 200/2005. Mobilizações ocorreram em todo o país, intelectuais e artistas apareceram publicamente se posicionando contrariamente a obra. Apesar das manifestações de vários setores da sociedade civil e do impedimento do Tribunal de Contas da União em 2006 todas as liminares proibitivas foram suspensas pelo Supremo Tribunal Federal (VIANNA, 2015).

No dia 13 de março de 2007 o Ministério da Integração Nacional oficializa a publicação de licitação para as empresas interessadas em concorrer na construção dos canais. Dez dias depois o Ibama, a partir do Relatório de Impactos Ambientais (Rima), autorizou o início das obras (VIANNA, 2015).

O destino das águas será para os quatro estados do chamado Semiárido Setentrional; Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Até chegar nesses estados serão construídos dois grandes canais com cerca de 622 km divididos em dois eixos (Leste e Norte), partindo das cidades de Petrolândia e Cabrobó, em Pernambuco. Serão nove estações de bombeamento, 27 aquedutos, oito túneis com aproximadamente 40 km, 35 reservatórios duas centrais hidroelétricas.

Com orçamento inicial na ordem de R\$ 4,8 bilhões a previsão de inauguração deveria ocorrer em 2012. Na época, sem inauguração, a transposição atingiu o custo financeiro de 8,2 bilhões com previsão para ser entregue em 2015. Agora afirma-se que em 2025 esteja em plena operação atendendo quatro estados, 12 milhões de habitantes e 390 municípios. Até lá, muitos embates serão travados e os conflitos por água podem se acentuar.

A obra é uma das mais polêmicas do Brasil e vem sendo duramente criticada tanto em seus aspectos técnicos, como econômico, político e ambiental (BRITO, 2013).

4.3 Viabilidade técnica e econômica da transposição

Um projeto de grande envergadura como é a transposição inevitavelmente divide opiniões e polariza o discurso muitas vezes com ausência de embasamento científico. Pela sua complexidade social, ambiental e econômica envolvendo inúmeros interesses em diferentes estados da federação há muitas divergências entre defensores e opositores. Algumas questões mais polêmicas das quais podemos destacar é a viabilidade técnica e econômica da obra.

Para os opositores do projeto a complexidade técnica de qualquer obra de transposição de bacias precisa levar em consideração alguns critérios básicos.

Existem duas condições básicas para viabilizar um projeto de transposição, conforme preceitos de economia dos recursos hídricos: a exaustão total do potencial da bacia receptora e a existência de excedente hídrico na bacia cedente. Não é o caso do projeto da Transposição. A primeira condição não é satisfeita por nenhuma das bacias hidrográficas nordestinas. A água existe e em volumes significativos. A segunda, dada a atual situação de penúria hídrica verificada no São Francisco, certamente a sua bacia hidrográfica não disporá dos volumes necessários para o atendimento das demandas de 12 milhões de pessoas que se encontram sedentas no Setentrional, bem como da irrigação de 190 mil hectares adicionais, previstos para a região. (SUASSUNA, 2015, p.46).

No caso da transposição a obra não se justificaria já que as quatro premissas básicas não foram contempladas; na bacia doadora não há excesso de água e não falta solos irrigáveis e na bacia receptora não há ampla disponibilidade de terras irrigáveis e existem recursos hídricos disponíveis.

Para Filho (2010) na bacia hidrográfica do São Francisco há disponibilidade de cerca de seis milhões de hectares de terras irrigáveis. Hoje apenas 334 mil hectares são irrigados. Brito (2013) indica que sem a obra a economia de água para a bacia sanfranciscana daria para irrigar mais de 1 milhão de hectares de terra. Hoje todas as terras que poderiam ser utilizadas internamente para irrigação na bacia São Francisco estão subutilizadas e impedidas de concessão de outorgas.

Vendo a possibilidade de captar cada vez mais água diversos setores econômicos estão competindo entre si. Cerca de 80% de toda a água da bacia do São Francisco já está comprometida para geração de energia. O Plano de Bacia do São Francisco prevê uma vazão máxima alocável de 360 m³/s. Desse total 335 m³/s, algo equivalente a 93% da vazão alocável total, já está outorgada. Ou seja, resta apenas 25 m³/s para o atendimento de novas outorgas.

O problema é que a outorga da ANA para a obra foi de $26,4\text{m}^3/\text{s}$ para uma vazão mínima contínua. Isso compromete mais de 100% da vazão disponível do rio São Francisco chegando a um total de $361,4\text{ m}^3/\text{s}$ ultrapassando em $1,4\text{ m}^3/\text{s}$ a vazão total do rio. Todo o consumo mínimo, portanto, já está legalmente comprometido (BRITO, 2013).

A possibilidade seria o uso da vazão máxima de $127\text{ m}^3/\text{s}$, mas isso depende do nível de água da Usina Hidrelétrica de Sobradinho quando o reservatório estiver acima de 94% do volume útil. Mas, devido o impacto ambiental na bacia do São Francisco o nível da represa está cada vez mais comprometido.

A represa de Sobradinho, em julho de 2015, estava com apenas 19% de sua capacidade útil acumulada. Em outubro de 2014, apresentou um volume afluente de apenas $290\text{ m}^3/\text{s}$. Foi a menor vazão registrada, no rio São Francisco em sua história, desde quando começaram as mensurações. Se o projeto da transposição já estivesse em operação, e com o povo do Semiárido necessitando urgentemente de maiores aportes volumétricos de água, para o atendimento de suas necessidades, o São Francisco não teria condições, no atual momento, para o atendimento dessa demanda. (SUASSUNA, 2015, p.49).

A água retirada do rio será captada a jusante da barragem de Sobradinho onde a vazão é regularizada em $1.850\text{ m}^3/\text{s}$. Dessa vazão liberada em Sobradinho ($1.850\text{ m}^3/\text{s}$) $1.520\text{ m}^3/\text{s}$ deve chegar à foz do rio para evitar que a cunha salina adentre no continente. Do local onde a vazão é regularizada até os pontos de captação as águas já terão percorrido 85% da sua bacia e os $26\text{ m}^3/\text{s}$ disponibilizados para a transposição equivale cerca de 1,4% da sua vazão disponível (BRITO, 2013).

Oito grandes açudes vão recepcionar as águas da transposição, juntos eles possuem 12,53 bilhões m^3/ano . O volume evaporado desses oito açudes equivale a cerca de 3,79 bilhões m^3/ano , ou seja, entra 2,10 bilhões m^3/ano ($127\text{m}^3/\text{s}$) e evapora 3,79 bilhões m^3/ano resultando em volume negativo de 1,69 bilhão m^3/ano . Somente o açude Castanhão perde por evaporação 2,10 bilhões de m^3/ano , ou seja, se os 2,10 bilhões de m^3/ano da transposição fossem totalmente direcionados para o Castanhão apenas compensaria a sua perda por evaporação (RIBEIRO, 2010).

O orçamento atual da Transposição do Rio São Francisco gira em torno de 8,2 bilhões, mas que o dobro do orçamento inicial. Segundo o Ministério da Integração em outubro de 2016 aproximadamente 90,5% da obra estava concluída. É possível que o Eixo Leste seja inaugurado em dezembro de 2016. Já o Eixo Norte a previsão é que seja inaugurado no final de 2017, isso porque parte importante dos trechos referentes ao Eixo Norte estão parcialmente paralisados após o abandono da construtora Mendes Júnior que alegou falta de compromisso técnico e financeiro do Governo Federal.

Os estados receptores, que terão de assumir os serviços de distribuição de água e arcar com os custos de manutenção, cobram do Governo Federal celeridade na execução das obras. Existe uma comissão formada principalmente por deputados da Assembleia Legislativa do Ceará cujo objetivo é apressar os trabalhos para conclusão das obras. Os parlamentares fazem visitas sistemáticas as obras muitas vezes acompanhado por representantes do agronegócio cearense e da Federação das Indústrias do Ceará – Fiec.

Os estados não beneficiados com a obra começam a reivindicar suas transposições. Dois novos canais estão em elaboração técnica, socioeconômica e ambiental; são os Eixos Sul e Oeste. O Eixo Sul, conhecido como o Canal Baiano, está sendo estudado com duas alternativas: uma próxima ao lago de Sobradinho e a outra a jusante da barragem. Quanto ao Eixo Oeste a proposta é construir o canal da barragem de Sobradinho até o sudeste do Piauí nos rios Piauí e Canindé.

Na ponta final do projeto o custo do m³ da água também será muito elevado. Os valores cobrados podem chegar a 5 vezes mais caro do que o valor cobrado pela Codevasf, aos colonos da bacia do São Francisco. Além disso, a potencialidade das terras para irrigação nos três estados beneficiados chega a ser 4 vezes menor em relação a bacia do São Francisco (SUASSUNA, 2015).

Diante destes fatos cresce a crítica de que a obra é economicamente inviável pelos elevados custos na construção, cobrança de outorga para operação, adução e manutenção. Considerando, por exemplo, o uso das águas para projetos de irrigação a produção final chegaria a um custo muito elevado necessitando subsídios permanentes para competir no mercado internacional.

4.4 Implicações e conflitos sociais provocados pela transposição

Se os fatos citados evidenciam a inviabilidade econômica some-se a isso os enormes danos socioambientais que já estão ocorrendo e que futuramente implicarão em enormes custos econômicos na tentativa de recuperação. Dentre as críticas feitas em relação aos impactos ecológicos afirma-se que o rio não apresenta condições efetivas para atender as demandas da obra devido a mudança no seu regime fluvial, desmatamento da mata ciliar, alteração dos ecossistemas, redução da biodiversidade do bioma Caatinga, desaparecimento de habitats, maior pressão aos recursos naturais no entorno do canal e aceleração do processo de desertificação e salinização.

Nos últimos 50 anos o rio já perdeu 35% de vazão constante e a previsão é que nos próximos 50 anos a perda gire em torno de 25%. Na foz do rio ocorre a diminuição do volume, o processo de assoreamento e salinização são os sinais evidentes de sua morte. Se essa catástrofe não for urgentemente evitada cerca 1,1 milhão de sergipanos e alagoanos que vivem próximo à foz não terão água e serão obrigados a emigrar (FILHO, 2010).

Enquanto a obra avança a política de revitalização não vem sendo executada na mesma dimensão e intensidade como previa os licenciamentos e o EIA/RIMA. Os órgãos ambientais e de fiscalização tiveram um papel decorativo diante dos interesses econômicos e da política patrimonialista nordestina.

A vida do rio depende de um grande pacto de gestão das águas onde os diversos usos e o atendimento às demandas, em especial o consumo da população e os serviços ambientais, sejam priorizados. O problema é que há mais imposição que negociação e sem um pacto pela gestão das águas na bacia do São Francisco o cenário que se vislumbra é catastrófico.

Na discussão do projeto o Comitê da Bacia São Francisco (CBHSF) aprovou a obra exclusivamente para consumo humano conforme prevê a legislação de recursos hídricos do Brasil em que a definição das prioridades de usos das águas de uma bacia deve ser realizada pelo comitê. O CBHSF reconheceu os limites da demanda de água indicando que o uso da água para projetos produtivos devem ser de pequeno porte e que atendam prioritariamente os projetos internos da bacia.

[...] o CBHSF, em reunião plenária realizada em Salvador no dia 27 de outubro de 2004, decidiu que a prioridade da utilização das águas da bacia hidrográfica do Rio São Francisco são os usos internos. Transposições são admitidas apenas para consumo humano e dessedentação animal, em situações de escassez comprovada. A utilização das águas como insumo produtivo ficou restrita, exclusivamente, aos usos internos à bacia. (FONTES, 2010, p.256).

Mas, de modo impositivo o Governo Federal atropelou a Lei 9.433, ignorando as competências legais do CBHSF, determinando de modo unilateral o uso da água como insumo produtivo destinando maior parte das águas do Eixo Norte para uso econômico.

A decisão evidencia que o comitê não passa de um engodo. Cria-se, portanto, um ambiente contraditório daquele preconizado pela Lei 9.433 segundo a qual a bacia hidrográfica é a unidade de planejamento com gerenciamento participativo, democrático e descentralizado. O Plano da Bacia Hidrográfica do São Francisco não teve suas exigências atendidas e as outorgas que deveriam ser priorizadas na própria bacia não o foram. Para

Fontes (2010) esses fatos, incoerentes com a Lei 9.433 e Lei 9.984, deveria constituir motivos claros para o impedimento à concessão da outorga para a obra¹⁵.

João Suassuna, pesquisador da Fundação Joaquim Nabuco, destaca que grandes hidrólogos do país manifestaram preocupações com a transposição concluindo pareceres contrários a obra:

Em agosto de 2004, a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) promoveu uma reunião no Recife, na qual tratou de transposição de águas entre grandes bacias hidrográficas. Nela, a Transposição do São Francisco foi analisada em suas minúcias, tendo sido enxergadas limitações volumétricas, no rio, que colocavam em risco, caso o projeto viesse a ser realizado, todos os investimentos existentes em sua bacia hidrográfica, notadamente na irrigação, na geração de energia, na navegação, na pesca e no abastecimento das populações. Ao enxergarem essas limitações, e sabedores da existência de volumes suficientes nas fontes hídricas da região, notadamente nas represas e poços, os técnicos da SBPC propuseram a construção de uma infraestrutura hídrica, no Setentrional, para acesso a essas águas, construída de montante (das bacias receptoras) para jusante (em direção à bacia do São Francisco). Os técnicos entendiam que o uso das águas interiores nordestinas deveria ser considerado como prioritário, e que, futuramente, e mediante a uma avaliação de necessidades, as águas do São Francisco poderiam ser buscadas para abastecimento complementar. (SUASSUNA, 2015, p.45).

A escolha entre os dois projetos apresentados todos nós já sabemos. O que se questiona é o motivo da escolha. O escolhido foi um projeto com vultosos investimentos com previsão de atender 12 milhões de pessoas que deixa em dúvida a sustentabilidade de um rio essencial para a região. O projeto rejeitado do Atlas do Nordeste, elaborado pela ANA, beneficiaria 44 milhões de pessoas com custo médio de metade do que está sendo gasto na transposição e reduzido impacto ambiental (BRITO, 2013).

Fontes (2010) considera que desde o início a transposição não passa de uma manipulação hídrica. Inicialmente a montagem da fraude hídrica constatou um falso déficit hídrico nas bacias receptoras com a retirada dos cálculos das águas subterrâneas:

Os governos estaduais do CE, RN, PB e PE foram instados a assinar documentos no qual passavam a considerar as águas subterrâneas como reservas estratégicas, que só poderiam ser utilizadas após esgotadas todas as disponibilidades superficiais e, portanto, assumiam o compromisso de proibir o seu uso em uma região em que é amplamente utilizada. (FONTES, 2010, p. 257).

Se de um lado da ponta, na oferta, os números foram ocultados na outra ponta, na demanda, ocorreu o contrário:

¹⁵ Existe um elevado número de ações no poder judiciário, que ainda estão sub judice (está nas mãos do juiz esperando determinação) aguardando julgamento de mérito no Supremo Tribunal Federal -STF, que questionam os seus processos de licenciamento hídrico e ambiental (BRITO, 2013).

[...] foram empregados artifícios para ampliá-la. Assim, a demanda total da região para consumo urbano em 2025 foi utilizada para definir a vazão mínima de 26 m³/s. A manipulação fica evidente ao ano se descontar os estoques já existentes na região para só então calcular a real necessidade de aporte de água para este uso. É como se a região não dispusesse, hoje, de nenhum estoque de água para consumo da população e como fosse possível abandonar as fontes locais (e mais baratas) em troca da água importada de centenas de quilômetros de distância e a um custo muito mais elevado. Pressupõe, enfim, transferir toda a responsabilidade pelo abastecimento da população à transposição e, assim, liberar os estoques locais para usos econômicos. (FONTES, 2010, p. 258).

Há muitas dúvidas sobre quem vai ser realmente beneficiado com a transposição. Apesar de ter sido realizado em nome dos sertanejos sedentos e dispersos no meio do semiárido documentos oficiais revelam os principais beneficiados do projeto: 70% das águas será destinada à produção de frutas e camarão para exportação; 26% para o setor industrial e centros urbanos e apenas 4% para a população difusa no semiárido, ou seja, o objetivo real da obra será a indução do desenvolvimento através da expansão do capital globalizado principalmente no campo com objetivo de transformar o semiárido na “Califórnia Brasileira”.

De acordo com Brito (2013) o slogan “Água Para Quem tem Sede” pode se transformar em água para quem tem água. Na Paraíba, por exemplo, a obra vai cruzar o semiárido e levar água até o litoral beneficiando municípios com regiões de importantes aquíferos e chuvas tropicais com índices pluviométricos que ultrapassam 1000 mm/ano.

As comunidades atingidas estão ignorantes quanto a complexidade da obra e não perceberam a dimensão da tragédia econômica e social que os ameaça. Há uma maciça propaganda do governo favorável a obra, mas pouco se discute sobre os impactos e conflitos. Para a população não há nenhuma adutora prevista assim como não há um serviço de distribuição das águas claramente definido no projeto. É possível que os mesmos grupos que sempre lucraram com a indústria da seca sejam os beneficiários da transposição reproduzindo a injusta e desigual distribuição de terra e água, lucrando com os desvios de recursos públicos e com os discursos das inseguranças hídrica e alimentar.

Aproximadamente 500 famílias estão sendo deslocadas, serão direta e indiretamente atingidos aproximadamente 34 povos indígenas e 153 comunidades quilombolas, algumas lutando pela demarcação de seus territórios. A área de desapropriação é de aproximadamente 2,5 km de cada lado do canal correspondendo a cerca de 350.000 hectares. Essa vasta extensão de terra que está sendo varrida com todos os seus ricos e sensíveis serviços ambientais poderia ser aproveitada para a reforma agrária.

Isso gera insatisfações e vem provocando conflitos jurídicos entre comunidades, municípios, órgãos e estados. O São Francisco que é conhecido como o rio da integração

nacional vai promover, através da obra, disputas e antagonismos entre as populações nordestinas intensificando os conflitos hídricos da região (VIANNA, 2015).

Os impactos da obra foram amplamente divulgados na mídia nacional e internacional. O Frei Luiz Flávio Cappio foi um dos personagens marcante na defesa dos ribeirinhos e da vida do rio. Realizando vários protestos, inclusive fazendo greve de fome, o frei percorreu inúmeras comunidades tradicionais que vivem as margens do rio denunciando a violação de direitos e a degradação do rio (ASSIS, 2015).

Entre os principais atingidos estão os camponeses que sobrevivem do cultivo nas margens e ilhas do rio. Chamado de povo vazanteiro esses camponeses aproveitam a fertilidade do solo provocada pela inundação no período de cheia para afirmação do seu modo de vida. Essas populações que já sofrem com os impactos da transposição jamais foram escutadas.

Entre as populações indígenas a transposição atinge territórios dos povos Trukás, Tumbalalás, Pipipans e Kambiwás. Entre esses povos os Trukás¹⁶, vivem na ilha de Assunção na margem esquerda do rio São Francisco, no município de Cabrobó, Pernambuco.

A ilha pertence aos índios Trukás, que possuem uma ligação de sobrevivência material e imaterial com as águas do rio e com a ilha. Os índios possuem uma dependência grande da agricultura. Sua economia é baseada na produção agrícola, principalmente dos plantios de arroz, feijão, milho e cebola. Na ilha, os Trukás têm uma rica trajetória de lutas para manter sua religião, seus costumes e sua arte. (ASSIS, 2015, p.92).

O território dos Trukás é de 5.769 ha onde vive uma população de 3.463 índios (Figuras 3 e 4). Fruto de um intenso processo de luta o território dos Trukás foi objeto de disputa com os colonizadores. Garcia D'Ávila e sua Casa da Torre, na Bahia, foi um dos responsáveis pela tomada das terras dos Trukás. A igreja, durante o processo de catequização pelos jesuítas, também tomou parte de seu território.

¹⁶ A origem dos Trukás está relacionada aos índios Kariri(s) ou Kiriri(s) que constituíam uma família etnolinguística do Tronco Macro-Jê. Durante a Guerra dos Bárbaros, ou Confederação dos Cariris, de 1683 a 1713, esses povos tiveram papel ativo na luta contra o processo de colonização e dominação portuguesa.

Figuras 3 e 4 – Ilha de Assunção no território Truká em Cabrobó e ponto de tomada de água para a transposição



Fonte: Fotografias do autor (2016).

Fazendeiros, plantadores de maconha e organizações ligadas à administração municipal em diferentes momentos pressionaram os Trukás com o objetivo de se apossar de seu território. Agora são as grandes obras que atacam a vida desses povos e seu direito de posse da terra. As Usinas Hidrelétricas já trouxeram um grande impacto com a alteração no curso do rio e recentemente o projeto de transposição e os seus inúmeros subprojetos são sem dúvida a maior ameaça podendo levar a morte do rio e consequentemente a morte dos Trukás (ASSIS, 2015).

Assim como os índios Trukás a existência dos povos indígenas que vivem as margens do São Francisco possuem uma forte relação com o rio, seja no aspecto material (pesca e cultivo nas terras férteis), seja aspecto imaterial ou simbólico (o sentimento sagrado e ritualístico do rio).

Em 2009 mais de 400 lideranças indígenas do Nordeste estiveram reunidas em evento com diversos povos indígenas do Brasil e denunciaram a violação dos direitos étnicos e territoriais das populações atingidas pela transposição. A efetivação da obra sem consulta aos povos indígenas que serão diretamente atingidos fere a Constituição Federal de 1988 e a Convenção 169 da OIT, da qual o Brasil é signatário.

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) em carta aberta representando os povos indígenas de Pernambuco, Sergipe, Alagoas e Bahia se posicionaram contra o Projeto de Transposição do Rio São Francisco. A carta denuncia a ilegalidade da obra e o passivo ambiental que sofrem esses povos afirmando que a sobrevivência cultural e econômica dos índios depende da vida do rio. O depoimento do cacique do povo Truká revela os reais beneficiários do projeto: “Se o rio se acabar a gente se acaba, a transposição vai deixar o rio

em poço, essa obra é uma serpente que começa nos Truká para alimentar o dragão (Porto Pecem) [...]” (Cacique Neguinho Truká, CIMI, Relatório denúncia, 2009, p. 30 *apud* ASSIS, 2015, p.96).

Analisando a transposição sob as duas óticas (governo e população atingida), percebemos que as duas realidades se confrontam. De um lado o caráter salvacionista e o orgulho da realização da maior obra hídrica país e do outro a revolta dos atingidos pelo enorme passivo ambiental que a transposição pode provocar a vida do rio e dos povos que tem suas vidas (material e simbólica) ligadas a ele.

Do ponto de vista dos atingidos, que não se beneficiaram até o momento das riquezas produzidas pela obra, fica a expectativa de que pelo menos a revitalização do rio seja concretizada. Na prática o que as populações pobres desconfiam é de que a transposição seja a herdeira do programa de açudagem. Um modelo moderno de atuação da indústria da seca.

Até hoje todo o investimento realizado de nada adiantou e dois aspectos merecem uma análise mais apurada. O primeiro é a ausência de fiscalização, pois o que já foi construído está abandonado e se deteriorando correndo o risco de abandono como dezenas de obras inconclusas no Nordeste¹⁷. O outro são as dezenas de obras executadas ou em execução que dependem da transposição como ocorre no estado do Ceará principalmente com o Cinturão das Águas do Ceará (CAC). Por ora, o que nos interessa é o segundo aspecto e é dele que trataremos nos próximos capítulos.

¹⁷ Ribeiro (2010) aponta dezenas de obras inconclusas em todos os estados nordestinos. Para citar alguns exemplos somente no Ceará constam em sua pesquisa: as Barragens do Taquara e do Granja, os projetos de irrigação da Barragem Paulo Pessoa, Barragem de Cedro, as segundas etapas dos projetos de irrigação do Tabuleiro de Russas, Araras Norte e a geração de energia do Castanhão.

5 O CAMINHO DAS ÁGUAS NO CEARÁ

“Aqui é lugar de gente briguenta e esse povo tava pensando que ia chegar aqui e fazer essa destruição sem ninguém dizer nada, eles se enganaram porque aqui nós vamos é defender o nosso lugar.” (Sr. Assis Santos)

5.1 A Política de Recursos Hídricos (PERH) e os “Governos das Mudanças”

No estado do Ceará as forças políticas e econômicas vêm, desde o final do século XX, estrategicamente reformulando a política de gestão de recursos hídricos com o objetivo de atrair novos investimentos do capital globalizado. Apesar de ser um dos estados¹⁸, que mais clama por água (defendendo fervorosamente a transposição), possui uma disponibilidade hídrica superior ao consumo. Enquanto a oferta é na ordem de 215m³/s o consumo chega a 54 m³/s, ou seja, a relação oferta/consumo é de aproximadamente quatro vezes (BRITO, 2013).

Apoiado na nova lei das águas o Ceará criou uma extensa estrutura administrativa e se tornou o estado mais aparelhado (no Nordeste) em termos de estrutura hídrica. A gestão sempre esteve um passo a frente chegando a antecipar-se da lei federal sancionando a Lei das Águas em 1992, cinco anos da lei federal (CHACON, 2007).

O impulso foi dado na década de 1980 com o ciclo político que ficou conhecido como “Os Governos das Mudanças”. Com a eleição de Tasso Jereissati eleito governador em 1987 chega ao fim o chamado “ciclo dos coronéis¹⁹”. O jovem empresário imprimiu uma política neoliberal com um extenso projeto de modernização reajustando a máquina pública, reduzindo os gastos e buscando empréstimos e financiamentos aos novos agentes nacionais e internacionais. As principais secretarias foram comandadas por jovens técnicos e empresários que passaram a realizar uma administração com uma máquina leve e flexível vinculada ao setor privado (SPOSITO; PEREIRA JUNIOR, 2013).

Na gestão hídrica a reestruturação espacial se deu com influência direta do mercado financeiro internacional. A parceria com organismos multilaterais como o BIRD fomentou uma agenda administrativa que proporcionou um investimento em infraestruturas

¹⁸ O Estado do Ceará possui 86,8% de seu território inserido na região semiárida e segundo a Portaria Nº 89, de março de 2005, do Ministério da Integração Nacional, 75% está assentado sobre domínio do embasamento cristalino.

¹⁹ Com a ascensão dos jovens empresários na política estadual a expressão coronel ligada a algumas figuras políticas cearenses está associada a noção de atraso.

para diversos setores produtivos. A tabela 2 mostra as principais instituições e os instrumentos da PERH.

Tabela 2 – Instituições e instrumentos da gestão hídrica no Ceará

ÓRGÃOS/ INSTRUMENTOS	OBJETIVOS	PRINCIPAIS AÇÕES
SRH Lei nº 11.306, de 01 de abril de 1987	Promover a política de recursos hídricos articulando órgãos que atuam no setor; coordenando, gerenciando, operacionalizando estudos, pesquisas, programas, projetos, etc	Elabora relatórios de vistoria, aplica infrações e embargos e fiscaliza em parceria com outras instituições
SOHIDRA Lei nº 11.380, de 15 de dezembro de 1987	Realizar estudos, executar obras e outros serviços na área de engenharia hidráulica	Autarquia atrelada a SRH é o órgão executor da SRH e do DNOCS
PLANERH de 1988 a 1991	Lançar às bases da política hídrica dando subsídio a ordenação jurídica do sistema institucional. É atualizado a cada quadriênio	Com as informações técnicas foi possível criar o PERH
PERH Lei 11.996, de 24 de julho de 1992	Embasar a política hídrica do estado dando origem a criação do SIGERH. O órgão gestor do PERH é chamado de CONERH	Com uma reformulação na Lei 14.844, de 28 de dezembro de 2010, o PERH adota o paradigma de desenvolvimento sustentável e traz em seus princípios uma gestão integrada, participativa e democrática
COGERH Lei nº 12.217, de 18 de novembro de 1993	Auxiliar a SRH na gestão de oferta hídrica dos sistemas hídricos superficiais e subterrâneos. Responsável pela outorga e cobrança da água bruta. Com sede administrativa em Fortaleza possui oito gerências regionais. Com forte apoio do Banco Mundial foi à primeira agência de água do Brasil a ter direito privado com 49%	Gerencia e monitora 151 açudes públicos, lagoas e vales perenizados em parceria com o DNOCS. Esse trabalho se estende para o Canal do Trabalhador, Eixão das Águas e outros canais. Fornece água bruta para o abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza
FUNERH Lei nº 11.996, de 24 de julho de 1992	Administrar e aplicar os recursos financeiros da Política Estadual de Recursos Hídricos	Após alterações realizadas pela PERH (Lei nº 12.245, de 30 de dezembro de 1993 e Lei nº 12.664, de 30 de dezembro de 1996) está presente em ações que envolvem outorga de direito de uso dos recursos hídricos, licenciamento para obras e cobrança pelo uso da água
SIGERH Lei 11.196 de 24 de junho de 1992	Promover a integração dos órgãos federais, estaduais e municipais	Após o complemento de leis específicas o SIGERH reúne um conjunto de órgãos colegiados de coordenação que delibera os rumos da política hídrica do estado
CBHs São 11 unidades de planejamento. O primeiro foi o CBH do rio Curu	Realizar o processo de alocação negociada de água, planejar e acompanhar a operacionalização dos sistemas hídricos	São formados por representantes de entidades dos usuários (máximo de 30%), das organizações civis (até 30%), dos órgãos estaduais e federais (máximo de 20%) e dos poderes públicos municipais (até 20%)

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Ceará (2009); Saboia (2015); Lins (2008); Monte (2005).

O Sigerh é constituído por organismos colegiados com o objetivo de ampliar os canais de participação através do Conselho de Recursos Hídricos (Conerh), Comitês de Bacia, Comissões de Usuários ou Conselho Gestor e Comissões Gestoras dos Açudes Federais. Já o Conerh é presidido pelo Secretário de Recursos Hídricos dispondo de duas câmaras técnicas, a de águas subterrâneas e a de enquadramento dos corpos hídricos (CEARÁ, 2008).

Outras instituições possuem papel importante na gestão hídrica como a FUNCEME²⁰, criada em 1972, desenvolvendo trabalho principalmente na área de meteorologia, a CAGECE, criada em 1971, responsável pelo saneamento, a SEMACE, na fiscalização e monitoramento de obras, o DNOCS no monitoramento de sistemas hídricos e o Conpam responsável pelo estabelecimento das políticas ambientais do estado.

Os conselhos e comitês de bacia são instâncias administrativas com objetivo de arbitrar sobre os conflitos atuando de forma descentralizada, integrada e participativa. Considerado como uma possibilidade real de equilibrar as forças em relação a negociações os CBHs ainda dependem efetivamente da atuação dos gestores. Em muitos casos disputas que deveriam ser realizadas com paridade e iguais condições de discussão não ocorrem predominando um espaço de força assimétrico com reprodução de uma visão economicista e tecnocrática (JACOBI; FRACALANZA, 2005).

É preciso destacar que uma parcela muito restrita da sociedade civil conhece os CBHs. Quando conseguem expor suas demandas defendendo os interesses das camadas sociais mais vulneráveis ou do meio ambiente ocorrem intervenções políticas e cooptações como ficou explícito no CBHSF no âmbito da discussão da transposição. Ou seja,

[...] apesar da aparência de descentralização e preocupação ecológica, a estrutura continua sendo controlada pelos mesmos setores oligárquicos que sempre comandaram o ‘desenvolvimento’ (burocracia estatal, grandes proprietários, industriais e políticos tradicionais) (IORIS, 2008, p.17).

Especificamente na composição dos comitês do Ceará, Elias e Pequeno (2013, p.102) argumentam que:

[...] nos últimos anos, vem se travando uma verdadeira disputa para a composição dos comitês, que têm representantes da sociedade civil organizada, das instituições públicas e privadas. Nos locais onde a sociedade civil está mais organizada, a composição dos membros consegue ser mais equilibrada, enquanto em outros, é notório a hegemonia dos que sempre estiveram à frente do poder local e estadual. Vale destacar que o que está em jogo é a disputa pela água e que o Ceará é um dos

²⁰ A Funceme já foi vinculada a SRH e hoje está com a Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior (Secitece).

principais laboratórios, no Brasil, das novas políticas de gestão dos recursos hídricos patrocinados pelo Banco Mundial.

Ainda que a propaganda do CBHs seja sedutora o novo modelo administrativo reproduz a mesma forma autoritária exercida pelos coronéis e militares. Dessa vez o autoritarismo é dissimulado de moderno e participativo, mas não apresenta respostas concretas para amenizar os conflitos e reduzir o processo de degradação (IORIS, 2008). Isso fica claro quando destacamos os principais programas, subprogramas, planos e projetos criados a partir da PERH.

Tabela 3 – Principais programas da política hídrica cearense

PROGRAMAS	OBJETIVOS	EXECUÇÕES
PROURB (1993)	Construir infraestruturas hídricas (40 reservatórios e 46 adutoras-46 km) principalmente em regiões com vazios hídricos. Os projetos foram direcionados para o PROÁGUA	Foi dividido em: PROURB-Hídrico e PROURB-Urbano. Iniciado em 1995 e concluído em 2002 os recursos financeiros foram da ordem de US\$ 140 milhões de empréstimo ao BIRD e US\$ 100 milhões do governo estadual. Foram construídos apenas 16 reservatórios e 25 adutoras
PROGERIRH I (de 2000 a 2005) e PROGERIRH II (de 2009 a 2011)	Fortalecer o SIGERH e ampliar a disponibilidade hídrica por meio de interligação de bacias. Contribuir na recuperação e conservação dos solos e dos recursos hídricos. A previsão era construir 16 açudes e 5 eixos de integração	Concebido ainda em 1997, como um programa piloto, obteve empréstimo de US\$ 136 milhões do BIRD e contrapartida de US\$ 111,28 do governo estadual, financiado pelo BNDS, esse programa teve duas emendas no contrato de financiamento após a execução de um projeto piloto. Esse programa ficou conhecido como “o caminho das águas”
PRODHAM (de 2001 e 2009)	Desenvolver ações integradas de recuperação e preservação dos recursos ambientais através de pequenas obras em áreas degradadas	Resultado do PROGERIRH, implantou 3.332 barragens de contenção de sedimentos, 27 barragens subterrâneas, 470 cisternas de placa, 47, 6 ha de reflorestamento e recomposição de mata ciliar, 2,2 ha de dry farming, 129,982 m de terraceamento em curva de nível, 70,682 m de cordões de pedra em contorno, 3.810 m de cordões de vegetação, 5,3 ha de recuperação de áreas degradadas. Ações de educação ambiental e oficinas temáticas foram realizadas em 44 comunidades
PROÁGUA PROÁGUA/Semi árido (1998) e PROÁGUA/Naci onal (de 2007 a 2009)	Fortalecer as instituições e melhorar a qualidade de vida das populações carentes em regiões com histórico de escassez garantindo oferta de água em seus múltiplos usos	Implementado pela ANA e MI obteve cerca de US\$ 500 milhões em recursos do BIRD, do <i>Japan Bank for International Cooperation</i> e dos governos federal e estaduais estes programas possibilitaram a construção de alguns reservatórios e adutoras no estado do Ceará. Promoveu cursos de capacitação cadastrando usuários para adquirir o uso da água bruta
Programa de Oferta de Água (de 2012 a 2015)	Aumentar a oferta hídrica através da construção e revitalização de infraestruturas. Propôs ações na gestão e formulação da Política Nacional de Infraestrutura Hídrica	Realizado pelo MI com recursos do PAC 2 o programa viabilizou a construção da barragem Fronteiras em Crateús
Pacto das Águas (2007)	Desenvolver importantes documentos com um diagnóstico da questão hídrica no estado, firmando compromissos institucionais e priorizando futuros programas e sub-programas	Destaca-se como uma ação concreta dois importantes documentos: Cenário atual dos recursos hídricos do Ceará (2008) e o Plano estratégico dos recursos hídricos do Ceará (2009). A elaboração teve participação ativa do Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Ceará (2009); Saboia (2015); Lins (2008); Monte (2005).

O PROURB, PROGERIRH e o PROÁGUA são subprogramas do “Águas do Ceará” que é um programa piloto com ações estruturais e não estruturais financiado pelo Banco Mundial (LINS, 2008).

Um dos mais polêmicos programas do Governo do Estado no tocante a política de recursos hídricos é o Águas do Ceará, o maior programa de infraestrutura de oferta de água da história do Estado. O Programa reúne um conjunto de obras de combate à escassez de recursos hídricos que está desenhando um novo mapa das águas no Ceará, considerado o número e a complexidade dos sistemas de engenharia envolvidos, reorganizando o sistema de saneamento básico, assim como permitindo novas perspectivas para o abastecimento e para a produção. Prevê a construção de 40 novos açudes estratégicos, sendo o mais importante o açude Castanhão, localizado no Baixo Jaguaribe, o maior de toda a história do Ceará (ELIAS; PEQUENO, 2013, p.102).

Entre os programas o Prodham apresentou uma proposta efetiva de convivência com o semiárido trabalhando com educação e comunicação social através de tecnologias adaptadas a realidade climática da região. O Prodham evidenciou que a água não é a causadora dos problemas da região mostrando a possibilidade de viver com dignidade em lugares com baixos índices pluviométricos.

No documento Cenário atual dos Recursos Hídricos publicado pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, no âmbito do Conselho de Altos Estudos e Assuntos Estratégicos, algumas considerações foram feitas em relação ao arcabouço legal da política hídrica estadual sendo necessário em alguns casos reformulação da legislação e em outros casos a regulamentação, além de mudanças de paradigma na implementação de políticas públicas (CEARÁ, 2008).

A nova gestão hídrica organizou uma agenda administrativa fundamentada na eficiência técnica que prioriza a quantidade de água em grandes obras de infraestrutura. Com a reestruturação produtiva promovida nas últimas décadas foi desencadeado uma crescente exigência de demanda hídrica o que resultou em ações seletivas no território cearense concentrando água para determinados setores produtivos. É sobre esses questionamentos que tentaremos mostrar nos próximos tópicos os principais empreendimentos hídricos, os setores produtivos que tem prioridade no uso da água e os processos territoriais relacionados a esse modelo.

5.2 Grandes obras hídricas no Ceará e seus efeitos

A moderna gestão de recursos hídricos cearense define que uma gestão equilibrada deve ser equacionada entre gestão de oferta, gestão de demanda e gestão de qualidade. A gestão de oferta opera com a construção, funcionamento e manutenção da infraestrutura física. A gestão da demanda prevê ações que influenciem os usuários com intuito de reduzir o consumo através da cobrança pelo uso da água, taxaço da poluição e

campanhas educativas. Já a gestão de qualidade prenuncia a adequação da água para cada uso (SABOIA, 2015).

Segundo esses princípios as ações não estruturais são tão importantes como as ações estruturais. Entretanto, no Ceará a gestão da oferta já era priorizada antes mesmo da promulgação da PERH quando os gestores realizaram o amplo diagnóstico e perceberam o potencial do território para grandes barragens.

Em 1960 foi construído o açude Óros, interceptando o rio Jaguaribe, considerado o maior rio seco do mundo. Na época era o maior açude do mundo acumulando 2,5 bilhões de metros cúbicos. Apresentado como uma obra salvadora para o povo cearense o açude foi construído a custo de um dramático processo de desterritorialização de grupos sociais vulnerados. Havia muita inexperiência institucional e não se reconhecia a existência do impacto social e ambiental ou qualquer direito aos atingidos.

Em 1981 o Governo do Estado implantou eixos de integração em sub-bacias hidrográficas. A bacia do rio Pacoti foi interligada ao açude Gavião na bacia do rio Cocó. Esse sistema de integração foi pioneiro na região Nordeste e foi fundamental para o abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza – RMF (SABOIA, 2015).

Apesar dessas infraestruturas em 1993 houve uma grande seca que ameaçou o abastecimento da RMF. Na época o governador Ciro Gomes prometeu fazer um empreendimento hídrico que ele próprio chamou de “a obra do século”. Tratava-se do Canal do Trabalhador que interliga a bacia do Baixo Jaguaribe com a bacia Metropolitana. Esse sistema de transferência possui 102,5 km de extensão com vazão de 6 m³/s.

Passada a crise, depois de sete meses, com a volta das chuvas, o canal, feito às pressas (construído em apenas três meses), sem licitação, ao custo de R\$ 48 milhões, não se mostrou mais útil, nem para a capital nem para o interior. As suas margens não foram irrigadas como prometido, e o canal, pouco mais de uma década depois, além de não levar mais água para a RMF, tem que receber água de quando em quando para não secar (CHACON, 2007, p.147).

Se essas interligações entre bacias foi solução parcial para o abastecimento da capital e para alguns setores econômicos os sertanejos do interior continuaram com os mesmos problemas de falta de abastecimento. Apesar do caráter salvacionista dessas obras configurava-se um quadro de injustiça ambiental, uma vez que grande parte da população não teve acesso à água prometida. A solução seria a superação dessas obras, tanto em tamanho como em recursos (SILVA, 2013).

Em 1992 o DNOCS assumiu a responsabilidade de construção do açude Castanhão, antes sob os cuidados do extinto DNOS²¹ (Departamento Nacional de Obras e Saneamento). No ano seguinte o projeto executivo da obra estava elaborado, mas não havia consenso no DNOCS sobre a viabilidade técnica do projeto e as opiniões divergentes promoveram acirradas disputas ideológicas. Os opositores ao projeto denunciava carência de fundamentação técnica deixando muitas dúvidas sobre os benefícios e os graves danos socioambientais que provocariam na área e na população do Vale do Jaguaribe. Como alternativa foi sugerido a construção de 10 a 12 açudes de médio porte (BRAZ, 2011).

Sem comprovação técnica dos benefícios para a população da região e diante de clima tenso com muita manifestação negativa houve muita pressão por parte da sociedade civil organizada para que a população participasse das decisões governamentais. Mas o governo conseguiu se impor e utilizou diversos argumentos para legitimar a obra. Um desses argumentos baseava-se na necessidade de um reservatório de grande porte para uma possível adução de águas da transposição. Havia também, assim como em obras anteriores, uma propaganda estratégica de que o progresso seria alcançado com a construção de um dos maiores açudes para usos múltiplos do mundo.

Os benefícios apresentados pelo Governo Estadual para a construção da Barragem foram: desenvolvimento econômico do Ceará, abastecimento de água para Fortaleza, dinamização de projetos de irrigação, produção de energia elétrica etc. e, ainda, que a barragem se transformaria no reservatório-pulmão e canal adutor da transposição de água da bacia do rio São Francisco. (BRAZ, 2011, p.46).

Em 1995 iniciaram-se as obras, em 2001 a população atingida foi removida para o novo espaço iniciando uma complexa e dolorosa reorganização dos seus modos de vida e no ano seguinte o açude foi inaugurado. Localizado na bacia hidrográfica do Jaguaribe o reservatório tem um comprimento máximo de 48 km. O açude e os seus reservatórios cobriram uma área que se estende pelos municípios de Jaguaribara, Alto Santo, Jaguaretama e Jaguaribe provocando o reassentamento compulsório de mais de mil famílias (MONTE, 2005).

O Estado transferiu os atingidos para um novo município, Nova Jaguaribara, impondo novas relações socioespaciais.

As novas formas sociais se demonstram com arrimo nas interações expressas na atual organização da vizinhança, na mudança dos espaços de lazer, no uso das calçadas, e na distância da cidade em relação ao açude Castanhão. A nova

²¹ Em 1989 o DNOS já havia concluído os estudos sobre a viabilidade técnica do Castanhão, mas em 1990 o órgão foi extinto pelo presidente Fernando Collor de Melo.

localização e novo uso do manancial trazem ainda mudança nos modos de trabalho, fazendo com que alguns grupos de trabalhadores tenham que ressignificar suas práticas, adaptando-se às novas formas de realizar o trabalho anterior ou mudando de profissão. Assim, os habitantes vivem um novo modo de vida permeado de elementos do passado, mas que se modificam no presente e, assim, novos arranjos vão se constituindo para o futuro. (BRAZ, 2011, p.77).

Em 2004 foi inaugurado o primeiro trecho do Eixão das Águas que é constituído por um conjunto de obras que envolvem uma estação de bombeamento, canais, adutoras, sifões e um túnel. São aproximadamente 256 km de extensão divididos em cinco trechos com destaque para a integração da RMF e do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) (SABOIA, 2015).

Em 2014 foi inaugurado o quinto trecho da obra. Com adução de $22\text{m}^3/\text{s}$ o canal garante água pelo menos nos próximos 30 anos para a RMF e CIPP. Ao longo do percurso o Eixão das Águas é chamado de “Caminho das Águas” e será utilizado em projetos de irrigação possibilitando o surgimento de um polo de desenvolvimento hidroagrícola nas áreas de tabuleiro da Bacia do Rio Jaguaribe.

De acordo com o Atlas Eletrônico dos Recursos Hídricos do Ceará o estado possui 245 açudes com capacidade para $19.142.679.076\text{m}^3$ construídos pela SRH, Dnocs e Sohidra com recursos do Estado, União, Bird, BNDS e MI. 25 desses açudes são considerados de grandes porte com capacidade entre 75 mil m^3 a 750 mil m^3 e 4 deles são de macro porte: o Araras (Paulo Sarasate) com 891 milhões de m^3 , Arrojado Lisboa (Banabuiú) com 1,601 bilhão de m^3 , Orós com 1.940 bilhão de m^3 e o Castanhão com 6,7 bilhão de m^3 (SRH, 2016).

Dois açudes estão em execução; Amarelas em Beberibe e Diamantino II em Bela Cruz. Mais cinco açudes já contam com recursos em estão em processo de licitação com recursos principalmente do PAC, o maior deles é o açude Fronteiras em Crateús com capacidade para $488.180.000\text{m}^3$. Oito açudes estão planejados, mas ainda não constam com recursos para execução (SRH, 2016).

Há 128 adutoras que totalizam 1.738,00 km de extensão, mais duas estão em construção, quatro já estão com recursos garantidos e nove estão planejadas, mas ainda não possui recursos para execução. Serão mais 417,32 km de adutoras. Nove eixos de integração totalizam 365,71 km. O Trecho V do Eixão das Águas (57,60 km) que cruza os municípios de Caucaia, Maracanaú, Pacatuba e São Gonçalo do Amarante está em execução e há mais três de 120,28 km planejados (SRH, 2016).

Com essas obras o Ceará garantia o status de estado mais aparelhado na gestão hídrica do Nordeste (SAMPAIO, 2007). Apesar disso em 2013 tem início o CAC que altera significativamente o caminho das águas no Ceará. Pela sua magnitude no território fixamos a

ideia de Souza (2013) acreditando que a obra promove uma reestruturação e uma refuncionalização espacial.

[...] o Estado capitalista projeta novos espaços, ou subsidia e flanqueia o seu planejamento – novos traçados, novas formas espaciais, novos objetos geográficos. Estamos diante, aqui, do tema das refuncionalizações e reestruturações espaciais. Refuncionalizar um espaço material significa atribuir novas funções a formas espaciais e objetos geográficos preexistentes, modificando-os muito pouco ou mesmo sem modifica-los; reestruturar um espaço material quer dizer alterá-lo muito significativamente, modificando a sua estrutura. (SOUZA, 2013, p.69).

Ao alterar significativamente um espaço modificando a sua estrutura, as grandes obras hídricas promovem uma reestruturação espacial/territorial em que se destacam aspectos econômicos, políticos e ideológicos. Os aspectos econômicos estão relacionados à execução das obras, isso por si só, já é do interesse do capital, como aponta Brito (2016); os aspectos políticos remetem aos acordos e alianças entre as diferentes empresas capitalistas e os dirigentes políticos; ideológicos no sentido de substituir a imagem de uma região semiárida, pobre e atrasada.

Após três décadas dos “Governos das Mudanças” o poder regulador do Estado implantou grandes estruturas hídricas em todas as bacias hidrográficas do território cearense. O efeito desse modelo são os milhares de atingidos que foram submetidos à migração, perderam suas terras ou tiveram suas formas tradicionais de vida drasticamente alteradas. Dados da SRH, através do Atlas Eletrônico dos Recursos Hídricos do Ceará informa que o estado possui 31 projetos de reassentamento totalizando 2.600 famílias atingidas.

Documentos da Agência Nacional da Água (ANA, 2015) revela que o Ceará possui cerca de 8 mil açudes e um volume hídrico da ordem de 18 bilhões de m³. Esse potencial acumulatório é cerca da metade de todo o volume acumulável nas represas nordestinas. Possuímos hoje uma capacidade média de 18.087,04 hm² enquanto Bahia, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte possuem 16.243,66 hm². De modo semelhante Filho (2010) e Suassuna (2015) analisando documentos oficiais do Governo do Estado e do Banco Mundial esclarecem que o Ceará pode atender de forma satisfatória todas as demandas hídricas da população, no mínimo, pelos próximos 15 anos.

Para Lins (2011) apesar desse potencial acumulado o estado não proporcionou uma segurança hídrica²² e muito menos democratizou o acesso à água. À medida que as obras

²² Segurança hídrica consiste em assegurar água doce para a população a um custo acessível promovendo um desenvolvimento sustentável de modo que os ecossistemas estejam protegidos de agressões assim como as populações vulneráveis que vivem associadas à água. Para saber mais sobre o assunto recomendamos a leitura Humberto Peña (La seguridad hídrica) publicado na CEPAL em 2016.

eram construídas novos investimentos do capital privado altamente consumidores de água eram implantados gerando cada vez mais demanda e tornando-se necessário o estabelecimento de novas obras.

5.3 A desigualdade no acesso à água: águas para o agronegócio

Ocupando uma posição periférica na economia brasileira o estado do Ceará vem investindo maciçamente com o objetivo de superar uma imagem de território marcado pela pobreza e falta de água. Três setores econômicos foram privilegiados na reestruturação econômica dos últimos governos, o agronegócio, a indústria e o turismo. À medida que tais tramas produtivas vão se territorializando no espaço com forte apoio de organismos internacionais há uma exigência para aumento da oferta hídrica (ELIAS, 2007).

Iniciando a discussão pelo agronegócio ressaltamos que apenas o DNOCS implantou 14 perímetros irrigados no Ceará. Estima-se que a área total destinada seja de aproximadamente 200.000 mil hectares²³ (CEARÁ, 2008). Conforme dados da ANA (2015) a irrigação em 2010 respondia por 58% da vazão de retirada e com uma tendência crescente 77% da vazão outorgada pela Cogerh em 2011-2012. No mesmo período para indústria foram destinados 13% da vazão de retirada com cerca de 11% da vazão outorgada em 2011-2012.

A fruticultura irrigada é um setor em franca expansão no estado. Duas regiões chamam atenção: o perímetro irrigado do Jaguaribe-Apodi, no município de Limoeiro do Norte, que foi o primeiro do estado a aderir ao modelo agroexportador; e o perímetro irrigado Tabuleiro de Russas que abrange terras dos municípios de Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova.

Tais municípios se encontram em região conhecida como do Baixo Jaguaribe e na Chapada do Apodi, onde já estão instaladas várias empresas agrícolas, nacionais e multinacionais, produzindo frutas. O grande destaque é para a multinacional Del Monte, uma das três mais importantes do setor. (ELIAS; PEQUENO, 2013, p.102).

Das outorgas emitidas pela ANA entre agosto/2012 e julho/2013 o Ceará foi o quarto estado com maior número totalizando 713 outorgas emitidas perdendo apenas para os estados de São Paulo, Goiás e Paraná. Da vazão total outorgada 81,80m³/s, 14,66m³/s foi destinada a irrigação (ANA, 2015).

²³ Entre os diversos órgãos do Governo não há concordância sobre o total da área irrigada. A falta de consenso diz respeito à metodologia da pesquisa que cada órgão utiliza para o estudo como a área irrigável, área implantada, área entregue e área cultivada. Os valores variam entre 71.000 hectares 200.000 mil hectares.

O Ceará já é o terceiro maior exportador de frutas do país. Somente a Agrícola Famosa, maior produtora do país, os contratos para 2016 prometem a entrega de 350 mil toneladas de frutas. Os subsídios do governo atraem cada vez mais investidores no setor e facilitam a implantação de novas estruturas hídricas. O Decreto nº 31 de 16 de abril de 2013 publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) em 18 de abril 2013 atualizou os critérios e os valores das tarifas de cobrança aos usuários de recursos hídricos. Esse decreto tem como objetivo central viabilizar recursos para as obras de infraestrutura e atividades de gestão.

De acordo com o Art. 3º os valores da tarifa padrão (T) referente ao uso de água bruta terão variação por categoria. A título de comparação o abastecimento público na RMF equivale a $T = R\$ 105,36/1.000 \text{ m}^3$ e nas demais regiões do Estado é de $T = R\$ 34,79/1.000 \text{ m}^3$ sem adução da Cogerh²⁴. Já o setor da irrigação em perímetros públicos ou irrigação privada sem adução da Cogerh será $T = R\$ 1,00/1.000 \text{ m}^3$ quando consumir de 1.440 a 18.999 $\text{m}^3/\text{mês}$ ou $T=R\$ 3,00/1.000 \text{ m}^3$ quando consumir a partir de 19.000 $\text{m}^3/\text{mês}$.

O § 4º explica que:

Na implementação da tarifa aos usuários de irrigação serão concedidos descontos regressivos de modo que, da data 03 de maio de 2010 até o 24º (vigésimo quarto mês), os irrigantes da subcategoria a.1 terão desconto de 75% e os irrigantes da subcategoria a.2 terão desconto de 50% do valor da tarifa. Após esse prazo ocorrerá uma redução de 25% nos descontos para cada categoria a cada 2 anos. (DOE, 2013).

O decreto sublinha em seu Art. 10º que: “Os empreendimentos considerados estruturantes para o Estado do Ceará, que consumam recursos hídricos, terão descontos no valor da tarifa cobrada pelo uso da água bruta.” Esse decreto confirma que os grandes irrigantes e grandes empresários não pagam efetivamente pela água consumida, são apenas valores simbólicos. A situação se agrava na medida em que o estado não possui equipamento de medição e nem fiscalização suficiente para controlar a retirada e a cobrança efetiva da água bruta.

Antes considerado um lugar de reserva agora o território cearense passa a oferecer inúmeras vantagens aos investidores da fruticultura irrigada. Thomaz Junior (2010) argumenta que esses novos territórios do modelo agroexportador tem à disposição elementos essenciais e indissociáveis para o seu desenvolvimento como o controle da água (subterrânea e superficial) e o monopólio da terra.

Com a entrada galopante do agronegócio nas áreas de influências das grandes obras hídricas os segmentos sociais de caráter vulnerável como as comunidades tradicionais

²⁴ Em caso de adução da Cogerh os valores das tarifas aumentam. Para a irrigação, por exemplo, em consumo de 1.440 a 46.999 $\text{m}^3/\text{mês}$ o valor será $T = R\$ 7,84/1.000 \text{ m}^3$.

são atropeladas pelos projetos modernizantes. Essas transformações refletem diretamente na divisão social e territorial do trabalho no espaço agrário resultando no aumento do êxodo rural e na proletarianização do homem do campo

O estudo de Rigotto e Aguiar (2015) revela que nas áreas em que o agronegócio se expande já foram diagnosticados problemas graves de contaminação ambiental em águas subterrâneas. Apesar da confirmação as águas continuam sendo distribuídas para as comunidades locais. No Aquífero Jandaíra, na Chapada do Apodi, que engloba territórios dos estados do Ceará e Rio Grande do Norte foram encontrados entre 3 e 12 ingredientes ativos de agrotóxicos em todas as 23 amostras coletadas.

O uso da água para a irrigação, em muitos casos com técnicas perdulárias, compromete as reservas subterrâneas e superficiais e muitos aquíferos indicam sinais de exaustão. No vale do Rio Banabuiú apenas no perímetro irrigado de Morada Nova, em uma área de 84 km², existem mais de 400 poços perfurados. A bacia do Acaraú já se encontra com 75% de sua disponibilidade comprometida com a agricultura irrigada devido a implantação do perímetro irrigado do Baixo Acaraú (CEARÁ, 2008).

A reboque da fruticultura irrigada o estado vem se projetando na criação de peixes em cativeiros²⁵ e no desenvolvimento da carcinicultura. Segundo o jornal Diário do Nordeste (2016) em 2015 os municípios cearenses foram destaque nacional na carcinicultura, com 12,56 mil toneladas de camarões produzidos – número que representa um crescimento de 42,4% em relação ao ano anterior. Aracati foi o primeiro do Brasil na cultura do crustáceo. Ocupam as posições seguintes Acaraú, Jaguaruana, Beberibe e Camocim. Juntas, as cidades impulsionam o Ceará para a maior participação na produção nacional de camarão (58,3%, ou cerca de 40,5 mil toneladas, do total de 69,86 mil toneladas em todo o país).

A carcinicultura está entre as atividades que mais demandam água bruta e que provoca maior número de impactos negativos. O uso é intenso devido a necessidade de renovação constante em toda a cadeia produtiva (larvicultura, engorda e beneficiamento). Estima-se que para a produção de 1 kg sejam gastos 150 mil litros.

Desde a década de 1990 vem sendo cultivada uma espécie de camarão exótica extremamente agressiva ao meio ambiente. Os impactos podem ser resumidos pela destruição de áreas de manguezais e carnaubais; alterações na qualidade da água; na relação de trabalhos ancestrais como a pesca artesanal, mariscagem, coleta de caranguejo, agricultura de vazante e

²⁵ O Ceará já é o maior produtor de tilápia do Brasil.

criação de animais; alteração das paisagens de praias e estuários e salinização dos solos (CEARÁ, 2008).

Assim como a fruticultura irrigada a instalação de fazendas de camarões cresce em áreas beneficiadas com grandes projetos hídricos como nas regiões do Baixo e Médio Jaguaribe. No caso da carcinicultura a maioria das fazendas está localizada em Áreas de Preservação Permanente (APP's) como os mangues.

Além de extremamente destrutiva para o meio ambiente os impactos na agricultura camponesa são enormes com violação física e simbólica dos direitos dos povos tradicionais que vivem há gerações nesses territórios. Se no caso dos atingidos diretos por grandes obras é possível perceber concretamente os efeitos negativos para os atingidos indiretos os impactos são velados e muitas vezes não estão associados as obras que foram implementadas. Mas assim como os atingidos diretos essas populações são vítimas da injustiça ambiental e estão sendo desterritorializadas de seus modos de vida tradicionais²⁶.

5.4 Águas para indústria e turismo

O modelo hidro-intensivo do agronegócio subsidiado pelo Estado além de gerar conflitos e danos ambientais necessita de uma rede de infraestrutura de transporte e da indústria para ser competitivo com os grandes polos exportadores. A política de atração das grandes cadeias agroindustriais trouxe no seu bojo uma necessidade de investimentos em áreas estratégicas como a indústria.

Com amplos benefícios do governo estadual o Ceará assume um novo papel na divisão social e territorial da economia globalizada. Entre as principais características dessa reestruturação econômica que inseriu o território na lógica da produção e consumo globalizados estão; o desenvolvimento de novas fontes de energia, a construção de um novo porto, uma nova estação de cargas no aeroporto, um gasoduto de 385 km, construções de estradas e rodovias, investimentos no complexo petroquímico e siderúrgico e melhorias no setor de comunicação e transporte (ELIAS; PEQUENO, 2013).

Obviamente que esse conjunto articulado do agronegócio/indústria só foi possível graças as mudanças na legislação hídrica. No caso da indústria a política de atração de investimentos priorizou as áreas que já se constituem atrativas para o grande capital

²⁶ O quadro de injustiça ambiental e exclusão social são visíveis quando observamos apenas sob o discurso falacioso de que a carcinicultura gera emprego e renda. Na verdade a atividade gera apenas um emprego por hectare.

contribuindo para a seletividade territorial prevalecendo a desigualdade socioeconômica do estado (SPOSITO; PEREIRA JUNIOR, 2013).

A RMF representa quase 60% das indústrias do estado e grande parte está concentrada no CIPP. O setor industrial é o terceiro maior consumidor de água no Ceará, a demanda hídrica é estimada em 191 milhões de m³/ano (CEARÁ, 2008). O CIPP recebe atenção especial, é de lá que a produção do agrohidronegócio é escoada. Saboia (2015) explica que através de descontos e subsídios decretos governamentais são criados para favorecer as indústrias do CIPP.

A Lei estadual nº 14.920, de 24 de maio de 2011, autorizou a COGERH a conceder desconto para as empresas Porto do Pecém Geração de Energia S/A e MPX Pecém II Geração de Energia S/A equivalente a 50% sobre o valor da tarifa de sua categoria de usuário até o dia 1º de janeiro de 2012. Nesta proposição o Decreto estadual nº 31.195, de 16 de abril de 2013, que regulamenta a cobrança pelo uso de recursos hídricos reforçou que os projetos estruturantes para o estado do Ceará, que consumam recursos hídricos, gozarão de desconto na tarifa de cobrança pelo uso da água bruta. Este aparato legal revela que a política neodesenvolvimentista de captação de investimentos e de incentivo à reestruturação produtiva utiliza a água como fator atrativo de redução de custos pelos grandes empreendimentos a serem instalados. (SABOIA, 2015, p.150).

Os investimentos do governo em produção de energia através de termelétricas movidas a carvão têm provocado muitas reações dos grupos sociais organizados. São três termelétricas de médio e grande porte (UTE Pecém, Termo Ceará e a CGTF). Em 2015 as três consumiram em média 1,273 litros por segundo. Apenas no reservatório Sítios Novos cerca de 600 litros de água por segundo são liberados para suprir a demanda das termelétricas do CIPP. A polêmica se acirrou após a mensagem do governador (mensagem 7953) para a Assembleia Legislativa do Ceará referente ao PL 12/16 com objetivo conceder benesses fiscais para que novas termelétricas se instalem no Ceará.

Essa política de atração de novas termelétricas através de benefícios fiscais e garantia de lucratividade não atende os interesses da população e das condições físicas do território cearense. A falta de planejamento a longo prazo e a negligência em relação a questão hídrica abre caminho para o acirramento dos conflitos e danos socioambientais.

Com os atrasos da transposição e do CAC a exploração de água subterrânea para atender a demanda do CIPP já está sendo considerada. Uma das alternativas seria a captação de água subterrânea para injetar nos canais artificiais como o Eixão das Águas. Outra possibilidade seria usar as águas dos reservatórios subterrâneos localizados em áreas de APPs como nas dunas do Cumbuco em Caucaia.

Dessa forma, observa-se que:

[...] o desenvolvimento industrial é concentrado do ponto de vista geográfico, sem planejamento de longo prazo e sem garantia de água. Há baixo uso de tecnologia no setor que utiliza a água como insumo produtivo, como também, há poucas indústrias de baixo consumo hídrico na região do semiárido. (CEARÁ, 2008, p.82).

A mineração, setor altamente consumidor de água, também vem se expandindo na região semiárida cearense. O projeto de mineração e beneficiamento de urânio e fosfato da mina de Itataia em Santa Quitéria vem deixando as comunidades camponesas e os movimentos sociais preocupados. Localizado no Sertão Central, a cerca de 220 km de Fortaleza, o projeto integra o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal com financiamento do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e do Governo do Estado do Ceará.

De acordo com Medeiros e Diniz (2015, p. 92):

Para o projeto Santa Quitéria, o Governo do Estado arcará com as obras de infraestruturas, com o fornecimento de energia, estradas, capacitação da mão de obra e abastecimento de água. Esse último item, tão escasso para os agricultores, será farto para a mineração. Cito como exemplo a comunidade Riacho das Pedras, que, com 105 famílias, recebe 130 carros-pipa de água por mês, enquanto para a mina, serão necessários 120 carros-pipa, por hora.

A escassez hídrica tão comum para essa população não representa um problema para o empreendimento. Para os camponeses que vivem na região e convivem com a falta de água além do processo de desterritorialização enfrentarão um medo constante do perigo invisível provocado pela radiação dos rejeitos nucleares.

O lado emocional dos moradores está visivelmente abalado, principalmente pela possibilidade de impacto no trabalho com a terra. Vizinhos da mina já são sabedores dos riscos que uma exposição radioativa acarreta, mas são confundidos, a todo momento, com o discurso de que não há riscos, ou de que o risco que oferece é o mesmo oferecido pelo contato com a bateria de um celular, ou ainda bem menor que a de um raio X de um dente. (MEDEIROS; DINIZ, 2015, p.91).

Na medida em que desterritorializa os camponeses através do rompimento das práticas tradicionais e da organização espacial essa intervenção territorializa o capital impondo uma nova dinâmica que fortalece as estratégias empresariais do agronegócio. O que se vê é uma inserção perversa de um processo produtivo que não dialoga com a semiaridez da região resultando em impactos extremamente devastadores para a população do semiárido.

Outro setor econômico que tem sido alvo de uma preocupação excessiva dos últimos governos é o turismo. Os investimentos no setor buscam construir uma imagem positiva do Ceará a partir de belas paisagens principalmente do litoral. A importância do

turismo na economia do Estado tem aumentado e Fortaleza já é um dos principais destinos turístico do Nordeste.

[...] o Ceará vem buscando atingir padrões internacionais mínimos que permitam sua inserção no mercado mundial de turismo. Com um litoral com 573 km, representando 16% do litoral nordestino e 7% da costa brasileira, 2,8 mil horas de exposição solar por ano e temperatura média de 28 graus, o turismo associado à planície litorânea tornou-se área turística privilegiada e é o que tem tido maior destaque. (ELIAS; PEQUENO, 2013, p.106).

Com a expansão de grandes redes hoteleiras o setor de turismo impõe demandas de águas expressivas em determinados períodos do ano. Além da exigência constante de água em quantidade e qualidade favorável a Secretaria de Turismo do Ceará (Setur) pressiona a realização de importantes obras de infraestruturas hídricas e implantação de sistemas de água e esgoto em espaços seletivos do estado (CEARÁ, 2008).

Na beira-mar o uso da água para o setor vem principalmente dos aquíferos ao longo do litoral formados por dunas e paleodunas. Esses aquíferos se constituem como importantes reservatórios hídricos subterrâneos, mas a pressão dos grandes complexos hoteleiros vem provocando grande pressão a esses aquíferos.

As estratégias governamentais de incentivo ao crescimento da atividade propõe investimentos em novos sistemas técnicos. O planejamento é explicitamente direcionado como faz o CAC ao recomendar em seus objetivos que o turismo do litoral oeste de Fortaleza vai ser contemplado com as águas desse sistema adutor.

5.5 Conflitos por água no Ceará

Conforme exposto nos tópicos anteriores a reestruturação econômica viabilizada pela moderna gestão hídrica cearense agrava conflitos socioambientais envolvendo grupos subalternos que há séculos produziram suas territorialidades e precisam lutar muito para ter direito ao uso da água.

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) mantém um banco de dados com inserção contínua de conflitos no campo em todo o território brasileiro. Segundo a CPT (2015, p.13):

Conflitos são as ações de resistência e enfrentamento que acontecem em diferentes contextos sociais no âmbito rural, envolvendo a luta pela terra, água, direitos e pelos meios de trabalho ou produção. Estes conflitos acontecem entre classes sociais, entre os trabalhadores ou por causa da ausência ou má gestão de políticas públicas.

Esses conflitos são publicados no Caderno de Conflitos da CPT e lançados anualmente. O banco de dados é alimentado pelos agentes das Regionais da CPT, igrejas, sindicatos e movimentos sociais. As fontes podem ser reportagens, declarações, cartas assinadas e boletins de ocorrência. Após uma análise das informações a CPT confere a ocorrência do conflito para o registro. Importante destacar que inúmeros conflitos no Brasil não são registrados principalmente em regiões onde os agentes de base da CPT e os movimentos sociais não estão organizados.

Especificamente sobre os conflitos pela água a edição de 2015 registrou 135 conflitos com 211.685 pessoas envolvidas. Desde quando começou a registrar os conflitos pela água, 2015 foi o ano com o maior número. O tipo de conflito é dividido em quatro categorias: barragens e açudes, uso e preservação, apropriação particular e cobrança pelo uso da água. Com base nos dados da CPT elaboramos uma tabela (4) para analisar os estados nordestinos na categoria barragens e açudes entre os anos 2008 a 2015.

Tabela 4 – Total de famílias envolvidas em conflitos na categoria barragens e açudes

	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	TOTAL
Alagoas									
Bahia	911	500	1.742	223			2.000	2.000	7.376
Ceará	1.203	300	2.317	120	403	165	45	244	4.797
Maranhão	1.600			104					1.704
Pernambuco	1.800			1.646	300	773	700		5.219
Piauí	300				400				700
Paraíba	800	800				800			2.400
Rio G.do Norte	146						1.003		1.149
Sergipe									

Fonte: Adaptado da CPT (2015).

Embora fique atrás da Bahia e Pernambuco em número de famílias envolvidas o Ceará foi o único estado que em todos os anos teve registro de conflitos nessa categoria. As ocorrências mais registradas nos conflitos provocados a partir da construção de barragens e açudes são a falta de projeto de reassentamento ou reassentamento inadequado, ameaça de expropriação e impedimento de acesso à água.

Nos últimos anos os principais conflitos ocorreram nos municípios de Potiretama, Alto Santo, Iracema, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Novo Oriente e Jaguaribara. Esses municípios estão localizados exatamente nas regiões que apresentam grandes projetos hídricos e consequentemente os maiores volumes de água.

Entre 2009 e 2014 ocorreram no estado 24 conflitos em 17 municípios e 6.198 famílias estiveram envolvidas. Entre os municípios com maior número de conflitos destaca-se Limoeiro do Norte. O município de Limoeiro do Norte está localizado nas bacias hidrográficas do Banabuiú e do Baixo Jaguaribe. No cerne da reestruturação produtiva, seu território é expoente do agronegócio da fruticultura, desenvolvida nos perímetros de irrigação de Morada Nova, Jaguaribe-Apodi e Tabuleiro de Russas. (SABOIA, 2015, p.153).

Um dos tipos de conflitos indicados no Caderno de Conflitos da CPT são os Conflitos em tempos de seca. Mas ao longo dos anos de publicação tais conflitos não foram registrados no Ceará, isso revela que não é a falta de água, mas o seu controle e domínio o maior causador dos conflitos.

O discurso ideológico do Estado de que os grandes empreendimentos são “obras salvacionistas” não passa de um engodo para a legitimação de uma elite agrária (e agora empresarial) que sempre lucraram com o discurso da seca. Na prática a política de acesso à água não ocorreu em sintonia com a distribuição de infraestruturas permanecendo um arranjo espacial descontínuo e excludente (SPOSITO; PEREIRA JUNIOR, 2013).

Para ilustrar a fraude desse discurso citemos alguns exemplos. De acordo Saboia (2015, p.130) a propaganda oficial do Eixão das Águas era o abastecimento de 4 milhões de pessoas, mas citando um artigo publicado pelo portal da Revista Fórum, em 31 de julho de 2013, as contradições sobre a destinação dessas águas são frequentemente denunciadas por organizações sociais.

O assentamento rural Amazonas se localiza na fronteira dos municípios de Morada Nova e Russas. As 50 famílias sobrevivem de aposentadorias, bolsas governamentais e da pequena produção agropecuária. A referida infraestrutura hídrica recorta o assentamento, mas não foi implantada adutora, embora haja promessa da SRH. O consumo e a dessedentação animal se dão por meio de carros-pipa contratados, onde cada família desembolsa até R\$ 150 por semana [...] A comunidade rural Piauí de Dentro, próxima do assentamento Amazonas, é formada por 60 famílias. Foram instalados pela SRH uma adutora, uma caixa d'água e um chafariz para captação do Eixão das Águas, mas estes equipamentos não estão funcionando por insuficiência de energia elétrica. Parte das famílias retira água diretamente do Eixão após andarem 3 km.

Se o princípio ético proposto pela propaganda oficial de destinar água para a população sedenta do semiárido fica em segundo plano não há dúvidas quem serão os principais beneficiados. Segue o autor:

Há poucos quilômetros do assentamento Amazonas e da comunidade Piauí de Dentro, a Fazenda Melancias, propriedade da empresa Agropecuária Esperança do Grupo Edson Queiroz, possui adutora instalada que retira recursos hídricos do Eixão das Águas para cultivo de pastagens destinadas à alimentação de rebanhos ovinos e caprinos. (SABOIA, 2015, p.131).

Semelhante é a situação das comunidades rurais no entorno do açude Castanhão. A vida de muitos moradores de Jaguaribara e Jaguaretama foi alterada com o açude. Indignados pela dependência dos carros-pipa os moradores de Jaguaretama realizaram um protesto que resultou na construção de uma adutora emergencial de montagem rápida de 16,6 km que foi inaugurada pela SOHIDRA em maio de 2015 (SABOIA, 2015).

São apenas exemplos que ilustram a situação hídrica do Estado. Concretamente, todas as intervenções da moderna política hídrica não amenizou a situação da população. Após cinco anos de estiagem, o Ceará vive uma das piores seca de sua história. Até setembro de 2016 o Estado decretou que 125 municípios, dos 184, estão em situação de emergência sofrendo com o racionamento e/ou sendo abastecidos com carros-pipa.

Mas essa suposta crise hídrica vinculada ao famigerado discurso da seca²⁷ não causou sofrimento com a mesma intensidade para setores estratégicos da economia, como o agronegócio. A empresa Agrícola Famosa, por exemplo, sediada em Icapuí no litoral leste cearense celebra no ano de 2016 um crescimento de 10% na produção e um aumento de 5% da área plantada em relação ao ano anterior. No final de 2016, período de colheita do melão, a previsão é que empresa esteja com 9,5 mil trabalhadores (a maioria temporário) até os primeiros meses de 2017.

Segundo o Jornal Diário do Nordeste (2016) a empresa que abastece os mercados da Europa, Oriente Médio e América do Norte possui 19 fazendas de fruticultura irrigada em todo o Nordeste sendo responsável por cerca de 60% das exportações de toda a produção de melão e melancia do país.

No Ceará a empresa investe no melão principalmente nos perímetros irrigados de Limoeiro e Russas. O produto já é um dos principais na pauta de exportação do agronegócio cearense. O seu cultivo demanda muita água que é retirada do Canal do Trabalhador. Com a redução das águas do canal provocado pela seca a Agrícola Famosa está utilizando água subterrânea, já possui em suas fazendas três poços profundos com mais de 500 metros de profundidade e está investindo na perfuração de mais oito poços.

Apesar de ser o setor que mais consome água o modelo hidro-intensivo fruticultor não é a principal fonte de receita da Cogerh (que gerencia a água bruta). Isso só é possível pelo sistema de subsídios introduzido na legislação com uma cobrança de tarifa regressiva onde quanto mais se usa menos se paga. Quem paga o ônus desse volume de água consumida

²⁷ Para saber mais sobre a noção de discurso da seca recomendamos o artigo intitulado “O discurso da seca e da crise hídrica: uma análise do Cinturão das Águas do Ceará”, (Silva; Nobre, 2016) publicado na Revista Sustentabilidade em Debate em novembro de 2016.

é a população, tanto coletivamente com os irreversíveis impactos ambientais, quanto individualmente sem o atendimento básico e o aumento da tarifa.

No dia 23 de abril de 2016 a Cagece (responsável pelo abastecimento humano) anunciou um aumento nas tarifas de 11,96%. Com o aumento as tarifas passaram a custar R\$ 3,03 cada m³, foi o segundo aumento em menos de cinco meses que segundo a empresa tem como objetivo equilibrar as suas finanças. Em períodos de estiagem a escassez hídrica é justificada para o aumento das tarifas como ocorreu na Cogerh²⁸ entre os anos de 2009 e 2013.

De acordo com o Relatório da Administração da empresa para o ano de 2013, a sua receita bruta foi R\$ 954,51 milhões, sendo R\$ 630,37 milhões com serviços de abastecimento de água tratada, R\$ 214,79 milhões com serviços sanitário e R\$ 109,35 milhões com construções. (SABOIA, 2015, p.143).

Além da cobrança injusta com valores assimétricos entre consumo humano e alguns setores da economia a legislação hídrica cearense, considerada modelo no que diz respeito à gestão de oferta, se mostra ineficiente em relação à qualidade da água e do atendimento de serviços básicos como, por exemplo, o saneamento e o uso inteligente da água.

5.6 A insustentabilidade da política de oferta hídrica

Cerca de 36%, um terço, da água tratada do Brasil é desperdiçada entre a saída da estação até a torneira do consumidor. No Ceará a perda é maior que a média nacional atingindo 40,12%. Os dados do Instituto Trata Brasil (2016) informa que a rede de água atende 67,06% do estado, a coleta de esgoto 24,95% desse total 33,68% é tratado.

No ranking do saneamento das 100 maiores cidades do Brasil publicado no site do Instituto Trata Brasil com dados do SNIS (2014) as três cidades cearenses que aparecem na publicação estão entre as que apresentam os piores índices. Juazeiro do Norte, na região do Cariri ocupa a posição 95º; Fortaleza e Caucaia, na região metropolitana, ocupam respectivamente as posições 69º e 71º.

Embora exista uma legislação específica que trate o assunto (Lei Nº. 11.455, de 2007, Plano Nacional de Saneamento Básico - PLAN SAB do Decreto 8.211/2014) a Pesquisa

²⁸ O maior volume de receita da Cogerh vem do abastecimento urbano e saneamento, através da Cagece.

Nacional de Saneamento - PNSB, realizada em 2008, revelou que 56 municípios cearenses, algo equivalente a 30,4%, ainda não possuíam rede coletora de esgoto.

Há probabilidade de que a qualidade da água piore ainda mais. Áreas de mangues, matas ciliares, encostas, rios e nascentes, que são essenciais para o ciclo hidrológico estão se degradando rapidamente. A poluição hídrica aumenta com o uso e ocupação inadequados da bacia de drenagem recebendo resíduos sólidos e efluentes líquidos não tratados de atividades urbanas, industriais e agrícolas.

O Ceará é o estado do Nordeste que mais suprimiu a vegetação de caatinga restando apenas 16% da cobertura vegetal nativa. O extrativismo de madeira, agricultura intensiva, irrigação mal conduzida, pastoreio, mineração, queimadas, manejo inadequado do solo, são ações que provocam a desertificação.

As áreas de desertificação avançam principalmente nos Inhamuns, Sertões do Crateús, municípios de Irauçuba e na região Jaguaribana. Estima-se que 11% do território cearense esteja com área desertificada, são 16 mil km², algo equivalente a mais de dois mil campos de futebol, totalmente inférteis. Ficando atrás apenas de Rio Grande do Norte (que está com 12% de área desertificada) o Ceará é o único estado da federação em que todo o território tem potencial para a desertificação (CEARÁ, 2016).

Esse cenário devastador serve de publicidade para atender os interesses do capital. Cria-se um cenário de escassez hídrica com fontes naturais poluídas e contaminadas para garantir lucros exorbitantes de um setor que não para de crescer no Ceará, a exploração e comercialização de águas minerais. Com a expansão do setor as marcas cearenses Minalba e Indaiá pertencentes ao Grupo Edson Queiroz já controlam mais de 30% do mercado nacional. A Indaiá é líder no mercado brasileiro e a Minalba está entre as dez maiores do mercado estando presente em 15 estados brasileiros com mais de 40 fontes.

A substituição de rios, lagoas e outras fontes naturais por canais artificiais controlados agora pelo Estado é uma estratégia perversa de apropriação e exploração dos territórios com vistas à intensificação da privatização e mercadorização da água. Concordamos com Shiva (2006) quando afirma que a lógica atual, em algumas situações, é transformar abundância em escassez de acordo com as conveniências do mercado. No caso da água não há uma escassez natural há uma escassez induzida.

A escassez hídrica, portanto, é também parte de uma política incapaz de fazer uma abordagem sistêmica, integrada e preditiva em relação à água. A forma como os governos gerenciam água e as escolhas produtivas estão na contramão daquilo que a sustentabilidade

ambiental prega. As transformações provocadas com as mudanças climáticas mostram as consequências de uma visão fragmentada em relação à água.

Cerca de 2 bilhões de hectares de terra do mundo já estão degradados e em muitas áreas o processo é irreversível (UNESCO, 2012). Somente o problema da salinização já atinge 20% dos solos irrigados do mundo e se tornaram impraticáveis para a agricultura. No Brasil biomas com áreas de florestas como o Cerrado e a Floresta Amazônica se tornaram atrativos para a expansão da fronteira agrícola.

A Amazônia sul-americana, com uma extensão de terras de cerca de 800 milhões de hectares, abriga em suas florestas aproximadamente 460 toneladas de biomassa por hectare. Consideremos que essa biomassa é, em média, 70% formada por água. Estamos, pois, diante de um verdadeiro oceano verde que oferece, por evapotranspiração, grande parte das chuvas que vão circular por vastas regiões da América do Sul e do Caribe, para não falar de sua contribuição na dinâmica climática global (retendo a própria biomassa energia e água em grandes extensões de terras). (PORTO-GONÇALVES, 2006, p.429).

Nossas águas subterrâneas e superficiais dependem daquilo que está no solo. As florestas devem ficar em pé para que façam o seu papel na evapotranspiração e produzam chuvas. Isso ficou claro na região sudeste do Brasil em ocasião de uma longa estiagem que teve seu auge em 2015 quando foi anunciado por especialistas de que o desmatamento da Floresta Amazônica comprometia as precipitações da região sudeste. Não muito diferente é o que vem acontecendo na região central do Brasil.

Se perdermos definitivamente o Cerrado – e vários estudiosos nos dizem que já o perdemos -, então viveremos das águas de enxurrada das chuvas, já que nossos aquíferos do Planalto Central que fazem o armazenamento e a distribuição das águas brasileiras perderão definitivamente sua capacidade de regular a chamada “vazão de base” que alimenta nossos rios em tempos sem chuvas. (MALVEZZI, 2014, p.105).

No recente processo de aprovação pela reformulação do Código Florestal (Projeto de Lei nº 1.876/99) ficou evidente o pacto entre o Estado brasileiro com as grandes empresas do agronegócio com forte apoio da mídia tradicional. Se depender da chamada Bancada Ruralista²⁹, que possui forte representação na política nacional, os investimentos em infraestruturas, incluindo infraestrutura hídrica, será ampliado para atrair novos investidores que se beneficiam com os altos preços das *commodities*. Esses esquemas políticos e suas imbricadas relações econômicas com grandes conglomerados transnacionais garantem a manutenção das estruturas de poder que reforça os elevados índices de concentração da terra e o controle da água (THOMAZ JUNIOR, 2010).

²⁹ A chamada Bancada do Boi ou Frente Parlamentar da Agropecuária se articula através da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA).

Nesse bojo de violação de direitos aqueles que protegem os recursos naturais estão sob o ataque constante dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário. A Proposta de Emenda Constitucional (PEC 215/00) pode levar a paralisação absoluta das demarcações de terras indígenas dando competências exclusivas ao Congresso Nacional na demarcação das terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. O PL 654/2015 que dispõe sobre o procedimento de licenciamento ambiental especial para empreendimentos de infraestrutura considerados estratégicos e de interesse nacional é na verdade uma flexibilização da legislação. O novo Código de Mineração (PL 37/11) autoriza explicitamente mineração em Unidades de Conservação e ignora direitos socioambientais das comunidades tradicionais.

A chamada Lei da Biodiversidade, Lei nº 13.123/2015, que prevê o acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais associados vem sendo considerada por ambientalistas como burocrática e pode gerar insegurança jurídica sem efetivamente assegurar os direitos dos detentores dos conhecimentos das riquezas naturais. Outros instrumentos são utilizados para criminalizar os órgãos indigenistas, os povos indígenas e seus apoiadores como a instauração da CPI da Funai.

Esse conjunto de medidas que retiram os direitos territoriais das comunidades tradicionais³⁰ vem incidindo de forma articulada para a instalação de grandes empreendimentos. Os efeitos dessas ações no território brasileiro gera uma situação de incerteza e risco ambiental em todo o planeta levando a probabilidades futuras de condições climáticas extremas. A água é o principal meio pelo qual os impactos dessas ações podem ser percebidos (UNESCO, 2012).

As alterações no ambiente resultantes das mudanças climáticas tem um papel relevante na crise hídrica afetando significativamente os ciclos hidrológicos. Estima-se que a demanda por água nos países em desenvolvimento aumente em torno de 50% em relação aos níveis de 2011. Cerca de 40% dos países, principalmente os mais pobres da África Subsaariana e Ásia, enfrentará uma grave escassez de água potável até 2020 (UNESCO, 2012). No Brasil os efeitos extremos ocorrerão em regiões ecologicamente sensíveis como o semiárido:

[...] a região mais exposta à desertificação e aridização é o Nordeste do Brasil, com ameaças de crise de abastecimento de água para municípios acima de 5.000 habitantes, e problemas de abastecimento que atingirão 41 milhões de habitantes do Semiárido e entorno. (TUNDISI, 2014, p.47).

³⁰ Segundo Porto-Gonçalves (2015, p.48) “[...] os últimos 30/40 anos foram os 30/40 anos mais devastadores da história humana, quando houve a maior onda de expropriação indígena-camponesa que des-ruralizou e suburbanizou por toda parte.”

Os sucessivos encontros do IPCC (Intergovernmental Panel on Climate Change) afirmam que as mudanças climáticas em curso causarão a morte de vários rios principalmente nas regiões áridas e semiáridas. No México o rio Colorado seca mais de 100 km a partir da sua foz. No Brasil o rio São Francisco, que já apresenta sinais de morte na sua foz, e o rio Parnaíba estão na lista de rios com alto índice de degradação. Se esses rios chegarem a morrer o nordeste brasileiro passará por uma tragédia humana de proporções inimagináveis (FILHO, 2010).

Os problemas são enormes e as soluções estão longe de serem solucionadas. Em termos de ações práticas a preocupação com a crise hídrica parece não ser uma prioridade política. Com o processo de dominação econômica vigente as formas utilizadas para reduzir e evitar futuras catástrofes se limita a conscientização dos problemas, esporádicas pressões políticas, acordos internacionais frouxos e legislações frágeis.

A Encíclica papal (*Laudato Si'*) escrita pelo Papa Francisco, em 2015, faz um manifesto político à Igreja Católica. Falando em amor social o documento apresenta um apelo para que todos os povos do planeta se unifiquem para desenvolver ações que combatam a degradação ambiental em especial a água. No Brasil a Campanha da Fraternidade Ecumênica 2016 com o tema “Casa Comum, Nossa Responsabilidade” propôs um debate sobre a questão do saneamento com o objetivo de assegurar o direito de todos aos serviços de acesso e distribuição de água potável, coleta e tratamento do esgoto.

Em 2015 a Cúpula das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável lançou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), o documento que atualiza os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) contempla 17 Objetivos e 169 metas envolvendo temáticas diversificadas relacionadas à proteção do meio ambiente.

O objetivo 6 do documento denominado “água potável e saneamento” tem como meta alcançar o acesso universal e equitativo à água potável, saneamento e higiene até 2030. As outras metas são: reduzir a poluição e despejo de produtos químicos em corpos hídricos; aumentar eficiência no uso da água; assegurar extrações sustentáveis para o abastecimento; realizar gestão integrada dos recursos hídricos com cooperação transfronteiriça, proteger e restaurar ecossistemas relacionados com a água; ampliar a cooperação internacional em especial nos países em desenvolvimento e apoiar e fortalecer a participação das comunidades locais.

Temos apenas 14 anos para atingir as metas estabelecidas no objetivo 6 dos ODS. A racionalidade instrumental da ciência ocidental mostrou que ações tecnológicas com

construção de infraestruturas hídricas baseadas apenas na política de oferta da água não se apresentaram como soluções. É necessário, portanto, que o paradigma ecológico, que percebe os múltiplos aspectos da água, supere o paradigma econômico que enxerga a crise hídrica apenas como fonte de oportunidade para novos negócios.

Os povos tradicionais e os seus apoiadores têm um papel fundamental ao protagonizar lutas em defesa da água. Foram e são as lutas por suas territorialidades que tomamos conhecimento da gravidade da questão hídrica. Concordamos com Porto-Gonçalves (2015) e Thomaz Junior (2010) quando apontam que se os movimentos sociais não marcarem posição em defesa de seus territórios a peregrinação destrutiva do capital vai avançar deixando as marcas da destruição.

Trazemos o exemplo da população nativa do Equador, que inspiradas em princípios de solidariedade e sustentabilidade, vêm desde 1994, a partir da emenda constitucional da reforma agrária, tentando elaborar uma nova lei sobre a água, onde homem, natureza e sociedade seja uma mesma entidade.

[...] a proposta formulada pela Conaie (a Confederação Equatoriana de Nacionalidades Indígenas), em nome dos pequenos fazendeiros, afirma que a água é um bem público que deve principalmente servir ao desenvolvimento igualitário de toda a população do país, e que a garantia de alimentos para a população local deve ser a prioridade número um. (PETRELLA, 2002, p.64).

Assim como os povos tradicionais equatorianos ao longo da história diversas populações construíram sistemas de regulamentação sólido e permanente tratando a água como bem comum. Na Índia sistemas de irrigação e água potável ainda hoje garantem um acesso equitativo para as comunidades sem agredir o ambiente. Os sistemas de tanques do sul da Índia são sistemas nativos que já duram séculos. “Consistem de várias centenas de reservatórios ligados entre si, formando cadeias contínuas que evitam a perda de água.” (SHIVA, 2006, p.142).

Na América do Sul a herança da civilização Inca e o seu sistema de irrigação e aproveitamento de água em um ambiente hostil deixou o legado de legislações que respeitam e reconhecem as populações tradicionais no uso e gestão de água. “O caso do Peru é particularmente ilustrativo do reconhecimento do direito de populações indígenas e camponesas no uso da água que corta suas respectivas terras.” (PIRES DO RIO; DRUMMOND, 2013, p.214).

Lagos andinos que dividem as fronteiras dos países na América do Sul apresentam novos arranjos de gestão de água compartilhada como é o caso do Titicaca entre Peru e Bolívia. Os povos andinos representam um dos exemplos mais notáveis da possibilidade de

transformar escassez em abundância. Uma lógica inversa daquilo que a mercadorização capitalista da água faz.

No Nordeste brasileiro a ASA (Articulação do Semiárido) vem apresentando um novo paradigma de gestão hídrica na região semiárida através de estratégias alternativas de uso, conservação e captação de água³¹. A ASA desenvolve ações simples como o aproveitamento da água de chuva recurso praticado pelos primeiros habitantes do planeta e que ainda hoje tem funcionado com sucesso.

Essas novas formas de governança alternativa da água estão proporcionando um acesso equitativo à água na medida em que os aspectos culturais e ecológicos possuem um papel decisivo na gestão. Isso vem ocorrendo em todos os continentes, inclusive nos países desenvolvidos. Na Europa, países nórdicos como a Finlândia, cooperativas rurais e organizações comunitárias em pequenas vilas representam modelos de gestão exitosos (CASTRO, 2007).

Esses exemplos mostram que há outros caminhos para a sustentabilidade. Caminho esse não percorrido pela gestão pública. A legislação existente apresenta dificuldades para atuar em ações institucionais integradas em que a água possa ser gerida em toda a sua complexidade.

É preciso compreender, portanto, as imbricações envolvidas que esse modelo de gestão de oferta através de grandes projetos hídricos acarreta em todo o ciclo hidrológico assim como é necessário conhecer os reais prejuízos que a visão economicista da água (vista como insumo produtivo) provoca principalmente aos grupos sociais vulnerados e ao meio ambiente.

³¹ Sobre a ASA e as tecnologias sociais hídricas vê Vianna (2015).

6 A PERCEPÇÃO DO CAC NO CARIRI CEARENSE

“Meu filho eu tenho fé em Deus que essa obra não vem mais.

*Eu tô rezando pra eles deixar nós em paz porque
isso só trouxe desassossego e preocupação pra nós.”*

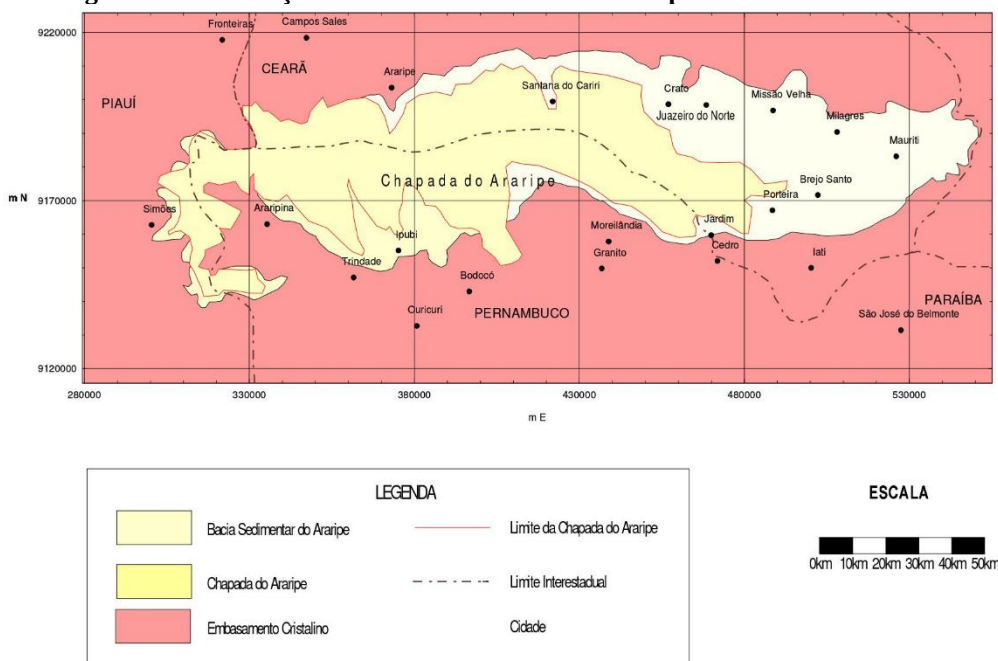
(Eneida Lira)

6.1 Cariri: as águas como fator de convergência

Todos nós, humanos, ocupamos um lugar no espaço, um espaço que quando passa a ser vivido por homens e mulheres deixa de ser um palco de acontecimentos assumindo uma dimensão simbólica e identitária. O espaço estudado nesta pesquisa é a região do Cariri cearense. Construímos uma análise de interpretação desse espaço pesquisado a partir de três níveis de compreensão; um espaço estrutural ou objetivo (conjunto de geoestruturas que interagem ao meio natural); um espaço vivido (representação da subjetividade dos sujeitos) e um espaço cultural (transcendência do vivido e busca de significações). Esses níveis de análise não estarão apresentados de forma linear ou separados, pretendemos apenas mostrar diferentes olhares de uma mesma realidade (BONNEMAISON, 2012).

A região do Cariri cearense localizada ao Sul do estado do Ceará está situado na Bacia Sedimentar do Araripe englobando territórios dos estados de Pernambuco, Ceará e Piauí no alto sertão nordestino, cobrindo uma área com cerca de 11.000 km², sendo delimitada, aproximadamente, pelas coordenadas geográficas: 38°30'00 e 40°55'00 de longitude Oeste de Greenwich; 7°10'00” a 7°50'00 de latitude Sul. Essa formação geológica se constitui um importante divisor de águas das bacias hidrográficas dos rios São Francisco ao sul, Jaguaribe ao norte e Parnaíba a oeste (DNPM, 1996).

Figura 5 – Localização da Bacia Sedimentar do Araripe



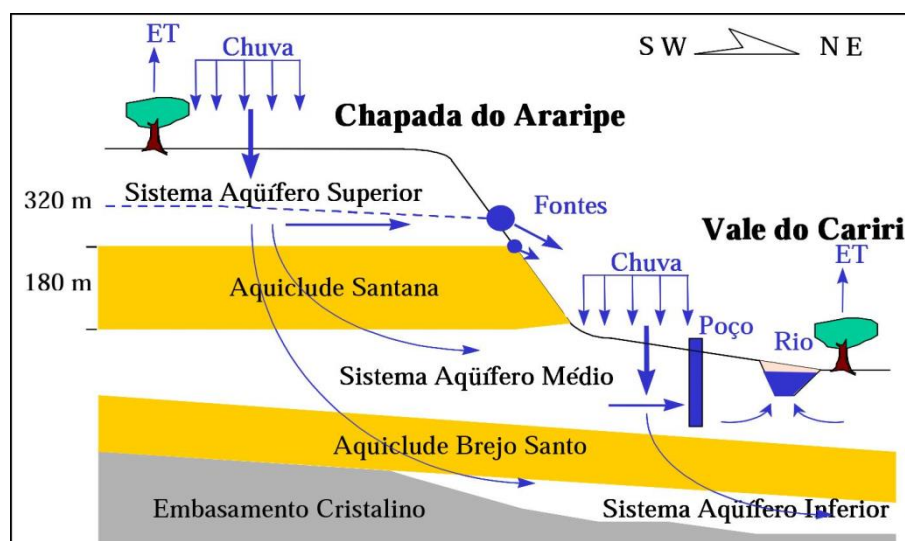
Fonte: DNPM (1996).

Nesse pacote sedimentar a Chapada do Araripe se destaca na paisagem. Formado por um platô com altitudes que podem variar entre 750 e 970 metros cobrindo uma superfície de aproximadamente 180 km de comprimento no sentido Leste-Oeste com uma largura que pode variar entre 30 e 80 km (MENEZES, 2007).

Conforme podemos observar na Figura 6 as unidades estratigráficas da Bacia Sedimentar do Araripe estão sobrepostas praticamente de forma horizontal formando um complexo sistema de aquíferos sub-divididos em três porções: aquífero superior, aquífero médio e aquífero inferior e dois aquícludes³² - Brejo Santo e Santana.

³² Aquícludes são rochas porosas com baixa permeabilidade que conseguem armazenar água, contudo a água não consegue fluir no seu meio diferentemente do que ocorre com os aquíferos.

Figura 6 – Estratigrafia do sistema hídrico da Bacia Sedimentar do Araripe



Fonte: Teixeira (2013) apud Brito (2016).

O aquífero superior engloba as formações Exu e Arajara. A formação Exu apresenta solo poroso com vegetação úmida e densa com manchas de Mata Atlântica. A captação de água de chuva é fundamental para a constituição desse aquífero. Na formação Arajara a água jorra da encosta da Chapada do Araripe através de um grande número de fontes que ocorrem predominantemente no rebordo setentrional da chapada devido uma inclinação nesta formação para o lado cearense. Entre 620 e 780 metros jorram 344 fontes, sendo 293 na porção cearense, 43 no lado pernambucano e 8 no Piauí (BRITO, 2016).

O aquífero médio ocorre nas formações Rio da Batateira, Abaiara e Missão Velha sendo constituído por rios e riachos que compõem a bacia do rio Salgado³³. Na área exposta desse aquífero equivalente a 2.700 km² encontram-se dez municípios da região: Crato, Juazeiro do Norte, Barbalha, Jardim, Missão Velha, Milagres, Abaiara, Mauriti, Brejo Santo e Porteiras. No aquífero inferior temos a formação Mauriti e Brejo Santo (COGERH, 2010).

Esses aquíferos representam a maior e mais importante bacia hidrogeológica do estado do Ceará. O aquífero Missão Velha é potencialmente mais utilizado na região com vazão que pode atingir 300 m³/h. É dele que o aglomerado urbano formado pelas cidades de Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha garantem o seu abastecimento com profundidade que varia entre 80 e 110m. Estima-se que 14 sedes municipais da Região do Cariri retirem 100.000 m³/dia para abastecimento público (CEARÁ, 2008).

³³ Há documentos que utilizam a expressão Bacia do rio Salgado, outros utilizam sub-bacia do rio Salgado (como o próprio comitê de bacia), visto que integra a Bacia do Jaguaribe.

Com índice pluviométrico superior a 1.000mm a Chapada do Araripe é uma das regiões que mais chove no estado. Considerada um “caminho das águas” a chapada é formada por um platô que se encontram as nascentes de três importantes unidades hidrológicas do nordeste: a Bacia do Riacho da Brígida, ao sul, no estado de Pernambuco que se integra a Bacia do Rio São Francisco; o alto Jaguaribe, ao norte, no Ceará com seus componentes Sub-bacia do Cariús e Sub-bacia do Salgado a oeste e leste; e a Sub-bacia do Rio Canindé, afluente do Rio Parnaíba, a oeste, no estado do Piauí (LIMAVERDE, 2013).

Na Bacia do Salgado é drenada uma área total de 12.865 km², isso representa 8,25% do território estadual que “[...] abrange 23 municípios e 15 açudes públicos com capacidade total de armazenamento de 490.000.000m³.” (SABOIA, 2015, p.95). No núcleo urbano formado pelas três principais cidades da região, Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha, conhecido como Crajubar, 90% do total de abastecimento público de água ocorre por meio de poços profundos ou fontes naturais. De acordo com a Cagece (2016) a qualidade da água na região vem apresentando declínio devido a existência de poluentes na água bruta e traços de metais pesados.

A pressão exercida no entorno da bacia do Salgado com desmatamento, ocupação urbana desordenada, baixo índice de saneamento, poluição, contaminação e expansão da irrigação pode provocar a exaustão desses aquíferos.

Os processos de desenvolvimento na região tem ocasionado problemas na reposição dos aquíferos. A expansão urbana no vale tem impermeabilizado o solo, impedindo a infiltração de água. Construções de casas, empreendimentos turísticos, balneários e condomínios fechados nas proximidades das encostas têm provocado desmatamento e impermeabilização. A retirada de árvores do topo do pacote sedimentar para a indústria, principalmente cerâmica e de produção de cimento, mesmo realizadas em plano de manejo regulamentadas pela APA, tem comprometido o potencial de recarga do aquífero superior. (BRITO, 2016, p.148).

Os principais rios da região se transformaram em canais de esgotos recebendo todo o dejetos urbano e industrial desses municípios. É o caso do Rio Granjeiro, no Crato, que percorre o centro da cidade no sentido sul-norte deixando um rastro de problemas sanitários e de saúde pública provocando inundações em períodos de chuvas intensas.

Para Brito (2016) o Rio Granjeiro representa as (des)continuadas formas exploratórias na produção do espaço geográfico desse território que ocorrem a partir do controle dos usos da água desde o período colonial. Na época a pecuária se mostrava uma atividade promissora, mas o potencial edafoclimático provocou investidas econômicas na produção de cana-de-açúcar. Com água em abundância os canaviais se expandiram por todo o

vale e com a valorização do produto os cultivos foram subindo a encosta da Chapada do Araripe seguindo os cursos das principais fontes.

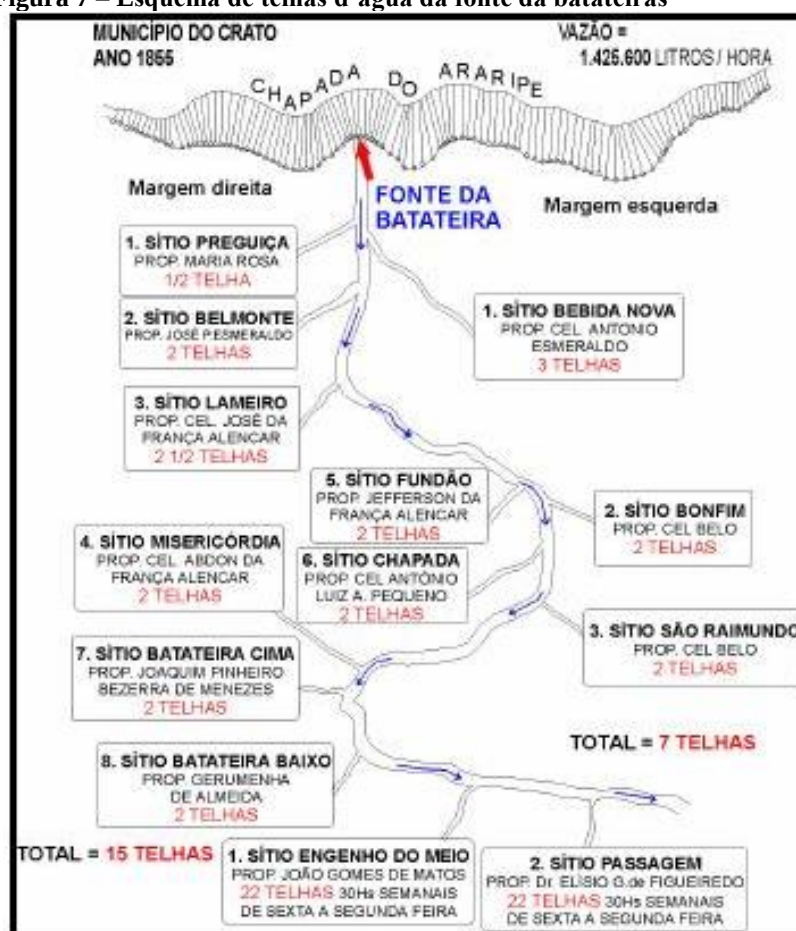
As famílias tradicionais da região que formavam uma elite agrária oriunda principalmente da Bahia e do Pernambuco foram se apropriando das principais fontes de água alterando profundamente o regime hídrico e desencadeando conflitos.

Esse contexto geopolítico-ambiental culminou em um peculiar conflito por água na região, protagonizado por famílias com grande poder político-econômico, que se impuseram donas das terras/águas, na medida em que as áreas de cultivo na encosta da chapada utilizavam demasiada quantidade de água, desviando o curso do rio Batateiras e comprometendo os cultivos em períodos de estiagem para as áreas de vale. Nesse momento, estão em desenvolvimento processos de modificações na natureza sem precedentes nesse local. Com os cursos dos rios alterados, modifica-se a biodiversidade e é provocado o desgaste do solo, e nas áreas de cultivo, o desmatamento. (BRITO, 2016, p.143).

Com o objetivo de solucionar os conflitos o presidente da Província do Ceará, a pedido da família Gomes de Matos, elaborou uma Resolução Provincial (nº 645) em 17 de janeiro de 1854. Brito (2016) citando Gonçalves (2001) explica que o Decreto, regulamentado em 1856, pela Câmara do Crato, estabeleceu o direito de uso e comercialização a partir do sistema de Telha d'água³⁴. A negociação era feita em cartório e permitia que o interessado escolhesse as horas ou os dias de telhas d'água na sua propriedade. A Figura 7 representa um esquema do sistema de telhas d'água de uma das principais fontes da Chapada do Araripe, a fonte da Batateiras.

³⁴ Cada telha d'água media aproximadamente 20 polegadas de circunferência e equivale em média 64.800 litros/hora. Era uma medida de vazão de água utilizada em Portugal.

Figura 7 – Esquema de telhas d'água da fonte da batateiras



Fonte: Gonçalves (2001) *apud* Brito (2016).

Os donos das terras adquiridas nas políticas de concessão das sesmarias passaram a utilizar o sistema de telhas d'água como forma de controle das águas que ressurgiam na encosta da Chapada do Araripe. A perpetuação da dominação e do poder dessa elite agrária era legalizado na:

[...] medida em que os proprietários foram aos cartórios, muitas vezes criados por seus familiares, e registraram-se como donos das águas. Essa concentração e esse controle de uso e fluxo da água, tendo em alguns pontos, inclusive, vigia do curso da água, exclui do uso populações tradicionais que vivem nas encostas da chapada, demonstrando outro caráter intrínseco desse processo de apropriação das terras/água: o conflito. (BRITO, 2016, p.147).

As famílias tradicionais³⁵, herdeiras dos sesmeiros, foram se apropriando e mercantilizando cada vez mais as terras e as águas da encosta da Chapada do Araripe mesmo tendo que se adaptar a nova legislação hídrica. De acordo Yarley Brito, servidor da Cogerh, em entrevista para essa pesquisa, houve um grande esforço e muita habilidade de diálogo da

³⁵ A expressão família tradicional é diferente de populações ou comunidades tradicionais, nesse caso as famílias foram e ainda são grandes proprietárias das terras e águas do Cariri como os Pinheiros, Menezes, Bezerras, etc.

Cogerh para evitar conflitos com os supostos “donos da água”. Esses proprietários tiveram prioridade nas outorgas e após anos de negociação acabaram regulamentando as fontes a nova legislação hídrica. Segundo o servidor as fontes da região que apresentam as maiores vazões, a exemplo da fonte Batateiras, já estão todas outorgadas.

Ainda hoje, nesse ambiente de matas densas, belas paisagens e água em abundância podemos observar claramente a segregação socioespacial provocado por esse contexto histórico. Os equipamentos urbanos de luxo como os balneários, as chácaras e as casas de veraneio estimularam a indústria do turismo e do lazer tornando esses lugares em ambiente de consumo para as classes mais abastadas.

Entre as águas superficiais acumuladas em reservatórios destaca-se o açude Thomaz Osterne (Umari) localizado no distrito de Monte Alverne, Crato, que foi construído pelo Dnocs, em 1982, e possui capacidade para 28,78 mil m³. Na época da construção camponeses remanescentes dos índios Cariris foram compulsoriamente deslocado para outra área chamada de Poço Dantas. Os atingidos que lutam pelo processo de reconhecimento da identidade indígena estão sendo submetidos novamente a outro processo de desterritorialização agora pelo CAC.

Na região entre os principais conflitos pelo acesso ao uso da água, além das fontes da encosta, foram registrados problemas entre os usuários no vale do rio Carás, entre Crato e Juazeiro devido a construção de pequenas obras hidráulicas como barramentos e derivações ao longo do rio. Os proprietários a montante faziam essas obras com o intuito de inundar grandes áreas de capim prejudicando os proprietários à jusante com a interceptação do escoamento natural do rio. Na década de 1990 os órgãos do Estado (SRH, Cogerh) tiveram que intervir várias vezes mediando a disputa entre os envolvidos. Com a implantação do Comitê de Bacia do Salgado, em 2002, os conflitos foram amenizados.

Diversos pesquisadores e movimentos sociais expõem preocupações com os recursos hídricos da região devido o intenso crescimento econômico que esse território vem apresentando nos últimos anos. Com investimentos produtivos nacionais e internacionais várias indústrias foram atraídas por subsídios fiscais oferecidos pelos municípios caririenses e muitas delas impactam diretamente nas áreas de conservação da Chapada do Araripe como a Área de Proteção Ambiental – APA Chapada do Araripe e a Floresta Nacional do Araripe - FLONA Araripe Apodi.

A APA Chapada do Araripe foi criada pelo Decreto Federal de 04/08/97 abrange 11 municípios do Piauí, 12 de Pernambuco e 15 do Ceará ocupando uma área equivalente a 1.063.000,00 hectares. Dentro da APA Chapada do Araripe se encontra outra Unidade de

Conservação, trata-se da Floresta Nacional do Araripe - Flona do Araripe-Apodi, que foi criada pelo Decreto-Lei nº 9.226 de 02 de maio de 1946 e abrange os municípios de Barbalha, Crato, Missão Velha e Santana do Cariri numa área equivalente a 38.919,47 hectares.

As ações do poder econômico instrumentalizam os territórios e ensejam novos arranjos socioespaciais no uso e na demanda por água. Diversas infraestruturas e equipamentos de dimensão regional já foram implantados na região demandando ainda mais o consumo de água impactando as Unidades de Conservação.

O atual estágio da dinâmica urbana no Crajubar não é muito diferente das dinâmicas que ocorrem em algumas capitais nordestinas. Juazeiro do Norte figura como uma das cidades que mais cresce no Ceará apresentando um dos comércios mais pujantes do Nordeste. Segundo o IPECE (2010) a taxa de urbanização é de 95,33% com apenas 4,67% da população vivendo no meio rural e a densidade demográfica já chega a 1.004,45 hab./km² (IBGE, 2016).

A crescente urbanização revela o insucesso das políticas públicas voltados para o campo comprometendo ainda mais os problemas urbanos. A participação do setor agropecuário no PIB da região do Cariri vem caindo a cada ano. Juazeiro do Norte apresenta o índice mais baixo com cerca de 0,5%. Na cidade de Crato apesar do extenso território rural constituído por nove distritos e extensas áreas de vale com alta potencialidade agrícola a participação também é pequena com aproximadamente 3% (IPECE, 2010).

A produção de cana-de-açúcar vem nos últimos anos enfrentando uma crise. O Governo do Estado vem se esforçando para revitalizar o setor atraindo novos investidores para a região. As instalações e o terreno da Usina Manoel Costa Filho, na cidade de Barbalha, foi comprada pelo governo como tentativa de reestabelecer a atividade podendo usar futuramente as águas do CAC.

A indústria de mineração capitaneada pela exploração do calcário e da gipsita apresenta grande potencial. A indústria da cerâmica vermelha que produz tijolos e telhas está concentrada principalmente na cidade de Crato sendo alimentada por lenha retirada de diversos pontos das áreas florestais, isso vem contribuindo para o intenso processo de desmatamento.

O Cariri é considerado uma das regiões mais expressivas do Nordeste no que se refere à cultura popular contando com diversos grupos folclóricos, literatura de cordel, artesanato e muitas outras manifestações humanas inspiradas nas ancestralidades desse povo. O comércio popular de Juazeiro do Norte e o turismo religioso tendo a figura de Padre Cícero seu principal expoente convive com grupos sociais de alto poder aquisitivo que pode ser

visualizado nos condomínios de luxo e nas lojas de grife da cidade. Esses aspectos socioeconômicos estão fortemente relacionados com o processo de formação histórica herdado dos povos pretéritos e das diferentes populações que migraram para a região.

Sobre os grupos indígenas que viveram na região as pesquisas divergem e não há comprovação se os diferentes grupos partiram do mesmo tronco linguístico. O que sabemos é que os grupos que transitaram na região chegaram de outros territórios e no Cariri ocupavam as nascentes dos principais rios e riachos. Entre os grupos destacamos os índios de nome homônimo que se constituíam de um grupo numeroso e habitavam as áreas mais férteis da região. Ainda que não devidamente comprovado há suposições de que os índios *Kariris* migraram para a região nos séculos IX e X (LIMAVERDE, 2013).

A abundância de água e de frutas nativas contribuiu para que os *Kariris* se instalassem na região. A terra não era apropriada por eles para fins privados ou de caráter pecuniário. Dela eles retiravam apenas o suficiente para a sobrevivência do grupo que decorria da agricultura de subsistência, da pesca, da coleta e da caça.

A água abundante sempre teve uma relação direta com a existência dos indígenas locais. Embora haja divergências entre os pesquisadores o nome *Kariri* tem diferentes significados. Limaverde (2013) citando Pompeu Sobrinho explica que a origem da palavra vem de língua indígena *Kari* que significa água daqui.

No Memorial do Homem do Cariri (Fundação Casa Grande), localizado no município de Nova Olinda, estão preservados os vestígios materiais do homem pré-histórico da Chapada do Araripe. Também está organizado o patrimônio imaterial desses povos de onde podemos constatar a sua relação com água. Segundo a identificação arqueológica exposta no local a origem dos Cariris está relacionada a lenda da Lagoa Encantada que era a morada da Mãe D'Água, grande serpente com metade do corpo formado por uma mulher.

Insatisfeita com a chegada dos colonizadores a Mãe D'Água ameaçava retirar a grande pedra que está posicionada na fonte da Batateira. Os Cariris acreditavam que todo o vale caririense era um grande mar subterrâneo e onde hoje é a Matriz de Crato havia uma grande baleia (Iara), possivelmente a Mãe D'Água. A retirada da Pedra da Batateira significaria uma inundação em todo o vale de onde ninguém conseguiria escapar.

Outra versão lendária é a de que os índios vencidos, em lutas anteriores, haviam “encantado” (tampado) a grande nascente da Chapada do Araripe com a Pedra da Batateira, e que as águas acumuladas, no subsolo, acolhiam uma serpente sagrada, que faria deslocar a pedra, e todo o Vale do Cariri seria inundado, e que os índios Cariris voltariam a ser uma nação livre, senhores do mar, viveriam na paz e tranquilidade de um Paraíso. (Cariri, 2008).

Através das memórias dos descendentes e da oralidade esses maus presságios, como a vingança da Pedra da Batateira, foram sendo repassadas pelas gerações representando uma interpretação da realidade desses povos. São lendas e mitos que demonstraram a importância da água para a sua própria existência e seu temor com a chegada do estranho.

Desqualificar os saberes desses povos foi mais uma estratégia de dominação imposta pelos colonizadores. Não era do interesse do colonizador perceber o sentido da água, do território e da territorialidade do nativo e não demorou para que ambos, os povos, as águas e tudo que os envolvem, fossem dominados e explorados. Os Cariris, considerados primitivos e atrasados foram desterritorializados e as águas das fontes utilizadas como parte da estrutura de poder.

O modo de vida dos indígenas caririenses começa a ser irreversivelmente afetado no século XVIII quando os colonizadores europeus vindos principalmente das províncias de Pernambuco e Bahia foram atraídos pelas terras férteis e pela riqueza hídrica da região (PINHEIRO, 2010). Nessa época a Europa impunha um processo de expansão marítimo comercial que tinha como objetivo fornecer recursos naturais aos diferentes Estados europeus para que pudessem competir entre si no crescente mercado capitalista.

Dentro desse contexto o Brasil teve seu território cortado por capitanias hereditárias e depois por sesmarias que tinha como finalidade atender os interesses da metrópole com a produção de matérias primas e acelerar o processo de colonização dos “Sertões de Dentro”. A Igreja Católica também teve um papel decisivo nesse processo contribuindo para amansar os índios facilitando a escravização.

Assim se deu o aldeamento dos povos *Kariris* com a imposição de um novo modo de produção baseado numa sociedade movida por relações de poder que tinha como principais protagonistas os europeus e seus descendentes brancos com desejos infinitos de acumular poder, prestígio e riqueza nem que para isso fosse necessário derramar sangue das populações nativas.

É claro que os indígenas não aceitaram tranquilamente o avanço truculento dos colonizadores. Um amplo movimento de resistência deflagrou um conflito no Ceará que se espalhou para outras províncias do Nordeste. O movimento chamado de Guerra dos Bárbaros ou Confederação dos Cariris foi um terrível conflito armado que durou décadas que nem mesmo a história oficial conseguiu esconder.

Não muito diferente do destino imposto aos indígenas caririense foi aquele concebido aos negros que sustentavam a dinâmica produtiva da região principalmente no final do século XVIII e início do século XX. A exploração do trabalho escravo ganhou força a

partir da segunda metade do século XVIII no chamado ciclo do ouro com o projeto chamado de Minas de São José dos Cariris Novos onde novas correntes migratórias foram criadas a partir da possibilidade de exploração de metais preciosos em área hoje correspondente ao território de Missão Velha (LIMAVERDE, 2013).

Apesar da dominação, repressão e subordinação a que foram sujeitados reiteramos o importante papel dos negros e dos indígenas no processo de formação socioespacial do Cariri cearense, visto que os seus resquícios foram legados as comunidades tradicionais e estão presentes nos costumes, nas palavras, nas manifestações culturais e na maneira de se relacionar com a terra e o com os recursos naturais.

É preciso considerar que ainda hoje o processo de produção espacial, através de instituições centralizadoras, legitimam as ações exploratórias contra esses grupos. A constituição do Estado brasileiro e suas elites extremamente enraizadas ao período colonial promovem um ataque à ancestralidade desses povos através da destruição de suas territorialidades (BRITO, 2016).

Concordamos com Brito (2016) quando afirma que a produção espacial do território caririense, com um modelo produtivo rentista e privado, foi forjado a partir de uma visão subalternizada das ancestralidades indígena e negra. As consequências desse processo foram os usos desiguais dos recursos naturais com a “[...] instituição da propriedade (privada) e a expulsão de comunidades tradicionais sempre que necessário para expandir usos rentistas e exploratórios das terras/águas da Chapada o Araripe.” (BRITO, 2016, p.49).

As águas para os índios Cariris, assim como para as comunidades tradicionais que deles são descendentes, não possuem o mesmo sentido para os colonizadores. Eram e são povos em que os territórios e as territorialidades tradicionais da água ligadas as suas próprias condições de existência.

No passado a violência praticada pelo colonizador foi impondo uma hierarquia territorial construída com opressão dos povos nativos e exploração destrutiva dos elementos naturais. Erguemos um Estado que se apropriou de um discurso nacionalista ampliando as relações de poder no espaço. Aderimos a concepção de Porto-Gonçalves (2015) quando utiliza o conceito de “colonialismo interno” para explicar que o sistema mundo capitalista moderno-colonial não se limita mais a escala global, visto que o colonialismo acabou, mas a colonialidade permanece agora praticada por outros agentes.

6.2 CAC: as águas como fator de divergência

Conforme discutido no tópico anterior o dinamismo econômico no Cariri já reflete em diversos problemas ambientais. A demanda por água na região vem crescendo nos últimos anos e como o abastecimento é feito principalmente com água subterrânea os aquíferos vêm apresentando sinais de deficiência em sua recarga. Além disso, outros problemas como desmatamento, poluição e ocupação irregular da encosta da Chapada do Araripe se intensificaram nos últimos anos e podem se acentuar com a chegada do CAC.

O CAC propõe transpor as águas para as bacias hidrográficas do Ceará a partir do Eixo Norte da Transposição do Rio São Francisco. O projeto foi elaborado pelo Governo do Estado e tem como órgão empreendedor a SRH. As águas que chegarão a barragem Jati, de onde inicia o CAC, sairão das proximidades do município de Cabrobó em Pernambuco, e percorrerão uma distância 402 km com uma altura de recalque de 169 metros até a barragem.

Figura 8 e 9 – Reservatório Jati e saída da água para o Eixo Norte da transposição



Fonte: Fotografias do autor (2016).

O CAC é considerado a principal obra hídrica do Ceará e tem como objetivo equilibrar os vazios hídricos do estado através da interligação das onze bacias hidrográficas. O Estudo e Relatório de Impacto e Ambiental – EIA/RIMA da obra, apresentado em 2010, reconhece que apesar da quantidade apreciável de obras hídricas as estiagens ainda promovem graves efeitos socioeconômicos no território cearense. Entre as prioridades de uso descrita nos objetivos como o consumo humano e a dessedentação animal chama atenção os dois últimos itens:

[...] Fornecer oferta hídrica para projetos de irrigação, em especial os com produção centrada no cultivo de frutíferas e outras culturas perenes, durante os períodos de estiagens prolongadas; e por fim, promover o desenvolvimento do turismo na região

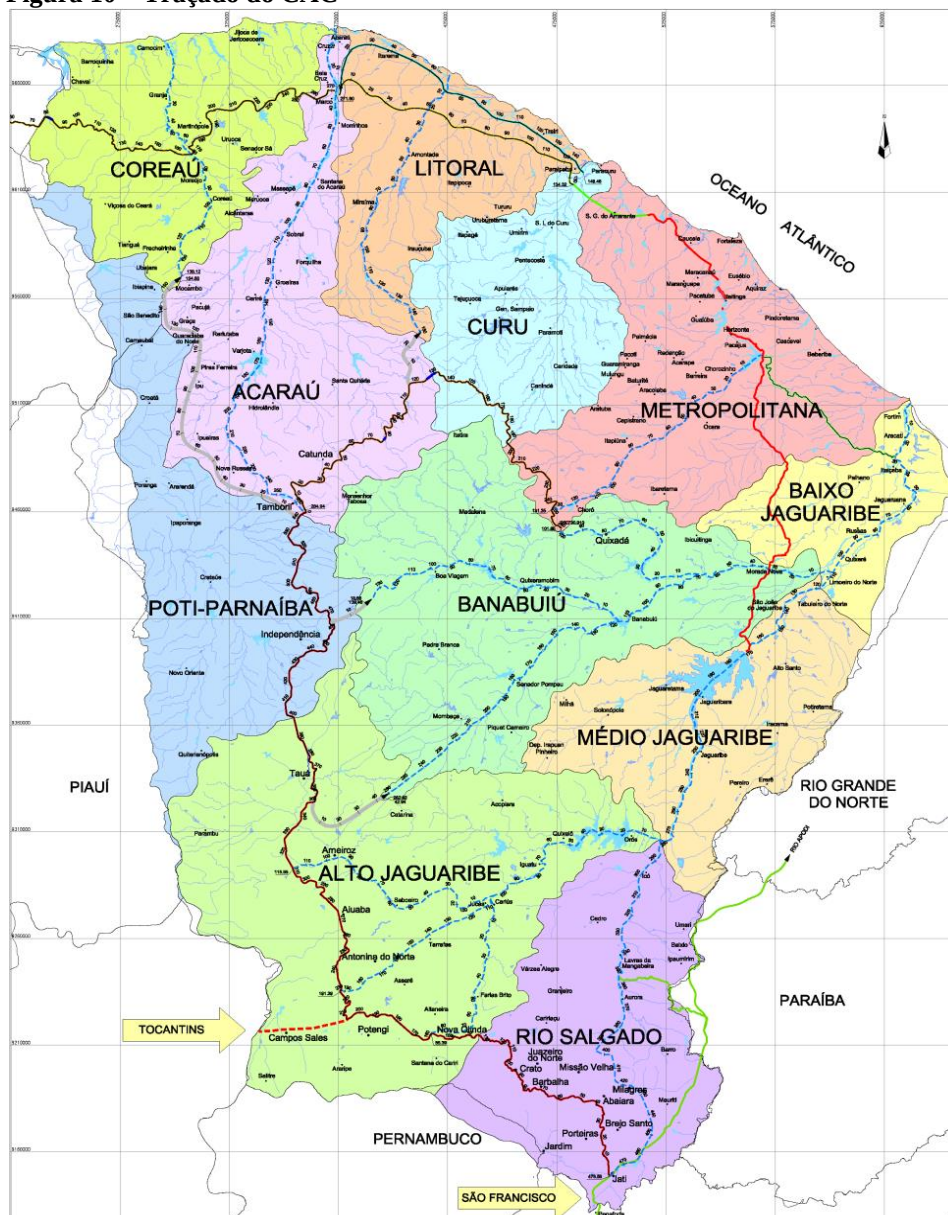
litorânea a oeste de Fortaleza através da garantia de suprimento hídrico decorrente da implantação de uma grande estrutura de adução praticamente paralela à linha da costa. (EIA/RIMA, 2010, p.11).

A prioridade de abastecimento segue a seguinte ordem: população, indústria, turismo, dessedentação animal e agricultura irrigada. Os principais açudes do estado, com capacidade de acumulação superior a 50 hm³, receberão as águas para múltiplos usos garantindo a regularização das suas respectivas vazões.

A obra será construída aproveitando a declividade do relevo. Somente o Ramal do Litoral, último trecho da obra, necessitará de bombeamento para a transferência de vazões. Serão construídos, aproximadamente, 1.252,65³⁶ km de canais, túneis e sifões divididos em três trechos e cinco ramais. Os trechos serão divididos em lotes e representam as obras principais, já os ramais farão as ligações para os principais rios do estado.

O Trecho 1 tem início na tomada d'água na Barragem Jati, onde haverá a captação das vazões transpostas pela Transposição do Rio São Francisco, serão 149, 82 km com vazão estimada em 30m³/s. O Trecho 2 começa exatamente no final do Trecho 1 até a passagem do divisor de águas das bacias do Jaguaribe e do Poti com uma média de 271,0 km. O Ramal 1 terá início nesse trecho com uma derivação de 5m³/s e extensão de 53,0 km para o rio Banabuiú. O Trecho 3 vai do final do Trecho 2 até o ponto de derivação dos Ramais Leste e Oeste já na bacia do Acaraú. Serão aproximadamente 137,0 km de comprimento e capacidade para aduzir 25 m³/s. O Ramal 2 deriva vazões para a bacia do Banabuiú através do rio Quixeramobim com extensão de 20 km e capacidade de 10m³/s. O Ramal Oeste terá 181,8 km de extensão com meta para transferir vazões para as bacias do Acaraú e do Coreaú iniciando com vazão de 15m³/s e finalizando com 5m³/s. O Ramal Leste pretende derivar vazões para as bacias do Acaraú, Litoral, Curú e Metropolitanas com 303 km de extensão e capacidade de 8 m³/s. O Ramal do Litoral terá início na barragem Santa Rosa, no rio Acaraú, e se prolongará até o Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). Será dividido em dois subtrechos, com vazão máxima de 6m³/s e extensão total de 180 km. Esse ramal é estratégico para viabilizar a exploração intensiva da região com empreendimentos turísticos.

³⁶ Na pesquisa encontramos pequenas diferenças na extensão da obra entre o EIA/RIMA do CAC e os documentos da SRH e Cogerh.

Figura 10 – Traçado do CAC

Fonte: VBA (2010).

Observando a figura 10 percebemos que todos os grandes açudes do estado serão abastecidos pelo CAC, exceção do açude Figueiredo, além de importantes rios que serão perenizados. O caminho das águas segue exatamente para as áreas de concentração de grandes empreendimentos.

O prazo estipulado para a entrega da obra será de 36 meses e o valor previsto para o Trecho 1 é representado na Tabela 5. Os recursos financeiros são do Governo do Estado e do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2).

Tabela 5 – Custos de implantação das obras do CAC no Trecho 1

Discriminação das Obras por Lote	Custo Total (R\$ 1,00)	
1. Lote 1	304.742.837,25	4,86
Canais (Trecho 0,00 km a 40,00 km)	232.693.347,57	8,98
Sifões (Sifões BR-116/01, Jardim, Beleza, BR-116/02, BR-116/03, Transnordestina, Porteiras e Estrada Asfaltada)	42.747.831,44	3,49
Túneis (Túnel Baixio do Boie Túnel Sítio Alto 1)	15.018.451,81	1,23
Drenagem (Trecho 0,00 km a 40,00 km)	14.283.206,43	1,17
2. Lote 2	348.462.159,51	28,43
Canais (Trecho 40,00 km a 80,00 km)	244.930.044,49	19,98
Sifões (Sifões Boqueirão, CE-153, Seco, Santana 1 e Santana 2)	15.598.997,82	1,27
Túneis (Túnel Sítio Alto 2 e Túnel Veneza)	67.459.775,60	5,50
Drenagem (Trecho 40,00 km a 80,00 km)	20.473.341,60	1,67
3. Lote 3	272.193.629,55	22,21
Canais (Trecho 80,00 km a 115,00 km)	182.203.454,55	14,87
Sifões (Sifões Salamanca, CE-060, São Francisco e Crato)	66.274.701,48	5,41
Túneis (Túnel Cabaceira, Túnel Arajara e Túnel Boa Vista)	12.306.786,86	1,00
Drenagem (Trecho 80,00 km a 115,00 km)	11.408.686,67	0,93
4. Lote 4	300.310.748,52	24,50
Canais (Trecho 115,00 km a 149,82 km)	254.637.725,64	20,77
Sifões (Sifões Sovado, Lajes, Caldeirão, Canoa 1, Canoa 2 e Fundo)	15.350.611,94	1,25
Túneis (Túnel Juá, Túnel Cruzeiro e Túnel Carnaúba)	15.066.264,69	1,23
Drenagem (Trecho 115,00 km a 149,82 km)	15.256.146,25	1,24
Total Geral do CAC - Trecho 1 (Jati-Cariús)	1.225.709.374,83	100,00

Fonte: EIA-RIMA (2010).

O Trecho 1 (Jati – Cariús) é o único em execução. É considerado prioritário, pois os outros dependem da construção deste. Nessa área o sistema adutor é dividido em quatro lotes³⁷ ou subtrechos. São dez túneis totalizando 5,713 km, e 23 sifões.

A cota altimétrica inicial em Jati será de 484,0m, após cruzar as cidades de Porteiras, Brejo Santo, Abaiara, Missão Velha, Barbalha e Crato chega em Nova Olinda com cota final de 462,55m, a declividade será aproximadamente de 5cm/km. O traçado corresponde em sua maior parte sob território da bacia do Salgado (92,0%) se integrando com a bacia do Alto Jaguaribe em Nova Olinda.

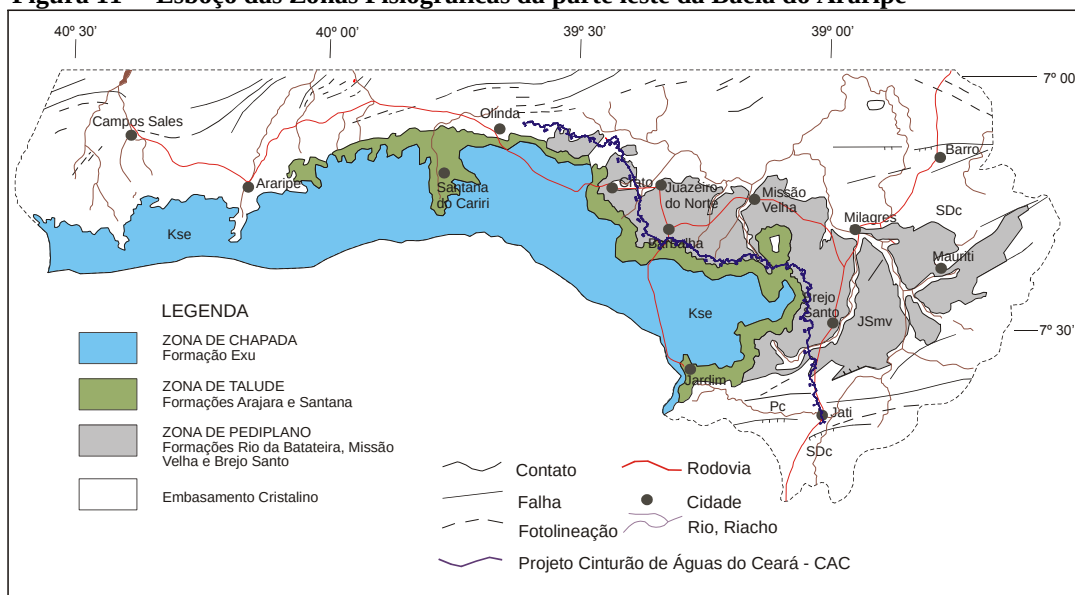
O Lote 1 (km's 0 a 40), apresenta embasamento cristalino e domínio da vegetação de caatinga de porte arbóreo; o Lote 02 (km's 40 a 80) começa a se desenvolver ao sopé da encosta da Chapada do Araripe com relevo ondulado; o Lote 03 (km's 80 a 115) na sua maior parte o sistema adutor continua se desenvolvendo pelo sopé da Chapada do Araripe com domínio da vegetação de Matas Secas e elevada densidade demográfica. Esse lote (correspondente as comunidades Baixio das Palmeiras, km's 99 a 101, e Baixio do Múquem

³⁷ Considera-se a existência do Lote 5, isso porque os trechos em túneis foi exclusividade da construtora Tuniolo Busnello.

km's 101 a 103) é considerado como o mais crítico devido a presença de habitações ao longo do traçado do empreendimento e nas áreas periféricas; o Lote 4 (km's 115 a 149,82) se desenvolve sobre o embasamento cristalino com domínio de vegetação de Caatinga em área relativamente degradada (EIA/RIMA. 2010).

Com exceção do Lote 1 o território cortado pelo Trecho 1 possui atrativos ambientais diferenciados do semiárido devido a Chapada do Araripe inserida na Bacia Sedimentar do Araripe³⁸. Das três zonas geomorfológicas que compõe a Bacia Sedimentar do Araripe: zona de chapada e zona de talude e zona de pediplano a maior parte do traçado se desenvolve margeando a zona de pediplano da Chapada do Araripe com cota variável entre 415 a 486 metros conforme mostra a Figura 11.

Figura 11 – Esboço das Zonas Fisiográficas da parte leste da Bacia do Araripe



Fonte: CPRM (1996) Apud EIA/RIMA (2010).

Os estudos cartográficos realizados a partir do levantamento aerofotogramétrico concluiu que a área de construção do sistema adutor apresenta relevo ondulado. O estudo aponta que uma área de aproximadamente 2.806,5 ha será destinada para a construção da obra, incluindo os canteiros de obras, as jazidas de empréstimos e bota-foras. Ao longo desse traçado foram analisados 86 jazidas de material terroso. As jazidas de empréstimo serão exploradas obedecendo a Lei nº 9.827, de 27 de agosto de 1999 (regulamentada pelo Decreto nº 3.358, de 02/02/2000) (EIA/RIMA, 2010).

³⁸ A Bacia Sedimentar do Araripe é formada por três zonas geomorfológicas com diferenças na litologia, relevo, hidrologia, vegetação e clima.

O CAC teve início em junho de 2013 com previsão para ser concluída em 36 meses. Entretanto, em visita a região do Cariri o Governador Camilo Santana, no início de 2016, admitiu atrasos na obra devido o contingenciamento de verbas federais e indicou a conclusão para o fim de seu mandato, em 2018. De acordo com o governador apenas pontos estratégicos como a barragem Jati estão em plena atividade.

Entre os nove municípios do Trecho 1 apenas a cidade de Crato será impactado em sua malha urbana. Conforme mostra a tabela 6, em levantamento pré-cadastral realizado pela VBA, empresa contratada pela SRH, a cidade de Crato, mais precisamente no distrito de Baixio das Palmeiras, correspondente ao Lote 3 da obra, terá o maior número de removidos pela obra.

Tabela 6 – Estimativa do número de famílias removidas pelo CAC no Trecho 1

Municípios	Número de Habitações		Total
	Zona Urbana	Zona Rural	
Jati	-	01	01
Porteiras	-	-	-
Brejo Santo	-	-	-
Abaíara	-	-	-
Missão Velha	-	11	11
Barbalha	-	27	27
Crato	11	118	129
Nova Olinda	-	-	-
Total	11	157	168

Fonte: EIA-RIMA (2010).

O consórcio das empresas Marquise/EIT é responsável pela construção do Lote 3. Dos 35 quilômetros do Lote 3 em 15 foram realizados trabalhos com serviço de desmatamento e terraplenagem e apenas em um quilômetro foi cavado o sistema adutor, faltando apenas o cimento e as placas. Os três túneis do Lote 3 (Cabeceiras, Arajara e Bela Vista) construídos pela empresa Tonniolo, Busnello também não foram concluídos.

Entre o final de 2015 e início de 2016 visitamos os canteiros de obra no Lote 3 e constatamos que apenas os vigias ocupavam as instalações. Em Barbalha, na localidade chamada Barro Branco, seis vigias se revezam no canteiro de obras, todos os 800 operários que trabalhavam no Lote 3 foram dispensados e não há previsão para retorno.

Figuras 12 e 13 – Comunidade Barro Branco e canteiro de obras em Barro Branco, Barbalha, Lote 3



Fonte: fotografias do autor (2016).

De acordo com o EIA/RIMA (2010) cinco comunidades que serão interceptadas pelo CAC foram selecionadas³⁹ para a aplicação de questionários sobre as expectativas da população sobre a obra. A pesquisa revelou que 67,74% dos entrevistados declararam favoráveis a sua implantação indicando como impacto positivo a geração de emprego e renda e a melhoria na qualidade de vida. Nenhum dos entrevistados se posicionou contrário a obra e 32,26% não emitiram opinião.

A boa aceitação a obra também foi revelada com a aplicação de 40 questionários a formadores de opinião e órgãos representantes da sociedade civil como a URCA, Cogeh, ICMbio, entre outros. 61,54% foram favoráveis, 32,5% não emitiram opinião e apenas 5,96% dos entrevistados se posicionaram contrariamente.

De acordo com o EIA/RIMA (2010) a SRH é responsável pelas desapropriações usando como instrumentos: a Lei Federal nº 4.504, de 30 de novembro de 1964 que define o Estatuto da Terra; a Lei 4.132 de 10 de setembro de 1962 que define os casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre a sua aplicação; o Decreto-Lei 3.365 de 21 de junho de 1941 que dispõe sobre desapropriação por utilidade pública e o Manual de Reassentamento Involuntário publicado pela própria SRH.

O traçado do trecho 1 não interceptará escolas, postos de saúde ou igrejas. Quatro indústrias terão seus terrenos atingidos: duas cerâmicas na cidade de Crato; Cerâmica Gomes de Matos, Cerâmica Monte Alegre Ltda, e uma indústria sucroalcooleira, a Acinbel – Agro Comércio e Indústria Bezerra Ltda. Em Barbalha a indústria de cimento Itapuí S.A. também terá seus terrenos interceptados. Os documentos da obra deixam claro que em nenhuma dessas indústrias será necessário o cálculo de indenizações por lucros cessantes.

³⁹ Embora não conste no EIA/RIMA os representantes da SRH relataram em audiência pública que as comunidades que irão ter o maior número de famílias atingidas foram as escolhidas para serem entrevistadas.

Com exceção do Lote 4 todo o traçado do Trecho 1 ocorre em território da Bacia do Salgado que possui apenas dois reservatórios com capacidade superior a 50 hm³. Segundo o EIA/RIMA (2010) essa água não será suficiente para suprir o crescimento econômico da região. Com o CAC a previsão é que toda a região do Cariri seja beneficiada. O atendimento além dos nove municípios interceptados pelo sistema adutor se estenderá às cidades de Milagres, Farias Brito, Lavras da Mangabeira, Iguatu, Icó, Orós, Mauriti, Aurora, Cariús e Quixelô. A previsão é que a população atendida num horizonte para 2040 seja na ordem de 530.938 habitantes.

O sistema de outorga para uso da água foi criado pelo Decreto nº 23.067/94. No Ceará o pedido deve ser feito a SRH com preenchimento de um formulário com informações sobre a fonte de captação da água, destinação e vazão desejada, entre outros. Mas, os critérios para a alocação da água não estão claramente definido nos canais e rios perenizados pelo CAC.

Em uma das reuniões realizadas na região do Cariri Ramon Rodrigues, secretário executivo da SRH, foi categórico ao afirmar que a chegada do CAC no Cariri vai fomentar o crescimento econômico da região. Segundo ele em sua exposição inúmeras empresas da capital, Fortaleza, estão apenas esperando a chegada da água para se transferir para o Cariri.

Questionamos, entretanto, essa afirmação do servidor da SRH que prioriza a discussão sobre a dimensão econômica não dando a mesma proporção para outras dimensões. Reiteramos que a compreensão dos efeitos provocados pelo CAC nas dimensões social, cultural, ambiental e política só podem ser melhor compreendidas a partir das narrativas da população atingida.

6.3 Problematicando o CAC no Cariri

No Cariri do século XXI novos conflitos territoriais em comunidades tradicionais são engendrados a partir das novas condições ambientais provocados pelo processo de urbanização e aumento da demanda por recursos naturais. A violência aos povos e ao ambiente antes praticada pelos colonizadores agora é camuflada e ocorre sutilmente com o apoio do Estado e seu planejamento autoritário. O CAC representa um modelo dessa produção de novas relações socioespaciais e um novo modo de produção das lutas sociais por território e territorialidade. Em sua análise Brito (2016) entende que o CAC representa uma sobreposição de conflitos territoriais no Cariri cearense. Acrescentamos a sua análise os efeitos socioambientais que estão ocorrendo e que possivelmente serão agravados com a obra.

Ao bordejar a Chapada do Araripe os impactos socioambientais na área serão irreversíveis. O sistema adutor ocupará uma faixa de domínio com largura de 100 metros para cada lado, mas a Área Diretamente Afetada – ADA pelo empreendimento atingirá uma área equivalente a 2 km para cada lado dependendo da declividade do relevo. Estima-se que no Trecho 1 seja desmatada uma área equivalente a 2.996 ha, onde 54,0% deste total apresenta uma cobertura vegetal preservada. Considerando a declividade do relevo em grande parte do traçado essa margem será aumentada (EIA/RIMA, 2010).

Na área de implantação do Trecho 1 do CAC a APA Chapada do Araripe será interceptada diretamente pelo empreendimento. De acordo com os objetivos de criação da APA Chapada do Araripe constatamos algumas contradições na execução da obra quando fica decretado que:

Art. 1º Fica criada a Área de Proteção Ambiental (APA), denominada de Chapada do Araripe, situada na bio-região do Complexo do Araripe, com o objetivo de:

- I - proteger a fauna e flora, especialmente as espécies ameaçadas de extinção;
- II - garantir a conservação de remanescentes de mata aluvial, dos leitos naturais das águas pluviais e das reservas hídricas;
- III - garantir a proteção dos sítios cênicos, arqueológicos e paleontológicos do Cretácio Inferior, do Complexo do Araripe;
- IV - ordenar o turismo ecológico, científico e cultural, e as demais atividades econômicas compatíveis com a conservação ambiental;
- V - incentivar as manifestações culturais e contribuir para o resgate da diversidade cultural regional;
- VI assegurar a sustentabilidade dos recursos naturais, com ênfase na melhoria da qualidade de vida das populações residentes na APA e no seu entorno (BRASIL, 1997).

Quanto as restrições e proibições o Artigo 6º decreta:

Art. 6º Ficam proibidas ou restringidas na APA Chapada do Araripe, entre outras, as seguintes atividades:

- I-implantação de atividades industriais potencialmente poluidoras, que impliquem danos ao meio ambiente e afetem os mananciais de água;
- II- realização de obras de terraplenagem e a abertura de canais, quando essas iniciativas importarem alteração das condições ecológicas locais, principalmente nas zonas de vida silvestre;
- III- exercício de atividades capazes de provocar acelerada erosão, o assoreamento das coleções hídricas ou o comprometimento dos aquíferos;
- IV- exercício de atividades que impliquem matança, captura ou molestamento de espécies raras da biota regional;
- V- despejo, nos cursos d'água abrangidos pela APA, de efluentes, resíduos ou detritos, capazes de provocar danos ao meio ambiente (BRASIL, 1997).

Em sua pesquisa Brito (2016) constata que a legitimidade dos decretos elaborados pelo Estado bem como a eficiência na execução e fiscalização dos atos normativos são colocados em questão frente a expansão das atividades econômico-financeiras dentro da APA Araripe. A empresa produtora de cimento Ibacipe, localizada no município de Barbalha,

ilustra essa assertiva, parte de sua infraestrutura está dentro da área da APA que retira a matéria-prima (calcário laminado) no município de Nova Olinda. Situação semelhante é a Indústria de Calçados Grendene⁴⁰, que também se encontra dentro da área da APA Chapada do Araripe, no município de Crato e “[...] despeja seus dejetos industriais no rio Granjeiro, afluente do Salgado.” (BRITO, 2016, p.167).

Esses exemplos se somam a complexa intervenção hídrica provocada pelo CAC que impactará diretamente alguns trechos da APA Araripe. Essas ações do Estado, operando como indutor no processo de expansão do capital colabora para o desenfreado processo de degradação que vem ocorrendo nessa Unidade de Conservação.

Esse contexto geopolítico-ambiental do Cariri demonstra o papel contraditório do Estado, que, mediante pressão popular ou internacional constrói legislação ambiental protetiva e conservacionista e ele próprio sobrepõe a essas normas intervenções de infraestrutura hídrica. Outra contradição desse processo permanente de composição do Estado é a convivência com os usos exploratórios da natureza por parte da burguesia industrial, imobiliária e latifundiária. As instituições estatais legalizam suas ações, mesmo que essas estejam de encontro com a legislação ambiental. Vale ressaltar que todos os empreendimentos citados anteriormente atuam regularmente segundo a Semace. (BRITO, 2016, p.168).

Figuras 14 e 15 – Túnel Cabeceiras em Barbalha sob a APA Araripe e vista a partir do interior do Túnel Cabeceiras - Lote 3



Fonte: fotografias do autor (2016).

Embora não seja diretamente impactada a FLONA sofre intensa pressão devido o avançado processo de urbanização que pode se acentuar com o CAC. A FLONA foi a

⁴⁰ A empresa migrou do Rio Grande do Sul para o município de Crato mediante os incentivos concedidos pelo Estado para interiorização das indústrias do Ceará. Foi instalada em 1996 atraída pela disponibilização de um terreno, treinamento de mão de obra realizado pela Companhia de Desenvolvimento do Ceará (Codec), disponibilidade de infraestrutura para a sua operacionalização, isenção de impostos, concessão de incentivos sobre o IPTU e financiamento do BNDS.

primeira floresta criada no país e segundo a normatização do Decreto nº 1.298, de 27 de outubro de 1994 as FLONAs são áreas de domínio público com os seguintes objetivos:

- I- promover o manejo dos recursos naturais, com ênfase na produção de madeiras e outros produtos vegetais;
- II- garantir a proteção dos recursos hídricos, das belezas cênicas, e dos sítios históricos e arqueológicos;
- III- fomentar o desenvolvimento da pesquisa científica básica e aplicada, da educação ambiental e das atividades de recreação, lazer e turismo. (BRASIL, 1994).

A FLONA do Araripe desempenha papel fundamental na proteção da vegetação ao longo da borda do platô da Chapada do Araripe funcionando como zona de amortecimento para a conservação da mata úmida da encosta. Sua preservação garante a infiltração das águas pluviais que abastecem o aquífero responsável pela vazão das nascentes.

Sobre essas duas Unidades de Conservação Federal conversamos com Verônica Figueiredo Lima, servidora do ICMBio e chefe da FLONA. Segundo a servidora, na FLONA existe um conselho consultivo e dois postos de fiscalização dentro da unidade. Apesar da carência de servidores as atividades desenvolvidas na área se enquadram na categoria de uso sustentável. Já na APA Araripe o seu ordenamento é bem mais complicado devido à extensão territorial da unidade e por predominar em domínio privado.

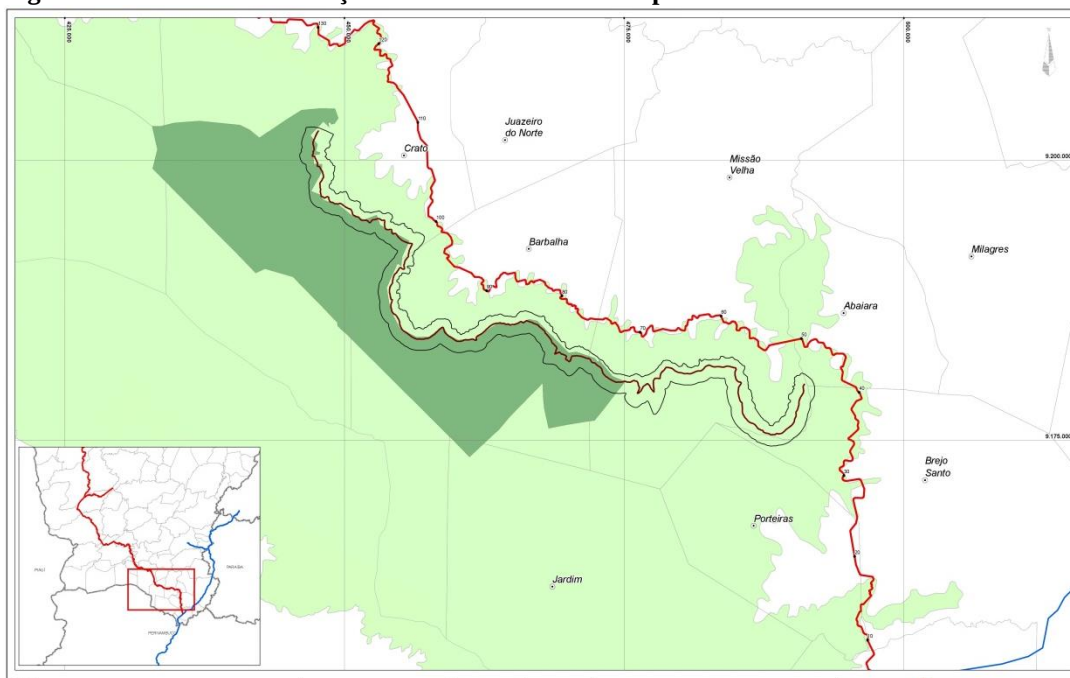
Verônica Figueiredo Lima reconhece as fragilidades do ICMBio principalmente relacionado a quantidade de servidores, são apenas dois fiscais na FLONA e dois na APA para monitorar uma área de 1.063.000,00 ha abrangendo três estados e 38 municípios. Segundo a servidora: “[...] somente para a FLONA precisaríamos de pelo menos 30 fiscais e estamos a muito tempo sem renovação do quadro de funcionários” (VERÔNICA FIGUEIREDO LIMA, 2016).

A vegetação protegida pela FLONA está posicionada no topo da Chapada do Araripe principalmente ao longo das margens da encosta nordeste, no lado cearense, no local acima da cota das nascentes, próximo ao habitat do Soldadinho-do-Araripe (*Antilophia bokermanni*). A sobrevivência do Soldadinho-do-Araripe, única ave endêmica do Ceará e símbolo da riqueza e biodiversidade da Chapada do Araripe, depende da preservação dessas matas úmidas necessitando de instrumentos legais mais específicos e restritivos que possam garantir a sua proteção integral.

De acordo com Weber Girão⁴¹, coordenador do projeto Soldadinho do Araripe, a ave representa um importante indicador de como nos comportamos em relação à água, ou seja, a sua extinção representa uma grave ameaça às fontes da encosta da chapada. Weber Girão afirma que a execução de uma obra de grande envergadura como o CAC representa um risco para o habitat da ave, risco que pode se acentuar quando a água estiver disponível para alguns setores da economia.

A Figura 16 mostra a proximidade do CAC nas Unidades de Conservação, podemos observar que a linha vermelha representando o canal corta a APA (verde claro) em vários pontos. A borda oeste da FLONA Araripe (verde escuro) corresponde ao trecho equivalente às cotas das nascentes da encosta da chapada. Essa área delimitada representa o habitat da espécie.

Figura 16 – Área de conservação do Soldadinho do Araripe



Fonte: Adaptado do EIA/RIMA (2010).

Em projetos de grande porte como o CAC a legislação ambiental exige que o órgão empreendedor apresente propostas de medidas mitigadoras e se comprometa com uma compensação ambiental como forma de atenuar os danos ambientais. Na proposta de compensação ambiental apresentada no EIA/RIMA do CAC foi sugerido a criação de uma

⁴¹ Weber Girão, que muito contribuiu para a nossa pesquisa, além de secretário do comitê de bacia do Salgado (CSBH Salgado) coordena o projeto soldadinho do Araripe através da Aquasis (Associação de Pesquisa e Preservação de Ecossistemas Aquáticos) foi um dos biólogos que participou da descoberta da ave, em 1996.

Unidade de Conservação de uso integral, proposta já recomendada pelo Ministério do Meio Ambiente através do Plano de Conservação do Soldadinho-do-Araripe elaborado em 2006.

Esse processo de flexibilização das leis ambientais proporcionadas pela expansão econômica nos fornece subsídios para interpretarmos que as Unidades de Conservação da região caririense estão seriamente ameaçadas. A erradicação extensiva da cobertura vegetal provocará perda do patrimônio florístico e genético das espécies nativas da região. Isso também reflete diretamente na composição da fauna podendo resultar na extinção de algumas espécies.

Em relação ao CAC espera-se que a área desmatada possa ser minimamente reconstituída, como prevê o EIA/RIMA do empreendimento, fazendo inclusive um trabalho de acondicionamento de espécies vegetais em casas de sementes para posterior replantio. Já a madeira oriunda do desmatamento na área de domínio do canal artificial a proposta é que poderia ser aproveitada pelas comunidades locais sob a fiscalização da Semace.

Figura 17 – Toras de madeira na comunidade Araticum, Barbalha



Fonte: fotografia do autor (2016).

Mas as comunidades atingidas de Poço Dantas e Assentamento 10 de Abril em Crato; Barro Branco, Araticum e Taquari em Barbalha desconhecem a proposta das casas de sementes e reclamam ainda que a madeira na maioria das vezes não foi aproveitada pelos atingidos. Os agricultores poderiam produzir carvão vegetal ou lenha podendo ter uma fonte de renda, em relação a casa de sementes eles próprios poderiam ser estimulados através de capacitação a serem os gestores do projeto.

Com o desmatamento a fauna expulsa de seu habitat vai migrar para as áreas periféricas disputando território e alimento podendo provocar desequilíbrios ecológicos prejudicando diretamente as lavouras.

O EIA/RIMA (2010) prevê um programa de salvamento da fauna com resgate dos animais por equipe especializada, vespas e abelhas devem ter seus ninhos transferidos para áreas protegidas enquanto outros insetos invertebrados deverão ser capturados com pinças colocados em vidros de boca larga com tampa rosqueada e liberados em áreas que não serão atingidas. A equipe responsável por esse manejo deverá divulgar o seu trabalho a população local através de cartilhas. Deverá também manter contato com os órgãos de saúde da região sobre a possibilidade de aumento de acidentes ofídicos. Um mapa de composição florístico, com a criação de zonas de escape e refúgio, identificação dos locais de pouso, caminhos, reprodução e desova da fauna deve ser apresentado pelo órgão executor.

A retirada da vegetação também pode comprometer a recarga dos aquíferos podendo alterar as condições do microclima principalmente com elevação da temperatura. Com a mudança no abastecimento de água os conflitos hídricos podem se acentuar. As águas já comprometidas do canal chegarão poluídas de agrotóxicos e efluentes sanitários/industriais o que podem provocar disseminação de vetores e doenças.

A água aduzida pelo sistema adutor pode vir a servir de veículo propagador de doenças de veiculação hídrica, algumas graves como a esquistossomose, a hepatite e o cólera, e outras menos graves, mas que provocam incômodos e colaboram para a deterioração da saúde da população usuária, como as amebíases. No Estado do Ceará, os maiores cuidados devem ser voltados para a esquistossomose, endêmica em algumas áreas do seu território e que encontram condições favoráveis para a proliferação do seu vetor em canais, valas e locais onde se acumula água (EIA/RIMA, 2010, p.68).

O nível de poluição hídrica pode aumentar devido o incentivo ao desenvolvimento hidroagrícola na região. Outro questionamento feito pelas comunidades rurais é o acesso e a qualidade da água a ser consumida, visto que algumas fontes de água que abasteciam comunidades rurais foram destruídas.

Figuras 18 e 19 – Água acumulada no Túnel Carnaúbas no Assentamento 10 de Abri e erosão e assoreamento ao lado do sifão Pai Mané, Crato



Fonte: fotografias do autor (2016).

Ao longo do Trecho 1 serão cavados dezenas de poços tubulares para a execução da obra, apenas no Lote 3 serão cavados 10 poços profundos ao longo do canal. O uso da água para construção de grandes infraestruturas é permitida com a Licença de Construção que é um Ato Administrativo do Secretário de Recursos Hídricos que concede ao interessado autorização para tal.

O assoreamento dos leitos fluviais na área interceptada pelo CAC será intensificado, assim como os níveis de turbidez da água no entorno do sistema adutor. Grande quantidade de solo agricultável no traçado do canal será retirado e considerável parte da área do entorno ficará desprotegido e sujeito a erosão e deslizamentos. Os solos também podem ficar salinizados caso haja vazamento ao longo do sistema adutor.

[...] há riscos de ocorrência de problemas de colapsividade nos depósitos arenosos aluvionares e de solapamento dos taludes de valas, os quais devem ser considerados na concepção das obras. As áreas sedimentares associadas às encostas da Chapada do Araripe, por sua vez, podem eventualmente ocasionar alguns problemas na implantação do sistema adutor, sobretudo pela eventual ocorrência de zonas instáveis. Devem ainda ser considerados os riscos de ocorrência de processos de expansividade e/ou dispersividade geralmente associados a depósitos sedimentares argilosos (EIA/RIMA, 2014, p.42).

Diante de tamanha transformação no espaço o empreendedor deve realizar um programa de recomposição das áreas de jazidas, empréstimos, bota-foras e canteiro de obras. Nas onze jazidas que totalizam 89,39 hectares e que estão posicionadas nas proximidades do sistema adutor espera-se que seja apresentado um plano de recuperação para que os trabalhos possam ser liberados. Os custos para recuperação de cada hectare de área degradada estão estimados em R\$ 1.738,00 (EIA/RIMA, 2010).

O solo estocado deve ser colocado nas áreas de lavra para recomposição da vegetação nativa. Há possibilidade de que as cavas quando próxima ao sistema adutor possam ser aproveitadas como tanques (viveiros) para o desenvolvimento da piscicultura intensiva.

Com a retirada de grande quantidade de camada de solo fértil uma considerável área agrícola foi comprometida. Processos erosivos e assoreamento de cursos de água já foram desencadeados na área de influência indireta. Em alguns casos as vias de acesso serão danificadas e as propriedades agrícolas serão cortadas ao meio, caso não sejam implantados os pontilhões e passarelas, ficarão isoladas comprometendo a produtividade da propriedade. A previsão do EIA/RIMA (2010) é que novas estradas vicinais não sejam abertas aproveitando as estradas que já existem devendo ser umidificadas para amenizar a poeira.

O risco de encontrar fósseis ao longo do traçado do Trecho 1 é considerado alto. Na metodologia de trabalho adotado pela VBA (empresa responsável pelo estudo) foi estabelecido um programa de medidas mitigadoras a ser aplicada nas áreas consideradas fossilíferas. Para estabelecer um nível de probabilidade de ocorrência, em função do tipo de formação geológica, foi criado o conceito de risco paleontológico. Os riscos foram divididos em Nulo (rochas cristalinas), Baixo (Formações Brejo Santo, Mauriti e Arajara), Médio (Formação Abaiara) e Alto (Formações Santana, Missão Velha e Rio Batateiras). A maior parte dos fósseis da região é encontrada na Formação Santana que é subdividida nos membros Crato (calcários laminados), Ipubi (gipsita) e Romualdo (arenitos interestratificados).

Nas escavações é preciso considerar que pode ocorrer o Fator Subsuperfície, ou seja, os paleontólogos acreditam que as escavações podem ser iniciadas em formação de risco baixo e chegar a uma formação de risco alto, visto que as formações estão sobrepostas. De acordo com o EIA/RIMA (2010) devido principalmente ao Fator Subsuperfície foi adotado um criterioso programa de monitoramento onde todo material coletado será enviado para o Museu de Paleontologia da Universidade Regional do Cariri – URCA e/ou para o Centro de Pesquisas da Chapada do Araripe – CPCA/DNPM.

O risco de danos na riqueza arqueológica da região é considerado alto, tendo em vista que diversas áreas do traçado já foram identificados importantes sítios arqueológicos. Com objetivo de perceber o impacto da obra no patrimônio arqueológico da região foi elaborado um estudo que dividiu a região em três unidades: Unidade 1 (Alta vertente) posicionada entre as cotas de 600 a 1.000m de altitude corresponde a zona de impacto indireto com floresta úmida, fontes de água e rochas utilizadas como abrigo; Unidade 2 (Média vertente) posicionada entre as cotas de 450 a 600m de altitude, corresponde a área de impacto direto do CAC, era o local de circulação dos grupos indígenas para caça e coleta; Unidade 3

(Baixa vertente) posicionada abaixo da cota de 450m de altitude era o habitat pré-histórico dos grupos indígenas do Cariri (EIA/RIMA, 2010).

No eixo do canal nas áreas diretamente afetadas pelo CAC foram identificadas 14 ocorrências arqueológicas e dois sítios arqueológicos. Para obtenção da licença de instalação do empreendimento a recomendação no relatório final do diagnóstico arqueológico deve-se priorizar os dois sítios sendo submetidos a um estudo arqueológico mais aprofundado (sítio lítico em Jati e sítio lítico/cerâmico na Lagoa Encantada em Crato). Para o restante do traçado a recomendação é que sejam feitas prospecções através de sondagens no intervalo de 1 km para cada prospecção. Além disso, o Programa de Educação Patrimonial deverá ocorrer em todos os municípios atingidos pelo CAC (LIMAVERDE, 2013).

Na comunidade Poço Dantas, no distrito de Monte Alverne, em Crato (Média vertente) há remanescentes do grupo indígena *Kariri* que atualmente vem passando por um processo de autoreconhecimento. O EIA/RIMA revelou que nenhuma comunidade quilombola foi identificada nas imediações do traçado.

6.4 Relacionando o CAC aos aspectos sociais das comunidades atingidas

Durante a pesquisa em visita as comunidades atingidas em Crato e Barbalha observamos na paisagem a materialização do CAC e através da oralidade percebemos o sentido dado ao território. Histórias narradas pelos atingidos que vivem nos lugares. São esses lugares um espaço vivido rico em saberes e fazeres tradicionais onde as comunidades rurais habitam e são muitas vezes ignoradas pelo poder público e pelos planejadores de grandes projetos (PEREIRA, 2010).

Na comunidade Assentamento 10 de Abril uma extensa área de cultivo foi atingida diretamente pelo CAC. As famílias que vivem no assentamento não terão suas residências atingidas apenas áreas agrícolas coletivas e lotes individuais dos assentados. No local conversamos com os agricultores que fazem parte da Associação dos Produtores Rurais do Assentamento 10 de Abril.

Os camponeses dessa comunidade estão tentando reconstruir a sua produção de frutas e verduras que é comercializada em feira agroecológica de Crato. Explicam que além dos lotes individuais uma extensa área coletiva foi impactada pelo CAC atingindo um açude utilizado para irrigar as plantações e dessedentar o gado. Com a indenização os assentados construíram um pequeno barreiro que ainda está seco por falta de chuvas.

Questionado sobre o baixo valor da indenização eles explicam que a SRH notificou que os assentados não eram donos da terra, a terra era do governo e, portanto, tinha um valor abaixo do mercado. Os assentados perderam as matas, o açude, as cercas e as áreas de cultivo, mas o pior de tudo segundo eles é perder o sossego, pois com as estradas abertas cortando o assentamento está ocorrendo roubos das plantações e de madeira e uso do açude para lazer. Entendemos que há diferentes formas de uso e interesses na água que está em disputa, os expropriados lutam por água, mas também lutam por suas territorialidades, estão se movendo diante da descaracterização sociocultural e das transformações nas condições de sua existência.

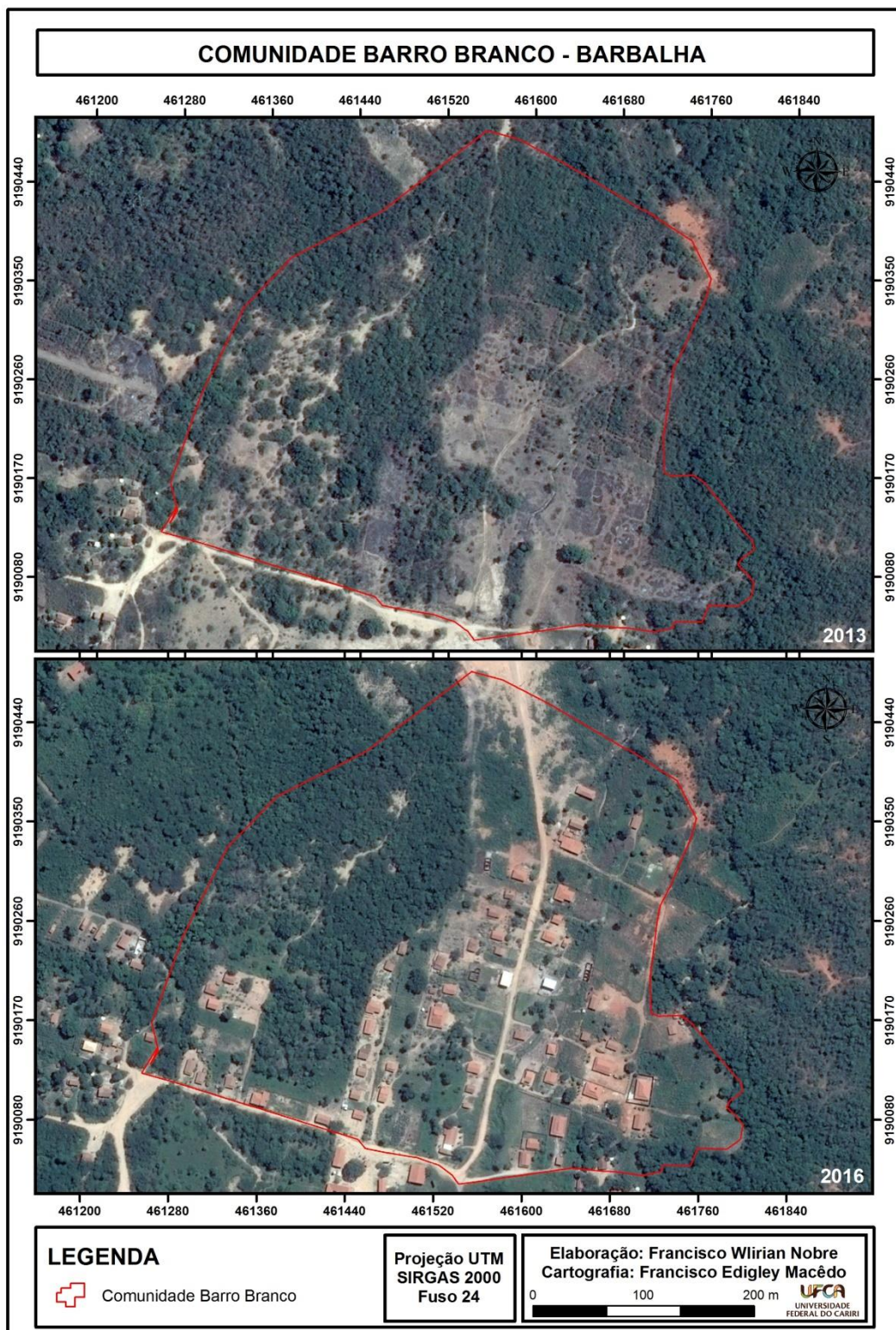
Figuras 20 21 – Área plantada com hortaliças no Assentamento 10 de Abril e açude do Assentamento 10 de Abril atingido pelo CAC



Fonte: fotografias do autor (2016).

Em Barro Branco, comunidade rural do município de Barbalha, praticamente todo o espaço residencial ocupado pela pequena vila foi destruído e os moradores tiveram todo o seu modo de vida transformado. O número de atingidos apresentado no EIA/RIMA (2010) informava um contingente de 27 famílias removidas no município de Barbalha, entretanto em conversa com as lideranças locais das comunidades de Barro Branco, Taquari e Araticum (Barbalha) confirmadas pelas imagens de satélite encontramos um número superior ao apresentado no documento. A figura 22 mostra a nova área ocupada pelas famílias do Barro Branco. Constatamos que em apenas três anos foram construídas cerca de 60 habitações em menos de mil metros quadrados.

Figura 22 – Nova área ocupada pelos atingidos de Barro Branco, Barbalha



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de imagens do Google Earth (2016).

Novas formas de viver no território de Barro Branco foram sendo desenvolvidas a medida que a população aceitava passivamente as mudanças. As transformações foram se processando a partir de novas relações sociais com a vizinhança, caminhos, trajetos diários, trabalho e lazer.

Figura 23 e 24 – Residências atingidas pelo CAC em Barro Branco e nova área de ocupação em Barro Branco, Barbalha



Fonte: fotografias do autor (2015).

Próximo à comunidade Barro Branco, na comunidade de Taquari, Barbalha, conversamos com representantes da Associação de Pequenos Agricultores do Taquari que me relataram haver um fluxo intenso de máquinas pesadas, desde 2015, devido a construção do túnel Arajara nas proximidades do local. A população reclamava de barulho e poeira. Cerca de 32 residências e uma creche serão removidas pela obra. Os moradores explicam que aproximadamente 19 famílias foram indenizadas. A creche foi fechada e os funcionários deslocados para outra localidade, mas a comunidade conseguiu desviar o canal de um cemitério infantil (casa dos anjos) que seria removido do local.

Figuras 25 e 26 – Residência destruída pelo CAC e Casa dos Anjos na comunidade Taquari, Barbalha



Fonte: fotografias do autor (2016).

Nessas condições é possível que problemas de saúde sejam agravados pelas novas condições espaciais proporcionadas pela vinda de centenas de trabalhadores de outras regiões. Os serviços de infraestrutura do setor de saúde nos pequenos vilarejos podem não dar conta da demanda por já estarem dimensionado ao atendimento da população nativa.

Assim como ocorreu na comunidade Barro Branco e Taquari, em Barbalha, a falta de informação principalmente sobre os impactos que podem ser provocados na operacionalização dos trabalhos deixa as comunidades aflitas. Os desmatamentos, as escavações no relevo, os cortes no terreno, a produção de aterros, o intenso tráfego de máquinas e veículos, as operações da usina de concreto e central de britagem e as explosões de terrenos rochosos produzirão poeira, ruído e vibrações sísmica comprometendo a qualidade do ar e a saúde da população.

Na comunidade Poço Dantas, distrito de Monte Alverne em Crato, conversamos com os atingidos que são descendentes dos índios Cariris e se encontram em processo de autoreconhecimento. Os atingidos reclamam da falta de informação, do baixo valor pago nas indenizações e do desprezo por parte do Estado aos atingidos. Receberam a indenização por uma determinada área do terreno, mas ao passar a cerca delimitando o canal a área de domínio da obra foi ampliada atingindo outras áreas do terreno que não foi contabilizada nas indenizações.

Os atingidos reclamam do baixo valor pago nas indenizações e da negação de poder usar a madeira do desmatamento descumprindo o que está prescrito no EIA/RIMA. Alguns ficaram sem água, pois algumas famílias são abastecidas com água de cisterna através e como tiveram suas instalações destruídas não tiveram direito a outra, pois de acordo com os

órgãos que executam o programa de cisterna quem consta como possuidor de uma não pode adquirir outra. A solução para alguns foi utilizar água do próprio canteiro de obras que se localiza a cerca de dois quilômetros da pequena vila. Esse fato revela também a falta de comunicação entre as políticas públicas.

Figuras 27 e 28 – Cerca delimitando o CAC ao lado de uma casa e cisterna destruída para execução do CAC, em Poço Dantas, Crato



Fonte: fotografias do autor (2016).

Segundo os atingidos de Poço Dantas no início a chegada da obra foi bom, pois gerou emprego na região, mas com a obra parada os impactos negativos vinheram à tona. Na cláusula do contrato da SRH com as empreiteiras a previsão é que a mão de obra seja do próprio local. Mas os empregos gerados são temporários e com o término das obras ocorrerá desemprego e desaquecimento da economia local.

Sem terra e agora sem emprego ocorre uma desorganização socioeconômica. Sobre esses aspectos o próprio EIA/RIMA reconhece que o choque cultural e econômico nas áreas diretamente atingidas será irreparável.

Do conjunto de impactos que surgem desse contato, pode-se prever os seguintes: geração de mini-inflação, dado o aumento da demanda por bens e serviços na região, sem a devida contrapartida da oferta; provável ocorrência de choques culturais entre os costumes nativos e os dos recém-chegados, com reflexos sobre as relações familiares e sociais; pressão de demanda sobre o conjunto de serviços públicos existentes, dimensionados apenas para o atendimento da população local; interferência no mercado de trabalho da região, através da oferta de cerca de 5.000 empregos para mão-de-obra não qualificada com salários superiores aos vigentes provocando a evasão da mão-de-obra dos setores produtivos tradicionais e dinamização da economia regional, devido aos gastos com pagamentos de salários, aquisição de material de construção, madeira para confecção de escoramentos, explosivos e gêneros alimentícios para a alimentação dos trabalhadores engajados na obra, entre outros. (EIA/RIMA, 2010, p.150).

Sobre os impactos no ambiente a previsão é que seja criada uma estrutura de gestão ambiental com participação das comunidades para recuperar as áreas degradadas. Todas as informações referentes à execução da obra devem ser repassadas para as populações atingidas. Isso é previsto no Programa de Comunicação Social proposto no EIA/RIMA (2010) cujo objetivo é prestar todas as informações e a manutenção de um contato mínimo entre o órgão empreendedor e os atingidos. A elaboração de material informativo, cartilhas, palestras, uso das mídias locais e convocação para as reuniões deverão ficar a cargo da SRH.

Em nossa pesquisa de campo a falta de informação sobre o andamento da obra foi praticamente um consenso nas falas dos atingidos, mas os propositores argumentam que até a aprovação do CAC em 2011 todas as instâncias consultivas do Estado (conselhos, comitês e câmaras técnicas) foram ouvidas e aprovaram o empreendimento. Os propositores explicam que inúmeras organizações, movimentos sociais e os municípios que estão posicionados no traçado do Trecho 1 também foram consultados.

Entre os espaços de discussão do tema destacamos os comitês de bacia que são instrumentos amplamente divulgados pelo Governo do Estado como um espaço de participação política. cremos que se este é o objetivo dos comitês enfatizamos que ainda não foi alcançado, pois constatamos em visitas de campo que os comitês de bacia são instrumentos limitados à participação popular. Isso ocorre por inúmeros motivos um deles é o próprio desconhecimento da população.

Nas reuniões do Comitê da Bacia do Salgado ficou claro que as discussões que interessam o Estado predominam nas pautas. Verificamos as atas das reuniões de 2012 e 2013 quando se instalava o CAC na região e percebemos que houve algumas discussões sobre a obra, entretanto foram discussões superficiais sempre com um teor positivo. Na reunião de dezembro de 2016 (Figura 29), por exemplo, questionados durante a assembleia sobre os impactos nas comunidades atingidas o representante da SRH afirmou que tudo isso já foi debatido em audiências públicas que trataram exclusivamente da obra.

Figura 29 – Reunião do CBH - Salgado

Fonte: fotografia do autor (2016).

Em entrevista Yarley Brito reconheceu que a população atingida é ignorante em relação ao comitê de bacia e comentou sobre alguns conflitos entre técnicos e população atingida.

[...] o empoderamento disso é ainda fraco, a sociedade tem que buscar isso de forma organizada, eu vejo assim, agora assim, que não se desgaste [...] porque muitas dessas discussões faltam uma base técnica, [...] pra não falar uma coisa que fere o técnico [...] tem coisa errada, mas que você pode ir pro cerne da questão e o cara lá não ter defesa, [...] essa que eu acho que é o aspecto importante da discussão [...] (YARLEY BRITO, 2016).

Yarley Brito entende que as comunidades atingidas devem concentrar esforços e se organizarem para que mitiguem os impactos e lutem para ter acesso à água. Mas o que os atingidos reivindicam, mesmo que as medidas de proteção ambiental sejam adotadas e os recursos do programa de compensação ambiental sejam efetivamente aplicados, é que a grande concentração de impactos socioambientais nos meios antrópicos, bióticos e abióticos na área de influência direta e indireta são irreparáveis.

O EIA/RIMA prevê a criação de uma estrutura de Gestão Ambiental, com participação das comunidades atingidas, como forma de garantir que as medidas de recuperação e proteção sejam efetivamente cumpridas. A implantação de planos e programas ambientais na fase de operação do empreendimento ficará sob responsabilidade da Cogerh.

A agricultura familiar será a atividade mais impactada. No Trecho 1 a previsão é que uma área de aproximadamente 7.385 hectares sejam inseridas na atividade hidroagrícola. Apesar de uma participação ainda pequena o setor da fruticultura vem aumentando na região.

A cana-de-açúcar que já foi uma das culturas mais cultivadas vem sendo estimulada através do Governo do Estado.

Essas recentes modificações observadas no território do Cariri estão inseridas no contexto da política de reestruturação produtiva do Ceará em que o Cariri ocupa uma posição de destaque (ELIAS; PEQUENO, 2013). O CAC funciona como fio condutor para que novos agentes produtores do espaço agrário caririense entrem em cena acirrando as desigualdades socioespaciais produzindo graves consequências a questão hídrica na região.

7 BAIXIO DAS PALMEIRAS: MEMÓRIAS, CONFLITOS E RESISTÊNCIAS

*“Aqui é bom demais e você quer saber de uma coisa –
Eu não troco o Baixio nem pelo céu, aqui é melhor
de que o céu porque eu não conheço o céu.”*
(Sr. Assis Santos)

7.1 O (re)encontro do lugar na configuração da pesquisa

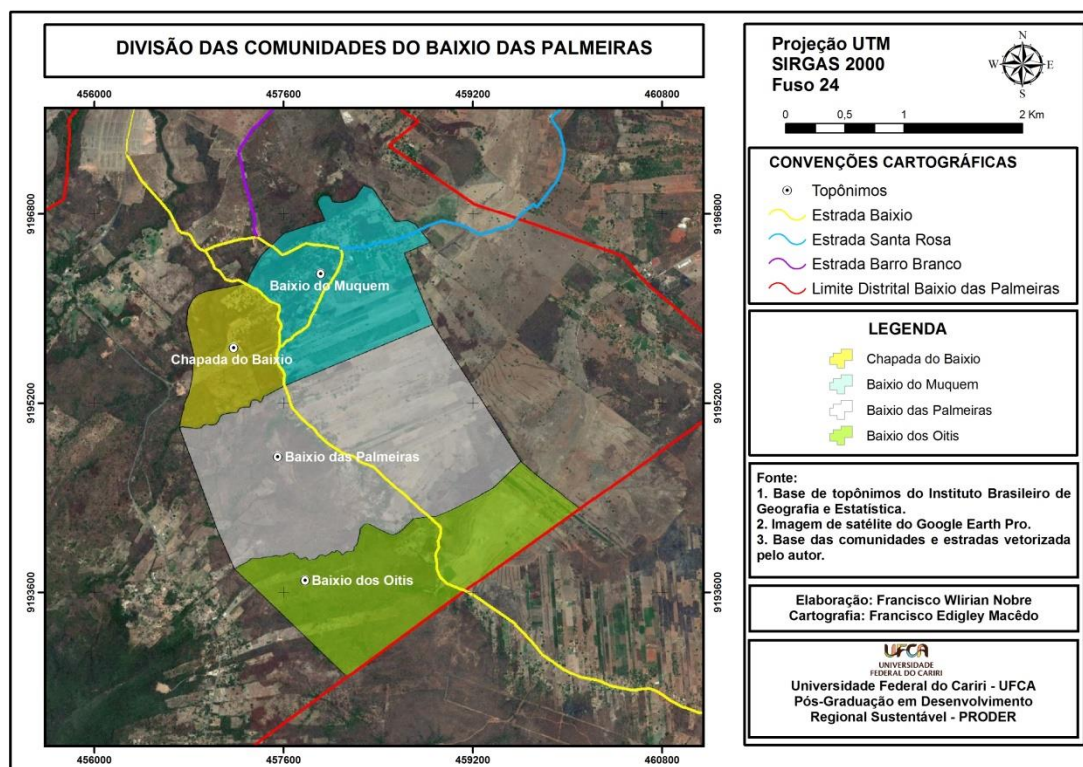
Durante a pesquisa diferentes caminhos metodológicos se apresentaram como possibilidade de investigação, mas à medida que nos aproximávamos dos sujeitos e do território pesquisado fomos mirando as nossas lentes e sentindo que as propostas etnográficas foram se sobressaindo como o método mais coerente ao nosso propósito teórico.

Repousamos nossa atenção nos atingidos pelo CAC, camponeses em sua maioria, homens e mulheres com fascinantes histórias de vida. Pesquisamos e experienciamos suas vidas, vidas complexas e vividas com muitos sacrifícios, vidas em que atualmente se processam profundas mudanças em seus espaços de existência. Pesquisamos e vivemos, observamos e fomos observados, fomos sujeitos entrevistando sujeitos, descrevemos nossas próprias subjetividades nos propondo a fazer uma ciência mais humana.

Seguimos as rotinas metodológicas com utilização de instrumentos próprios da etnografia sem perder de vista o caráter construtivista da pesquisa (GEERTZ, 2012). Envolvemo-nos em estruturas socioespaciais estranhas, incoerentes e sobrepostas e conseguimos captar parte das experiências e manifestações sociais desencadeadas com a chegada do CAC.

Neste capítulo optamos inicialmente em abrir nossas reflexões sobre o território pesquisado. O Baixio das Palmeiras é um distrito do município de Crato constituído por dez comunidades rurais. É neste território onde haverá a maior concentração de atingidos pelo CAC, principalmente em quatro comunidades: Baixio das Palmeiras (sede do distrito), Chapada do Baixio, Baixio do Muquém e Baixio dos Oitis. Isso nos motivou para a escolha desse território.

Figura 30 – Divisão das comunidades no Baixo das Palmeiras



Fonte: Elaborado pelo autor.

As comunidades pesquisadas estão posicionadas na zona de pediplano constituindo uma depressão com altitude média de 400 metros. Morfologicamente são caracterizadas por vales e tabuleiros aplainados nas proximidades da Chapada do Araripe. As residências estão posicionadas nas margens de uma estrada carroçal que liga o município de Crato a Barbalha, sendo que na porção oeste da estrada, numa linha que acompanha a Chapada do Araripe, estão as áreas de matas nos tabuleiros aplainados e na porção leste estão as áreas agrícolas.

Na área pesquisada há grande riqueza paleontológica nos riachos que brotam na encosta da Chapada do Araripe e derramam matéria orgânica e sedimentos para as áreas de cultivos posicionadas na extensa área de vale. Em trechos de mata nativa foram diagnosticados sítios arqueológicos onde já foram encontrados material lítico, cerâmicas e urnas funerárias.

De acordo com Brito (2016) essas comunidades, assim como as demais do distrito localizadas na encosta da chapada, são consideradas comunidades tradicionais. A população possui descendência de pessoas escravizadas e indígenas além de serem formadas a partir de

fenômenos sociais como o cangaceirismo, o messianismo popular e as correntes migratórias promovidas pelas grandes secas.

A produção agrícola é a base econômica apresentando uma produtividade bastante diversificada. No Baixio dos Oitis os agricultores produzem em áreas de sequeiro pagando renda pelo uso da terra. Cultivam principalmente milho, feijão, fava e macaxeira. Em nossa pesquisa encontramos várias vezes agricultores dessa comunidade percorrendo as estradas do distrito em bicicletas ou carroças puxadas por animais comercializando sua produção. Vendem feijão verde, macaxeira, meluí, cajá, e diversos tipos de hortaliças.

Nessa comunidade conversamos com Raimundo Teles, chamado de Mundim, 54 anos, nascido na comunidade e casado com Neide Sabino há 30 anos, ambos criaram os três filhos e hoje com os netos se inserem num contexto de resistência contemporânea ao modo de vida camponês. Em frente à casa isolada no meio das matas passa o riacho do Oitis com uma mata ciliar formada por árvores nativas e dezenas de fruteiras plantadas por ele. O ambiente era muito agradável, ouve-se o canto dos pássaros na densa mata atrás da casa, os bodes, cabras e galinhas se espalhavam pelo terreiro. Ao observar esse cenário imaginamos que a mesma cena descrita nessa paisagem pode ser narrada por dezenas de outros camponeses que serão desterritorializados pelo CAC.

Sobre a vida naquele espaço perguntamos a Mundim como era morar ali, longe da estrada e dos outros moradores da comunidade: [...] “rapaz aqui é bom demais, aqui é tranquilo longe da estrada e pro caba criar (animais) é bom demais.” (MUNDIM, 2016). Sobre a funcionalidade do sistema de arrendamento imposto pelo dono da terra aos camponeses do Oitis:

[...] de primeiro, quando nós era mais novo era o eito, que era dois dias, (para o dono da terra), aí depois se acabou os eitos aí nós ficamos pagando renda, 100 quilos por tarefa, [...] aí agora depois de um tempo desse pra cá passou pra dois sacos, ainda hoje tá os dois sacos [...] a renda é só do milho, se você plantar milho e fava você só paga a renda do milho, da fava não paga [...] mas toda vida eu criei uns bichinhos (galinha, carneiro, porco) porque se for depender só desses ganhos não dá né. (MUNDIM, 2016).

Além da produção por arrendamento e da criação de animais Mundim possui outras estratégias de resistência à territorialidade camponesa como o cultivo de fruteiras, principalmente a siriguela, e a venda de hortaliças. Assim como outros camponeses, Mundim percorre as comunidades comercializando verduras e hortaliças numa carroça puxada por um burro.

Em outra comunidade, na Chapada do Baixio as áreas agrícolas vêm reduzindo a cada ano devido principalmente a venda de lotes de terras para a construção de casas de segunda residência. Conversamos na comunidade com o Senhor José Cícero Braz, 49 anos, conhecido como Zé de Teta, o agricultor é uma das lideranças mais ativas do distrito e um profundo conhecedor das comunidades pesquisadas. Zé de Teta, casado, pai de três filhos, todos casados, vive da agricultura cultivando em seu quintal e arrendando outras áreas, mas sempre que possível se vira com outros serviços como complemento da renda familiar. Apesar do profundo amor com o trato pela terra ele explica que a produção camponesa passa por enormes desafios:

[...] hoje em dia tá difícil viver da agricultura porque no ano eu teria que produzir pelo menos 300 quilos de arroz, no mínimo 150 quilos de feijão, no mínimo cinco sacos de milho por ano, para minha alimentação básica [...] aqui se produzia o ovo e a galinha e se produzia o porco, mas não produzia o café aí tinha que vender pra comprar, mas aí já seria uma troca. Por isso que eu digo que a agricultura hoje está em crise, porque falta o algodão, falta a mandioca, falta a cana (de açúcar), falta a terra que está sendo ocupada e a própria mão de obra. (ZÉ DE TETA, 2016).

Figuras 31 e 32 – Agricultor colhendo milho e quintal produtivo do Senhor José de Teta



Fonte: fotografias do autor (2016).

A comunidade do Muquém, assim como a Chapada, apresenta um contexto de relações sociais de grandes transformações na territorialidade camponesa. De acordo com o senhor Assis Nicolau a produção agrícola vem caindo a cada ano, apesar disso, a Associação Rural do Baixio do Muquém vem desenvolvendo um trabalho de resgate e incentivo a agricultura camponesa através do projeto Casa de Farinha Mestre Zé Gomes. A proposta surgiu quando o senhor José Gomes, 98 anos, fez a doação de sua casa de farinha para a associação da comunidade com objetivo de preservar a mesma e dar continuidade ao seu trabalho anual de fazer a “farinhada”.

Ano passado teve essa conversa com a família, fizemos uma comissão, fizemos um projeto pra revitalizar (a casa de farinha) [...] nós vamos voltar a incentivar a produção de mandioca aqui no distrito, porque Seu Zé Gomes já tem 98 anos e apesar de todo ano fazer uma prensa de mandioca ele já está bem idoso e disse que queria que a casa de farinha não parasse. Então, ele teve a boa vontade de fazer essa doação e nós vamos botar pra frente. Estamos conversando com as associações parceiras e os conselhos de base (do Sindicato dos Trabalhadores Rurais) e vamos vê se aumenta o plantio pra todo ano continuar fazendo essa farinhada, mas a casa de farinha também é pra ficar lá como um museu, uma coisa pro povo mais novo ir lá vê como era o sistema de trabalho antigamente. (ASSIS NICOLAU, 2016).

Figuras 33 e 34 – Conversa entre o Senhor José Gomes e Assis Nicolau e casa de Farinha Mestre Zé Gomes



Fonte: fotografias do autor (2016).

O projeto da casa de farinha é uma tentativa de reduzir os impactos provocados pelo intenso processo de transformação desencadeado pela substituição de áreas agrícolas por loteamentos urbanos e chácaras. Entre as comunidades pesquisadas o Muquém é aquela que se urbaniza mais intensamente. Para o senhor Assis Nicolau quase todas as famílias tradicionais do Muquém possuem terra para morar com pequenos quintais produtivos que garantem uma pequena produção para subsistência. A produção para comercialização era realizada através do arrendamento de outras áreas, mas com a redução dos territórios agrícolas a atividade está em crise.

Os mais novos aqui não querem trabalhar na agricultura [...] Aqui se você quiser um caba novo pra trabalhar numa roça você não acha, é muito difícil, só mesmo os mais velhos que trabalham [...] a previsão não é muito boa para dar continuidade a agricultura daqui, não vejo com muita esperança. O problema também são as terras, antigamente o caba tinha uma propriedade e arrendava pro agricultor daqui e hoje em dia eles estão loteando ou então planta capim pro gado. (ASSIS NICOLAU, 2016).

Entre as comunidades pesquisadas a sede do distrito (Baixio das Palmeiras) apresenta uma produção diversificada, mas vem diminuindo a cada ano. Para o senhor José

Macêdo as terras estão sendo ocupadas por capim e a pecuária substituiu a produção de mandioca e algodão que no passado eram as principais culturas cultivadas nessa comunidade.

Com essas informações preliminares e com ajuda das associações, sindicato, escola, agentes de saúde e demais lideranças locais constatamos que o arrendamento de terra para produção e o cultivo em quintais predomina na Chapada, Oitis e Muquém. No Oitis a maioria da população não é proprietária da terra, mas há grande quantidade de trabalhadores na agricultura que recebem diária de outros produtores. No Muquém e na Chapada é visível a transformação no modo de vida camponês, apenas os mais velhos resistem a atividade. Na comunidade Palmeiras o acesso a terra proporciona uma maior produtividade e diversidade. Sintetizamos essas informações na tabela 7 como tentativa de traçar o perfil socioeconômico e a densidade populacional das comunidades pesquisadas.

Tabela 7 – Perfil socioeconômico das comunidades pesquisadas

Comunidade	Número de famílias em que predomina renda da agricultura	Número de famílias em que predomina renda de outras atividades	Total de famílias por comunidade
Palmeiras	29	58	87
Muquém	22	90	112
Chapada	14	54	68
Oitis	35	6	41

Fonte: elaborado pelo autor.

Com o acesso a novas políticas de crédito para os pequenos agricultores as pequenas propriedades agrícolas investem em captação de água subterrânea e sistemas de irrigação para o plantio. Identificamos pelo menos nove áreas irrigadas; cinco nas Palmeiras com cultura variada (goiaba, banana, laranja, jerimum, mamão, etc); uma no Oitis (feijão, maracujá, mamão); e três no Muquém (milho, feijão, goiaba, maracujá, capim, sorgo, etc).

Percebemos que o direito privado a água vem se constituindo como uma prática comum nas comunidades pesquisadas. O abastecimento humano passou a ser realizado nas últimas décadas por empresas exclusivas para esses fins como o Sisar (Sistema Integrado de Saneamento Rural) e a Saaec (Sociedade Anônima de Água e Esgoto do Crato). Tais sistemas impõem novos arranjos territoriais de uso da água nas comunidades.

Na comunidade Palmeiras o abastecimento de água é realizado pelo Sisar e teve início em 2000 quando foi cavado um poço profundo (poço tubular). Conversamos com o senhor Fábio Siqueira, morador no local e operador do sistema, que atua nessa função desde o

ano de 2004. No início a Associação Rural do Baixio das Palmeiras administrava o abastecimento de água, mas em 2004, a entidade passou a administração para o próprio Sisar ficando apenas o senhor Fábio Siqueira como responsável para fazer as leituras dos hidrômetros, entregar os boletos aos usuários, adicionar cloro a água, encher a caixa d'água e fazer os reparos na rede de abastecimento.

Todo dia ligo a bomba as cinco e meia da manhã e fica até 11 horas da manhã ligada [...] é o tempo que a caixa leva pra encher [...] Esse poço nunca baixou a água mas parece que esse ano vai dar uma baixadinha por causa da seca [...] O poço parece que é 120 metros mas a profundidade que a bomba tá é 50 metros [...] só é 12 varas de cano e os canos é só de 4 metros, então só dar 48 metros de profundidade [...] A água é de boa qualidade e eu mesmo faço tratamento com o cloro mas todo mês eles vêm fazer a análise da água e todo ano o Sisar faz um treinamento para todos os operadores. (FÁBIO SIQUEIRA, 2016).

De acordo com o senhor Fábio Siqueira o número de usuários caiu desde a sua instalação. O sistema chegou a ter 84 usuários e atualmente há 63, sendo 12 no Oitis, 2 no Muquém e 49 no Baixio das Palmeiras. A grande maioria dos usuários possui outra fonte de abastecimento por considerarem que a “água do Sisar” é cara e não é de boa qualidade. Sobre o consumo e a qualidade da água o senhor Fábio Siqueira explica que:

[...] realmente as vezes alguns consumidores reclamam da água que tem um tipo de sal branco e as vezes também reclamam do preço quando tem um aumento, mas é só ter cuidado pra não gastar muito [...] o consumo mínimo é dez mil litros [...] consumindo 10 mil litros por mês você paga em média 22 reais, que são 17 da água, 2,50 do operador e 2,50 de taxa administrativa [...] (FÁBIO SIQUEIRA, 2016).

Atendendo a solicitação dessa pesquisa o senhor Fábio Siqueira, gentilmente, fez a leitura do hidrômetro instalado na caixa d'água durante quatro dias da primeira semana do mês de junho de 2016 e verificou que o consumo teve variação entre 31 a 35 mil litros/dia. Considerando uma média de 33 mil litros/dia se dividirmos o consumo diário total pelos 63 usuários temos um consumo médio por família de 523,8 litros diários. Analisando os cálculos com uma média de quatro pessoas por família usando essa água obtemos um número de 130 litros/dia por pessoa. Índice considerado alto pela ONU. O senhor Fábio Siqueira lembra que praticamente todos os 63 usuários possuem outra fonte de abastecimento e que o consumo nos meses “quentes” a partir de agosto aumenta bastante.

Na Chapada do Baixio conversei com Expedito Oliveira que há 15 anos trabalha como operador da Saaec no poço tubular da comunidade. 36 famílias da Chapada e mais 14 do Muquém são beneficiadas com o abastecimento pagando uma tarifa que custa em média R\$ 10 reais. Ficamos questionando sobre a possibilidade de uso abusivo da água devido a

ausência de hidrômetros⁴² e pelo baixo valor das tarifas. Mas o operador do sistema assim explica:

Tem gente que reclama porque não tem água o dia todo, mas eu vou controlando [...] quando eu vou entregar a conta eu aviso – olhe, evite o desperdício que a seca tá chegando de novo e nesses meses quente aí o caba não pode tá desperdiçando água não [...] As águas é para o consumo de casa, não é pra tá agoando planta ou capim porque se a Saaec souber ela manda cortar [...] aqui todo mundo é só para o consumo de casa [...] outra coisa é que não pode tá estocando água, isso não pode, uma vez me falaram que na seca (es)tavam butando água numa cisterna aí eu fui lá conversar porque não pode [...] Então desperdício aqui não tem, porque aqui e acolá eu falo com os usuários, se estourar alguma tubulação eu logo faço os reparos porque eu sempre tô por aqui [...] é raro eu sair daqui porque eu não gosto de deixar o meu setor de serviço. (ESPEDITO OLIVEIRA, 2016).

O poço foi cavado em 1991 e o reservatório tem capacidade para 50 mil litros. A água é de boa qualidade e para manter um uso controlado o operador utiliza há anos uma estratégia de liberar água das seis horas da manhã até o começo da tarde. A sensibilidade da população em relação ao uso consciente da água se explica pelo fato de que a comunidade não possui outras fontes de água e dependem exclusivamente desse poço.

No Muquém praticamente todos os moradores usam água de um poço tubular cavado na década de 1980. Na época foram construídas duas caixas pequenas ao lado do poço e uma lavanderia pública. No ano de 2002 a Saaec passou a gerir o poço e hoje mais de 60 famílias utilizam água desse poço. Conversamos com Marivaldo, conhecido como Nenem, que desde 2002 trabalha como operador na comunidade.

Nenem abre o registro de distribuição as seis horas da manhã, no mesmo horário liga a bomba para abastecer a caixa d'água de 20 mil litros ficando ligada até as onze horas da manhã. Nenem reclama da pouca capacidade de armazenamento da caixa d'água para abastecer a comunidade e de outra caixa d'água que fica na escola com péssimas condições de infraestruturas, inclusive com vazamentos. Explica que até o momento não houve redução no nível da água que abastece a comunidade, mas a quantidade de poços tubulares cavados nos últimos anos preocupa.

Na comunidade Baixio dos Oitis, de acordo com o morador Raimundo Teles, a água é rasa e de boa qualidade, mas não há muitas cacimbas e poucos moradores possuem cisternas. A maioria era abastecida por água do poço do Sisar, da comunidade Baixio das

⁴² O uso ou não de hidrômetros tem provocado acalorados debates entre a Saaec e os usuários. Não há consenso entre os moradores, mas de acordo com as principais lideranças o uso seria justo como forma de controlar o uso abusivo. Na Chapada apenas dois usuários possuem hidrômetros em sua rede, isso porque instalaram o sistema recentemente e no Muquém também operado pelo sistema, apenas a escola, o posto de saúde e caixa d'água de distribuição possuem.

Palmeiras, recentemente um poço tubular foi cavado e praticamente todos os moradores estão sendo abastecidos por ele. Como está em fase de transição não conseguimos dados precisos sobre o número de usuários do novo sistema de abastecimento no Oitis. Apesar das quatro comunidades possuírem água encanada as famílias possuem outras formas de abastecimento que estão sintetizadas na tabela 8.

Tabela 8 – Sistemas hídricos nas comunidades pesquisadas

	Palmeiras	Muquém	Chapada	Oitis
Poço profundo	6	9	2	2
Cacimbão	10	8	-	1
Cacimba	32	12	1	8
Olho d'água ⁴³	15	5	1	4
Cisterna	3	4	8	3

Fonte: Elaborado pelo autor.

No passado poços e pequenos açudes eram usados de forma compartilhada entre os agricultores para irrigar suas plantações. Ainda hoje algumas propriedades mantem o modelo tradicional de irrigação. Identificamos, por exemplo, uma área de aproximadamente 40 tarefas com produção de banana na propriedade do senhor José Mendes. A irrigação utilizada é uma das mais antigas do mundo realizada através da gravidade do terreno feita em levadas (sulcos) nos solos argilosos. O proprietário mantém um funcionário exclusivamente para soltar a água nas levadas que se espalham no bananal, é o levadeiro.

⁴³ A grande maioria dessas pequenas fontes estão degradadas, algumas foram transformadas em cacimba e outras já não jorram água.

Figura 35 e 36 – Irrigação de banana em levada e Olho d'água no Baixio das Palmeiras



Fonte: fotografias do autor (2016).

Apesar da redução do uso coletivo da água em cacimbas e riachos, em detrimento do uso privado e individual, nos deparamos com algumas situações de uso comunitário da água em pequenas fontes e cacimbas praticada entre familiares e vizinhos. Ainda hoje a prática de “desgotar” a cacimba é um momento lúdico em que os camponeses se reúnem em mutirão, normalmente nos fins de semana, para limpar as cacimbas. Haesbaert (2015) ajuda a pensar sobre essas práticas de vivência comunitária advertindo que o ato de reunir um grupo de amigos para um trabalho coletivo é uma forma de confraternização com seus semelhantes e com os elementos essenciais para a sua vida como a água.

Figura 37 – Desgotamento de cacimba



Fonte: fotografia do autor (2016).

As imagens revelam as contradições das relações capitalistas no campo. Há em curso uma intensificação do processo de apropriação privada da terra⁴⁴ e da água, mas, simultaneamente, ocorrem ações de resistência ao modelo dominante em que esses elementos são usados e geridos de modo comunitário. Os povos indígenas, quilombolas e comunidades camponesas disputam um novo sentido do conceito de território, como sugere Porto-Gonçalves (2015), os territórios para esses povos não existem sem os seus sentidos, ou melhor, sem as suas territorialidades.

É através dos múltiplos sentidos dado ao território que refletimos sobre as transformações no território pesquisado. Entender essas (des)conexões nas territorialidades dos habitantes do Baixio das Palmeiras só foi possível a partir da experiência etnográfica, ao entrar no universo do outro, fazer uma imersão no ambiente e sentir estranhamento mesmo quando não é estranho ao território.

7.2 Espaço vivido, territórios simbólicos e modo de vida camponês

Acreditamos que a maneira mais precisa de compreender a pesquisa que nos propomos foi optar pelo tom pessoal relatando nossa experiência como pesquisador e a relação com o espaço pesquisado. Encontramos o significado da pesquisa quando nos deixemos levar pela subjetividade dos atingidos, seu modo de vida e seu espaço vivido e percebido.

Na nossa pesquisa o ponto de partida é o Baixio das Palmeiras, um lugar que projetou de modo consciente ou inconsciente a trajetória da pesquisa. Durante o percurso nos tornamos parcialmente reféns desse lugar, com encontros e desencontros, erros, gafes, decepções, entrevistas frustradas e descobertas inesperadas em locais ocasionais. Mantivemos uma relação de proximidade-distanciamento perseguindo os rastros que eram tênues no início, mais depois se tornaram densos (KOFES, 2001).

Começamos a pesquisa de campo observando atentamente o dia a dia das pessoas. Em diferentes dias da semana caminhamos sem destino buscando aguçar os sentidos. A proximidade das quatro comunidades facilitou a busca. Fomos conduzidos pela dinâmica dos moradores do Baixio das Palmeiras, fomos à feira⁴⁵ com eles, as roças, as rezas, as reuniões.

⁴⁴ No próximo tópico trataremos em detalhes com a experiência da casa de sementes crioulas do Baixio das Palmeiras.

⁴⁵ Ir a feira do Crato, uma das mais tradicionais da região do Cariri, é um velho hábito dos agricultores, apesar das transformações na dinâmica campo cidade ir à feira hoje não tem como objetivo a compra ou venda de mercadorias, significa se encontrar com os compadres e comadres.

Essa atitude significava colocar em funcionamento o princípio da arborescência (BEAUD; WEBER, 2007).

No ônibus que transporta os moradores para a cidade de Crato percebemos o choque de geração, velhos com chapéus e sacolas de feira conversando sobre as coisas da roça e jovens em silêncio, ouvindo seus iPhones desinteressados dos assuntos da roça. Sentimos os diferentes odores, as conversas, o moderno, o tradicional, tudo se misturava, isso revela a nova relação entre o par dialético campo-cidade e o processo de transformação a que esse espaço vem se submetendo nos últimos anos.

Nos dias subsequentes nos aproximamos das principais lideranças de cada comunidade, conversamos, percebemos e ouvimos membros de associações comunitárias, sindicalistas, agentes de saúde, professores, etc. Não determinamos um grupo específico para as entrevistas, mas com o avanço das observações percebemos que era importante que os nossos interlocutores não se limitassem a determinadas organizações ou grupo de pessoas. Conversamos, entrevistamos e convivemos com jovens, adultos, idosos, agricultores, homens, mulheres, atingidos ou não.

Sobre a história das comunidades fomos orientados pelas lideranças-informantes a conversarmos com os moradores mais velhos. Como boa parte dos nossos interlocutores já são conhecidos priorizamos uma relação natural em nossos primeiros encontros como forma de deixá-los mais livres para o diálogo.

Fizemos entrevistas exploratórias, destaquei alguns temas, anotei assuntos recorrentes e fizemos pontos de ligação. Confrontando as narrativas dos nossos interlocutores supomos que o processo de formação territorial dessas comunidades ocorreu a partir do final do século XVIII. Nesse período o crescimento da vila de Crato era lento mas o desejo de apropriação das nascentes de água na encosta da Chapada estimulou a criação de engenhos de cana-de-açúcar.

A pesquisa de campo durou praticamente seis meses⁴⁶ ao longo de 2016. Conversamos com os mais velhos, em especial as mulheres. Mantivemos contato com essas mulheres e à medida que avançávamos nas pesquisas não tínhamos dúvidas de que seriam as principais interlocutoras para compreender as características históricas e culturais desse território. É claro que os homens mais velhos que insistem no seu modo de vida tradicional foram informantes essenciais, mas foram as avós e bisavós com seus conhecimentos dos

⁴⁶ É um período curto para uma pesquisa etnográfica, foram muitos fatos apenas sugeridos e outros que ganharam relevância, por isso situamos a nossa trajetória investigativa nos sujeitos atingidos pelo CAC.

lugares e das pessoas e suas experiências como professoras, rezadeiras, meiseiñheiras e parteiras que forneceram as informações mais valiosas para a pesquisa.

Para entender o contexto histórico, cultural e social da pesquisa escolhemos, com a contribuição, dos nossos informantes iniciar a conversa com Dona Mercê no Baixio do Muquém e com Dona Julieta no Baixio dos Oitis. Tivemos discussões iniciadas, marcadas, interrompidas, desmarcadas, enfim, os contratempos fazem parte do percurso. Explicamos que era algo sério e percebemos que elas ficavam entusiasmadas com a conversa. À medida que adentrava na vida de nossas interlocutoras fomos nos reencontrando com o Baixio das Palmeiras, as lembranças delas pareciam as nossas próprias lembranças. Compartilhamos com elas o amor pela terra e a solidariedade dos habitantes nesse território.

Maria das Mercês Nunes, conhecida como Dona Mercê, 89 anos, é moradora desde que nasceu no Baixio do Muquém. Sua mãe Isabel Nunes deixou um enorme legado cultural para a comunidade; organizava lapinha, reisado, pastoril e diversas manifestações culturais. Dona Mercê com enorme lucidez adora contar história e recitar poesias falando do passado com enorme riqueza de detalhes. Sempre estava sentada no alpendre de sua casa, as vezes passeando calmamente pelo seu belo jardim, observa as flores, explica os nomes das plantas e suas funções terapêuticas. Ficamos encantados com as histórias de Dona Mercê e depois de muitas conversas revelou que mantém um caderno guardado “a sete chaves” com suas histórias escritas por ela mesma. Explica que os seus familiares insistem para publicar as histórias, mas ela resiste e diz assim: “[...] depois que eu morrer façam o que quiser com o caderno, mas por enquanto deixe ele guardado.” (DONA MERCÊ, 2016).

Os encontros com Dona Julieta ocorreram na sua residência no bairro Vila Lobo na periferia do Crato. Com 79 anos, Dona Julieta foi uma das professoras mais notáveis do distrito de Baixio das Palmeiras. Assim como Dona Mercê a vivência com Dona Julieta foi essencial para pesquisa. Foram as entrevistas com essas mulheres que descobrimos pistas importantes sobre o processo de povoamento desse espaço. Nos acolheram com amabilidade, nos forneceram pistas importantes sobre a leitura do território indicando pessoas, lugares e caminhos

No território que hoje corresponde ao distrito havia pelo menos dez engenhos. Aos poucos esses engenhos foram se tornando pequenos sítios e hoje são as comunidades de Baixa, São Vicente, Chico Gomes, Coqueiro, Currais de Cima, Currais de Baixo, Romualdo e Melo. À medida que os engenhos cresciam, as práticas agrícolas se estendiam para as áreas de vale, os caminhos do gado e as veredas indígenas foram se transformando em estradas e pequenas aglomerações foram se formando nas áreas mais férteis.

Os senhores de engenho controlavam as nascentes de água que brotavam da encosta da Chapada do Araripe para irrigar seus extensos canaviais através de levadas abertas no meio do canavial. Dona Mercê explica que alguns agricultores do Muquém trabalhavam para os poderosos senhores de engenho:

[...] era muita gente rica acolá, naquela parte todinha [...] quem não tinha terra precisava se sujeitar as ordens de quem tinha posse [...] no pé da serra todos tinham engenho e cada um tinha os dias de água [...] a água vem do pé da serra e cada proprietário, aqueles donos de terra, donos de cana-de-açúcar, que tinha aqueles sítios, eles comprava o direito da água, eles pagavam por ano, eu sei que eles tinha o dia da água [...] (DONA MERCÊ, 2016).

Os senhores de engenho dominavam extensa gleba chegando as áreas mais distantes do vale. Dizem as narrativas que todo o território do Muquém era de apenas um único dono e entre as famílias tradicionais que possuíam terras se destacavam os “Pinheiros”. Na comunidade Muquém, nas primeiras décadas do século XX, havia menos de dez casas e quase todos eram moradores que chegaram após a expulsão dos índios.

[...] isso aí era minha avó (mãe Maria) que contava, porque elas morava em outras partes, aí depois elas vinheram se embora pra aqui, depois que os índios foram expulsos [...] porque os índios só podia fazer o lugar de morada deles onde tinha muita água, e ali tinha muita água, tinha peixe, eles pescava, tinha muita fruta, por ali, mas tudo isso se acabou, eles plantava, feijão, mandioca, milho, aí depois, que o tempo foi ficando difícil e começaram a comer, assim, as criação alheia (galinha, bode, porco) aí foi onde eles foram expulso [...] (DONA MERCÊ, 2016).

Deparei inúmeras vezes com vestígios materiais e a herança do patrimônio imaterial dos grupos pré-históricos que viveram nesse território. O próprio nome Muquém é uma expressão indígena, segundo a qual, era o nome do chefe da tribo, descreve Dona Mercê.

A ancestralidade indígena está presente na população e na paisagem. Nas matas e nas roças, nas proximidades dos riachos alguns objetos foram ocasionalmente descobertos. Em propriedade do senhor José Macêdo, comunidade Baixio das Palmeiras, uma urna funerária foi encontrada com utensílios líticos, pedaços de cerâmicas e ossos humanos. Segundo o senhor José Macêdo os achados foram rapidamente destruídos pelos agricultores que trabalhavam no local. Em outro ponto da mesma propriedade grande quantidade de objetos já foi identificada. O local se encontra em relevo relativamente baixo com topo levemente arredondado com solo de boa qualidade para o cultivo da mandioca. De acordo com os estudiosos regionais esse tipo de paisagem era preferível pelos grupos indígenas da região (LIMAVERDE, 2013).

Eu via minha mãe falar que aqui tinha índio antigamente, olhe a minha avó tinha o sobrenome de Colar e eu não sei de onde era, mas acho que tem alguma coisa haver

com índio. Aqui dentro do Baixio tem muita gente que foi pegado a dente de cachorro, olhe, esse povo aqui de Maria Pequena foi pegada a dente de cachorro, a avó de Maria Pequena [...] isso era o que os mais velhos falava [...]. Mas eu sou testemunha de que aqui tinha índio mesmo porque o que eu encontrei aqui foi o grande sinal, foi quando eu achei um crânio, isso aqui completo (gestos) e uma ossada completa, quando eu puxei a enxada que bateu numa laje, quando eu descobri a testa da laje que levantei aí eu ví uma panela de barro aqui assim, aí eu disse, oxente olha aqui menino, aí alimpemos (limpamos) assim, quando tiremo (tiramos) ela aí disseram é uma butija, é uma butija! [...] o crânio assim perto da panela bem perfeito [...] acho que jogaram o corpo lá na cova e butaram a panela perto e uma laje por cima [...] Aqui tinha muita coisa meu filho é muito sinal por aqui [...] aqueles vestígios (panelas, caximbos) que tinha ali, aquilo não foi gente civilizada não, aquilo foi índio mesmo que habitou por ali (JOSÉ MACÊDO, 2016).

As narrativas indicam que a comunidade de Baixio das Palmeiras foi povoado no mesmo período do Muquém. A fertilidade da terra e água em abundância favoreceu o processo de migração e nas primeiras décadas do século XX as tradicionais famílias já estavam estabelecidas nesse território.

A comunidade de Baixio dos Oitis era uma extensa propriedade do Senhor Pedro Felício Cavalcante⁴⁷. Dona Julieta e sua família foi caseira da propriedade por cerca de trinta anos. Chegando lá em 1963 havia poucas casas apenas algumas famílias recém-chegadas de outros municípios e estados. Havia matas densas com um riacho correndo água praticamente o ano inteiro e um tanque d'água construído em pedra tosca para servir os moradores e dar água ao gado. Assim ela narra a relação entre os camponeses e o patrão:

Cheguei lá em (19)63 já tinha umas famílias lá [...] seu Pedro tinha comprado esse terreno da família de Padre Monsenhor Sóter, [...] seu Pedro era um patrão bom, era uma pessoa de sim ou não, [...] nós tinha ele como um pai, nós tinha direito de trabalhar na terra dele [...] lá tinha dois dias para os moradores se ele tivesse trabalho os moradores iam trabalhar no serviço de Seu Pedro, se ele não tivesse o morador tava liberado pra roça dele ou pra trabalhar em outro lugar [...] (DONA JULIETA, 2016).

Entre as comunidades pesquisadas a Chapada foi a que teve um crescimento populacional mais acentuado nas últimas décadas. Zé de Teta explica as razões:

A Chapada cresceu mesmo depois que chegou água e energia já nos anos (19)90. Em 1994, no dia que Airton Sena morreu, no dia primeiro de maio eu (es)tava butando energia lá em casa, quem primeiro butou energia e quem primeiro comprou televisão foi eu [...] Lá era tudo terra ocupada com mandioca, ali no meio da Chapada, onde hoje é a casa de João Rodrigues tinha uma casa de farinha, um tal de José Bezerra, ele foi um dos primeiros moradores dali, devia ter alguma água por ali né, aí veio aquele pessoal dos Luizão, aí veio Seu Luís, o marido de Dona Lica; aí compadre Zé subiu⁴⁸ pra lá, aí depois foi aparecendo aquele pessoal ali, Dedé e

⁴⁷ Um dos grandes pecuarista e político do município de Crato, foi um dos fundadores da Exposição Agropecuária do Crato, um dos eventos agropecuários mais importantes do Nordeste, na década de 1940 sendo também prefeito por dois mandatos.

⁴⁸ Se alguém estiver no Oitis ou Palmeiras e pretende fazer o deslocamento até a Chapada utiliza-se a expressão “subir”.

Velho. Seu Chico já chegou em (19)98 aí trouxe a família. Cresceu mais de (19)98 pra cá que a família dele é grande [...] Só pra você ter uma ideia a igreja daqui só faz 17 anos que foi construída. (ZÉ DE TETA, 2016).

À medida que experienciamos a vida dessas pessoas percebemos através da oralidade e da riqueza nos costumes tradicionais que as condições de existência tiveram uma relação muito forte com o ambiente. São costumes, ritos e crenças que são mantidos pela tradição camponesa como forma de legitimar o seu modo de vida e confrontar uma sociedade moderna que se forjava destruindo formas sociais não condizentes com o modo capitalista de produção.

Dizem muitas narrativas que até as primeiras décadas do século XX as comunidades eram praticamente autossuficientes, pouca coisa vinha de fora, tudo era produzido aqui mesmo.

Antigamente tudo era produzido aqui mesmo, quem podia produzia uma coisinha e ia guardando pra ir comendo [...] aqui em casa sempre foi produzir pra comer e o que sobrar vende e pronto [...] já plantemo (plantamos) de tudo [...] tudo que se planta aqui dá [...] eu já plantei alho, tomate, cenoura, pimentão [...] olhe antigamente todo pai de família plantava meia tarefa de arroz porque as coisas era muito difícil, eu cansei de vê os trabalhador(es) de vovô trabalhar dois dia(s) da semana e no domingo vim receber as diárias pra comprar só de arroz pra puder almoçar. O arroz era pisado no pilão [...] Aqui era o seguinte todo mundo fazia o seu paiozim de milho e quem podia tinha um sote para guardar farinha⁴⁹ (JOSÉ MACÊDO, 2016).

Para esses camponeses o território e o conhecimento eram indissociáveis. Havia uma profunda relação no seu modo de vida com os recursos oferecidos pelo ambiente. As matas e as águas eram de usos comunais, embora houvesse propriedade privada não havia delimitação das mesmas. Os elementos que constituíam a paisagem eram essenciais para as condições de existência do grupo social, a terra e cultura se fundem indicando que não é possível pensar o território negligenciando a territorialidade (PORTO-GONÇALVES, 2015).

Segundo Dona Mercê a água consumida na comunidade de Muquém vinha de fontes e pequenos poços cavados nas margens dos riachos. Os agricultores faziam pequenos barramentos nos cursos de água para prendê-la e facilitar a sua retirada principalmente quando se usava em alguns serviços que demandava enorme quantidade de água como nos trabalhos das casas de farinhas. A primeira cacimba foi cavada por seu tio, o senhor Manuel Nunes, que fornecia água para todos os moradores da comunidade. Dona Mercê, enaltecendo a atitude de

⁴⁹ O paio é construído com madeira rústica e o milho seco era empilhado com as espigas em palha. Depois de jogado cinza no paio o milho estava protegido de pragas podendo ser usado por mais de um ano para alimentação animal, humana ou para comercialização. Já o sote (sótão), espécie de depósito, localizado no meio e no alto das grandes casas tradicionais sem acesso fácil era utilizado para guardar alimentos, principalmente a farinha.

seu tio destaca o ditado popular de que “[...] não se deve negar um copo d’água para quem tem sede [...]”. Cita o exemplo de uma senhora, chamada Raimunda de Sousa, que foi uma das primeiras professoras das comunidades de Baixio das Palmeiras, morava na beira de uma antiga estrada da feira que ligava Crato a Barbalha. No alpendre de sua casa deixava a disposição dos transeuntes e feirantes uma jarra com água:

[...] a filha dela carregava água num jumento (com as ancoretas), era pro gasto, pra agoar as plantas, ela tinha um jardim em casa, e, pra encher uma jarra grande, lá num alpendre que era para o pessoal da estrada beber água porque ia gente de Barbalha para o Crato ou do Crato para Barbalha [...] era duas cargas de água por dia só para matar a sede do povo [...] (DONA MERCÊ, 2016).

Dona Mercê narra que “naquele tempo” a rotina das mulheres do Muquém não era fácil “[...] eu ganhava a vida lavando massa de mandioca nas casas de farinha [...] trabalhei na roça [...] criei os filhos e não deixava faltar água dentro de casa carregando com um pote na cabeça [...]” (DONA MERCÊ 2016). As mulheres ainda percorriam longas distâncias para lavar as roupas, pois era necessário muita água corrente para essa atividade e as pequenas fontes do Muquém não eram suficientes:

[...] de madrugada as mulheres com trouxas de roupas na cabeça subiam pro lado do rio dos Currais, iam avexada pra achar as melhores pedras, tinham até as lavadeiras que lavavam as roupas das pessoas da cidade [...] ficavam o dia inteiro lá [...] e quando era dia de chuva meu filho era um sacrifício [...] (DONA MERCÊ, 2016).

O rio era livre para as lavadeiras em apenas três dias da semana. Nos outros dias os donos dos engenhos desviavam a água para encher as levadas e os pequenos barramentos. Essa prática além de comprometer o trabalho das lavadeiras gerava conflito entre os próprios donos de engenhos que necessitavam ter um capataz permanentemente para vigiar suas levadas.

[...] tinha o molhador⁵⁰ da noite, a gente só via ele com aqueles lampiãoção, as luz(es) assim, a gente pensa que é o fogo corredor dentro das canas, é o molhador abrindo as levadas pra descer direto pra quando tiver bem aguado num canto botar pra outro canto. Tinha o molhador da noite e tinha o molhador do dia, mas água dava uma confusão, se vinhesse outro proprietário e cortasse a água pra descer pra ele [...] (DONA MERCÊ, 2016).

No Oitis, o tanque abastecia a comunidade:

⁵⁰ Ficamos curiosos com a profissão do molhador. Seria o mesmo que levadeiro? Procuramos um trabalhador de engenho e encontramos o senhor Chiquim Caboclo, 70 anos, morador dos Currais de Cima. Começou a trabalhar aos 12 anos como levadeiro, soltava a água na levada, vigiava e consertava, depois passou a ser molhador que recebe as águas do levadeiro e irriga a plantação.

[...] quando cheguei lá aquele tanque já era tanque, já estava lá, do jeito que hoje ainda está, só que nessa época desde quando vivi lá era muito cheio em volta dele, era como se fosse assim uma água bem rasa que pra lá do tanque tinha uns pés de Oiti, umas árvores bem grande, que ficava uns pocinhos que só vivia cheio d'água, as vezes eu ia com roupa pra lavar e lavava lá nessa água, era água na flor da terra [...] Mas eu ia buscar água pra beber lá nas Palmeiras e pra lavar roupa ia mesmo pra bica do Romualdo, ia num burro com uma trouxa de um lado e de outro e meu menino na garupa do burro. No Chico Gomes eu não ia não, eu gostava mais do Romualdo. As vezes arranjava lavadeira nas outras comunidades porque não tinha tempo, tinha que sair pra lavar, e eu não dava conta, a água daqui era salobra, era salgada, e nem limpava direito porque o sabão não era bom (DONA JULIETA, 2016).

Dona Julieta pediu o patrão para cavar uma cacimba próxima da casa grande para abastecer os camponeses da localidade:

Eu pedi pra seu Pedro cavar uma cacimba perto da minha casa, [...] Bastião (marido) achou um homem lá no Araticum, ele veio e marcou a água com um pedaço de pau, e, acharam o lugar, com doze palmos de profundidade deu água boa, eita que foi alegria maior do mundo [...] Seu Pedro foi avisado e chegou lá desconfiado, depois me chamou e disse, comadre isso aqui vai secar é só um fio d'água [...] aí Bastião foi atrás do homem novamente e marcou um lugar atrás de casa e disse que era muita água e água boa [...] Depois que cavou a cacimba com água boa controlou as doenças dos meninos e era água pra todo mundo (DONA JULIETA, 2016).

Figura 38 – Local de lavar roupa em tanque de pedra no Baixio dos Oitis



Fonte: Fotografia do autor (2016).

Na comunidade Chapada do Baixio devido a sua posição geográfica, no topo de um longo morro que se estende das Palmeiras até a comunidade Currais de Baixo, a água subterrânea é de difícil acesso. Os dois pequenos riachos que cortam a comunidade não oferecem condições para abastecer os moradores. O povoamento da comunidade ocorreu

depois que chegou o poço profundo da Saaec, em 1991, antes de ter água a migração dos jovens que viviam na comunidade era altíssima.

Aqui na Chapada ficou bom mesmo depois desse poço profundo, ficou povoado mesmo depois que butaram água [...] porque aqui não tem cacimba tudo aqui é água desse da Saaec [...] antes desse poço aqui era um sufoco a gente transportava água num jumento e ia buscar água lá em baixo, eu mesmo acordava cinco horas botava a cangalha no “jeguim” e ia buscar água lá em baixo, as vezes quando não dava certo ir no jumento a gente ia no braço, no galão que nem antigamente, subindo essas duas ladeiras pesada aí [...] nós pegava(mos) água lá em Dona Celina, quando não pegava(mos) lá em Valdir pegava(mos) lá em Dona Celina, mas a melhor água era a de Dona Celina, a água de beber mesmo era de lá [...] o pessoal aqui tudim pegava água lá. (ESPEDITO OLIVEIRA, 2016).

Uma das cacimbas que abastecia a comunidade da Chapada pertence a família de Dona Maria Ferreira. A cacimba de Valdir (nome do falecido esposo de Dona Maria Ferreira) fica “no pé da ladeira que sobe pra Chapada, numa área baixa por isso que possui muita água”, assim narra Dona Maria Ferreira:

O povo da Chapada vinha buscar água aqui, começava de madrugada [...] nós nunca negamos água [...] as vezes nós desgostava a cacimba com meia hora depois já tinha muita água e não faltava água pra ninguém [...] era uma coisa de Deus mesmo (MARIA FERREIRA, 2016).

Figura 39 e 40 – Cacimba de Valdir que abastecia a comunidade Chapada do Baixo e cacimba de Dona Mocinha que abastecia a comunidade Palmeiras



Fonte: fotografias do autor (2016).

Na comunidade Baixo das Palmeiras os relatos dos camponeses e camponesas mais velhos revelam que sempre havia muita água em pequenos olhos d’águas nas margens dos riachos e córregos. Como algumas águas não eram de boa qualidade para consumo a cacimba de Dona Maria Barbosa (Dona Mocinha) abastecia grande parte da população.

[...] Antigamente aqui tinha muita água, acho que porque tinha muita mata. Por aqui mesmo você cavava 4 ou 5 metros e chegava numa argila que achava água [...], mas todo mundo daqui ia buscar água na cacimba de Mãe Manuela (mãe de Dona Mocinha), [...] era uma cacimbinha rasinha que a gente se abaixava e pegava água com um balde e um pedaço de corda [...] era um vai e vem de gente com pote e balde na cabeça para butar na cantaleira⁵¹ [...] (JOSÉ MACÊDO, 2016).

O senhor Assis Santos explica que a partir de década de 1980 muitas cacimbas foram cavadas nas comunidades através dos projetos de frentes de emergências:

[...] O povo começaram a cavar uns poço pequeno em seu quintal [...] aí veio o governo, nessa seca de 1982 teve um ano ruim, a Ematerce tiveram fazendo cacimba, era as emergência que nós butemos pra fazer umas cacimbas [...] teve a cacimba de Zé Preto, teve a minha aqui, foi feita nesse tempo e essa daqui de mãe foi atijolada. A Ematerce era quem dava o material, aí a gente arrumava o pedreiro e a família era quem ajudava, eles só dava o material num sabe, era o Ematerce com o Sindicato aí a gente fazia o multirão e cavava a cacimba. (ASSIS SANTOS, 2016).

Vista a partir da água a produção e apropriação desse espaço revela que o modo de vida dos moradores do Baixio das Palmeiras foi construído por uma lógica não capitalista. Apesar de praticamente não existir os sistemas de posse comunal, por uma série de fatores, ainda hoje essas relações não capitalistas estão presentes principalmente em épocas de colheitas quando os agricultores presenteiam amigos e vizinhos com alimentos e em trabalhos coletivos como os mutirões. Estamos nos referindo a uma territorialidade camponesa que foi herdada e que vem passando por um processo de transformação e se reinventando na produção e apropriação do espaço. É nessa tensão que se estabelece entre as práticas comunitárias tradicionais e a política liberal privatizante que surgem novas territorialidades (PORTO-GONÇALVES, 2015).

A partir de década de 1960 o contexto político brasileiro dominado por uma ditadura militar apoiados por grupos políticos reacionários e oligarcas reprimiam os camponeses e camponesas ampliando as injustiças sociais e a pobreza no meio rural. Isso oportunizou a necessidade de sindicalização do trabalhador rural. A mobilização e a organização em nível nacional conseguiu atingir um considerável número de trabalhadores rurais sindicalizados até a formação do sindicato dos trabalhadores rurais. O momento de agitação política e a ausência de direitos começavam a ser questionada também pelos moradores do distrito de Baixio das Palmeiras:

Aqui toda vida foi uma comunidade de luta, o povo era briguento [...] aqui era tempo difícil, tempo de fome, ou lutava ou morria, não tinha isso não [...] Conseguimos muita coisa por causa da luta, nós era morador, trabalhava dois dias

⁵¹ Móvel feito com madeira para colocar os potes com água para abastecimento humano.

pro patrão no oito e era logo terça e quarta, e aí, ele pagava era longe o valor de uma diária de hoje [...] A conquista da terra começou com esse negócio do oito mesmo, o sindicato foi discutindo a questão salarial [...] discutir a questão dos morador ter direito de pelo menos reivindicar uma indenização [...] a gente foi descobrindo o direito, a gente foi entendendo, naquele tempo o sindicato trabalhava discutindo era lei mesmo [...] (ASSIS SANTOS, 2016).

O senhor José Macêdo foi um dos fundadores do STTR do Crato e presidente da Delegacia Sindical do Baixio das Palmeiras que na época tinha como principal demanda a conquista da terra de morar para a grande maioria dos agricultores do distrito. Logo, o senhor José Macêdo convida o senhor Assis Santos para entrar na entidade e sobre as lutas e reivindicações dos camponeses do Baixio das Palmeiras ele narra:

Entrei no sindicato na década de 1970, aqui no Baixio eu passei sete anos no conselho de base [...] fui presidente do sindicato (STTR) de (19)79 a (19)82 [...] foi nesses anos que houve uma seca e teve um ou dois anos ruim que os caba invadiram a feira, foi na minha gestão, foi no último ano de governo do Capitão Ariovaldo (Prefeito Municipal do Crato, na época), [...] aqui no Baixio nós fazia era parar mesmo, nós parava (de trabalhar) enquanto o velho (patrão) não resolvesse nós não trabalhava não, nós parava sabe, pra reivindicar, nós só vamo voltar se pagar direito [...] (ASSIS SANTOS, 2016).

Zé Macêdo se associou ao sindicato em 1962 e contribui logo em seguida para a fundação da delegacia sindical do Baixio das Palmeiras. Para ele, na época, havia muita motivação para luta, além da ausência de direitos a situação se agravava em períodos de seca e com as crises de algumas culturas como o algodão e a mandioca o quadro piorava ainda mais.

Todo mundo trabalhava aqui com a mandioca e o algodão, a mandioca era junho e julho que começava a rodar os aviamentos e não faltava serviço e era mais de dez casa de farinha daqui lá pro Muquém. Mas o forte daqui era o algodão, era quando nós pegava em dinheiro, por aqui mesmo os produtores mais forte comprava a produção dos moradores. [...] Eu lembro que nós menino novo quando o algodão já tava catado na roça nós ia benzuitar pra pegar num dinheirinho [...] Agora quando teve a queda do algodão, olhe meu filho, aqui foi ruim, isso foi no começo de 80 (da década de 1980) e o pior é que a mandioca começou também a diminuir. Mas nós começamos a ficar mais organizado pra melhorar a nossa situação e aí fomos tendo umas conquista que os trabalhadores rurais não tinha e fomos plantando outras coisas e fazendo projeto [...] (JOSÉ MACÊDO, 2016).

A luta começou a se materializar na paisagem e na vida das pessoas. Chegaram as escolas, mini-postos de saúde e postos telefônicos; abriram-se novas estradas e associações comunitárias foram criadas. Enquanto essas transformações se sucediam o modo de vida camponês era impactado com a entrada de valores urbanos.

Nas últimas décadas do século XX o país vivia um processo de redemocratização com o fim da ditadura militar. No Ceará esse período marcou o fim do

chamado ciclo dos coronéis inserindo um novo grupo político ligado ao setor empresarial que possibilitou um novo arranjo político-institucional desenvolvendo ações continuadas que reproduziam a racionalidade desenvolvimentista (BRITO, 2016).

No Baixo das Palmeiras esse período foi caracterizado como um momento contraditório. Novas relações sociais no espaço material dos moradores passaram a ser cada vez mais mediadas por novas tecnologias. Em contrapartida, houve perdas gradativas nos aspectos culturais e ecológicos na relação dos sujeitos com o seu espaço a exemplo da produção agrícola com a introdução da pecuária e das sementes híbridas que tiveram como consequência o desmatamento e o assoreamento dos riachos e fontes de água.

No século XXI o contexto capitalista de desenvolvimento e o papel liberal periférico atribuído ao Brasil promoveu uma série de políticas territoriais com vistas a um fortalecimento no processo de reprimarização da economia. A história colonial é adaptada para a atualidade com elementos modernos e desenvolvimentistas. Essa reedição do período colonial, chamado por alguns de pós-colonial ocorre com sucessivas e sobrepostas ações extrativas e exploratórias no ambiente e nas comunidades tradicionais (PORTO-GONÇAVES, 2006).

7.3 Implicações do CAC: “O Baixo preocupado”

No estado do Ceará as investidas do Estado subordinadas aos grandes agentes do capital internacional ficam explícitas quando analisadas a partir da política de recursos hídricos. A oferta de água em condições favoráveis passa a ser um grande atrativo para aqueles que queriam investir na produção agrícola empresarial, extração de minérios, além da indústria e do turismo.

A imposição de grandes obras hídricas começa a se desenvolver de forma rápida atendendo os interesses de poderosos grupos econômicos sem o estabelecimento de um diálogo com as populações que seriam atingidas. É nesse contexto que o CAC chega no Baixo das Palmeiras em 2011.

Aqui foi invadindo, chegaram sem fazer uma reunião, num conversaram com ninguém [...] chegaram aqui em casa dizendo que nós era atingido, eu, minha irmã e mãe [...] eu disse assim: como é que vocês chega desse jeito, eu disse em reunião se você me oferecer a maior indenização eu num troco por minha morada, se o caba chegar me oferecendo o céu ou a sua morada eu quero ficar na minha morada [...] (ASSIS SANTOS, 2016).

O poeta popular Raimundo Oliveira, conhecido por Didi, residente na Chapada do Baixo expressou em versos do seu cordel “O Baixo preocupado” o drama dos moradores. A poesia é carregada de significado e denota a aflição e indignação da população diante a possibilidade de ser removida.

O distrito de Baixo
nesta justa ocasião
vive um momento sombrio
não é exagero não
tem gente pisando em brasa
e o motivo é a causa
é a tal transposição [...]

São tantos que se esforçam
para um dia construir
agora que terminaram
vem o projeto surgir
sem saberem quase nada
se sentem pra onde ir.

Além das nossas moradas
que muitos temem perder
famílias são isoladas
pois a gente assim prevê
tudo sem a consciência
sem falar na violência
que pode acontecer [...]
(OLIVEIRA, 2012).

Entendemos que esse território adquire novas territorialidades a partir do CAC. Os agricultores e agricultoras simplesmente não ocupam um espaço, eles e elas estão ocupando um território, espaço material, constituído por uma territorialidade subjetivada no comportamento individual construído a partir de uma consciência coletiva, própria de cada grupo social. O aspecto simbólico desse território está assentado, portanto, na relação entre cultura e espaço e é a partir dessas territorialidades que a identidade dos habitantes do Baixo das Palmeiras foi erguida (BONNEMAISON, 2012).

Sobre essa relação com o território Francisco Valdemar, conhecido por Dema, 39 anos, nos fala que:

Você vê uma situação dessa que nós (es)tava com esse rio São Francisco (CAC) [...] do jeito que (es)tava vindo essa obra não ia sobrar nenhuma casa por aqui. Eu não sei o que é que o povo pensa, porque se essa obra ainda vier vai destruir é tudo por aqui. Esse lugar nosso aqui é abençoado, foi nesse pedacinho de chão que pai e mãe criou nós sete (filhos), [...] quatro filhos construíram as casas aqui do lado deles e foi se formando uma vilazinha, olha aí o tanto de neto. Então, Deus me livre de sair daqui, Deus me livre de nossa família se separar, aqui é tudo unido e nós trabalha aqui do lado, não tem condição de pensar numa coisa dessa [...] (VALDEMAR, 2016).

Filho de dona Antônia e seu Zé Izídio, ambos com 76 anos, Dema explica que ele e seus quatro irmãos construíram suas casas próximas aos pais. O local ficou conhecido como a Vila Zé Izídio, dado o grande número de pessoas de uma mesma família. Fomos várias vezes visitá-los normalmente no final da tarde quando os homens estavam chegando da roça e as crianças estavam jogando bola no terreiro sendo observadas por seu Zé Izídio e Dona Antônia. Ela relata a sua imensa felicidade de morar no Baixio e constituir aquela família: “Aqui é bom demais meu filho, isso aqui é um paraíso, nós (es)tamos no mês de junho comendo milho verde num ano de inverno ruim [...] pra mim isso é a melhor coisa do mundo tá colhendo nossos legumizinhos mais meus filhos e netos.” (DONA ANTONIA, 2016).

A fala de Dona Antônia caracteriza a territorialidade camponesa da família revelando que esse modo de vida está seriamente ameaçado pelo CAC. Eles ainda não sabem exatamente quantas casas da vila serão removidas, mas tem esperanças de que a obra não seja executada. Mediante a incerteza da remoção a família deixou de cultivar um pequeno pedaço de terra que fica nos fundos das casas, mas com a obra parada, aos poucos a normalidade da vida camponesa vai se reestabelecendo.

[...] Nós ainda tem medo, mas, por enquanto nós (es)tamos sossegado, (es)tamos mesmo porque ninguém vê mais falar em nada, vamos pedir a Deus que tenha parado por aí mesmo e que não venha pra cá, deixe nós em paz [...] eu (es)tava dizendo pro meus meninos que para o ano (próximo ano) pra aproveitar esse pedaço de terra aqui atrás que é uma terra boa pra fava e pra andu e (es)tava parada por conta dessas coisas, naquele tempo que (es)tava aquela coisa toda, foi mesmo no tempo que foi plantado uma rocinha de fava e andu, era uma rocinha pequena mas deu tanta fava e andu que não foi brincadeira, nós sustentamos a festa do Sagrado Coração de Jesus apanhando a fava dessa rocinha. Aí quando foi do meio do ano em diante a gente já ficou imaginando que esse povo (trabalhadores do CAC) vinha aí ficou tudo parado, mas agora eu já disse aos meninos vocês roçam lá e plantem porque é bom demais é bem pertinho de casa e ligeirinho a gente apanha um baião (DONA ANTÔNIA, 2016).

Dona Antônia e Seu Zé Izídio esclarecem que foi muito sacrifício para “criar os filhos”. Hoje estão aposentados e os três filhos: Dema, 39 anos; Leomar, 41 anos e Ailton, 42 anos, sempre trabalharam juntos em duas frentes de trabalho recebendo diárias no trato de bananas⁵² e em suas próprias roças plantando feijão, milho, fava e andu. A família tem convicção de que se o CAC realmente for concretizado vai despojá-los de suas condições socioeconômicas necessárias à sobrevivência, “[...] pra nós mesmo, essa obra não vai trazer

⁵² Os três filhos de Dona Antônia e Seu Zé Izídio recebem diária em quatro dias da semana trabalhando na propriedade do Senhor José Mendes no cultivo de aproximadamente 40 tarefas de bananas. O dono da terra (patrão) arrenda a terra no fim da propriedade para a família produzir seus alimentos e comercializar o excedente.

benefício nenhum porque água nós tem e terra pra trabalhar nós também tem, agora se vier nós vamos perder tudo isso.” (VALDEMAR, 2016).

Sobre a remoção, esclarece Valdemar:

[...] eles vinheram justificar aqui uma tal de agrovila [...] pela amor de Deus não fale nisso não [...] nós aqui se ajuntemo se for pra sair não sai ninguém não [...] daqui nós não sai ninguém porque aqui é onde tá nossas terra de trabalhar [...] na nossa comunidade aqui os terrenos é tudo subindo assim, é estreito os terrenos, o daqui é só 18 braças, tem vizinho aqui que tem 8,10 braças, outro é 20, outro é 50, mas tudo é assim, quer dizer o rio vai cortando esses terrenos no meio e aquela sobra de terreno que fica depois do rio, que foi uma pergunta que a comunidade sempre fez [...] como é que vai ficar esses restos de terra da comunidade [...]. Uma das coisa que eles deixaram clara foi que a comunidade não é beneficiada com a água, essa água dizendo eles é pra matar a sede dos irmão lá na frente, mas a comunidade já tem informação que não é pra isso, porque se fosse assim, vamos dizer que é assim, pra salvar uns lá na frente tem que sacrificar os outros lá atrás? (VALDEMAR, 2016).

A família de Valdemar relata inúmeros conflitos e danos psicológicos ocorridos nas famílias devido a forma como os atingidos foram abordados pelos trabalhadores que chegavam com um discurso para convencer sobre as vantagens da obra, ao mesmo tempo que procurava intimidar os atingidos.

Do jeito que eles chegaram aqui era butando pressão, fazendo medo pro povo assinar e receber logo a indenização, era butando uns contra outro, contra a associação, era negociando por fora [...] eu fico pensando pela idade que meu pai tem, ele vai vê máquina fuçando lá o taquim de chão dele, nós tem medo dele passar mal, porque foi uma vida, 50 anos pra conseguir é uma vida no duro e se ele vinher a passar mal que Deus me livre como é que vai ser? (VALDEMAR, 2016).

A possibilidade de serem removidos e separados de seu patrimônio cultural e ambiental trouxe preocupação e desconforto para esses camponeses, grupos que historicamente vivem em condição de subalternidade. Estão tirando aquilo que é essencial para a vida dessas pessoas que é a sua territorialidade.

Acseirad ajuda nessa reflexão explicando que os recursos naturais para as comunidades tradicionais não apresentam o mesmo sentido para as grandes empresas capitalistas ou para o Estado burguês “[...] todos os objetos do ambiente, todas as práticas sociais desenvolvidas nos territórios e todos os usos e sentidos atribuídos ao meio, interagem e conectam-se materialmente e socialmente seja através das águas, do solo ou da atmosfera (2004, p.8).”

Figura 41 – Dona Antônio e Valdemar na debulha da fava



Fonte: Fotografia do autor (2016).

Conversamos com Francisca Eneida, agente de saúde, que além de contribuir com os dados socioeconômicos das comunidades relatou a experiência de seu filho que vive a angústia de ser ou não removido.

A gente fica nessa angústia agora, sem saber se o rio (CAC) vem ou não. Meu filho casou em 2012, fez a casa e casou, e não terminou a casa porque assim que entrou pra dentro da casa veio a notícia que o rio ia passar lá e quando ele já se deu foi com o pessoal (trabalhadores da VBA) medindo. Até hoje ele não terminou a casa, a casa tá incompleta, ele quer fazer um alpendre e não pode, tá com dinheiro pra terminar mas tá esperando uma decisão deles (FRANCISCA ENEIDA, 2016).

Francisca Eneide, 62 anos, explica que sua nora, Edileide Almeida, possui um terreno que é usado para o cultivo de milho, fava e capim para alimentar ovinos e caprinos, e assim como seu cunhado ainda não foi indenizada. Francisca Eneida relata que sua mãe, dois irmãos e dois sobrinhos também terão suas residências removidas pela obra, nesse caso todos já foram indenizados.

O drama da família de Francisca Eneida é partilhado pela família de Dona Maria Ferreira e seus filhos: Reginaldo Ferreira, 47 anos; Regivaldo Ferreira, 45 anos; José Ricardo Ferreira, 43 anos e Reginilton Ferreira, 39 anos. Reginaldo e Reginilton são aposentados e não trabalham na roça devido a problemas relacionados a doenças ósseas como artrite, artrose, hérnia de disco, entre outras. Dona Maria Ferreira, 72 anos, viúva, comenta que dois dos seus filhos apresentam saúde frágil. Assim ela narra o possível processo de remoção do seu espaço de vida:

Depois que nós casemo o meu segundo filho já nasceu aqui, então tá com quase 50 anos que moramos aqui [...]. Sobre essa obra, Ave Maria, eu tô pedindo a Deus e Nossa Senhora, eu sou idosa e doente, Reginaldo não pode, Reginilton pior e Regivaldo também não é sadio e quem vai tomar de conta dessas coisas? porque eu... sei não... (Silêncio e cabeça baixa) sei não, não sei como vai ser. Mas, (emocionada)... Deus vai ajudar que esse rio (CAC) não vem [...] (MARIA FERREIRA, 2016).

Regivaldo complementa a fala de sua mãe explicando como foi a abordagem feita pela VBA e pela SRH e a negociação da indenização:

Nós somos atingidos, vai passar ali a partir da segunda passagem da água [...] eles disseram que vai pegar isso aqui tudo [...] vai pegar as duas casas porque vem assim [...] aí eles vai butar pra nós fazer outra casa pra lá depois daquele poste [...] mas como é que dá pra fazer? Ali pra baixo tem umas barreira e não sobra quase nada pra fazer uma casa [...] vai ficar só um pedacinho de terra. Eles vinheram aqui três vezes, a primeira vez que vinheram eu tava na rua e quando cheguei eles já estavam aqui aí disse que tinha que passar uns documentos e não sei o quê mais [...] aí quando foi com bem 15 dias vinheram de novo que mamãe tava até lá no posto do Muquém pra se consultar, aí queriam medir aqui e eu disse pode entrar aí e medir; aí eles disseram não mais a gente só pode medir depois que vocês assinarem; aí eu disse que aqui ninguém ia assinar nada não; aí nós até batemo boca com eles [...] aí foi lá e foi cá e foram embora sem ninguém assinar nada [...] Depois vinheram já com outra turma e anotaram ali o valor da casa e do dois quartos (armazém para estocar a produção e os implementos agrícolas), mediram isso aqui tudo, a cacimba, o chiqueiro, tudo eles mediram. A casa foi no valor de 25 mil reais e os dois quartos também foram 25 mil reais, oxente, é pouco demais rapaz! (REGIVALDO FERREIRA, 2016).

Regivaldo fala que a propriedade da família é produtiva e possui água em abundância:

Todo ano eu apuro um dinheiro danado aqui com siriguela e com cocô dá pra apurar uns trocado também. O cocô aqui é vendido por um real (a unidade) aí eu ajeito com Nena (vizinha) pra ela tirar [...] Coqueiro se tiver sendo tratado bota o ano inteiro [...] sempre tem essas frutas aqui produzindo fora as outras coisas que tem aqui, mangueira, cujueiro, tangerina [...] É porque aqui tem muita água [...] nós só usamos água dessa cacimba aí porque tudo aqui é com essa água [...] nessa terra aqui tem muita água porque, mesmo assim, com essa seca que teve aqui ainda tem muita água. Uma vez eu fui cavar uma fossa (séptica) aqui e com nove palmos (pouco mais de dois metros) deu n'água e se descer mais ali pra aquela baixada é mais rasa ainda [...] isso é uma riqueza. (REGIVALDO FERREIRA, 2016).

Na pequena propriedade (com pouco mais de três tarefas) tem mais de 30 pés de siriguela, alguns com mais de dez anos, há cerca de outros 30 que foram plantados recentemente mas ainda não estão produzindo. A época de colheita do fruto ocorre no final do ano a partir de mês de novembro. Os compradores da siriguela são caminhoneiros de outros estados que chegam e instalam-se nas comunidades contratando trabalhadores locais para distribuir as caixas para os produtores, recolher e carregar o caminhão. Em 2015 o preço da caixa variou entre 15 a 20 reais, Regivaldo alega que devido as poucas chuvas foi um ano

muito fraco para a produção do fruto retirando apenas 67 caixas. Considerando um preço médio de R\$ 17,50 reais o total arrecado foi de R\$ 1.172,50. Na tabela de preço fornecida pela SRH à Associação Rural do Baixio das Palmeiras o valor da unidade do pé de siriguela é de R\$ 26,65. Com esse valor a família recebeu pela produção dos 30 pés de siriguela algo equivalente a R\$ 799,50, ou seja, um valor muito abaixo da produção de um único ano, isso sem falar na função ecológica que as árvores estão fornecendo ao solos e as águas da propriedade.

Sobre o valor da indenização a ser pago Vainer (2003) explica que as estratégias do Estado nesse caso inibi o atingido de reivindicar valores mais justos. Em caso de desacordo o empreendedor tem como saída o depósito em juízo daquele valor considerado justo pelo empreendedor. Sabendo da morosidade da justiça brasileira e da desigualdade entre o poder desapropriatório do Estado frente a um atingido, na maioria dos casos, o atingido se vê obrigado a receber o valor oferecido.

Outro filho de Maria, Reginilton Ferreira, 39 anos, presenciou um dos episódios mais dramáticos já ocorridos nas comunidades com a chegada do CAC, a morte de Francisco José Feitosa (Seu Zé). Casado com Maria Miguel Feitosa (Dona Moça) seu Zé faleceu no dia primeiro de maio de 2013 quando foi esmagado por uma parede. Reginilton conta como foi a cena:

Foi no dia 31 de abril de abril de 2013. Ele (es)tava tirando uns tijolo, aí a parede veio e caiu por cima dele [...] ele em vez de tirar primeiro os tijolos de cima começou a tirar os de baixo, aí a parede tinha uma “amarradio” de arame farpado, aí quando caiu desabou todinha em cima dele [...] eu (es)tava em casa naquele dia [...] aí ouvi um grito fui lá, aí vi a parede por cima dele, por cima do corpo e da cabeça, aí eu corri fui chamar os meninos de Vandiclé (os filhos do seu vizinho), aí eles vinheram tiraram ele e colocaram numa cadeira de balanço, ele (es)tava lúcido, mas com muita dor, todo ensanguentado da pancada na cabeça e as custelas quebrada [...] Aí levaram pro Crato, lá pro São Francisco (Hospital São Francisco de Assis), fizeram o curativo, de lá foi pro São Raimundo (Hospital Joaquim Bezerra) e ficou esperando a ambulância pra levar pro Santo Antônio em Barbalha (Hospital Santo Antônio), só que a ambulância não veio e ele foi de combi, naquelas topic velha [...] Morreu no dia primeiro de maio [...] É uma cena que o caba não esquece, era um bom vizinho viu [...] Rapaz eu olho pra lá é mesmo que tá vendo ele, ele gostava de tá deitado aí na calçada, agoando aqui as bananeiras, os pés de côco, todo dia ele agoava. (REGINILTON, 2016).

Reginilton acredita que o casal se apressou para ser indenizado, não houve negociação e como o dinheiro foi pouco dividido em duas parcelas o casal estava aproveitando o material da casa velha:

Se vexaram pra receber né, quando foi pra assinar eles não queria que ninguém olhasse o que (es)tava escrito nos papeis, não quiseram conversa, assinaram sem a gente olhar. Aí o dinheiro foi pouco, em duas parcelas, por isso que ele (es)tava

aproveitando o material porque precisava construir um batedor e outras coisas e o material não dava. (REGINILTON, 2016).

Figura 42 – Resquícios da casa de Dona Moça



Fonte: fotografia do autor (2016).

Procuramos Dona Moça, antes disso, nossos informantes haviam nos prevenido de que a mesma não ficava confortável para falar sobre a obra e o episódio da morte do marido. Aceitamos o desafio, pois na pesquisa muitas vezes trilhamos por caminhos enviesados. Fomos aos poucos nos aproximando, por várias vezes fomos recebidos em sua nova residência, conversamos sobre muita coisa enquanto ela cultivava sua roça, no quintal de casa. Evitamos um roteiro até ganhar confiança, esperamos o momento certo para entrar no assunto, e quando fizemos a proposta ela me disse que não tinha muito a acrescentar, trata-se de uma história que todo mundo já sabe, disse ela. Em respeito a sua decisão optamos por não gravar as nossas conversas abrindo mão do principal instrumento da pesquisa etnográfica. Não parecia a vontade pra falar do CAC, sempre reagia de modo diferente. Percebíamos também um grande esforço para superar o trauma e reestabelecer a normalidade da luta cotidiana pela vida. Ela revelou que apesar da ausência do marido estava feliz no novo espaço, era muito produtivo, tinha água e bons vizinhos. Sobre a morte do marido não atribui ao CAC explicando que “[...] a morte só quer uma desculpa, chegando o dia não tem jeito, morre de um jeito ou de outro.” (DONA MOÇA, 2016).

Dona Moça, aos 69 anos, nasceu no distrito de Baixio das Palmeiras, migrava entre a Chapada e o Oitis. Casou com Seu Francisco José Feitosa, pernambucano, e passou mais de trinta anos morando naquele estado. Retornou em 2001 e em 2004 comprou um pedaço de chão, em 2013 foi indenizada e em 2014 após comprar um terreno começaram a construir uma nova casa quando aconteceu a morte do esposo.

A história de Dona Moça é uma história de opressão marcada por tensões territoriais a que são submetidos os camponeses brasileiros em especial aqueles que ainda lutam por terra. Migrou para outros estados, esteve mudando de morada e “de patrão”, foi subjugada e obrigada a conviver com o conformismo e a colonialidade moderna⁵³, conseguiu comprar terra depois que ela e o marido se aposentaram como agricultores e com ajuda dos três filhos que moram em outros estados. Dona Moça teve motivos para romper com as dimensões materiais e imateriais que define o modo de vida camponês, mas ela insiste em resignificar e reconstruir a territorialidade camponesa. Dona Moça permanece na roça, todos os dias cultiva o novo pedaço de terra, mandou cavar uma cacimba recentemente para agoar suas plantas, não vende sua produção, diz que é para o consumo próprio e para presentear os amigos.

Cabe ainda lembrar que a realidade vivida por Dona Moça é muito presente na vida dos camponeses do Oitis, lá, a grande maioria não tem terra de morar e nem de trabalhar. Os que se dizem donos da terra mantêm uma relação de opressão com os seus moradores que não podem construir casas de tijolo ou construir banheiros de tijolo fora da casa. Se por ventura um filho de um dos moradores resolver casar e constituir família a sua casa deve ser construída ao lado do pai para que o filho, mesmo constituindo família, seja dependente do pai e não mais um novo morador para o “patrão”. A precariedade das habitações, o acesso as residências e a ausência de banheiros na maioria das casas revela o estado de opressão que são submetidos os habitantes do Oitis.

Um dos atingidos pelo CAC na comunidade Baixio dos Oitis é Raimundo Teles (Mundim), ele explica que a situação dessa comunidade é diferenciada, pois como não são donos da terra recebem apenas pelas benfeitorias (casa, curral, fruteiras, cercas, armazéns, etc.). Mundim recebeu indenização e comprou uma tarefa de terra na comunidade Palmeiras onde já está construindo uma nova casa. Assim ele narra o processo de indenização e a transição para outra comunidade:

[...] pensei que ia sair daqui com 90 dias depois que eles vinheram [...] mas andaram dizendo nuns canto, e noutros não, que era pra desocupar a morada com 90 dias, aí eu disse - rapaz eu vou ficar por aqui e trabalhando lá na casa (casa nova que está sendo construída) [...] no final do ano é que eu passo pra dentro dela [...] Nós já (es)tamos acostumados aqui [...] esse rio atrapalhou né [...] o dinheiro, aqui, nós recebe só pela casa e pela benfeitoria [...] eles chegaram negociando com nós aqui, aí butei tudo que tinha aqui, as cercas, as fruteiras, a casinha [...], acho que se nós tivesse demorado mais nós tinha recebido mais pouco, porque nós fomos os primeiros, teve um povo aí que recebeu mais pouco [...] veja como esse negócio tá errado, porque no começo eles disseram que as casas de taipa era 25 mil, eu vi eles

⁵³ Ver Porto-Gonçalves (2006).

dizendo em reunião que era 25 mil, [...] olha uma casinha dessa ali, do tanto que eles pagaram naquela casinha pagaram nessa daqui, pagaram 20 (mil), e 10 (mil) das fruteiras, pois é, aqui só pagaram de 20 (mil) [...] aqui da mais ou menos uma tarefa de terra, com o dinheiro comprei um pedaço de chão lá em cima (Comunidade Palmeiras) que dá quase uma tarefa e devagarsinho tô construindo. (MUNDIM, 2016).

O que pretendemos com o exemplo dos relatos de Mundim, de Reginilton, de Maria Ferreira e muitos outros é colocar o atingido para expor sua percepção em relação ao CAC, ouvir [...] “a voz que nunca se escuta, a voz inaudível, inscrever essas vozes que não são inscritas, fazer um registro do que a história não conta.” (CARVALHO, 1999, p.22).

Mas o atingido não sai falando tudo a qualquer um, com Mundim as primeiras respostas eram excessivamente objetivas, respostas breves e superficiais, talvez esperasse uma entrevista convencional com perguntas e um roteiro a ser rigorosamente seguido. Depois de várias visitas e horas de conversas ele estava solto, as entrevistas fluíam e as ideias se encadeavam. Finalmente Mundim esqueceu o gravador e falou sobre a possibilidade de continuar morando na comunidade.

Rapaz, morada aqui, ele (dono da terra) dava pra quem quisesse ficar de novo, mas o caba comprar um cantinho é melhor de que receber o dinheiro (da indenização) e gastar aqui mesmo [...] levantar a casa na mesma terra, gastar o dinheiro na mesma terra e ser morador do mesmo jeito [...] porque terra pra trabalhar o caba sempre arruma, por aqui mesmo tem, né, o mais difícil é morada, tendo onde morar a terra pra trabalhar o caba arruma. Ele (patrão) disse que se recebesse e ficasse na terra e se chegasse a sair um dia qualquer não ia ter mais direito a nada porque já foi indezinado pelo rio (CAC). (MUNDIM, 2016).

Seu pai, José Teles, também foi um dos atingidos, morava apenas com sua segunda esposa, foi indenizado em 2013 e fez planos de reconstruir a sua vida nas proximidades, mas faleceu em 2014, aos 76 anos, na casa onde construiu sua vida e criou os seus filhos.

O projeto aqui quem assinou foi ele mesmo [...] ele se preocupava [...] e o nosso plano aqui quando nós “coisemo” (assinaram o laudo de indenização) era ficar aqui por perto mesmo, ali na cabeça daquele alto, [...]. A casa dele tá ali e tá se acabando de cair [...] tudo aqui tá se acabando aos poucos [...] só tem agora umas bananeira aí [...] olha aí agora as siriguelas, o mato tá tomando de conta (MUNDIM, 2016).

Figura 43 e 44 – Casa do senhor José Teles em 2013 e casa do senhor José Teles em 2016



Fonte: fotografias do autor (2013; 2016).

O EIA/RIMA do CAC, no âmbito da pesquisa socioeconômica, ressalta que a maior parte das famílias que serão desalojadas pode ser reassentada em áreas remanescentes da própria propriedade, não é o que ocorre com Mundim e com outros moradores. Sem uma política de reinserção ambiental os danos ecológicos e os conflitos sociais podem ampliar devido a mudança ambiental e a disputa por território. O EIA/RIMA revela que a maior parte do traçado do Trecho 1 intercepta áreas de chapada e em menor proporção em solos de encosta, ambos com pouca exploração agrícola e baixo potencial agrícola e escassez de recursos hídricos.

Conforme constatamos nas narrativas isso não é caso das comunidades pesquisadas. De acordo com Assis Santos, ex-presidente e atual vice-presidente da Associação Rural do Baixio das Palmeiras, as áreas interceptadas no local não apresentam terra nua, parte considerável dos terrenos são constituídos por matas preservadas que são fundamentais para as fontes de água que abastecem o local. Com o desmatamento provocado nas matas dos tabuleiros, chamado pelos agricultores de Taiado, pode ocorrer uma queda no índice de infiltração das água pluviais comprometendo a recarga dos aquíferos. Ele lembra que muitas famílias utilizam água proveniente dessas fontes que esta posicionada na encosta do tabuleiro.

Nós aqui não precisa de água, aqui nunca veio um carro pipa, nunca tivemos(s) um carro pipa aqui no Baixio. Aqui toda vida teve muita água, mas essa obra passando aqui vai diminuir as nossas água, olha aqui atrás de casa toda vida nós preservamos a mata no pé do alto, porque nós sabe que as nossas cacimba depende dessa mata se tirar as árvores as cacimbas vão secar, como é que essa obra vai passar aqui dizendo que vai trazer água, vai é acabar as nossa. (ASSIS SANTOS, 2016).

Apesar do consenso em relação aos impactos a senhora Luciana Macêdo faz observações importantes:

Por aqui tem muita gente favorável à obra, tem gente que tá rezando que a obra chegue porque vai gerar emprego pra muita gente [...] infelizmente enquanto a associação luta na comunidade a maioria tá de braço cruzado e a associação lutando por esse povo também. Não é um movimento unido a gente tem consciência disso [...] tenho certeza que tudo isso que aconteceu, essa divisão que houve na comunidade foi trazida pelas pessoas da obra. (LUCIANA MACÊDO, 2016).

As possíveis vantagens trazidas pela obra se limitam a dimensão econômica. Mas, para a senhora Francisca Eneida: “[...] Trabalho por aqui vai ser pouco, esse povo vem de fora né, e eles podiam pensar era trabalho para nós, para a agricultura, como forma de segurar o povo mais novo na roça e não tá destruindo uma comunidade [...] As terras aqui também é claro que vai diminuir [...]” (FRANCISCA ENEIDA, 2016). Esse relato expressa uma preocupação na reprodução das relações socioeconômicas de grupos sociais que possui relação imbricada com a natureza.

Quanto ao impacto nas áreas florestais os camponeses e camponesas expuseram que inúmeras espécies nativas serão retiradas para a passagem do canal. As árvores que deram nomes as comunidades (muquém, oitis e palmeiras) e são referências de localização estão desaparecendo. Quanto aos animais silvestres que se deslocam entre as matas e as lavouras o barramento feito pelo canal, além da perda do habitat, compromete o deslocamento nos períodos de acasalamento e busca por alimentos. A fauna expulsa para a área de influência indireta pode provocar uma maior pressão as espécies que já habitam lá. É possível ainda que ao tentarem fazer a travessia do canal muitos animais se afoguem.

Os riachos que foram no passado espaços de acesso comunitário ao abastecimento de água e que ainda preservam estreitas manchas florestais também estão ameaçados. “[...] Eu olhando aqui de casa toda essa mata que vai ser destruída é muita coisa que a gente vai perder, eu fico olhando daqui e dá vontade é de chorar. E os riachos? É uma pena o que vai acontecer nesses riachos [...]” (LUCIANA MACÊDO, 2016).

A ocorrência de impactos ambientais negativos gera passivos espaciais⁵⁴ e como sabemos são as classes subalternas, claramente os mais pobres, explorados e oprimidos, que sofrem com esse processo. Embora sempre exalte as vantagens econômicas os defensores do CAC apresentam dados imprecisos e muitas vezes manipulados em relação aos efeitos negativos. Fernandes (2015) argumenta que os atingidos por grandes obras além de não terem

⁵⁴ Segundo Souza (2013) a expressão passivos espaciais soa bem mais ampla que passivos ambientais.

uma lei⁵⁵ que lhe assegurem o direito básico não são informados dos seus reais impactos socioambientais.

O relato de Luciana Macêdo revela um sentimento percebido na maioria dos sujeitos pesquisados, o amor pelo território. Dona Antônia explica que foi esse amor, a força da reza e a luta da associação que livrou o sofrimento das famílias. “Esse lugar nosso é bom demais meu filho, isso aqui é um paraíso, todo mundo é como se fosse uma família só” (DONA ANTÔNIA, 2016). Valdemar, concordando com mãe, narra a sua experiência fora do Baixio, quando migrou para cidade de São Paulo em 1998:

[...] Quando eu cheguei lá eu quase indoido (enlouqueço), assim que cheguei lá liguei pra mãe, aí ela me perguntou – meu filho como foi a viagem? Aí eu disse: mãe, quando eu chegar aí eu digo porque eu já tô é voltando [...] ainda me deram conselho pra ficar: homem fique e espere se acostumar. Não!, não tem condição de ficar aqui não, o caba tem saudade de tudo, das pessoas, da roça, dos pés de pau. [...] Ainda ajeitaram pra levar minha mulher pra lá, já tinha até um emprego pra ela, fazendo faxina lá. Aí eu perguntei e meus meninos? Aí disseram, não os meninos ficam na creche, aqui é assim pai e mãe é nos empregos e os meninos é na creche [...] Não eu não quero essa vida aí não [...] eu vou é embora, porque o problema não é só levar a mulher e os meninos, o problema é o Baixio em si, né, não tinha condição de levar o Baixio e os amigos pra lá [...] Você quer valorizar um lugar tome distância dele [...] (VALDEMAR, 2016).

Em uma das visitas a casa de Luciana Macêdo tivemos oportunidade de conhecer e conversar com o seu tio, Viliam Macêdo, 68 anos, que estava “a passeio” e mora em São Paulo, desde de 1966. Viliam Macêdo explica que apesar de criar raízes na maior cidade do Brasil nunca esqueceu o Baixio e já fez mais de 40 viagens para rever seus amigos. Ele próprio narra a sua relação com o Baixio:

A paisagem daqui me marca muito, as cachoeiras onde as pessoas lavavam a roupa [...] as cachoeiras aqui do riacho, as cachoeiras com aquelas pedras [...] tinham uma pedra lisa, a água vinha e tinha duas assim (gestos) e a água passava entre uma e outra, batia nela e formava aquela salva, aquela coisa. Era aqui perto da passagem, perto de uma velha cacimba de meu tio Luís que hoje não existe mais. Então essa pedrinha lisa ficava naquela localidade ali, que se ainda hoje eu vê eu reconheço, como eu fiz há uns quatro anos atrás, que eu desci lá com Esmerindo e eu reconheci a pedra lisa. Ela tá lá, já tá fora do lugar, toda deformada, uma parte tá enterrada com outras por cima, mas eu reconheci. Ela chamava pedra lisa porque ela quando a água batia já no final das chuvas, no final das enchentes, ela criava um lodo e quando você pisava nela tinha que pisar com jeito pra não escorregar e ir ao chão, aí a gente denominou de pedrinha lisa. Então tem tudo isso que fica na memória da gente, coisa de criança [...] são paisagens que ficam na lembrança da gente” (VILIAN MACÊDO, 2016).

⁵⁵ Ainda que os atingidos sejam grupos com características próprias e direitos constitucionais específicos como os indígenas e os quilombolas, tendo inclusive órgãos ou instituições que deveriam preservar essas garantias, como a FUNAI, prevalece a aplicação da política de Estado.

Perguntado sobre as mudanças nos últimos anos Vilian Macêdo explica que percebeu muitas mudanças nesse meio século que mora fora, mas nos últimos anos as transformações socioespaciais se intensificaram aumentando a disputa por território: “[...] hoje os espaços para a agricultura diminuíram, as paisagens estão diferentes, porque antigamente tudo se tirava da terra e hoje as pessoas apesar de ter mais dignidade estão perdendo o contato com a terra.” (VILIAN MACÊDO, 2016).

Concordamos com Vilian quando fala em pressão por território. Com o CAC isso vai se ampliar devido a valorização da terra. Nas margens do sistema adutor o mercado imobiliário vem desenvolvendo uma nova zona de expansão urbana. Ocorre também uma concentração de propriedades agrícolas mediante a compra de pequenas propriedades promovendo a privatização da terra e da água e simultaneamente a desterritorialização dos camponeses.

Figuras 45 – Desmatamento em novas áreas agrícolas próximo ao Baixio das Palmeiras



Fonte: fotografia do autor (2016).

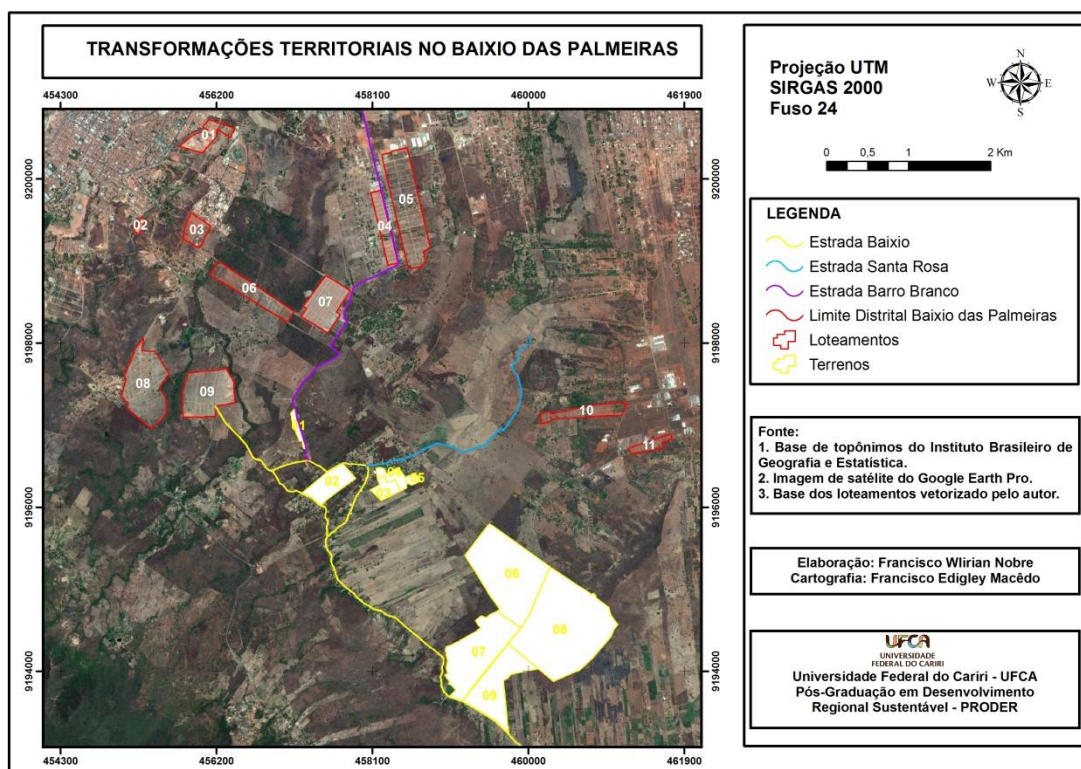
Na Chapada e principalmente no Múquem já é visível as transformações provocadas na territorialidade camponesa. De acordo com o senhor Assis Nicolau, liderança no Muquém, o CAC afetou negativamente o modo de vida camponês ameaçando a desconstrução histórico-cultural a partir da especulação da terra.

Eu fico triste com o que tá acontecendo aqui porque tão vendendo as terras produtivas aí devido a questão dos loteamentos e eu já tô vendo, tô ficando preocupado [...]. Muita área de terra que a gente já trabalhou no plantio de mandioca né, plantamos milho, fava, andu, algodão [...] por aqui é tudo loteamento que vem cercando e quem compra terra aqui não é pra produzir. Teve um terreno aqui que parece que foi vendido por 27 mil a poucos anos atrás e o caba que comprou já

passou pra frente por mais de 200 mil. E hoje se o novo dono for vender vai ser mais caro ainda. (ASSIS NICOLAU, 2016).

Estarrecido com a multiplicação no número de chácaras no Muquém e com a valorização do preço da terra fizemos uma visita de campo para identificar os loteamentos posicionados ao sul da cidade de Crato indo ao encontro do distrito de Baixio das Palmeiras. Verificamos que a maioria foram lançados a partir de 2011, exatamente no mesmo ano de lançamento do CAC, e que o setor imobiliário realmente escolheu como zona de expansão essa área do entorno do CAC, conforme mostra a Figura 46.

Figura 46 – Loteamentos no entorno do Baixio das Palmeiras



Fonte: Elaborado pelo autor.

Em contorno vermelho temos os seguintes loteamentos; 1 – loteamento Santa Luzia; 2 – loteamento no bairro Vila Lobo (ainda sem nome); 3 – loteamento Violeta Arraes I; 4 conjunto habitacional Minha Casa Minha Vida MCMV – Barro Branco; 5 – loteamento Planalto Crato; 6 – loteamento Violeta II; 7 – MCMV Filemon Rodrigues Vila Verde; 7 – loteamento Encosta do Vale; 8 – loteamento Portal do Arajara; 10 – loteamento Quintas do Cariri e 11 – loteamento Ville Residence. Em contorno de branco nós temos concentração de chácaras e no canto inferior direito uma área de concentração de terra.

Essas transformações possuem uma relação direta com o CAC. Vainer (2003) explica que embora não pareça muito evidente espaços que não serão afetados pela obra em si, sofrem, ainda que a médio ou longo prazo, os impactos negativos de uma grande obra. Silva (2013) entende também que é estratégico que os impactos negativos na área de abrangência de um grande projeto hídrico sejam simplificados.

Contraditoriamente, os novos loteamentos eliminam as matas e os rios e propagandeiam o contato com a natureza como argumento favorável para aquisição de um lote. O que ocorre na verdade é uma reestruturação territorial que está sendo impulsionada pelo CAC e que segundo Souza (2013) condicionará a dinâmica social subsequente.

Para a implantação de alguns desses loteamentos o Poder Público Municipal alterou a lei municipal nº 2.590/2009 que dispõe sobre o parcelamento, uso e ocupação do solo da cidade do Crato autorizando expansão urbana em locais destinados a preservação como as Zonas Especiais Ambiental. De acordo com o Art. 65º da referida lei:

A Zona Especial Ambiental – ZEA constitui áreas sensíveis e de interesse ambiental, conformadas pelos parques urbanos, pelas áreas de preservação ecológica, em suas várias modalidades, pelas faixas de preservação e proteção de todos os recursos hídricos incidentes no território da cidade do Crato (PREFEITUA MUNICIPAL DO CRATO, 2009, p.30).

Foram definidas e delimitadas dez ZEAs na estrutura urbana da cidade. De acordo com o vereador Amadeu de Freitas (PT), em folhetos distribuídos a população cratense, as ZEAs 6 e 7, Parque do Rio Saco e Lobo e Parque do Riacho Constantino foram recentemente transformadas em zonas residenciais. Em mensagem nº 1211001 enviada no dia 12 de novembro de 2014 o prefeito Ronaldo Gomes de Matos solicita ao presidente da Câmara de Vereadores de Crato, em caráter de urgência, a alteração do zoneamento da área inserida na Zona Especial Ambiental – ZEA 7 para fazer parte de zona residencial. De acordo a mensagem o chefe do executivo justifica que:

Em se tratando da criação de Parques Municipais, o art. 11 da Lei nº 9.985/2000 autoriza a sua criação pelos Municípios e, por outro lado, impõe a todos os entes federativos o dever de indenizar os proprietários de terras localizadas no interior de tais espaços especialmente protegidos. Ou seja, a desapropriação, para fins ambientais, em razão da criação de áreas especialmente protegidos, guarda conformidade com os preceitos constitucionais, impondo ao Estado o dever de indenizar [...] Foi formulado requerimento pela pessoa jurídica de direito privado ACINBEL – AGROCOMERCIO E INDÚSTRIA BEZERRA LTDA, no sentido de requerer desafetação da área inserida na ZEA 7 e/ou pagamento de indenização. Instada a manifestar, a Procuradoria Geral do Município opinou pela desafetação da área do requerente, eis que o Município não tem condições financeiras para arcar com a desapropriação indireta da referida área (PREFEITURA MUNICIPAL DO CRATO, 2014).

Doze dias depois, no dia 24 de novembro de 2014 a Lei nº 3.053/2014 alterou o Parque do Rio Saco Lobo em zona residencial. O vereador Amadeu de Freitas além de votar contrário ao projeto foi uma das poucas lideranças políticas que tentou mobilizar a sociedade civil para tentar barrar o projeto ressaltando que o setor imobiliário com grande influência no legislativo e executivo pretende extinguir todas as ZEAs do território cratense. No entorno das ZEAs o desmatamento e assoreamento dos rios se intensificaram como retrata as figuras 47 e 48.

Figuras 47 e 48 – Desmatamento para loteamentos e aterramento de rio para construção de loteamentos



Fonte: Fotografias do autor (2015).

Além da extinção das ZEAs inúmeras estratégias são utilizadas para atender os interesses dos agentes imobiliários. Nas proximidades do Parque do Rio Saco e Lobo e Parque do Riacho Constantino o Bairro Vila Lobo foi definido pela Lei nº 2.825/2013 como área de urbanização específica para implantação de conjunto habitacional de interesse social⁵⁶. Já a comunidade de Monteiros posicionada na porção Leste do distrito de Baixio dos Palmeiras foi desmembrada do distrito para a área de urbanização do bairro Santa Rosa conforme a Lei nº 2.894/2013. O bairro Santa Rosa⁵⁷ é onde se encontra o distrito industrial do Cariri nos limites entre as cidades de Crato e Juazeiro do Norte. Nessa transição de distrito para bairro os espaços agrícolas já se manifestam com forte tendência à favelização e segregação socioespacial devido a intensa urbanização provocada pela chegada de indústrias (ELIAS; PEQUENO, 2013).

⁵⁶ De acordo com o Art. 75º as Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS são zonas com ocupação subnormal, caracterizadas pelo adensamento populacional, pela precariedade construtiva, pela configuração espacial não ordenada e pela carência ou ausência de saneamento básico (PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATO, 2009).

⁵⁷ Todo o distrito Santa Rosa foi alterado para zona urbana pela Lei nº 2.604/2010. De acordo com as lideranças comunitárias não houve uma discussão sobre a alteração com as associações agrícolas do distrito prejudicando os camponeses.

O avanço desses loteamentos para a APA da Chapada do Araripe também preocupa. O Ministério Público Federal em audiência pública realizada no dia 14 de outubro de 2014, realizada no Auditório do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará *Campus Juazeiro do Norte*, convocou a sociedade civil organizada e órgãos ambientais para discutir o problema.

O Procurador do MPF, Rafael Ribeiro Rayol, questionou as autoridades presentes sobre o fracionamento indevido de imóveis rurais na APA Chapada do Araripe assim como o avanço de equipamentos urbanos na área de APA descaracterizando-a de seus objetivos de Unidade de Conservação. Após ouvir os órgãos e as comunidades rurais o procurador determinou que as câmaras municipais devem delimitar os seus limites urbanos e rurais incluindo os seus distritos; os loteamentos urbanos devem apresentar licença ambiental devidamente submetida e aprovada pelo ICMBio, entre outros.

7.4 Territorialidade e resistência

Apesar da velocidade das mudanças ditadas pelo CAC, como impulsionador do poder econômico, as comunidades tradicionais estabelecem novas territorialidades e produzem formas cotidianas de resistência. A Casa de Sementes Crioulas do Baixo das Palmeiras é uma das estratégias utilizadas pelos camponeses e camponesas. De acordo com o senhor Zé de Teta, um dos precursores do projeto, a casa de sementes é uma organização comunitária que visa conservar o patrimônio genético local e regional através de conservação e intercâmbio de sementes nativas com objetivo de possibilitar autonomia ao camponês produzindo alimentos livres de venenos agrícolas e que dialoguem com o meio ambiente.

Percorremos nossa pesquisa analisando diferentes níveis de percepção as vezes de forma tensa, as vezes de forma harmoniosa, identificamos um espaço objetivo até chegarmos ao espaço subjetivo, um espaço vivido. Ao avançar na pesquisa interpretamos o projeto da Casa de Sementes Crioulas como a percepção de um espaço cultural. Nesse movimento a manutenção do modo de vida camponês depende da preservação da sua territorialidade e apesar do desenraizamento provocado pelo CAC a Casa de Sementes Crioula recria a territorialidade.

Zé de Teta faz a seguinte reflexão entre o projeto, a sua relação com o modo de vida camponês e as suas perspectivas frente ao CAC:

Pode criar fábrica por onde criar, mas eu, na minha concepção a saída que eu vejo ainda é a agricultura porque se você produzir o que você consumir não vai ter

carestia não. Se eu conseguir produzir o milho, o feijão, o básico, aí o milho eu vou ter a galinha, da galinha eu vou ter o porco, o milho eu vendo compro o arroz e as outras coisas [...] hoje a Casa de Sementes pelo menos abriu essa discussão de preservar o que era antigo, é o único ganho que nós temos, tá preservando essa cultura. Essas sementes foram multiplicada por aqui mesmo, nos munturo, agora pra produzir mesmo aqui não produz não [...] a Casa de Sementes é apenas um símbolo de luta, um símbolo de resistência, mas pra você reinserir ela nessa nova cultura de hoje é difícil. Mas de um jeito ou de outro a Casa de Sementes repercutiu por aí, trouxe experiência pra nós [...] (ZÉ DE TETA, 2016).

Conviver com Zé de Teta é um aprendizado permanente, foram momentos raros em sua residência, na roça, na casa de sementes e nas diversas reuniões em que compartilhamos. As melhores conversas ocorriam na roça, foi lá que experienciamos a identidade e a subjetividade desse camponês.

Percebemos nas entrevistas do senhor Zé de Teta preocupação com as mudanças estruturais nas relações comunitárias e na convivência solidária entre os moradores. A fala da liderança revela um movimento de resistência aparentemente sem organização e sem bandeira tendo como único argumento o direito de reproduzir o seu modo de vida. Experienciamos com esses sujeitos o doloroso processo de desterritorialização desde os aspectos mais simbólicos como os seus costumes, espaços de memórias e laços sociais, até os aspectos materiais relacionados as suas roças, seus caminhos, seus lugares de lazer e suas paisagens.

Aos poucos a pesquisa de campo foi revelando parte de uma realidade invisível nos documentos e na publicidade do CAC. Esse território em que os camponeses declaram amor foi construído a partir de uma relação muito forte com o espaço. Ser condicionado a viver em um novo espaço e obrigado a viver desvinculado de seus valores, crenças e costumes provoca um sentimento de reação.

A reação começou a girar em torno da Associação Rural do Baixio das Palmeiras. A entidade fundada em 1985 é constituída por agricultores das quatro comunidades pesquisadas. O senhor Assis Santos foi o presidente por dois mandatos seguidos de três anos, de 2010 a 2016, período de muitas tensões sociais devido a chegada do CAC.

Essa gestão foi de muita luta e eu vou continuar porque ainda vai ter muita luta [...] Aqui esse negócio ainda não foi passado por cima de nós por causa desse movimento, porque o catatau de processo que nós geremos lá na defensoria e lá na polícia federal lá no Juazeiro, de 2011 pra cá, foi uma luta, aí o que foi que fizeram interditaram aí e pronto, a obra parou. (ASSIS SANTOS, 2016).

De acordo com o ex-presidente as comunidades tiveram seus direitos violados e foram invadidas com truculência pelo Estado. Essas ações revelam o *modos operandis* do Estado expressando o seu papel no desenvolvimento expansionista do capital. Porto-Gonçalves (2015) nos alude que os gestores ainda que não dominem os meios de produção se

aliam as forças produtivas determinando um planejamento gestorial centralizado que gera tensões e estabeleceu novas relações sociais e de poder. Mas não havia alternativa senão recorrer aos próprios órgãos do Estado para exigir direitos solicitando várias audiências e representações jurídicas ao Ministério Público Federal – MPF, em Juazeiro do Norte, Defensoria Pública e Promotoria de Crato.

Os conflitos iniciaram no final de 2011 quando houve uma intensa movimentação nas estradas do Baixio com veículos oficiais do governo. Na época populares começaram a desconfiar sobre uma grande obra que atingiria o distrito. O senhor Assis Santos, presidente da associação, afirmou que ainda no final daquele ano ficou sabendo sobre o CAC, entretanto, não houve audiência ou reunião com as comunidades para debater a obra. Enquanto as lideranças locais começaram uma mobilização para buscar informações sobre o empreendimento nos primeiros meses de 2012 começou o processo de demarcação da área afetada pelo canal por funcionários da empresa VBA (empresa responsável pelo estudo e desapropriação). No mês de abril de 2012 a Associação Rural do Baixio das Palmeiras conseguiu mobilizar as comunidades para uma reunião na sede da entidade com o Fórum Araripense de Combate a Desertificação.

Nos meses seguintes o Governo do Estado lança um folder com informações sobre o CAC ficando disponível para distribuição em órgãos estaduais. No mesmo período a associação elaborou um abaixo assinado com uma série de reivindicações, lançou um panfleto expondo o clima de conflitualidade e protocolou uma denúncia na Promotoria de Justiça do Juizado Especial de Crato.

Em agosto de 2012, pressionado pela associação, representantes da SRH realizaram uma reunião que ocorreu na Escola Rosa Ferreira de Macêdo, Muquém. Na ocasião o clima ficou tenso após a informação de que 113 casas seriam removidas. Os moradores diziam “não ao cinturão” e a associação relatava os fatos ocorridos na imprensa local/regional tentando organizar um movimento concreto de resistência. Em poucos dias foi criado um movimento de oposição à obra chamado “Somos todos Baixio das Palmeiras”.

Figuras 49 e 50 – Manifestação realizada na Expocrato e audiência ocorrida na Câmara municipal de Crato



Fonte: Fotografias do autor (2013).

Em dezembro de 2012 em audiência na Promotoria de Justiça do Juizado Especial de Crato a SRH e a VBA pediram desculpas pelos procedimentos adotados por alguns de seus funcionários e se comprometeram a agir de forma mais transparente e respeitosa. Por outro lado os representantes da associação expuseram denúncias de violação de direitos e apresentaram reivindicações no âmbito da execução das obras.

Em abril de 2013 ocorreu uma reunião na quadra da Escola Rosa Ferreira de Macêdo contando com a participação de um grande número de comunidades atingidas. A SRH apresentou o mapa dos atingidos destacando que houve uma redução no canal atingindo apenas 28 casas ao invés de 113. Mesmo com a proposta apresentada as comunidades diziam não ao cinturão e não deixariam os trabalhadores da VBA entrarem em suas propriedades para concluir os estudos.

De acordo com a Ata da Associação Rural do Baixio das Palmeiras realizada em abril daquele ano alguns moradores que iriam ser removidos e tiveram suas casas livradas procuraram a entidade para reestabelecer o diálogo com a SRH e a VBA e permitir que os trabalhadores concluíssem seus estudos. Diante desse quadro a estratégia da SRH e da VBA foi negociar individualmente descartando a associação como tentativa de desarticular o movimento de resistência.

Quando vinheram aqui nós (es)tava na roça, aí mãe disse: quem resolve é meus filhos e eles tão na roça espere eles chegar(em) [...]. Aí quando nós chegamos dissemos logo – nós não assina de jeito nenhum [...]. Aí eles disseram: pois nós já vem lá da casa do presidente da associação e ele já assinou [...]. Eles dizia que fulano e sicrano já assinou aí eu disse: eles podem assinar que lá é deles mas aqui é nosso e quem manda é nós e pode ir decendo, pode ir puxando o carro, aí eles

desceram pisando em brasa [...] nós não podia acreditar porque eles só trabalha com mentira, chegaram ali na vizinha e disseram que nós já tinha(mos) assinado, sendo mentira né. (VALDEMAR, 2016).

A VBA infiltra-se nas comunidades e os atingidos que resistiam a obra cederam e foram rapidamente indenizados acirrando os conflitos entre os favoráveis e os contrários a obra. Indignados os moradores orientados pela associação realizaram representações ao Ministério Público Federal (Processo Administrativo nº 1.15.002.000294/2012-12 e nº 1.15.002.000294/2012-12) com objetivo de denunciar os abusos, solicitar cópias do projeto básico e executivo, e exigir que novos estudos periciais fossem realizados para revisar, e se necessário, contestar as falhas do EIA/RIMA.

[...] Eu disse: nós vamos (denunciar) porque eles não vem dizer nada a nós [...] a comunidade foi pego de surpresa e ninguém sabia o que (es)tava acontecendo [...]. Eu nunca pensei em minha vida de eu se vê perante um promotor, perante um defensor público que ali já é uma autoridade, que ali já é gente grande, e que com essa obra do rio eu encarei tudim. Eu fui lá pro Ministério Público Federal, lá na Logoa Seca (bairro de Juazeiro do Norte) fazer denúncia porque ninguém podia aceitar de braço cruzado o que (es)tava acontecendo aqui dentro da nossa comunidade [...] porque não é brincadeira não nós aqui é testemunha o quanto meus pais trabalhou pra conseguir isso aqui, duas tarefinhas de terra, foi 50 anos no grosso, no pesado, na enxada [...] e por uma obra dos interesses deles nós ia perder, quer dizer, nós ia jogar 50 anos de trabalho no mato né [...] (VALDEMAR, 2016).

Em junho de 2013 o CAC ganhou enorme repercussão na pauta política da região depois de uma audiência na Câmara Municipal do Crato. Mesmo convidados pelo presidente da câmara os representantes da SRH e da VBA não compareceram. Nos meses que se seguem diante das denúncias e da repercussão dos conflitos os órgãos responsáveis pela obra não se pronunciavam sobre os fatos ocorridos no Baixio das Palmeiras. Nesse mesmo período ocorre o lançamento do cordel do poeta Didi e do documentário “O Baixio preocupado⁵⁸” produzido pelo Coletivo Nigéria. Aconteceu intercâmbios entre comunidades atingidas por grandes obras (Baixio das Palmeiras e comunidade dos trilhos em Fortaleza ameaçada de remoção para construção do VLT – Veículo Leve sobre Trilhos).

Ocorrem também debates e mesas redondas na URCA e UFCA, aulas de campo, atividades culturais, mesas redondas e diversas manifestações e passeatas pelas ruas das cidades de Juazeiro do Norte e Crato. Convocada para atuar no caso a RENAP – Rede de Advogados Populares através do Julgamento Popular realizou junto a comunidade atos simbólicos de condenação as obras do CAC além de realizar debates e ações jurídicas.

⁵⁸ A direção do documentário optou por dar o título de “Baixio Preocupado” em homenagem ao cordel do poeta Didi.

Ainda em 2013 a associação promove uma audiência na Defensoria Pública do Crato solicitando que a equipe da VBA responsável pela desapropriação repasse suas atividades para a SRH devido aos intensos conflitos ocorridos nas comunidades. Mas o acordo entre a SRH e a associação que previa uma negociação mais transparente foi descumprido ainda no final daquele ano quando os atingidos se afastaram da associação e sigilosamente foram indenizados.

No começo a associação ia resolver tudo, mas as pessoas começaram a resolver individual. Eu sou atingida também e não me procuraram nenhuma vez, a única vez que veio aqui foi porque eu fui atrás deles pra saber como era. Quando eu falei com eles, eles me disseram que era o terreno, tipo assim, era uma área como se não tivesse dono, eles não encontraram dono, como se tivesse sem endereço, como fosse um terreno desconhecido por isso que não me procuraram. Aí eu fiquei pastoreando eles e quando passaram aqui eu falei com eles [...] Eu comprei o terreno em 2004 e já botei no meu nome, tenho escritura, e nunca me procuraram [...] Eu nem sei quanto vão me pagar por esse terreno, já perguntei a outras pessoas que foram indenizadas mas elas não dizem, quem já recebeu diz que eles pedem pra não divulgar que já recebeu, não é pra dizer o valor, eles pedem pra não dizer [...] (EDILEIDE ALMEIDA, 2016).

Os conflitos provocados pelo CAC foram desencadeando novos conflitos como o que deu origem a formação do Grupo Nós Mulheres em março de 2015. Para a compreensão desse processo nos apoiamos em Souza (2013) afirmando que o processo de desterritorialização implica a territorialização com afirmações de novas identidades. O Grupo Nós Mulheres é constituído por companheiras de luta dos associados da associação mas que reivindicavam o espaço próprio de luta. Em suas falas as mulheres trazem as seguintes preocupações:

O grupo surgiu porque ainda tem aqui acolá uns episódios machista por aqui e também é uma forma da gente tá engajada em algum movimento [...]. Eu vejo a vinda desse rio (CAC) só dismantelo e insegurança pra nossa comunidade, porque hoje a gente mora num lugar tranquilo, mas com tanta gente que vem de fora vai acabar nossa tranquilidade, acabar nosso sossego, [...]. Vamos pedir para as mulheres não se envolver com esse povo que vem de fora, porque esse povo é uns aventureiros, uns forasteiros que chega aqui e volta [...] a gente vai viver uma vida assim..... sei lá.... fico imaginando o que nós somos hoje e como é que vai ser como esse rio passar, como é que vai ser nossa comunidade? (FRANCISCA ENEIDA, 2016).

A senhora Luciana Macêdo apresenta suas preocupações e faz importantes reflexões sobre a criação do Grupo Nós Mulheres e sua parceria com a Associação Rural do Baixo das Palmeiras:

A gente já tá vendo muitas consequências desde quando a gente recebeu a notícia de que o Cinturão das Águas ia passar aqui no nosso distrito [...] já aconteceu muitas coisas por conta do Cinturão das Águas, muitas pessoas já adoeceram, outras já faleceram, [...] a gente tá vendo que não é bom pra nossa comunidade, ao contrário,

vai desestruturar as pessoas que moram na comunidade e muita gente que já mora a muito tempo e tem uma história linda [...] e infelizmente vai ser atingida. São essas pessoas que não aceitam, são essas pessoas que estão sofrendo com esse projeto. E quando os trabalhadores chegarem aqui? Eu fico pensando esse monte de homem aqui, com certeza vai aumentar uso de bebida alcoólica, drogas e outras coisas ruim [...] Acho que o Grupo Nós Mulheres veio numa hora certa, teve umas desavença com a associação mas é assim mesmo, é coisa de quem luta em comunidade, ou sou mulher, sou do Grupo Nós Mulheres e faço parte da associação também. (LUCIANA MACÊDO, 2016).

Como tentativa de fortalecer a integração das organizações ocorre o III Seminário das Associações Rurais do Distrito de Baixio das Palmeiras. O seminário ocorre anualmente e tem como objetivo discutir temas de interesse da população local/regional fortalecendo a unidade e propondo soluções para eventuais problemas. De acordo com Zé de Teta o tema do encontro em 2013 foi “O Baixio preocupado” e contou com a presença de representantes de praticamente todas as comunidades do distrito e 19 entidades. Ele conta:

O terceiro (Seminário) foi o que deu uma grande visibilidade a questão (do CAC) [...] mas o quarto foi que saiu a proposta de construir o fórum (Fórum Popular das Águas do Cariri) [...] se não fosse isso nós não tinha ganhado muita importância pra lutar [...] nós pode até não ter conquistado aquilo que queria, mas avançamos muito com ajuda de muita gente. Nós ganhamos respeito de um bocado de gente assim mesmo [...] Se a gente não tivesse lutado eles tinham feito qualquer dismantelo por aqui, o obra tá parada, ou por conta da crise ou por conta da luta, mas o que conta é a luta [...] mas passamos por muito apuro. (ZÉ DE TETA, 2016).

A pedido da associação ocorre mais uma audiência na Defensoria Pública Geral da Comarca do Crato onde a SRH é convocada para prestar explicações sobre violação de direitos e o descumprimento dos acordos estabelecidos com a associação. Após os debates o defensor Emmanuel Leal de Santana convalidou o acordo firmado entre as partes, nos termos seguintes:

1.Os representantes da Associação dos moradores do Baixio das Palmeiras fizeram as seguintes observações sobre os problemas: falta de informação aos moradores (maior problema), a ordem das desapropriações o valor das indenizações e a falta de divulgação da tabela de preço; 2.Os representantes da Secretaria de Recursos Hídricos – SRH, falam das prioridades das desapropriações e divulgam a tabela de desapropriação; 3.Fica esclarecido e combinado que a tabela de preços foi entregue a comunidade e consta no Diário Oficial do Estado, que a Secretaria de Recursos Hídricos será responsável pelo processo de custos cartorários referentes às áreas desapropriadas, que poderá ser requerida a outorga de água por qualquer morador do Baixio (desde que apresente projeto de destino da água), que serão construídos 10 (dez) poços de água comunitários (e das empresas durante a obra) ao longo do trecho 3; 4.A Comissão de Desapropriação da Secretaria de Recursos Hídricos comprometem-se pessoalmente, continuar os processos de desapropriação, a partir de junho de 2014; 5. O representante da SISAR – Sistema Integrado de Saneamento Rural esclarece que a obra passará no reservatório da comunidade, comprometendo o abastecimento de água; 6.O Defensor Público esclareceu que as pessoas que não concordam com o valor das desapropriações não devem assinar os documentos trazidos pela SRH (DEFENSORIA DO CRATO, 03 DE ABRIL DE 2014).

Em agosto de 2014 a SRH seguindo recomendação do Ministério Público Federal lança o Programa de Compensação Ambiental em evento realizado na sede do Geopark Araripe. O programa que supostamente possa compensar os danos socioambientais é exigido no licenciamento ambiental. A previsão é que o órgão empreendedor pague uma compensação ambiental com valor que pode chegar a 0,5% do valor total do empreendimento como indica o Decreto nº 6.848 de 14/05/2009. Mas até hoje a população espera que o empreendedor faça cumprir a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, conhecida como Lei do SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza. Em casos de grandes impactos ao ambiente a proposta é fortalecer e apoiar as Unidades de Proteção Integral ou criar outras Unidades de Proteção Integral como prevê o Artigo 36 da referida lei.

Em junho de 2015 a SRH, COGERH e VBA são convocadas pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Ceará, com requerimento do deputado Renato Roseno (Psol), para uma audiência na Câmara Municipal do Crato. Na ata consta a fala do Procurador Rafael Rayol, do Ministério Público Federal, em que explica a recomendação do órgão para que o plano de trabalho de compensação ambiental e os licenciamentos emitidos pela Semace fossem refeitos incluindo a afetação direta na APA e FLONA do Araripe além dos impactos em relação às manchas de Mata Atlântica que existe na região e que não foram consideradas nos estudos.

[...] Tendo em vista as ilegalidades, recomendei que a Semace e a SRH anulasse esse plano de trabalho tendo em vista que seria ilegal, elaborasse um novo plano de trabalho após a complementação da EIA/Rima, de forma que a região aqui, as comunidades aqui fossem beneficiadas com esses valores, mais de 100 milhões de reais e a APA e Flona do Araripe, bem como a Mata Atlântica pudessem ser beneficiadas com dinheiro dessa compensação ambiental conforme determina a legislação [...] (ATA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, 01 DE JUNHO DE 2015).

Além de destacar a necessidade de haver compensação ambiental nas comunidades atingidas o procurador relata o pedido de socorro que os atingidos do Baixio das Palmeiras fizeram ao órgão, bem como a instauração de um inquérito civil público para fazer esse acompanhamento.

[...] nós temos dois procedimentos relacionados ao Cinturão das Águas. Um procedimento criminal que apura as possíveis irregularidades ou crimes envolvendo a contratação, direcionamento, superfaturamento que está em fase final de análise, e o inquérito civil público que acompanha a execução física do Cinturão das Águas e as suas implicações socioeconômicas e relação ao meio ambiente físico e cultural [...], especialmente das comunidades envolvidas que é o Baixio das Palmeiras, se não foi o mais afetado pelo menos foi a que mais gritou por socorro em relação a esses problemas. Existe pelo menos três registros formais da comunidade direto ou indiretamente no inquérito civil pedindo auxílio [...] Em 17 de abril de 2013 houve a

reunião com representantes do Poder Público, a sociedade e comunidades impactadas pela obra do Cinturão das Águas, especialmente pertencentes ao Baixio do Muquém e Baixio das Palmeiras, [...] O objetivo dessa audiência foi esclarecer às comunidades as dúvidas e os impactos ambientais ocasionados pela obra sobre as áreas afetadas, pela desapropriação e a forma de pagamento dessas indenizações [...]. Consta aqui que os moradores do Baixio das Palmeiras representaram ao Ministério Público Federal, lembro de algumas pessoas que inclusive conversei com elas várias vezes, que nos procuraram, conversei pessoalmente na Procuradoria da República, noticiando que funcionários da VBA empresa que foi responsável pela elaboração do projeto básico executivo e foi contratada como consultora pelos empreendedores, esteve realizando estudo de identificação, segundo as comunidades, entrando nas propriedades sem autorização e ameaçando moradores, pleiteando que fosse subscrito, assinado, uma requisição de termo de consentimento para entrar nos imóveis e etc. [...] Esse foi o primeiro registro já da comunidade do Baixio das Palmeiras, da sua indignação ao tratamento que vinha sofrendo [...] Consta ainda a representação nos autos do inquérito civil feito pelo Escritório de Direitos Humanos e Assessoria Jurídica Popular Frei Tito de Alencar, procurado pela comunidade novamente do Baixio das Palmeiras o segundo registro pedido de socorro da comunidade, formal, pedindo várias medidas dentre as quais apresentações dos projetos básicos executivos através de audiência pública, que fossem apresentados no âmbito do licenciamento ambiental alternativas técnicas e locacionais para o projeto visando a não afetação da comunidade e que não fosse iniciada as obras até que tudo isso tivesse sido resolvido [...] Consta a terceira representação desta feita originada da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares do Ceará (RENAP), que mais uma vez procurados pela comunidade, terceiro registro de socorro da comunidade no inquérito civil, solicita as mesmas providências que há pouco mencionei [...] (ATA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, 01 DE JUNHO DE 2015).

Nas representações ao MPF realizadas pelos atingidos do Baixio das Palmeiras foi solicitada como forma de compensação a construção de um centro cultural nas próprias comunidades com objetivo de acondicionar o patrimônio histórico-cultural e ambiental. Foi solicitada a necessidade de peritos, em áreas específicas, para uma análise detalhada do EIA/RIMA verificando a consistência dos estudos e das licenças visando a garantia da preservação do patrimônio cultural e ambiental das comunidades, em especial a água. Para a Associação Rural do Baixio das Palmeiras outros pontos foram colocados nas audiências como por exemplo a recomposição da paisagem, a criação de projetos produtivos, a recuperação das estradas, reformas na escola e postos de saúde e diversos itens relacionados a execução da obra.

O deputado Renato Roseno recomendou a necessidade de fazer reuniões sistemáticas nas comunidades atingidas pela obra como tentativa de preencher a falta de transparência do Estado em relação aos seus impactos:

[...] Eu acho que a questão central é de acesso à informação, e que eu proponho como o encaminhamento [...] fazer uma reunião com as comunidades. Aqui tem: Monte Alverne, Assentamento 10 de Abril, Baixio das Palmeiras. É marcar, é sentar e dizer, conversar com as comunidades lá. O que o Baixio disse? Nós sabemos exatamente o traçado e exatamente quem vai ser, quem vai ser atingido. Então eu acho que o encaminhamento concreto é isso, é assumir esse compromisso e de ter

essa reunião [...] (ATA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, 01 DE JUNHO DE 2015).

Apesar dos encaminhamentos as lideranças da Associação Rural do Baixio das Palmeiras afirmaram que poucas reuniões ocorreram, a obra foi paralisada e as indenizações não avançaram. Quanto ao inquérito do Ministério Público Federal tivemos a informação de que foi arquivado, em 2016, e o Procurador Rafael Rayol, assim como Emanuel Leal, Defensor Público foram transferidos.

No mês de setembro de 2015 foi realizado o IV Seminário das Associações Rurais do Distrito de Baixio das Palmeiras com o tema “Semiárido vivo: educação do campo e resistência”. O principal encaminhamento do evento foi a criação de um fórum permanente para discutir a questão hídrica no Cariri.

Em novembro ocorre a criação do Fórum Popular das Águas do Cariri. Para o senhor Zé de Teta a Associação do Baixio das Palmeiras foi determinante para a criação do fórum que surge após anos de mobilização, enfrentamentos e questionamentos ao CAC. Havia uma necessidade de uma organização popular que agregasse mais entidades e pudesse dialogar com os propositores da obra ampliando os questionamentos para além do Baixio das Palmeiras. Havia também uma necessidade de orientar as comunidades atingidas uma vez que a maioria da população impactada não sabe como proceder nessas situações. De acordo com a Carta de Princípios o Fórum Popular do Cariri é um espaço aberto a sociedade civil que tem como objetivo:

[...] fiscalizar o CAC, desde o uso de recursos, pagamentos das indenizações, danos socioambientais, e o cumprimento das compensações ambientais; elaborar eventuais denúncias direcionando-as aos órgãos competentes; promover debates, intervenções e ações nas comunidades atingidas e em outros espaços; criar canais de comunicação estimulando fóruns regionais populares no Ceará (Carta de Princípios do Fórum Popular das Águas do Cariri, 2015).

Em concordância com as posições de Haesbaert (2014, p.10) destacamos que o Fórum Popular das Águas do Cariri compreende e analisa o território afetado pelo CAC em seus aspectos concretos e simbólicos “[...] através do qual se produzem símbolos, identidades, enfim, uma multiplicidade de significados que operam em conjunto com funções estratégicas, variando conforme o contexto em que são construídos.”

Além das comunidades atingidas pela obra o fórum é constituído por movimentos sociais, sindicatos, pastorais, associações, entre outros. A coordenação do fórum é dividida em três comissões: comunicação, jurídica e políticas públicas e meio ambiente. Os

coordenadores de cada comissão apresentam a pauta que é votada em assembleia e encaminhada.

O fórum vem se constituindo como um espaço alternativo em relação à questão hídrica no estado do Ceará pautando a água como um direito fundamental contribuindo para uma gestão hídrica que seja ecológica, social e cidadã. Entre os seus princípios o fórum defende as seguintes propostas:

Estimular comunidades atingidas por grandes obras a reivindicarem seus direitos; Propor uma gestão a partir da real demanda, com uma divisão democrática e consoante com as propostas de convivência com o semiárido; Questionar a noção de água como um recurso, uma mercadoria, exigindo que os grandes irrigantes e industriais sejam penalizados pelo desperdício, contaminação e poluição das águas; Cobrar transparência em relação aos vultosos recursos destinados as grandes obras e suas outorgas; Propor programas de recuperação de áreas degradadas, preservação de mananciais, cobrando a revitalização de aquíferos, saneamento, despoluição e descontaminação (Carta de Princípios do Fórum Popular das Águas do Cariri, 2015).

Weber Girão defende a ideia de que o fórum busque um acento no CBH – Salgado. Em seminário realizado pelo Fórum Popular das Águas do Cariri no dia 18 outubro de 2016 o coordenador do Projeto Soldadinho do Araripe e secretário do CBH – Salgado assim falou:

[...] esse fórum que está se formando aqui ele é legítimo, porque que é legítimo? Porque tem pessoas que estão passando sede, tem pessoas que moram na região, tem pessoas que estão sofrendo e estão sendo desalojadas, por isso que ele é legítimo. O comitê da bacia, ele é legal, ele é previsto na lei, e, eu não vejo lógica da gente avançar sem juntar uma coisa com a outra, não vejo sentido, a gente precisa focar energia para ir aonde é importante. Então, se tem o fórum que é legal e o comitê que é legítimo não pode ficar batendo cabeça [...] (WEBER GIRÃO, 2016).

Em outro momento, durante entrevista, Yarley Brito, servidor da Cogerh, também comentou sobre o mesmo assunto:

[...] vocês tem tentado fazer uma discussão nos parlamentos sobre a questão da água e a estância que vocês têm que perseguir é ter acento no comitê de bacias, porque o comitê é o órgão que está no bojo do estado [...] você passa a ser do estado [...], você é do tribunal, você pode ir pro conselho estadual que é a maior estância de deliberação dos recursos hídricos [...] que tem um membro do comitê que tem acento lá, pra falar, pra denunciar as coisas, [...] (YARLEY BRITO, 2016).

Em junho de 2016 o acúmulo de lutas e o desdobramento do engajamento político das comunidades com apoio de outras organizações proporcionou o deslocamento do Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB para a região do Cariri cearense. Sobre esse importante fato entrevistamos Suerda Almeida da coordenação nacional do MAB, segundo a militante para chegar no Cariri foi feito um diagnóstico e constatado que há interferência do

capital na região e, em contrapartida há também um histórico de luta e resistência com denúncias graves de violação de direitos.

[...] nós temos feito esse estudo no Ceará, de onde estão as principais contradições do capital dentro do estado do Ceará, onde que a gente visualiza que há mais possibilidades de negação de direito na construção, na área hídrica, de construção de barragens, aí tem surgido essa coisa da transposição do São Francisco, que tem surgido um grande debate aqui no nordeste sobre isso [...] nesse pensamento de olhar pro estado e onde estão as contradições do capital é que a gente visualizou que a região do Cariri era uma dessas regiões, uma dessas principais regiões [...] (SUERDA ALMEIDA, 2016).

No Baixo das Palmeiras os representantes da associação e alguns atingidos entendem que a chegada do MAB é fundamental para a disputa socioterritorial provocada pela CAC. Porto-Gonçalves (2015) lembra que é no interior do campo de luta que os sujeitos desterritorializados protagonizam um importante debate político. É inegável, portanto, que o CAC vem produzindo transformações incalculáveis no espaço geográfico caririense e na imaterialidade dos sujeitos atingidos como constatamos nas comunidades do distrito de Baixo das Palmeiras, mas é evidente também que os sujeitos atingidos também produzem efeitos na condução do empreendimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No nosso percurso teórico metodológico procuramos variar a escala geográfica. Nos primeiros capítulos desenvolvemos um olhar distanciado sobre o poder que a água, através das grandes obras hídricas, produz nos territórios. Essa abordagem permitiu uma noção de conjunto que resultou nas análises das escalas da estratégia. Em seguida associamos essa visão de sobrevoos a um olhar de dentro, adentrando na vida cotidiana dos atingidos pelo CAC, mergulhamos na escala geográfica de suas casas, suas roças e seus espaços lúdicos. Souza (2013) explica que essa combinação de escalas vai desde as questões estruturais até abordagens em escala geográfica muito reduzida que o autor denomina de nanoterritórios.

Nos primeiros meses de 2015 no início do curso de mestrado quando propomos analisar os efeitos do CAC no Baixio das Palmeiras as obras estavam a todo vapor e as populações das comunidades atingidas estavam preocupadas, desinformadas e com muitas dúvidas sobre os benefícios ou prejuízos da obra. Ao terminar essa dissertação no final de 2016 com as paralizações da obra o principal questionamento dos atingidos é sobre a sua conclusão. No Baixio das Palmeiras muitos comemoram a paralização parcial enquanto outros vivem angustiados esperando que um dia as obras recomencem.

No nosso esforço de tentar compreender os efeitos do CAC no Baixio das Palmeiras registramos nesses dois anos as expectativas dos atingidos. Observamos que eles anseiam pouca ou nenhuma expectativa positiva em relação à obra. As vozes escutadas relataram o desprezo do Estado, a falta de diálogo, as poucas informações e as indenizações injustas.

A iminência de serem desterritorializados gera uma instabilidade social e desestrutura o cotidiano das pessoas. A obra não foi materializada no Baixio das Palmeiras, mas inúmeros impactos já estão ocorrendo. No aspecto material a água e a terra se mercantilizam rapidamente e os espaços de produção camponesa estão sendo suprimidos. No aspecto simbólico os atingidos convivem com a ameaça constante da desconstrução histórico-cultural. A história dos atingidos no Baixio das Palmeiras é semelhante a dezenas de outras obras hídricas que ocorreram no Brasil. Normalmente os atingidos são grupos sociais em situação de vulnerabilidade social que pagam os altos custos socioambientais provocados pelos grandes projetos hídricos.

São obras que consomem enormes recursos públicos, são elaboradas sem a participação da sociedade e se constituem em fonte contínua de discórdia e acirramento de conflitos pelo acesso à água. Obras de transposições de bacias hidrográficas, como por

exemplo, a transposição, já está marcada com graves injustiças ambientais e sofrimento causado principalmente as comunidades tradicionais. Desde o surgimento a transposição se consagrou como extremamente polêmica, visto que, não há como conduzir uma obra dessa envergadura numa região onde o controle da água está fortemente vinculada com a dominação política e econômica dessa região.

É nesse crescente clima de conflito entre os estados do Nordeste que o Ceará apresentou o CAC, um empreendimento hídrico com extensão superior a transposição e que vem sendo apontado pelo Governo do Estado como a solução definitiva para o histórico “problema da seca”. A maneira como a obra chegou no território caririense, claramente relatada na voz dos atingidos, com intimidação e imposição, revela que projeta-se para esse espaço uma lógica de poder que já está presente em outras áreas da paisagem cearense.

Acreditamos, entretanto, que uma obra de engenharia, por maior que ela seja, não será capaz sozinha de resolver o problema da falta de água no Ceará. Constatamos que antes do CAC outros projetos hídricos também foram propagandeadas como salvacionistas, mas que na verdade concentraram água para determinados setores da economia que ainda são favorecidos com isenções fiscais. Por serem extremamente demandantes de água e degradadores do meio ambiente esse modelo só agrava a situação.

Podemos citar como exemplo a reestruturação econômica com forte inserção das cadeias do agronegócio. O Ceará que já foi marcado pelo poder de uma elite agrária reacionária e conservadora adota um modelo de desenvolvimento produtivo agroexportador com um discurso de moderno e competitivo. Na verdade mudam os atores e permanece uma estrutura fundiária extremamente desigual que atropela os direitos territoriais das comunidades tradicionais.

A expansão do modelo agroexportador vem sendo apontado por muitos especialistas como altamente destrutivo para o meio ambiente sendo inclusive difícil mensurar a dimensão dos impactos a médio e longo prazo. O certo é que a escolha desse modelo não dialoga com as especificidades do ambiente e pode agravar ainda mais a situação da falta de água.

Não temos dúvida de que o CAC foi elaborado para fortalecer esse modelo. Essa obra faz parte de uma ambição maior que começou a se articular antes mesmo da implantação da legislação hídrica. Acreditamos, portanto, que a implantação do CAC só foi possível nas condições atuais pelo suporte que a legislação atual oferece. Constatamos que a PERH, embora seja considerada moderna, democrática, descentralizada e participativa não passa de um engodo para a efetivação de alguns interesses econômicos.

Na PERH a visão excessivamente direcionada para a gestão de oferta, através de grandes obras, impede uma visão em conjunto do uso e do acesso à água. Em geral os projetos e os programas não contemplam as especificidades de cada região e não há diálogo entre a legislação hídrica e a legislação ambiental. O resultado disso é uma ampliação da degradação ambiental e consequentemente o agravamento da questão hídrica.

Há, entretanto, outro caminho que poderia ser trilhado com uma necessidade urgente de implantação de uma política capaz de melhorar a qualidade da água através do seu reuso, melhoria na eficiência, uso racional na agricultura irrigada, utilização de tecnologias sociais hídricas, preservação dos corpos hídricos naturais e equacionamento das tarifas para os grandes demandantes de água priorizando o consumo humano.

É certo que esta dissertação traz mais perguntas do que respostas, e não temos a pretensão de elaborar respostas conclusivas, mas ao problematizar a proposição do CAC e o papel do Estado colocando as vozes dos atingidos no centro de nossas análises temos outra percepção a respeito da questão. Propomos, portanto, um olhar sobre a água de forma mais ampla e globalizada compreendendo os perversos interesses das empresas transnacionais com aval do Estado que vai controlando os territórios transferindo a água da população para o lucro de um pequeno grupo de empresas.

Longe de apresentar hipóteses pessimistas é preciso reiterar a multiplicidade de poder nos territórios. Sendo assim, é necessário ficar atento ao papel desempenhado por outros sujeitos sociais como estão fazendo aqueles que sofrem no dia a dia as injustiças e as perversidades do Estado. A luta dos atingidos para afirmação do seu modo de vida e o enfrentamento do cotidiano diante do CAC potencializou novos sujeitos políticos para além de sua experiência local e de seu espaço vivido. Foi assim que os atingidos resistiram e resistem ao CAC dando visibilidade ao conflito. Começaram com uma luta mais local através da Associação Rural do Baixo das Palmeiras, mas a luta por direitos e desejo de denunciar os abusos do Estado foi se ampliando até culminar na criação do Fórum Popular das Águas do Cariri.

Para os atingidos algumas medidas deveriam ser tomadas inclusive aquelas previstas nas legislações referentes aos impactos de grandes empreendimentos. O Fórum Popular das Águas do Cariri afirma que é urgente e necessário que a população atingida participe das discussões sobre a aplicação dos recursos financeiros destinados à compensação ambiental e ao programa de educação patrimonial e educação ambiental.

Através desse fórum os atingidos manifestam o desejo de mudança, problematizam a proposição do CAC, questionam a legislação e promovem um discurso

alternativo a favor de uma gestão hídrica ecológica, cidadã e efetivamente democrática. Se o CAC surge com o propósito de matar a sede daqueles que tiveram esse direito historicamente negado é necessário que a água seja pensada como bem comum da humanidade e não como insumo econômico controlado por determinados setores da economia.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In. ACSELRAD, H. (Org.) **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2004.
- AGRÍCOLA, Segue contratando. **Jornal Diário do Nordeste**. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br>>. Acesso em: 03 set. 2016.
- ANA, Agência Nacional das Águas. **Conjuntura dos recursos hídricos no Brasil**: informe 2014. Brasília: ANA, 2015.
- ARAÚJO, J. C. Desafios atuais para gestão da água no Ceará. **Revista água para quem precisa**: direito humano e suporte à vida. Mandato é tempo de resistência do deputado Renato Roseno, 2015.
- ASSIS, A. T. **A Transposição do rio São Francisco na voz dos diretamente atingidos em Cabrobó (PE)**. 2015. Tese (Programa de Pós-Graduação do Departamento de Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.
- BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis: Vozes, 2007.
- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In. CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Geografia cultural**: uma antologia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
- BORDALO, C. A. L. A “crise” mundial da água vista numa perspectiva da geografia política. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 31, p. 66–78, 2012.
- BORTOLETO, E. M. A implantação de grandes hidrelétricas: desenvolvimento, discurso e impactos. **Geografares**, Vitória, n. 2, p. 53–62, 2001.
- BRAZ, M. M. A. **Águas para o Ceará**: experiências de trabalhadores a partir da construção do complexo Castanhão. 2011. Tese (Programa de Pós-graduação em Sociologia) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.
- BRITO, A. C. R. **Águas para que(m)**: grandes obras hídricas e conflitos territoriais no Ceará. Curitiba: Editora CRV, 2016.
- BRITO, F. B. de. **Conflitos pelo acesso e uso da água**: integração do rio São Francisco com a Paraíba (Eixo Leste). 2013. Tese (Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal do rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Porto Alegre, 2013.
- CAGECE, Companhia de Água e Esgoto do Ceará. Saneamento Básico: desafios e reflexos na saúde pública da Região Metropolitana do Cariri, Governo do Estado do Ceará, 2016.
- CAMARA DOS DEPUTADOS: projetos de lei e outras proposições. Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/internet/sileg/>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

CARIRI, Rosemberg. **A pedra da Batateira**. Disponível em: <<http://agoracariri.blogspot.com.br/2008/04/ritos-lendas-e-mitos-do-cariri-2-a-pedra-da-batateira>>. Acesso em: 21 mai. 2016.

CARVALHO, J. J. de. **O olhar etnográfico e a voz subalterna**. Série Antropologia. Departamento de Antropologia, Instituto de Ciências Sociais – Universidade de Brasília, 1999.

CASTRO, José Esteban. La privatización de los servicios de agua y saneamiento em América Latina. **Revista Nueva sociedad**, n. 207, p. 93-112, 2007.

_____. A água (ainda) não é uma mercadoria: aportes para o debate sobre a mercantilização da água. **Rev. UFMG**, v. 20, n.2, p.190-221, 2013.

CEARÁ, Assembleia Legislativa do Estado. **Plano estratégico dos recursos hídricos do Ceará**. Fortaleza: INESP, 2009.

CEARÁ, Assembleia Legislativa do Estado. **Cenário atual dos recursos hídricos do Ceará**. Fortaleza: INESP, 2008.

CEARÁ, Responde por 58,3% da produção de camarão do país. **Jornal Diário do Nordeste**. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/negocios/>>. Acesso em: 10 out. 2016.

CEARÁ, Governo do Estado do. COGERH – Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Ceará. **Vamos conhecer o Salgado**. Cartilha, 2010.

CHACON, Suely Salgueiro. **O sertanejo e o caminho das águas**: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semiárido. Fortaleza: Banco do Nordeste, 2007.

CUNHA, T. B.; CARVALHAL, M. D. Terra – água – trabalho: o agrohidronegócio e a transposição do rio São Francisco. **Revista Pegada**, v. 15, n. 1, p.70–95, 2014.

DESLAURIERS, J. P.; KÉRISIT, M. O delineamento de pesquisa e amostragem. In. POUPART, J. *et al.* (Org.). **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Editora Vozes, 2008.

DNPM, Departamento Nacional de Produção Mineral. **Análise hidrogeológica da Bacia Sedimentar do Araripe**. Crato: DNPM, 2008.

_____. **Projeto Avaliação Hidrogeológica da Bacia Sedimentar do Araripe**. Ministério de Minas e Energia, Recife: DNPM, 1996.

EIA/RIMA. **Estudo de Impacto Ambiental – EIA, Relatório de Impacto Ambiental – RIMA**. Estudo de viabilidade técnico - econômica, estudo ambiental e ante-projeto do trecho Jatí - Cariús do Cinturão de Águas do Ceará – CAC, Secretaria de Recursos Hídricos (SRH), 2010.

ELIAS, D. Reestruturação produtiva da agricultura cearense: rumo à desintegração competitiva e à fragmentação do espaço agrário. In. SILVA, J. B.; CAVALCANTE, T. C.; DANTAS, E. W. C. (Orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. 2º ed. Edições Demócrito Rocha, Fortaleza, 2007.

ELIAS, D.; PEQUENO, R. Reestruturação econômica e nova economia política da urbanização no Ceará. **Mercator**, v.12, n.28, p.95-112, 2013.

FERNANDES, B. M. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista Nera**, n. 6, p.14–34, 2005.

FERNANDES, J. L. J. Implantação de projetos de desenvolvimento, desterritorialização e vulnerabilidade das populações: o caso da construção de barragens. **Anais...** Cuarto Encuentro Internacional sobre pobreza – Desigualdad y Convergencia Los Objetivos del Milenio, 2008.

FERNANDES, A. C. **A dança dos números nos conflitos pela água**. In. Conflitos no Campo – Brasil. Goiânia: CPT Nacional, 2015.

FILHO, J. A. Transposição de Águas do rio São Francisco: um atentado aos interesses nacionais. In. QUINTIERI, M. M. R. (Org.). **Transposição do São Francisco**. Curitiba: Juruá, 2010.

FONTES, L. C. da S. Transposição: anatomia de uma fraude hídrica e do conflito de usos das águas do rio São Francisco. In. QUINTIERI, M. M. R. (Org.). **Transposição do São Francisco**. Curitiba: Juruá, 2010.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios alternativos**. 3º ed. São Paulo: Contexto, 2015.

HARVEY, D. **O novo imperialismo**. 8º ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://mapas.ibge.gov.br/tematicos/demografia>>. Acesso em. 20 jun. 2015.

IORIS, A. A. R. Águas que não correm mais pro mar. **Interações**, v. 9, n. 1, p. 9-17, 2008.

IPECE, Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará. Perfil Básico Municipal de Juazeiro do Norte/Crato. Fortaleza, 2010. Disponível em: <http://www.ipece.ce.gov.br/perfil_basico_municipal/2016/.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2016.

JACOBI, P. R.; FRACALANZA, A. P. Comitês de bacias hidrográficas no Brasil: desafios de fortalecimento da gestão compartilhada e participativa. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n.11-12, p.41-49, 2005.

KAISER, B. O Geógrafo e a Pesquisa de Campo. **AGB: Seleção de Textos**, n. 11, p. 93-104, 1985.

KOFES, S. **Uma trajetória, em narrativas**. Campinas - SP: Mercado de Letras, 2001.

LAPLANTINE, François. **Aprender Antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

LIMAVERDE, R. Diagnóstico Arqueológico na Área do Cinturão das Águas do Ceará (CAC) – Etapa 1 – Trecho Jati/Cariús. **Relatório de Campo**, 2013.

LINS, C. dos S. Das águas transpostas às águas dispostas: uma análise da implantação do Canal da Integração (CE). **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v. 13, n. 1, p. 23-37, 2011.

_____. **Os impactos territoriais e socioeconômicos do Canal da (des) Integração no Ceará no contexto do médio e baixo Jaguaribe**. 2008. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008.

MALVEZZI, R. Conflitos por água nos últimos 10 anos. **Conflitos no Campo – Brasil 2014**. CPT Nacional, Goiânia, 2014.

MARINHO, V. L. F.; MORETTI, E. C. Os caminhos das águas: as políticas públicas ambientais e criação dos Comitês de Bacias Hidrográfica. **Geosul**, v.28, n.55, p. 123 – 142, 2013.

MEDEIROS, R. de S.; GODOY, J. H. A. Desenvolvimento, território e políticas sociais: Suape e uma nova agenda de pesquisa sobre os impactos sociais de grandes projetos. **Repocs**, v.12, n. 24, p.77-100, 2015.

MENEZES, Edith Oliveira de. O Cariri cearense. In. SILVA, J. B.; CAVALCANTE, T. C.; DANTAS, E. W. C. (Orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. 2º ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

MITIDIERO JUNIOR, M. A. Crise do capital global, natureza e agronegócio. In. (Org.) FILHO, E. da S.R. *et al.* **Questão Agrária e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

MONTE, F. S. de S. **O uso e controle das águas no processo de modernização do estado do Ceará: o caso da barragem do Castanhão**. 2005. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

OLIVEIRA, D. J. G. de.; GONÇALVES, C. A.; RAMOS FILHO, E. “Problematizando a Integração Regional: As conexões entre a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) – Brasil”. **Revista IDeAS – Interfaces em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade**, v. 7, n. especial, p. 260–304, 2013.

ONU, Organizações das Nações Unidas. **Conheça os novos 17 objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conhecaosnovos17objetivosde desenvolvimento sustentavel-da-onu/>>. Acesso em: jul. 2016.

PEREIRA, E. de O. A geografia fenomenológica: um olhar sobre a percepção ambiental dos povos ribeirinhos do rio Formate a partir da sua história oral e dos seus mapas mentais. **Anais do XVI Encontro Nacional de Geógrafos. Crise, práxis e autonomia: espaços de resistência e de esperanças.** Porto Alegre, 2010.

PETRELLA, R. **O manifesto da água:** argumentos para um contrato mundial. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

PINHEIRO, I. **O Cariri.** Fortaleza: Coedições SECULT/Edições URCA/Edições UFC, 2010.

PINTO-COELHO, R. M.; HAVENS, K. **Crise nas águas:** ciência e governança, juntas, evitando conflitos gerados por escassez e perda da qualidade das águas. Belo Horizonte: [s.n.], 2015.

PIRES DO RIO, G. A.; DRUMMOND, H. R. Água e espaços transfronteiriços na América do Sul: questões a partir do território. **Sustentabilidade em Debate**, v. 4, n 1, p. 209–230, 2013.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **A globalização da natureza e a natureza da globalização.** Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

_____. Espaço e poder em questão: uma perspectiva desde a subalternidade. In. JUNIOR, M. A. M. *et. al.* (Org.). **A questão Agrária no século XXI:** escalas, dinâmicas e conflitos territoriais. São Paulo: Outras expressões, 2015.

RIBEIRO, M. B. Transposição: um projeto para reflexão. In. QUINTIERE, M. de M. R. (Org.) **Transposição do São Francisco:** uma análise dos aspectos positivos e negativos do projeto que pretende transformar a região nordeste. Curitiba: Juruá, 2010.

RIBEIRO, W.C.; VILLAR, P.C. A percepção do direito humano à água na ordem internacional. **Revista de Direitos Fundamentais e Democracia**, Curitiba, v.11, n.11, p.358-308, 2012.

RIGOTTO, R. M.; AGUIAR, A. C. P. Modelo produtivo do agronegócio, agrotóxicos e saúde humana. In. MITIDIERO JÚNIOR, M. A. *et al.*(Org.). **A questão agrária no século XXI:** escalas, dinâmicas e conflitos territoriais. São Paulo. Outras expressões, 2015.

ROCHA, A. L. C. da. & ECKERT, C. Etnografia: saberes e práticas. In. PINTO, C. R. J.; GUAZZELI, A. B. (Orgs.). **Ciências humanas:** pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008.

ROCHA, G. S.; SOARES, V. de O. Resistência e participação dos movimentos sociais na construção de grandes barragens no Nordeste. In: VIII ENCONTRO BAIANO DE GEOGRAFIA, Vitória da Conquista - BA, p. 1-11, **Anais...** VIII Encontro Baiano de Geografia, Vitória da Conquista, 2011.

SABOIA, Andrey Luna. **Água para quem? Os meandros da gestão de recursos hídricos no estado do Ceará.** 2015. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.

SAMPAIO, José Levi Furtado. As águas, a seca e o estado. In. SILVA, J.B.;CAVALCANTE, T. C.; DANTAS, E. W. C. (Orgs.). **Ceará: um novo olhar geográfico**. 2º ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22º ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SHIVA, V. **Guerras por água: privatização, poluição e lucro**. São Paulo: Radical Livros, 2006.

SILVA, J. I. A. O. Ecologização de megaprojetos hídricos: o caso da transposição do Rio São Francisco. **Água y Territorio**, n. 4, p. 59–69, 2013.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

SPOSITO, E. S.; PEREIRA JÚNIOR, E. A. Economia política do território e estratégias de atração de investimentos – a Geografia da subvenção industrial no Ceará como exemplo. **GEOUSP – Espaço e Tempo**, n. 35, p. 3-18, 2013.

SRH, Secretaria dos Recursos Hídricos. **Atlas Eletrônico dos Recursos Hídricos do Ceará**. Disponível em: < <http://atlas.srh.ce.gov.br/.php.htm>. Acesso em: 25 out. 2016.

SUASSUNA, João. **Convivência com o semiárido: água**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2015.

SWYNGEDOUW, E. R. B. Privatizando o H2O: transformando águas locais em dinheiro global. **Estudos Urbanos e Regionais**, v.6, n.1, p. 33–53, 2004.

THOMAZ JUNIOR, A. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v.5, n.10, p. 92–122, 2010.

TORRES, A. T. G. **Hidroterritórios (novos territórios da água): os instrumentos de gestão dos recursos hídricos e seus impactos nos arranjos territoriais**. 2007. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

TRATA, Brasil. **Saneamento é saúde**. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/ranking-do-saneamento>>. Acesso em: 12 de out. 2016.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2008.

TUNDISI, J. G. **Recursos hídricos no Brasil: problemas, desafios e estratégias para o futuro**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciências, 2014.

_____. Recursos hídricos no futuro: problemas e soluções. **Estudos avançados**, v. 22, n. 63, p. 7 – 16, 2008.

UNESCO, Relatório Mundial das Nações Unidas Sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos. **Relatório – WWDR4**, 2012.

VAINER, C. B.; ARAÚJO, F. G. **Grandes projetos hidrelétricos e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

_____. **Conceito de “atingido”: uma revisão do debate e diretrizes**. Rio de Janeiro: Prelo, 2003.

VIANNA, P.C.G. As grandes obras hídricas e as tecnologias sociais hídricas, uma convivência necessária. In. MITIDIERO JÚNIOR, M. A. *et. al.*(Orgs.) **A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais**. São Paulo: Outras expressões, 2015.

APÊNDICE A - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS PARA A POPULAÇÃO DO BAIXIO DAS PALMEIRAS



Sobre a comunidade

- 1 – Quanto tempo vive nessa comunidade?
- 2 – Fale sobre a formação territorial de sua comunidade.
- 3 – Como é viver aqui?
- 4 – Sua renda predominante vem da agricultura?
- 5 – As terras são produtivas?
- 6 – A comunidade possui muita água e como é o abastecimento?

Sobre o Cinturão das Águas do Ceará - CAC

- 1 – Como você ficou sabendo do CAC?
- 2 – Quando chegou à obra em sua comunidade e como foi o início dos trabalhos?
- 3 – Você se considera atingido pela obra?
- 4 – Quais os benefícios e os prejuízos que o CAC pode trazer para a sua comunidade?
- 5 – Você acredita que poderá usar a água do CAC?
- 6 – Já ocorreu algum conflito com a chegada da obra?
- 7 – Em sua opinião a obra está provocando transformações em sua comunidade?
- 8 – Você acredita que esta obra vai resolver o problema da falta de água?
- 9 – Em sua opinião outros projetos ou políticas públicas seriam mais eficientes que o CAC?
- 10 – Ocorreu alguma resistência ao CAC?

**APÊNDICE B - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM OS
MEMBROS DA ASSOCIAÇÃO RURAL DO BAIXIO DAS PALMEIRAS, FÓRUM
POPULAR DAS ÁGUAS DO CARIRI E MAB**



- 1 – Quais as principais atividades desenvolvidas pela entidade?
- 2 – Existem conflitos relacionados à gestão de água na região do Cariri?
- 3 – Como essa entidade analisa a chegada do CAC na região?
- 4 – Quais os principais efeitos do CAC no Cariri?
- 5 – Como essa entidade tem se posicionado em relação ao CAC no Cariri?
- 6 – Comente sobre o CAC no Baixio das Palmeiras.

**APÊNDICE C - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS COM OS
MEMBROS DA COGERH, ICMBIO E DO COMITÊ DA SUB-BACIA
HIDROGRÁFICA DO RIO SALGADO – CBH-S**



- 1 – Qual a função dessa entidade na política de gestão hídrica?
- 2 – Qual o diagnóstico que essa entidade faz da questão hídrica na região do Cariri?
- 2 – Existem conflitos relacionados à gestão de água na região do Cariri?
- 3 – Como essa entidade analisa a chegada do CAC na região?
- 4 – Quais os principais efeitos positivos e negativos do CAC no Cariri?
- 5 – Como essa entidade tem se posicionado em relação ao CAC no Cariri?
- 6 – Comente sobre o CAC no Baixo das Palmeiras.

**ANEXO A – CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA
ORGANIZADA PELA ASSOCIAÇÃO RURAL DO BAIXIO DAS PALMEIRAS**

CAC - Cinturão das Águas do Ceará
Uma ameaça para a população do Distrito
Baixio das Palmeiras - Crato - Ceará

O DISTRITO DO BAIXIO
NESTA JUSTA OCASIÃO
VIVE UM MOMENTO SOMBRIO
NÃO É EXAGERO NÃO
TEM GENTE PISANDO EM BRASA
E O MOTIVO E A CAUSA
É A TAL TRANSPOSIÇÃO ...

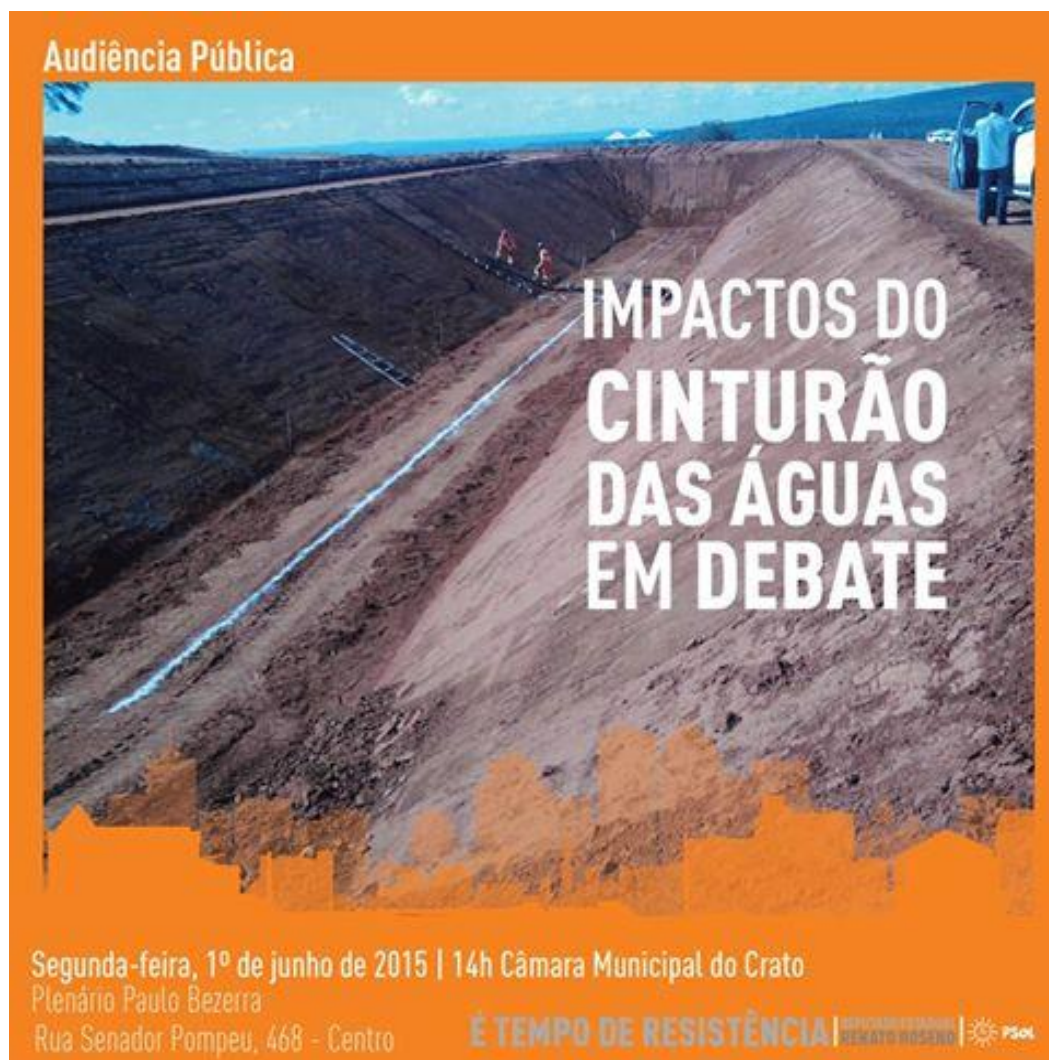
TOPOGRAFOS, ENGENHEIROS
PESQUISADORES, PEÕES
CHEGAM AQUI SORRATEIROS
SEM NOS DAREM EXPLICAÇÕES
BOTAM MARCOS, FAZEM ENTRADAS
E SAEM SEM DIZER NADA
COMO SE FOSSEM CHEFÕES...

Raimundo Oliveira (Didi)

**A Associação Rural do Distrito Baixio das Palmeiras
convida a comunidade para uma reunião sobre o Cinturão das Águas,
a ser realizada dia 17 de Abril de 2013, às 18h,
na Escola Rosa Ferreira de Mâcedo - Muquém.**

Fonte: Associação Rural do Baixio das Palmeiras (2013).

**ANEXO B – CARTAZ DE DIVULGAÇÃO DE AUDIÊNCIA PÚBLICA PARA
DEBATER OS IMPACTOS DO CAC**



Fonte: Fórum Popular das Águas do Cariri (2015).